



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



# DIMENSÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE

JUNHO 2023







## COORDENAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE)  
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)  
Bérangère Boëll, Representante  
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

## Ficha Técnica

### COMITÉ TÉCNICO INTER-INSTITUCIONAL

Instituto Nacional de Estatística  
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)  
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais  
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE  
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

### Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)  
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)  
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)  
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

### Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

### PROCESSAMENTO DE DADOS

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação  
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Mangué; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

### ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (ICON Institute)

Coordenação  
Marco Gozio (Coordenador Geral)  
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

### AUTORES

Paula Miranda-Ribeiro, Matheus Menezes dos Santos, Ines Raimundo, Marco Gozio, Carla Braga, Ana Paula Verona

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)  
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

### MAQUETIZAÇÃO

Habesha Media, México  
Mário Chivambo, INE

# ACRÓNIMOS

---

<b>BIP</b>	<i>Bureau de Informação Pública</i>
<b>CAP</b>	<i>Centro de Análise de Políticas</i>
<b>CDC</b>	<i>Centre for Disease Control and Prevention (Centro de Controlo e de Prevenção de Doenças)</i>
<b>CeCaGe</b>	<i>Centro de Coordenação dos Assuntos do Género</i>
<b>CEDAW</b>	<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher)</i>
<b>EP1</b>	<i>Ensino Primário do Primeiro Grau</i>
<b>EP2</b>	<i>Ensino Primário do Segundo Grau</i>
<b>ESG1</b>	<i>Ensino Secundário Geral do Primeiro Grau</i>
<b>ESG2</b>	<i>Ensino Secundário Geral do Segundo Grau</i>
<b>HIV/SIDA</b>	<i>Human Immunodeficiency Virus (Virus de Imunodeficiência)</i>
<b>INE</b>	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
<b>INS</b>	<i>Instituto Nacional da Saúde</i>
<b>MGCAS</b>	<i>Ministério do Género, Criança e Acção Social</i>
<b>MINEDH</b>	<i>Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano</i>
<b>MISAU</b>	<i>Ministério da Saúde</i>
<b>MITRAB</b>	<i>Ministério do Trabalho</i>
<b>MP</b>	<i>Ministério do Planeamento</i>
<b>ODS</b>	<i>Objectivos do Desenvolvimento Sustentável</i>
<b>PNAD</b>	<i>Plano Nacional da Área da Deficiência Plano Nacional da Área da Deficiência</i>
<b>SADC</b>	<i>Southern African Development Community</i>
<b>SMAF</b>	<i>Mean Age at First Marriage (Idade Média no Primeiro Casamento)</i>
<b>TICs</b>	<i>Tecnologia da Informação e Comunicação</i>
<b>UCSF</b>	<i>University of California, San Francisco</i>
<b>UEM</b>	<i>Universidade Eduardo Mondlane</i>
<b>UNFPA</b>	<i>United Nations Population Fund (Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais)</i>
<b>UNIFEM</b>	<i>United Nations Development Fund for Women (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher)</i>
<b>UNWOMEN</b>	<i>The United Nations Entity for Gender Equality and Women's Empowerment (Organização das Nações Unidas dedicada a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres)</i>
<b>WHO</b>	<i>World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)</i>
<b>WLSA</b>	<i>Women and Law in Southern Africa</i>

# PREFÁCIO

---

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projeções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

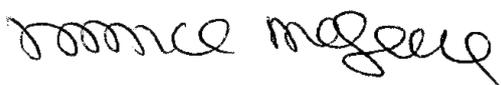
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



**Eliza Mónica A. Magau**

Representante do UNFPA



**Bérangère Boëll**

**Maputo, Junho de 2023**



# ÍNDICE

<b>ACRÓNIMOS</b> .....	<b>iv</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>v</b>
<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>3. DISPONIBILIDADE DE DADOS</b> .....	<b>5</b>
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>5</b>
<b>5. RESULTADOS E ANÁLISE</b> .....	<b>7</b>
5.1. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA .....	7
5.1.1. População total por sexo e idade em 2017, 2007 e 1997 .....	7
5.1.2. Razões de sexo .....	10
5.1.3. Esperança de vida .....	12
5.1.4. Caracterização do Agregado Familiar .....	13
5.1.5. Chefia do agregado familiar .....	15
5.1.6. Registo civil .....	16
5.1. NUPCIALIDADE .....	17
5.1.1. Idade média à primeira união (SMAU) .....	17
5.1.2. Diferenças entre os cônjuges .....	25
5.2. FECUNDIDADE .....	32
5.2.1. Fluência em português .....	32
5.2.2. Estado civil .....	33
5.2.3. Fecundidade por escolaridade .....	33
5.3. EDUCAÇÃO .....	35
5.3.1. Analfabetismo .....	36
5.3.2. Frequência escolar .....	37
5.3.3. Nível de escolaridade concluído .....	39
5.4. PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E NA ECONOMIA .....	46
5.4.1. Taxa de ocupação .....	46
5.4.2. Taxa de desemprego .....	52
5.4.1. Ocupações .....	54
5.4.1. Posição no processo de trabalho .....	57
5.5. ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS .....	60
5.5.1. Nupcialidade dos adolescentes de 12 a 17 anos .....	60
5.5.2. Fecundidade dos adolescentes de 12 a 17 anos .....	61
5.5.3. Educação dos adolescentes de 12 a 17 anos .....	63
5.5.4. Educação e trabalho dos adolescentes de 12 a 17 anos .....	66
5.6. ACESSO AOS RECURSOS .....	67
5.6.1. Acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) .....	67
5.6.2. Serviços bancários .....	81
5.6.3. Bens duráveis .....	91
5.6.4. Condições de habitação .....	98
5.7. DEFICIÊNCIA .....	113
5.7.1. Tipos de deficiência .....	114
5.7.2. Causas da deficiência .....	114
5.7.3. Deficiência e frequência escolar .....	115
5.7.4. Deficiência e mercado de trabalho .....	117
<b>6. INTERPRETAÇÃO</b> .....	<b>119</b>
<b>7. RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>121</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>122</b>
<b>9. ANEXOS</b> .....	<b>126</b>
ANEXO 1: RAZÃO DE SEXO A NÍVEL NACIONAL .....	126
ANEXO 2: RAZÃO DE SEXO POR PROVÍNCIAS .....	126
ANEXO 3: COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR POR SEXO E NÚMERO DE FILHOS, POR PROVÍNCIA, EM 2017, 2007 E 1997 .....	132

<b>Quadro 1.</b> Distribuição da população de Moçambique por sexo e idade nos Censos de 1997, 2007 e 2017, corrigida pela Divisão de População das Nações Unidas .....	7
<b>Quadro 2.</b> Distribuição da população por sexo, grupo etário e área de residência, Moçambique, 2017, 2007 e 1997 .....	8
<b>Quadro 3.</b> Razão de sexo por grupo etário e área de residência, Moçambique, 1997, 2007, 2017 .....	10
<b>Quadro 4.</b> Razão de sexo para crianças com menos de um ano por língua materna do chefe do agregado, Moçambique, 2017 .....	12
<b>Quadro 5.</b> Categorização dos agregados familiares por idade e sexo do chefe do agregado, área de residência e tamanho do agregado – Moçambique, 2017 .....	13
<b>Quadro 6.</b> Tamanho médio dos agregados familiares por área de residência – Moçambique.....	14
<b>Quadro 7.</b> Tamanho médio dos agregados familiares por idade do chefe e área de residência – Moçambique e províncias, 2017.....	14
<b>Quadro 8.</b> Percentagem da população de 0 a 17 anos com registo civil, por área de residência, sexo e idade, Moçambique 2017.....	16
<b>Quadro 9.</b> Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e local de residência, 1997, 2007, 2017. ....	20
<b>Quadro 10.</b> Idade média à primeira união conjugal em anos por sexo e nível de escolaridade, 1997, 2007, 2017 .....	20
<b>Quadro 11.</b> Idade média à primeira união conjugal em anos por sexo e religião, 1997, 2007, 2017 .....	21
<b>Quadro 12.</b> Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e fluência em português, 1997, 2007, 2017 .....	22
<b>Quadro 13.</b> Razão de chance de estar unido em relação a ser solteiro entre homens e mulheres de 15 a 49 anos, Moçambique, 2017 .....	24
<b>Quadro 14.</b> Diferença média da idade do homem subtraída da mulher (ambos cônjuges e residentes no mesmo domicílio) em Moçambique, províncias e local de residência (urbano/rural), 1997, 2007, 2017 .....	25
<b>Quadro 15.</b> Percentagem de mulheres casadas/unidas segundo o grupo etário do marido/parceiro, por grupo etário, %, Moçambique, 2017 .....	26
<b>Quadro 16.</b> Razão de chance de ser chefe entre homens e mulheres de 15 a 59 anos, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	31
<b>Quadro 17.</b> Percentagem de pessoas de 3 anos e mais que frequentam a escola, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram, por sexo, Moçambique 1997, 2007 e 2017 .....	37
<b>Quadro 18.</b> Percentagem das pessoas que frequentam a escola por sexo e idade simples, Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	37
<b>Quadro 19.</b> Distribuição percentual da população de 55 anos ou mais por sexo e segundo o nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	39
<b>Quadro 20.</b> Distribuição percentual de mães com idades entre 15 e 25 anos por nível de ensino mais elevado concluído e frequência escolar de filhos e filhas, Moçambique, 2017 .....	41
<b>Quadro 21.</b> Razões de chance de ter o nível de ensino secundário ou mais concluído, entre homens e mulheres de 20 a 59 anos – Moçambique, 2017 .....	43
<b>Quadro 22.</b> Razão de chance de ter o nível de ensino superior ou mais concluído, entre homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017 .....	45
<b>Quadro 23.</b> Razão de chance de trabalhar ou não, homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017 .....	49
<b>Quadro 24.</b> Razão de chance de ser doméstico(a) ou assalariado(a) entre homens e mulheres com idade entre 20 e 59 anos, Moçambique, 2017 .....	51
<b>Quadro 25.</b> Razão de chance de ser conta própria ou assalariado(a), homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017 .....	59
<b>Quadro 26.</b> Percentual de raparigas unidas em relação ao total de raparigas por idade simples – 1997, 2007, 2017 .....	60
<b>Quadro 27.</b> Razões de chance de não frequentar a escola entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos – Moçambique, 2017 .....	65
<b>Quadro 28.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência e sexo, Moçambique, 2017 .....	68
<b>Quadro 29.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e grupo etário, Moçambique, 2017 .....	69
<b>Quadro 30.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e língua materna, Moçambique, 2017 .....	71
<b>Quadro 31.</b> Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e província, Moçambique, 2017 .....	73
<b>Quadro 32.</b> Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique, 2017.....	75
<b>Quadro 33.</b> Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e nível de ensino concluído, Moçambique, 2017 .....	76

<b>Quadro 34.</b> Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e província, Moçambique 2017 .....	77
<b>Quadro 35.</b> Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique, 2017 .....	78
<b>Quadro 36.</b> Meios de acesso a internet, por área de residência, sexo e sector de ocupação, %.....	80
<b>Quadro 37.</b> Percentagem de titulares de uma conta bancária, por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique 2017.....	83
<b>Quadro 38.</b> Ocupações principais dos trabalhadores por conta própria, por área de residência, sexo e principais tipos de ocupação, Moçambique 2017 .....	84
<b>Quadro 39.</b> Percentagem de titulares de uma conta bancária entre trabalhadores por conta própria por área de residência, sexo e principais tipos de ocupação, Moçambique 2017 .....	85
<b>Quadro 40.</b> Percentagem de usuários de contas móveis que não tinham conta tradicional, por sexo e área de residência, Moçambique 2017 .....	88
<b>Quadro 41.</b> Uso de conta móvel por sexo, área de residência, província e titularidade de conta bancária, % .....	88
<b>Quadro 42.</b> Percentagem de usuários de contas moveis de maior idade, falantes de português, e alfabetizados, por área residência e sexo, Moçambique 2017 .....	89
<b>Quadro 43.</b> Uso de conta móvel por sexo, área de residência e sector de ocupação, % .....	90
<b>Quadro 44.</b> Uso de conta móvel por sexo, área de residência e tipo de ocupação, %10 .....	91
<b>Quadro 45.</b> Percentagem de agregados por posse de bens duráveis, segundo área de residência e sexo do chefe .....	93
<b>Quadro 46.</b> Número médio de bens possuídos e posse de bens duráveis por categoria de agregado familiar .....	96
<b>Quadro 47.</b> Diferenças na posse de bens duráveis entre homens e mulheres da mesma categoria de agregado familiar.....	97
<b>Quadro 48.</b> Características de habitação por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017 .....	99
<b>Quadro 49.</b> Condições do abastecimento de água, saneamento, lixo e energia por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017.....	101
<b>Quadro 50.</b> Propriedade da casa, por província, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, %.....	105
<b>Quadro 51.</b> Distribuição percentual dos agregados familiares por principais tipos de habitação segundo categoria do agregado familiar .....	108
<b>Quadro 52.</b> Número médio de pessoas por divisões da casa e divisões para dormir, segundo província, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar .....	110
<b>Quadro 53.</b> Densidade demográfica média por divisões da casa e	

# LISTA DOS GRÁFICOS

divisões da casa para dormir, por categoria de agregado familiar .....	112
<b>Quadro 54.</b> Razão de chance de trabalhar ou não, homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017 .....	118
<b>Gráfico 1.</b> Pirâmides demográficas de Moçambique, 2017, 2007 e 1997 .....	9
<b>Gráfico 2.</b> Razão de sexo de crianças com menos de um ano, por área de residência, Moçambique, 2017, 2007, 1997 .....	11
<b>Gráfico 3.</b> Esperança de vida ao nascer por sexo e províncias, Moçambique, 2017 .....	12
<b>Gráfico 4.</b> Treemap dos agregados familiares categorizados por idade e sexo do chefe do agregado, área de residência e tamanho do agregado .....	15
<b>Gráfico 5.</b> Razões de causa para o não registo civil, por sexo, %, Moçambique, 2017 .....	17
<b>Gráfico 6.</b> Idade média à primeira união conjugal por sexo, em anos, Moçambique, 1997, 2007 .....	18
<b>Gráfico 7.</b> Idade média à primeira união conjugal, em anos, por sexo e províncias, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	19
<b>Gráfico 8.</b> Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e quintis de riqueza, Moçambique, 2017.....	21
<b>Gráfico 9.</b> Idade média à primeira união conjugal, em anos, por sexo e língua materna, Moçambique, 2017.....	22
<b>Gráfico 10.</b> Proporção de maridos/parceiros e esposas alfabetizados, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	27
<b>Gráfico 11.</b> Proporção de maridos/parceiros e esposas que sabem ler e escrever por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	28
<b>Gráfico 12.</b> Proporção de maridos/parceiros e esposas que falam ou não português, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	29
<b>Gráfico 13.</b> Distribuição do casal por sexo do chefe do domicílio e diferencial de escolaridade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	30
<b>Gráfico 14.</b> Taxa de Fecundidade Total por fluência em português, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017 .....	32
<b>Gráfico 15.</b> Taxa de Fecundidade Total por estado civil da mulher, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017 .....	33
<b>Gráfico 16.</b> Taxa de Fecundidade Total por nível de escolaridade, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017 .....	34
<b>Gráfico 17.</b> Percentagem da população alfabetizada e analfabeta com 15 anos ou mais por sexo, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	36
<b>Gráfico 18.</b> Percentagem da população analfabeta com 15 anos ou mais por idade e sexo, Moçambique, 2017 .....	36
<b>Gráfico 19.</b> Distribuição percentual da população com 15 anos ou mais que está a frequentar a escola; não está a frequentar, mas já frequentou no passado; e nunca frequentou uma escola, por sexo, Moçambique, 1997, 2007 e 2017 .....	38
<b>Gráfico 20.</b> Distribuição dos homens de 15 anos ou mais por nível de escolaridade concluído, Moçambique, 2017.....	40
<b>Gráfico 21.</b> Distribuição das mulheres de 15 anos ou mais por nível de escolaridade concluído, Moçambique, 2017.....	40
<b>Gráfico 22.</b> Taxas específicas de actividade por sexo, Moçambique, 2017 .....	46
<b>Gráfico 23.</b> Taxas específicas de actividade por sexo e província, Moçambique, 2017 .....	47
<b>Gráfico 24.</b> Distribuição percentual da população com idades entre 20 e 59 anos que não trabalhou na semana referência (25 a 31 de julho) por sexo, Moçambique, 2017 .....	50
<b>Gráfico 25.</b> Taxas de Desemprego aberto por sexo, idade e área de residência, Moçambique .....	52
<b>Gráfico 26.</b> Taxas de desemprego por idade e escolaridade, segundo sexo, Moçambique 2017 .....	53
<b>Gráfico 27.</b> Ocupação declarada das pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo, Moçambique, 2017 .....	54
<b>Gráfico 28.</b> Principal Actividade Económica do Local de Trabalho das pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo, Moçambique, 2017 .....	55
<b>Gráfico 29.</b> Média de horas diárias trabalhadas por tipo de ocupação, segundo sexo - Moçambique, 2017 .....	56
<b>Gráfico 30.</b> Posição no processo de trabalho por sexo - Moçambique, 2017 .....	57
<b>Gráfico 31.</b> Percentual de mães adolescentes por idade simples em Moçambique em 1997, 2007 e 2017 .....	61
<b>Gráfico 32.</b> Taxa de fecundidade na adolescência – Moçambique – 1997, 2007 e 2017 .....	62
<b>Gráfico 33.</b> Distribuição das pessoas de 7 a 17 anos de idade por sexo, faixa etária e segundo as alternativas 'não estudar nem trabalhar', 'estudar e não trabalhar', 'trabalhar e não estudar' e 'estudar e trabalhar'– Moçambique, 2017 .....	66
<b>Gráfico 34.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência e sexo, Moçambique, 2017 .....	67

<b>Gráfico 35.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por sexo, área de residência e alfabetização, Moçambique, 2017 .....	70	bens duráveis segundo o sexo do chefe, Moçambique, 2017 .....	92
<b>Gráfico 36.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por sexo, área de residência e conhecimento oral da língua portuguesa, Moçambique, 2017.....	70	<b>Gráfico 48.</b> Número médio de bens duráveis possuídos, por sexo e nível educacional concluído do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017 .....	94
<b>Gráfico 37.</b> Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e emprego, Moçambique, 2017 .....	72	<b>Gráfico 49.</b> Número médio de bens possuídos por categoria de agregado .....	95
<b>Gráfico 38.</b> Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e emprego, Moçambique, 2017 .....	73	<b>Gráfico 50.</b> Número de divisões da casa, por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017 .....	102
<b>Gráfico 39.</b> Percentagem de pessoas que usam um computador nas áreas urbanas, por sexo e grupo etário, Moçambique, 2017 .....	74	<b>Gráfico 51.</b> Número de divisões para dormir, por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017 .....	102
<b>Gráfico 40.</b> Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e emprego, Moçambique 2017 .....	77	<b>Gráfico 52.</b> Tipo de habitação, por províncias, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017 .....	104
<b>Gráfico 41.</b> Meios de acesso à internet por área de residência e sexo, Moçambique 2017 .....	78	<b>Gráfico 53.</b> Diferenças entre chefes homens e chefes mulheres na % de agregados com dado número de divisões na habitação, por província, zonas rurais .....	106
<b>Gráfico 42.</b> Meios de acesso a internet, por sexo e tipo de ocupação, Moçambique, 2017 .....	79	<b>Gráfico 54.</b> Densidade demográfica média por divisões para dormir, por província, área de residência e sexo do chefe do agregado .....	111
<b>Gráfico 43.</b> Percentagem de titulares de uma conta bancária, por sexo, área de residência e maior idade, Moçambique, 2017.....	81	<b>Gráfico 55.</b> Proporção de pessoas com alguma deficiência por grupo etário e sexo, Moçambique, 2017.....	113
<b>Gráfico 44.</b> Percentagem de titulares de uma conta bancária, por sexo, área de residência e grupo etário, Moçambique, 2017 .....	82	<b>Gráfico 56.</b> Tipos de deficiência por sexo, Moçambique, 2017..	114
<b>Gráfico 45.</b> Acesso ao crédito por sexo, área de residência e titularidade de uma conta bancária, %.....	86	<b>Gráfico 57.</b> Tipo de deficiência segundo a causa, por sexo – Moçambique, 2017 .....	115
<b>Gráfico 46.</b> Uso de conta móvel por sexo, área de residência e titularidade de conta bancária .....	87	<b>Gráfico 58.</b> Pessoas de 5 anos e mais com e sem deficiência que estão a frequentar a escola; não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado; e nunca frequentaram uma escola, por sexo e idade, Moçambique, 2017.....	116
<b>Gráfico 47.</b> Percentagem de agregados familiares por posse de			



# 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

---

O estudo temático sobre dimensões de género enquadra-se no projecto da análise temática do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. De acordo com os termos de referência, o estudo fornece uma análise aprofundada dos dados recolhidos, permitindo uma melhor compreensão das tendências e diferenças no tempo, geográficas, por idade e sexo.

Este documento está organizado em sete partes, incluindo este sumário. A segunda parte introduz conceitos de género, ilustra brevemente as temáticas principais relativas à igualdade de género e empoderamento das mulheres em Moçambique e detalha a colocação deste estudo no contexto geral das estatísticas e estudos de género no país. As terceira e quarta partes descrevem respectivamente os dados e a metodologia utilizados para o estudo.

A quinta parte ilustra os resultados da análise do estudo e está dividida em seis subcapítulos: situação demográfica, nupcialidade, fecundidade, educação, participação na força de trabalho e na economia, adolescentes de 12 a 17 anos, acesso aos recursos, deficiência e migração.

A sexta parte resume as conclusões das análises apresentadas. Por último, são fornecidas algumas recomendações.

## 2. INTRODUÇÃO

---

Enquanto na linguagem comum os termos sexo e género são frequentemente usados de forma intercambiável, eles têm conotações muito diferentes. O termo "sexo" engloba aquelas características dos seres humanos determinadas biologicamente, como, por exemplo, as genitálias, os hormônios e os cromossomos. O termo "género", por sua vez, descreve as características das mulheres e dos homens que são em grande parte criadas socialmente, como, por exemplo, as expectativas sobre comportamentos, pensamentos e papéis sociais.

O conceito de género como categoria analítica permite analisar as relações entre mulheres e homens ao longo do tempo e em diferentes contextos, deixando uma margem para a existência de diversas formas de relações entre mulheres e homens, e não somente a dominação das mulheres implícita no termo patriarcado (Scott 1986).

A igualdade de género é observada em situações em que as mulheres e homens têm igual facilidade de acesso à recursos e oportunidades. Esta situação pode incluir áreas muito diferentes como a participação económica, a participação nas decisões ou a valorização de diferentes comportamentos, aspirações e necessidades sociais.

Os censos não recolhem directamente dados sobre género ou igualdade de género, mas sim sobre o sexo dos respondentes. Isto não significa que análises de género sobre os dados do censo sejam impossíveis. De facto, os censos são recursos

fundamentais para medir acuradamente o número e as características-chaves de homens, mulheres, rapazes e raparigas em todas as unidades geográficas de um país.

Todavia, para efectuar uma análise de género dos dados disponibilizados pelo censo, seria insuficiente descrever as diferenças entre os sexos. Ao contrário, é necessário interpretar as diferenças que emergem entre homens e mulheres (ou rapazes e raparigas) à luz dos problemas relevantes no contexto específico de Moçambique como um todo, bem como das suas províncias, uma vez que as relações de género variam de acordo com a organização social que, no âmbito costumado, caracteriza um determinado contexto sócio-cultural.

Há três tipos de indicadores de género. O primeiro deles é composto por indicadores de lacunas de género, que reflectem a posição relativa de homens e mulheres a respeito de alguma variável. Com eles, é possível conhecer, de forma relacional, os avanços e retrocessos da situação de homens e mulheres em diversos âmbitos. O segundo tipo reúne indicadores de situações específicas de cada sexo, com um olhar de género. Por exemplo, os indicadores de fecundidade se encaixam nesta categoria, uma vez que a maioria dos censos só colecta dados de fecundidade feminina, mas o olhar de género pode detectar inequidades de género nos processos de tomada de decisão ou na presença de comportamentos que respondam aos papéis de género institucionalizados pela persistência de um modelo de género implícito nas relações sociais. Por

fim, o terceiro tipo é composto por indicadores específicos de género, que medem relações entre homens e mulheres que já tenham sido definidas como relações de poder que levam a desigualdades, exclusão e discriminação. O melhor exemplo deste terceiro tipo de indicador é a violência de género (Schkolnik, 2010).

No caso deste relatório, em função da disponibilidade de dados coletados pelos censos demográficos de Moçambique, os indicadores apresentados aqui são, na sua maioria, indicadores de lacunas de género (primeiro tipo), uma vez que comparam homens e mulheres. Estão nesta categoria os indicadores de situação demográfica, nupcialidade, educação, força de trabalho, acesso aos recursos e deficiência. Há, ainda, indicadores de situações específicas relativas à mulher (segundo tipo), todos ligados à fecundidade.

## **DIMENSÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE**

Como em todos os países, as questões de género em Moçambique abrangem todas as áreas da vida humana e são ligadas às questões culturais, sociais e económicas do país.

A feminização da pobreza, o acesso à educação e oportunidades económicas, a violência contra mulheres e raparigas (incluindo casamentos e gravidezes precoces) e a falta de sistemas sociais e jurídicos de apoio são geralmente reconhecidos como importantes determinantes para igualdade de género (MGCAS 2016, MGCAS 2018, UNDAF 2017).

Da mesma forma, o Governo de Moçambique, as Nações Unidas e as organizações que promovem a igualdade de género no país reconhecem que, embora as leis, políticas e compromisso político sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres tenham sido historicamente fortes, os progressos práticos são poucos.

O perfil de género publicado em 2016 pelo Ministério de Género Criança e Acção Social (MGCAS) analisa a situação geral do género, identificando constrangimentos e oportunidades para a promoção efectiva da igualdade de género e o empoderamento de mulheres e raparigas. No documento, o MGCAS reconhece a insuficiente implementação das leis e estratégias nacionais existentes e a feminização da pobreza como principais problemas. Além disso, identifica, como principais sectores ligados ao género, o acesso à justiça e aos direitos humanos, a educação, a saúde, o acesso ao emprego e aos recursos produtivos, o acesso à tomada de decisão política, a violência contra mulheres e raparigas, e a orçamentação sensível ao género.

Em 2018, o mesmo MGCAS publica a “Política de género e estratégia da sua implementação”, que estabelece 9 eixos de intervenção: Legislação, Governança, Educação e Formação, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Reprodutivos, Recursos Produtivos e Emprego, Violência Baseada no Género, Mediação de Conflitos e consolidação da paz, Meios de Comunicação Social e Tecnologias de Informação, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

No United Nations Development Assistance Framework (UNDAF, 2017), as Nações Unidas em Moçambique identificam a diminuição das desigualdades de género como uma prioridade para o desenvolvimento (resultado específico 2.4 “Empowering Women and Girls”), bem como delineiam as conexões entre pobreza e género e entre género e acesso à educação, analfabetismo, acesso a recursos económicos, participação ao mercado do trabalho e participação política. Violência contra mulheres e raparigas, casamentos e gravidezes prematuras também são identificados como cruciais e associados à natureza patriarcal das relações de género.

Os mesmos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e em particular o ODS 5, identificam questões como casamentos prematuros, liderança na vida económica, acesso à terra, bens e serviços como fundamentais. Localizando os ODS em Moçambique, o relatório da Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável destaca o género como um problema estrutural, com um forte quadro legal e político, acompanhado por grandes desigualdades no acesso à oportunidades, onde mulheres e raparigas ficam de facto excluídas da educação, da participação ao trabalho e à economia, do acesso a recursos. Com algumas variações, os mesmos temas são reconhecidos para os maiores actores da cooperação internacional e para as organizações da sociedade civil (Di Ciommo e Cumbi 2021).

## **ESTATÍSTICAS E ESTUDOS DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE**

Apesar do significativo aumento de estudos que incluem a dimensão de género nas próprias análises, a capacidade nacional de produzir, analisar e interpretar estatísticas de género é ainda muito limitada.

Os principais produtores de dados de género são o Instituto Nacional de Estatísticas, os seus Órgãos Delegados e o Banco de Moçambique. Embora uma série de exercícios (incluindo os censos e os inquéritos demográficos e de saúde) sejam implementados com uma certa regularidade, estas fontes

ainda são limitadas na sua capacidade de providenciar dados desagregados sobre temas essenciais para investigar as dimensões de género no país (ONU Mulheres 2021). De acordo com a Coletânea de Estatísticas de Género realizada pela ONU Mulheres em 2016, mais de 70% dos indicadores estatísticos necessários para cumprir com a monitoria dos compromissos de género nacionais e internacionais são indisponíveis. As maiores lacunas são relacionadas com os temas metodologicamente mais complexos, como a violência baseada no género, o acesso aos recursos e a utilização do tempo.

Por isso, este estudo procura, na sua essência, explicar as variações ou comportamentos das variáveis recolhidas em Moçambique nos censos de 1997, 2007 e 2017, mas com foco no IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. Sem a pretensão de ser exaustivo, nos seus capítulos, o estudo analisa os seguintes aspectos:

- Situação demográfica – Razões de sexo, esperança de vida, caracterização dos agregados familiares e registo civil;
- Nupcialidade – Idade média à primeira união conjugal e diferenças entre os cônjuges;
- Fecundidade – Recortes por fluência em português, estado civil e escolaridade;
- Educação – Alfabetização, frequência escolar, nível de escolaridade concluído;
- Participação na força de trabalho e na economia – actividade económica, desemprego, posição na ocupação, sectores de actividade, trabalho não remunerado (doméstico);
- Nupcialidade, fecundidade, educação e trabalho de adolescentes entre 12 e 17 anos;
- Situação migratória e migração entre províncias;
- Acesso aos recursos - Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), serviços bancários, bens duráveis, e condições da habitação;
- Deficiência – tipo, razão, frequência escolar e mercado de trabalho.

Neste contexto, o estudo faz referência à análise dos outros estudos temáticos baseados nos dados do censo. Sempre que possível, todas as análises foram feitas na base de dados desagregados por província, sexo, idade, estado civil, escolaridade, e área de residência. Ao longo da análise, há algumas especificidades tais como tamanho dos agregados familiares, língua e religião.

## OS PRINCIPAIS PRODUTORES DE DADOS DE GÉNERO SÃO O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS, OS SEUS ÓRGÃOS DELEGADOS E O BANCO DE MOÇAMBIQUE



### 3. DISPONIBILIDADE DE DADOS

---

Os dados dos censos são uma fonte essencial de dados desagregados por sexo que podem ser utilizados para fazer análises baseadas no género. Entretanto, como mencionado, o uso dos dados do censo geralmente impõe limitações significativas à análise de género, uma vez que apenas fornece dados desagregados por sexo que só podem ser usados para oferecer uma compreensão básica da situação de homens e mulheres, sem informações qualitativas sobre os factores sociais e culturais subjacentes responsáveis pelos fenómenos observados.

As principais limitações para efectuar análises de género baseadas em dados censitários são duas:

- De um lado, algumas questões cruciais (como a violência sobre mulheres e raparigas) não são foco dos censos e, portanto, nenhum dado é disponível através deles;
- Os censos são geralmente realizados uma vez em cada dez anos, e não fornecem um registo adequado das mudanças sociais e económicas de curto e médio prazo. Isto é particularmente evidente em relação à pandemia da COVID-19, cujas consequências estão além da análise que pode ser fornecida neste estudo, uma vez que surgiu anos depois da realização do censo.

Dentro destas limitações, a equipa do estudo escolheu os temas principais para os quais uma análise de género é possível.

Todo o estudo é baseado nas bases de dados dos censos demográficos de Moçambique relativos aos anos de 1997, 2007 e 2017. Para os três anos foram utilizados os micro-dados da amostra de 10%. As bases de dados dos censos para os três anos foram disponibilizadas aos autores deste estudo directamente pelo INE.

### 4. METODOLOGIA

---

Os resultados deste relatório baseiam-se principalmente na análise de comparação de indicadores entre homens e mulheres, ou entre mulheres de diferentes contextos socioeconómicos. Por exemplo, analisar-se-á a diferença na posição no mercado de trabalho não apenas entre homens e mulheres, mas também entre mulheres que são ou não chefe de domicílios, ou entre mulheres solteiras ou em união marital.

A informação e análise de diferenciais contida nos resultados deste estudo é ilustrada de duas formas, dependendo do foco e do tema.

A primeira é a comparação de frequências, proporções e taxas, feita directamente nos dados. Este tipo de comparação mostra directamente a existência (ou não existência) de disparidades entre os grupos analisados, ou destaca questões de género particularmente importantes.

Quando apropriado, os números e proporções da população são usados para calcular ainda mais proporções ou lacunas que ajudam a identificar disparidades e possíveis áreas de desigualdade de género em relação a uma determinada área temática.

A segunda forma é o uso de regressões logísticas para a investigação não só de como o sexo pode afectar a probabilidade de um indivíduo ter certas características socioeconómicas, mas como algumas variáveis podem ter impacto diferente entre os grupos. Por exemplo, alta escolaridade teria o mesmo impacto entre homens e mulheres para uma melhor posição no mercado de trabalho?

A regressão logística é uma metodologia já bem estabelecida em estudos de ciências sociais aplicadas, para casos nos quais a variável de resposta é dicotómica: por exemplo, frequenta

escola ou não. A interpretação dos resultados é feita pela interpretação do coeficiente  $\beta$ , que retorna a razão de chances – a razão entre a probabilidade de sucesso e a probabilidade de fracasso. Um exemplo:

- A variável resposta é estar numa união marital (que assume valor 1) ou não (que assume valor 0);
- Uma das variáveis explicativas da regressão é nível de escolaridade – que assume o valor 1 se for “primário”, valor 2 se for “secundário”, valor 3 se for “superior”, e valor 0 se for “nenhuma escolaridade”. Arbitrariamente, se escolhe a categoria “nenhuma escolaridade” como categoria-base;
- Para cada uma das demais categorias, a regressão retorna um coeficiente  $\beta$ ;
- Se para nível secundário o coeficiente  $\beta$  é igual a 1,2, a interpretação é que um indivíduo com nível secundário tem 1,2 vezes mais chances de estar numa união marital do que um indivíduo sem nenhuma escolaridade (ou 120% da chance de estar numa união marital do que um indivíduo sem nenhuma escolaridade);

- Se para nível superior o coeficiente  $\beta$  é igual 0,6, a interpretação é que um indivíduo com nível superior tem 60% da chance de estar numa união marital do de que um indivíduo sem nenhuma escolaridade;
- Se para nível primário o coeficiente  $\beta$  é igual a 1 (ou 100%), a interpretação é que um indivíduo com nível primário tem a mesma chance de estar numa união marital do que um indivíduo sem nenhuma escolaridade;

Uma vez que é possível acrescentar, com parcimónia, diversas variáveis no modelo de regressão, este trará respostas mais complexas do que as análises uni e bivariadas, que podem esconder algum tipo de efeito composição entre as categorias das variáveis. Por exemplo, o diferencial entre províncias da probabilidade de ser mãe na adolescência poderia ser explicado por um diferencial de afiliação religiosa entre as províncias. Num eventual caso como este, a regressão captaria o efeito da religião separadamente do efeito da província de residência, o que nem sempre é possível numa análise uni ou bivariada.



## 5. RESULTADOS E ANÁLISE

### 5.1. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Para melhor entender as dimensões de género de um país, é importante contextualizar os resultados deste estudo nos seus perfis demográficos. Este capítulo apresenta um quadro geral das características demográficas da população do Moçambique baseado nos dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, com foco nos temas relevantes para as dimensões de género.

Mais especificamente, neste capítulo apresentamos a seguinte informação:

- i) População total por sexo e idade em 2017, 2007 e 1997;
- ii) Razões de sexo, com particular enfoque sobre razões de sexo para crianças com menos de um ano e por outros grupos etários;
- iii) Chefia do agregado familiar;
- iv) Caracterização do agregado familiar;
- v) Registo civil para menores de 18 anos e o motivo de não registo.

#### 5.1.1. POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E IDADE EM 2017, 2007 E 1997

Os quadros 1 e 2 apresentam a distribuição da população de Moçambique por sexo e idade em números absolutos e percentuais.

**Quadro 1. Distribuição da população de Moçambique por sexo e idade nos Censos de 1997, 2007 e 2017, corrigida pela Divisão de População das Nações Unidas**

Grupo Etário	Censo de 1997		Censo de 2007		Censo de 2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-4	1 439 682	1 437 611	1 879 678	1 872 084	2 431 269	2 407 312
5-9	1 178 779	1 182 402	1 587 975	1 593 357	2 130 662	2 120 859
10-14	1 002 247	1 009 145	1 328 747	1 336 438	1 804 834	1 807 080
15-19	863 611	873 518	1 127 949	1 139 112	1 563 016	1 570 210
20-24	779 327	776 009	924 410	951 819	1 305 107	1 313 735
25-29	645 934	627 907	753 413	797 672	1 083 516	1 102 910
30-34	482 659	508 902	661 374	695 146	865 180	904 867
35-39	380 326	464 122	541 286	556 062	689 337	745 954
40-44	312 191	399 844	397 590	446 724	591 205	639 623
45-49	255 799	321 084	308 872	404 546	471 145	502 470
50-54	208 147	246 616	248 380	342 795	334 284	394 235
55-59	174 665	196 491	196 494	266 674	247 991	345 015
60-64	128 226	149 818	150 450	193 805	186 247	277 377
65-69	96 654	115 657	114 345	140 284	132 010	197 314
70-74	62 554	77 201	72 384	91 704	85 921	123 154
75-79	34 762	44 312	42 512	55 249	50 897	69 584
80+	19 245	26 324	25 061	36 172	29 845	45 326
<b>Total</b>	<b>8 064 808</b>	<b>8 456 963</b>	<b>10 360 920</b>	<b>10 919 643</b>	<b>14 002 466</b>	<b>14 567 025</b>

Fonte: UN Population Division, World Population Prospects, 2022 Revision

**Quadro 2. Distribuição da população por sexo, grupo etário e área de residência, Moçambique, 2017, 2007 e 1997**

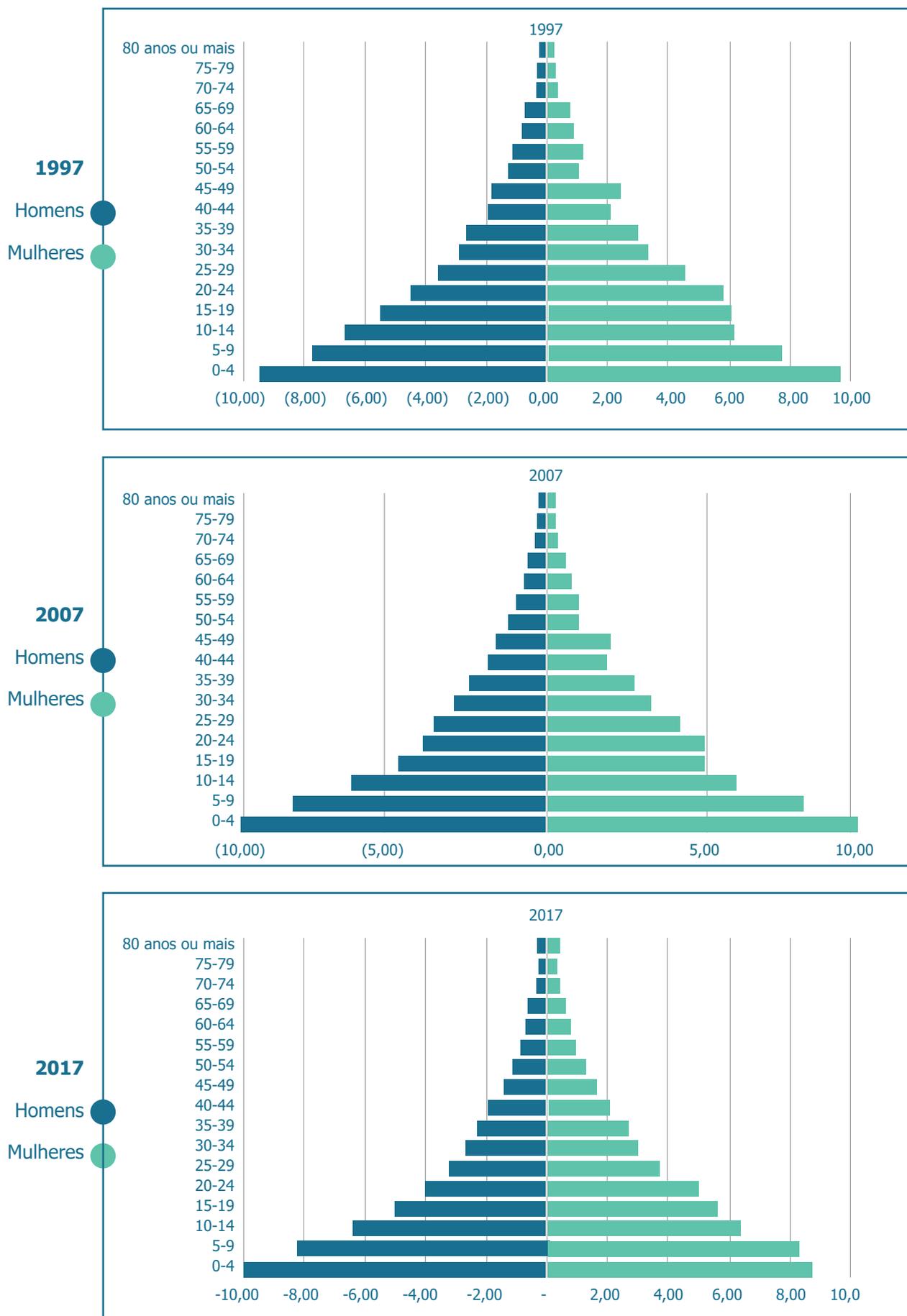
Grupo Etário	Total						Urbana						Rural					
	2017		2007		1997		2017		2007		1997		2017		2007		1997	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0-4	17,8	16,8	19,6	18,6	18,5	17,5	14,7	14,0	16,0	15,5	15,8	15,7	19,3	18,2	21,2	19,9	19,6	18,2
5-9	17,2	16,0	16,2	15,4	15,2	14,0	14,8	14,3	13,8	14,0	13,8	13,9	18,3	16,8	17,3	16,0	15,9	14,1
10-14	13,3	12,2	12,6	11,3	13,0	11,1	12,8	12,6	12,8	12,7	13,7	13,3	13,6	12,0	12,5	10,8	12,6	10,2
15-19	10,5	10,8	9,6	9,5	10,6	10,7	11,6	11,7	11,8	11,4	13,2	12,1	10,0	10,4	8,6	8,7	9,5	10,2
20-24	8,4	9,6	8,1	9,4	8,7	10,4	10,0	11,1	10,7	11,2	9,8	10,8	7,6	8,9	6,9	8,7	8,2	10,2
25-29	6,7	7,1	7,2	8,0	7,0	8,3	8,3	8,5	8,6	8,7	7,4	8,2	5,9	6,5	6,6	7,7	6,9	8,3
30-34	5,5	5,8	6,0	6,3	5,6	6,0	6,9	6,6	6,4	6,5	6,3	6,4	4,9	5,4	5,8	6,3	5,3	5,8
35-39	4,9	5,2	4,9	5,3	5,1	5,4	5,5	5,3	4,9	5,2	5,7	5,4	4,6	5,1	4,9	5,3	4,8	5,4
40-44	4,0	4,0	3,7	3,6	3,7	3,8	4,1	4,1	4,1	3,8	4,1	3,6	3,9	4,0	3,6	3,6	3,5	3,8
45-49	3,0	3,2	3,3	3,1	3,5	3,6	2,9	3,0	3,5	3,1	3,2	3,0	3,1	3,2	3,2	3,1	3,6	3,8
50-54	2,4	2,5	2,4	2,7	2,5	2,7	2,5	2,5	2,4	2,4	2,2	2,1	2,3	2,4	2,3	2,8	2,6	2,9
55-59	1,8	1,8	2,0	2,0	2,2	2,2	1,9	1,8	1,8	1,7	1,8	1,7	1,8	1,9	2,1	2,2	2,4	2,4
60-64	1,4	1,5	1,4	1,5	1,6	1,6	1,5	1,4	1,2	1,3	1,2	1,3	1,4	1,6	1,5	1,6	1,7	1,7
65-69	1,1	1,2	1,2	1,2	1,4	1,4	0,9	1,0	0,8	0,9	0,9	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	1,6	1,5
70-74	0,7	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,4	0,5	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
75-79	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,4	0,5	0,4	0,5	0,3	0,4	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6
80-84	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2
85-89	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
90-94	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
95-99	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A pirâmide etária é a representação gráfica da estrutura por sexo e idade de uma população. Das pirâmides etárias do Gráfico 1 emergem alguns padrões indicativos do perfil demográfico de Moçambique. Para os três anos censitários, a ampla base e o topo afunilado indicam uma população jovem. Em 2017, no entanto, observa-se um claro indício de queda no crescimento do grupo de 0 a 4 anos. Há uma redução

na diferença relativa entre os grupos 0-4 e 5-9, ao mesmo tempo em que há um aumento na percentagem da população de 80 anos ou mais, com um leve alargamento do topo. Nas pirâmides de 1997 e 2007, faltam mulheres em alguns grupos etários, facto que já foi identificado pelo Estudo Temático sobre Avaliação da Qualidade dos Dados do Censo e atribuído, possivelmente, à emigração internacional de mulheres.

**Gráfico 1. Pirâmides demográficas de Moçambique, 2017, 2007 e 1997**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

### 5.1.2. RAZÕES DE SEXO

A razão de sexo é a relação entre o número de homens e o de mulheres em uma determinada população e deve ser interpretada como o total de homens para cada 100 mulheres em uma população. Em geral, as razões de sexo decrescem monotonamente à medida em que a idade aumenta, reflectindo o facto de a mortalidade dos homens ser, em média, maior do que a das mulheres. Segundo o Grupo de Foz (2011), na ausência de “movimentos migratórios ou efeitos perturbadores na sociedade” (p.225), ou quando não há erros nem omissões, a razão de sexo ao nascer deveria ser entre 100 e 105, a razão de sexo por idade deveria declinar com o aumento da idade, atingir o equilíbrio entre os sexos depois da idade 25-29 e ser inferior a 90 a partir dos 60 anos.

O Quadro 3 apresenta as razões de sexo por grupo etário, para o total da população e também para as áreas urbanas e rurais.

**Quadro 3. Razão de sexo por grupo etário e área de residência, Moçambique, 1997, 2007, 2017**

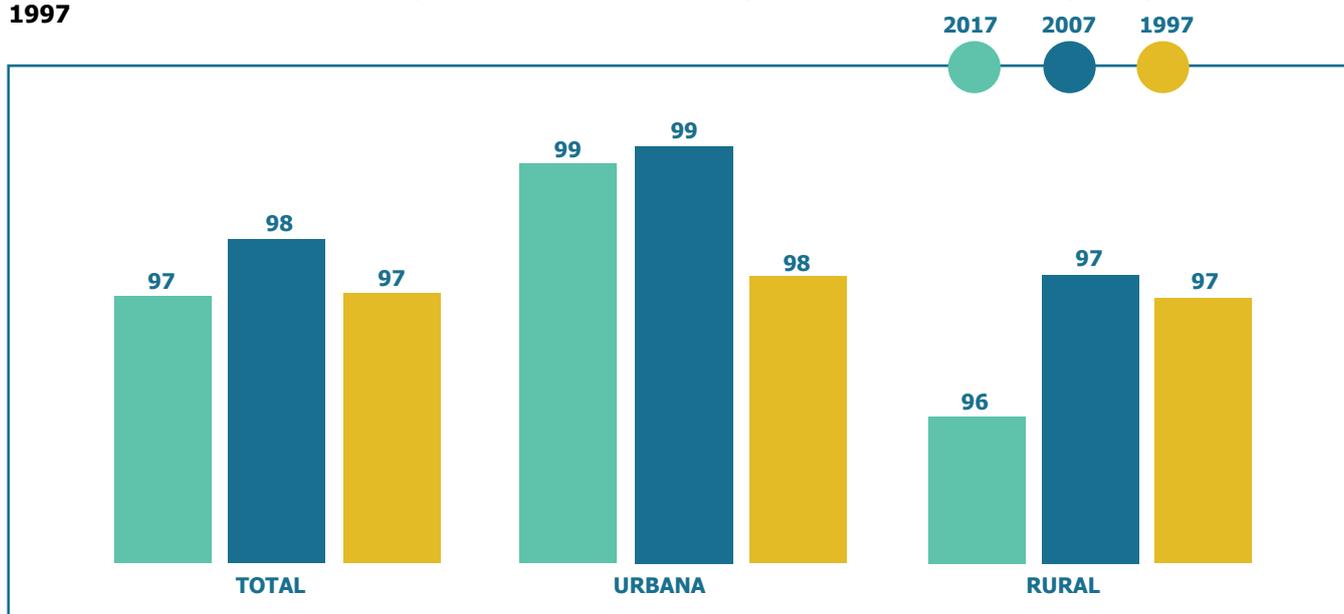
Grupos Etários	2017			2007			1997		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0-4	97,59	98,37	97,31	97,34	99,14	96,74	97,25	98,71	96,75
5-9	99,10	96,91	99,98	97,44	95,49	98,17	99,88	97,05	101,00
10-14	100,67	94,74	103,63	102,72	96,49	105,87	107,49	100,56	111,09
15-19	89,55	93,05	87,68	93,45	99,56	90,01	90,74	105,82	83,60
20-24	80,61	84,08	78,53	78,92	91,29	72,08	76,91	88,45	72,08
25-29	86,92	91,29	84,16	83,56	95,68	77,77	77,96	87,96	74,05
30-34	88,26	98,14	82,46	87,45	93,83	84,61	86,24	94,90	82,42
35-39	86,27	95,95	81,45	85,82	91,44	83,48	86,25	102,36	79,78
40-44	91,48	94,40	90,05	95,03	102,76	91,50	89,77	110,93	81,86
45-49	88,02	91,19	86,62	97,13	109,04	92,14	90,01	105,22	85,22
50-54	88,29	93,75	85,57	80,96	98,14	74,68	84,92	100,00	80,49
55-59	91,90	101,06	87,80	90,24	98,94	87,30	91,54	100,97	88,89
60-64	86,63	96,89	82,18	87,86	93,66	85,94	91,30	92,50	90,93
65-69	85,47	87,85	84,61	88,02	87,26	88,25	90,30	80,39	93,16
70-74	84,12	84,92	83,81	89,15	81,50	91,80	90,85	78,57	94,52
75-79	80,10	78,64	80,59	89,61	74,68	94,55	94,47	69,07	101,94
80-84	73,93	64,76	77,49	79,31	66,67	83,24	84,67	70,15	88,28
85-89	74,07	59,42	79,70	83,78	62,31	90,29	85,48	66,52	90,52
90-94	75,98	72,00	77,67	80,35	57,85	86,41	88,71	56,52	96,04

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Em 2017, excepto pelo facto de estar abaixo de 90 após os 60 anos, as razões de sexo por idade não se comportaram como esperado. O padrão atípico, identificado e analisado pelo Estudo Temático sobre Avaliação da Qualidade dos Dados do Censo, mostra que há falta de meninos nos primeiros anos de vida, falta de meninas ou excesso de meninos no grupo entre 10 e 14 anos e falta de rapazes ou excesso de raparigas entre

15 e 24 anos, provavelmente devido à declaração de idade incorrecta ou imprecisa. A recolha da data de nascimento em censos futuros pode ajudar a minimizar este problema. No caso das crianças menores de 1 ano, houve uma redução na razão de sexo entre 2007 e 2017, que pode ser vista no Gráfico 2.

**Gráfico 2. Razão de sexo de crianças com menos de um ano, por área de residência, Moçambique, 2017, 2007, 1997**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Razões de sexo extremamente elevadas, como encontradas em alguns países asiáticos (Guilmoto, 2012), podem ser consequência do aborto selectivo de fectos femininos. Em muitos países africanos, particularmente na África Oriental e Meridional, acontece o oposto: as razões de sexo ao nascer são consideravelmente mais baixas. No caso de Moçambique, a Divisão de População estima uma razão de sexos ao nascer de 101,9. Entretanto, no IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, a razão de sexos ao nascer foi 98,80 e a razão de sexos do grupo etário de menores de 1 ano foi 96,67, valor extraordinariamente baixo, mesmo para os padrões africanos. O Estudo Temático sobre Avaliação da Qualidade dos Dados do Censo chama atenção para a possibilidade de parte das crianças menores de 1 ano de idade terem sido declaradas com 1 ano completo.

Qual poderia ser a explicação destas razões extremamente baixas? Diferentemente daquilo que se observa nos países onde as razões de sexo ao nascer são atipicamente altas, devido ao aborto selectivo, existem poucas explicações teóricas para as baixas razões de sexo ao nascer na África Subsaariana. Tem sido sugerido que a feminização da razão de sexo pode ser devida a abortos espontâneos, que ocorreriam mais frequentemente com fetos masculinos do que femininos, em casos em que a mãe enfrenta situações graves de pressão, tais como desnutrição, guerras, desastres naturais ou mesmo a exposição a poluentes (Morse e Luke 2021). Há, ainda, evidências de um declínio no número de meninos nascidos de mulheres negras de descendência africana, de forma que a razão de sexo ao nascer estaria relacionada a diferenças raciais (Kaba, 2007).

Em algumas culturas de Moçambique, os recém-nascidos só fazem a sua aparição pública quando o cordão umbilical cai, depois de cerca de duas semanas desde a parturição. É só nesta altura que o seu nome é revelado e que são apresentados à família e à comunidade, durante uma cerimónia. As práticas e atitudes variam em cada cultura local, mas em muitas comunidades é crença difusa que, durante as primeiras duas semanas de vida, as crianças sejam mais vulneráveis, inclusive às invejas de vizinhos e parentes (Mathsine et al. 2007, Laisse 2020).

Uma hipótese é que esta atitude protectiva seja vivida de maneira diferente para novos nascidos e para as novas nascidas, uma vez que os rapazes recém-nascidos são mantidos em situação de protecção por um período maior que as raparigas. Estas diferenças seriam menos pronunciadas nas áreas urbanas e entre culturas que menos adoptam esta prática.

É possível tentar uma verificação desta hipótese cruzando a razão de sexo de crianças de zero anos com a língua materna do chefe do agregado, considerável uma variável correlata à cultura local. De facto, a razão de sexo difere por língua materna do chefe do agregado, como mostrado no Quadro 4.

**Quadro 4. Razão de sexo para crianças com menos de um ano por língua materna do chefe do agregado, Moçambique, 2017**

Língua Materna	Total	Urbana	Rural
Emakhuwa	96,81	96,03	97,02
Português	100,28	100,07	100,67
Xichangana	98,12	100,75	95,10
Elomwe	95,30	110,59	93,26
Cinyanja	93,34	121,29	91,46
Cisena	92,32	94,71	91,47
Echuwabo	94,01	96,69	92,70
Cindau	97,44	97,19	97,50
Xitshwa	93,16	94,26	92,60

Fonte: INE, Censo 2017.

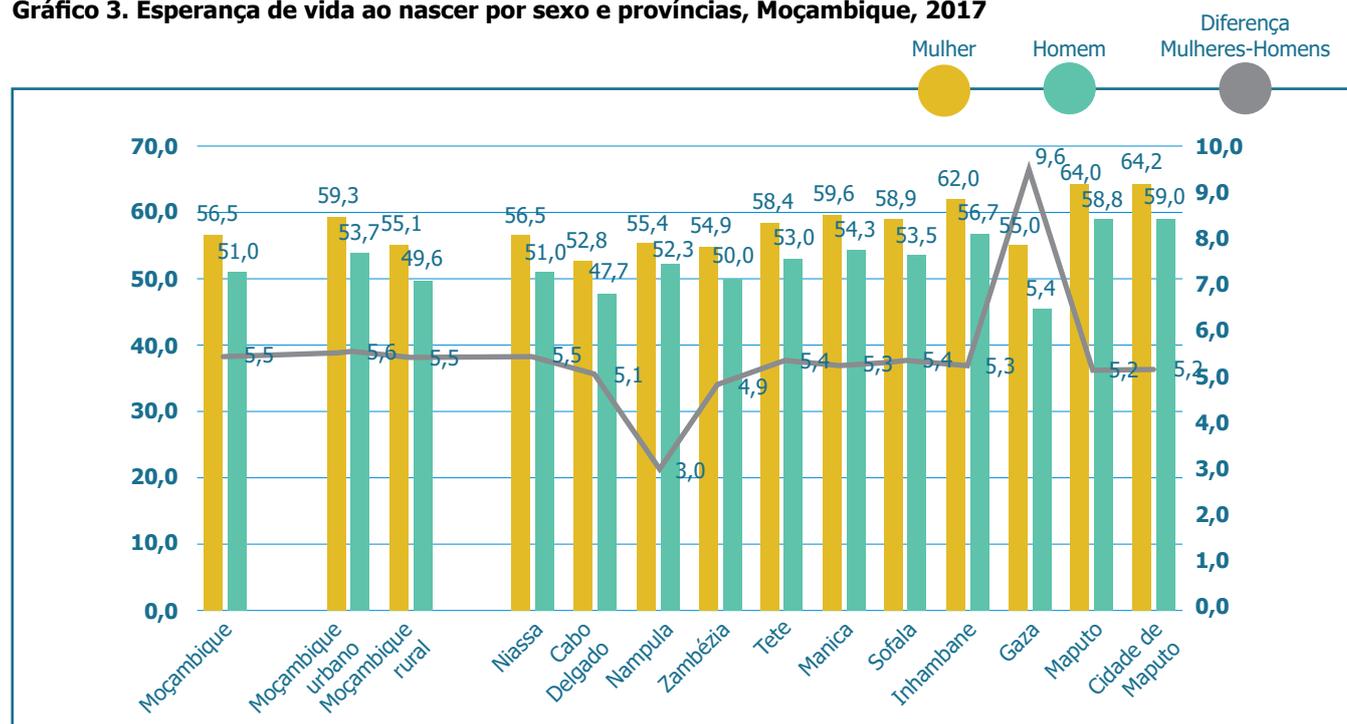
A razão de sexo é maior e pouco acima de 100 para falantes de português em todas as áreas e para falantes de Xichangana (100.75), Elomwe (110.59) e Cinyanja (121.29) nas áreas urbanas. É geralmente menor nas áreas rurais e em particular para falantes de Elomwe, Cinyanja, Cisena, Echuwabo e Xitshwa. É possível que as práticas de protecção dos recém-nascidos (ou as diferenças de género que influenciam as mesmas) sejam mais fortes nestas culturas.

### 5.1.3. ESPERANÇA DE VIDA

A esperança de vida ao nascer corresponde ao número médio de anos de vida esperado a partir do nascimento (Carvalho et al, 1998). O Gráfico 3 apresenta a esperança de vida ao nascer em Moçambique, Moçambique Urbano, Moçambique Rural e províncias em 2017, bem como a diferença entre mulheres

e homens. Os homens em Moçambique esperam viver, em média, 51,0 anos, enquanto as mulheres esperam viver 56,5 anos. Conforme esperado, a esperança de vida nas áreas urbanas é superior à das áreas rurais. A Província de Gaza tem a esperança de vida mais baixa entre os homens, 45,4 anos, enquanto Cabo Delgado tem a esperança de vida mais baixa entre as mulheres, 52,8 anos. A maior diferença entre a esperança de vida feminina e masculina está na província de Gaza (9,6 anos), em contraste com Nampula, onde a diferença entre a esperança de vida da mulher e do homem é de apenas 3,0 anos. Nas áreas urbanas, as mulheres esperam viver, em média, 5,6 anos a mais do que os homens. Já nas áreas rurais, a diferença sobre para 5,5 anos favoráveis às mulheres.

**Gráfico 3. Esperança de vida ao nascer por sexo e províncias, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

#### 5.1.4. CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Algumas das variáveis analisadas neste estudo só podem ser observadas ao nível de agregado familiar, pois o dado diz respeito ao domicílio e não aos indivíduos. Em tal perspectiva, este estudo propõe uma categorização dos agregados familiares baseada na área de residência e no tamanho do agregado, bem como na idade e no sexo dos seus chefes (veja Quadro 5).

Uma análise detalhada dos agregados familiares em Moçambique pode ser encontrada no estudo temático de Domicílios e Condições de Habitação. Para fins deste estudo, uma ulterior categorização pode ser feita pelo estado civil dos chefes de agregado.

**Quadro 5. Categorização dos agregados familiares por idade e sexo do chefe do agregado, área de residência e tamanho do agregado – Moçambique, 2017**

Categorias de Agregados Familiares	% no total de agregados	% na categoria				
		Solteiro	Casado	União Marital	Divorciado/ Separado	Viúvo
<b>Menores (0-17)</b>	<b>1,1</b>	<b>41,5</b>	<b>9,8</b>	<b>41,8</b>	<b>6,1</b>	<b>0,8</b>
Rapazes	0,5	48,2	9,7	40,9	0,9	0,2
Raparigas	0,6	36,4	9,9	42,5	10,1	1,2
<b>Adultos (18-59 anos)</b>	<b>83,8</b>	<b>12,2</b>	<b>18,3</b>	<b>57,8</b>	<b>6,1</b>	<b>5,6</b>
Homens residentes em áreas urbanas	19,0	10,7	20,2	66,6	1,7	0,9
Sozinhos	1,4	68,7	5,2	14,0	9,5	2,6
2 pessoas	1,7	20,6	15,4	60,0	2,9	1,1
De 3 a 6 pessoas	11,1	4,9	20,8	72,7	0,9	0,7
Mais de 6 pessoas	4,8	3,6	24,7	70,2	0,7	0,7
Homens residentes em áreas rurais	38,3	4,6	23,5	69,6	1,5	0,7
Sozinhos	1,4	55,2	4,6	15,9	18,4	5,9
2 pessoas	2,9	6,7	20,8	69,5	2,1	0,9
De 3 a 6 pessoas	18,8	2,4	24,2	72,1	0,8	0,5
Mais de 6 pessoas	15,1	2,2	25,0	71,6	0,8	0,5
Mulheres residentes em áreas urbanas	8,2	34,0	8,2	27,2	13,2	17,5
Sozinhas	0,7	54,7	4,1	11,5	15,7	13,9
2 pessoas	1,0	42,7	6,4	21,8	15,2	13,8
De 3 a 6 pessoas	7,2	21,6	5,8	19,6	8,9	11,5
Mais de 6 pessoas	5,8	7,8	2,8	9,2	3,2	6,5
Mulheres residentes em áreas rurais	18,3	19,7	10,2	37,9	16,9	15,3
Sozinhas	1,3	32,5	4,3	20,1	19,4	23,7
2 pessoas	2,0	24,2	8,2	33,1	19,3	15,2
De 3 a 6 pessoas	9,2	18,6	10,9	39,1	17,4	13,8
Mais de 6 pessoas	5,8	16,8	11,0	41,6	14,8	15,8
<b>Idosos (60 e mais)</b>	<b>15,1</b>	<b>11,0</b>	<b>19,5</b>	<b>36,1</b>	<b>6,1</b>	<b>27,2</b>
Homens idosos	8,5	4,4	31,2	55,7	2,6	6,1
Mulheres idosas	6,7	19,4	4,7	11,3	10,6	53,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>12,3</b>	<b>18,4</b>	<b>54,4</b>	<b>6,1</b>	<b>8,8</b>

Fonte: INE, Censo 2017.

O Quadro 5 mostra que, do total dos agregados familiares, 1,1% são chefiados por adolescentes com menos de 18 anos, 83,8% por adultos entre 18 e 59 anos e 15,1% por idosos com 60 anos ou mais. Entre os adultos, a maior percentagem (38,3%) de agregados é chefiado por homens residentes nas áreas rurais do país. Em relação ao estado civil dos chefes, 12,3% são solteiros, 18,4% são casados, 54,4% estão numa união conjugal, 6,1% são divorciados/separados e 8,8% são viúvos.

O Quadro 6 traz o tamanho médio dos domicílios em 2017. Em média, os domicílios moçambicanos tinham 4,4 habitantes, sendo 4,5 nas áreas urbanas e 4,3 nas áreas rurais. Há variações entre as províncias. As províncias de Niassa, Manica, Sofala, Gaza e Cidade de Maputo têm um tamanho médio de agregado familiar maior do que a média do país.

#### Quadro 6. Tamanho médio dos agregados familiares por área de residência – Moçambique

Província	Total	Urbano	Rural
Moçambique	4,4	4,5	4,3
Niassa	4,5	4,7	4,4
Cabo Delgado	4,1	4,7	4,0
Nampula	4,2	4,4	4,1
Zambézia	4,3	4,5	4,3
Tete	4,4	4,3	4,4
Manica	4,8	4,9	4,8
Sofala	4,8	4,6	4,9
Inhambane	4,3	4,2	4,3
Gaza	4,7	4,7	4,7
Maputo	4,2	4,3	4,0
Cidade de Maputo	4,6	4,6	0,0

Fonte: INE, Censo 2017.

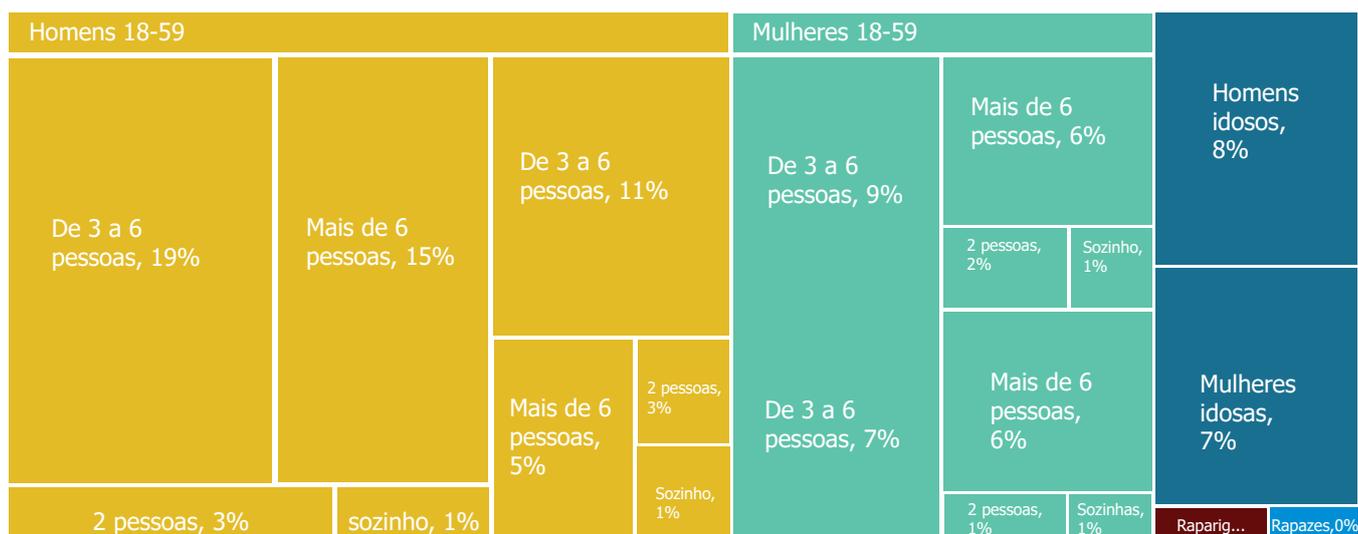
O tamanho médio do agregado familiar varia também com a idade do seu chefe (Quadro 7). Quando o agregado é chefiado por alguém de menor que 18 anos, seu tamanho médio é de 2,6 pessoas, passando para 4,5 pessoas quando o chefe tem 18 a 59 anos e caindo para 3,8 quando o chefe tem 60 anos ou mais. Os agregados chefiados por pessoas adultas com nível secundário ou superior completado tendem a ter, em média, um menor número de membros em comparação aos agregados familiares de chefes com menor nível de ensino completado.

#### Quadro 7. Tamanho médio dos agregados familiares por idade do chefe e área de residência – Moçambique e províncias, 2017

Província	< 18 anos			18-59 anos			60 anos e mais		
	Urbano	Urbano	Rural	Urbano	Urbano	Rural	Urbano	Urbano	Rural
Moçambique	2,57	2,82	2,51	4,49	4,50	4,48	3,81	4,50	3,55
Niassa	2,56	2,87	2,49	4,58	4,74	4,52	3,83	4,33	3,69
Cabo Delgado	2,37	2,67	2,32	4,26	4,67	4,14	3,69	4,66	3,45
Nampula	2,47	2,80	2,37	4,30	4,45	4,23	3,41	3,92	3,22
Zambézia	2,57	2,90	2,50	4,48	4,56	4,46	3,29	3,75	3,21
Tete	2,63	2,50	2,66	4,55	4,37	4,59	3,53	4,19	3,43
Manica	2,60	3,18	2,45	4,93	4,93	4,93	4,43	5,09	4,21
Sofala	2,40	2,24	2,47	4,85	4,54	5,10	4,42	4,67	4,28
Inhambane	3,40	2,80	3,62	4,60	4,36	4,71	3,51	3,64	3,49
Gaza	2,96	2,80	3,02	4,87	4,71	4,94	4,29	4,78	4,15
Maputo	2,95	3,14	2,73	4,21	4,27	4,09	4,24	4,65	3,68
Cidade de Maputo	2,94	2,94		4,40	4,40		5,30	5,30	

Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Domicílios e Condições de Habitação)

**Gráfico 4. Treemap dos agregados familiares categorizados por idade e sexo do chefe do agregado, área de residência e tamanho do agregado**



Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.1.5. CHEFIA DO AGREGADO FAMILIAR

Tradicionalmente, os agregados familiares são, na sua maioria, chefiados por homens. Entretanto, claramente existem mulheres que, por razões de viuvez, separação ou divórcio, ou ainda sendo mães solteiras, se encontram na situação de ser chefes de agregados familiares. Dito isso, o conceito de chefe do agregado familiar não é bem definido.

Nos debates sobre a Lei da Família previa-se que na representação da família fosse eliminada a ideia de “chefe de família”, acabando com a tutela masculina na relação familiar (Arthur et al. 2011). Entretanto, a nova Lei da Família (Lei no 22/2019) não menciona nem uma chefia compartilhada para ambos os sexos, nem a poligamia, que foi amplamente discutida em vários fóruns e Organizações de Mulheres<sup>1</sup>. Porém, reconhece os “usos e costumes”, desde que não contrariem a Constituição da República e a presente Lei.

Quase dois terços de agregados familiares em Moçambique eram chefiados por pessoas de sexo masculino (66,2% homens versus 33,8% mulheres). A chefia masculina de agregados familiares era maior tanto nas áreas urbanas como rurais (67,9% contra 32,1% nas áreas urbanas; e 65,4% versus 34,6% nas áreas rurais).

Olhando para a variação geográfica do tipo de chefia de agregados familiares, destacam-se as províncias de Gaza e Inhambane no sul de Moçambique por serem aquelas em que a percentagem de agregados familiares chefiados por mulheres aproxima-se à dos chefiados por homens.

A razão de chefia de agregados familiares tende a ser maior entre os homens em comparação com as mulheres e varia com a idade. Entre os homens, a proporção dos que são chefes de agregados familiares cresce de forma acentuada a partir da faixa etária dos 15-19 anos até quase a faixa de 30-34 anos. Entre as mulheres, a chefia de agregados familiares cresce quase de forma gradual a partir da faixa etária dos 15-19 anos. Tanto entre os homens como entre as mulheres, a chefia de agregados familiares inicia mais cedo nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas.

Entre os homens, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia apresentam uma proporção importante de início de chefia de agregados familiares na adolescência (15-19 anos), variando em cerca de 10% em Niassa a 15% em Nampula. Entre as mulheres, a chefia de agregados familiares inicia relativamente cedo nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Estas províncias são as que apresentam maior prevalência de uniões maritais precoces (antes dos 18 anos) em Moçambique (Arnaldo et al., 2017).

Entre os agregados familiares chefiados por homens, predominam os do tipo nuclear com filhos, com 48%, seguidos pelos do tipo família alargada (ou seja, incluindo outros familiares que não sejam filhos), 34%. Nos agregados familiares chefiados por mulheres, prevalecem os do tipo “família alargada”, 40%, seguidos por “uma mulher com filhos”, com 35%. Entre os agregados familiares chefiados por homens, os do tipo nuclear com filhos são mais prevaletentes nas áreas rurais e os do tipo “família alargada” nas áreas urbanas.

<sup>1</sup> Por exemplo: Fórum Mulher, uma rede de organizações não governamentais de mulheres que coordenam acções da mulher no desenvolvimento em Moçambique cujo papel é de mediação entre Sociedade Civil e Estado moçambicano nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres.

### 5.1.6. REGISTO CIVIL

O registo de nascimento constitui o primeiro direito da criança, permitindo o acesso aos serviços básicos de saúde e educação e abrindo a porta a outros benefícios, tais como o direito à propriedade, à herança e à representação jurídica.

O Governo de Moçambique introduziu, no ano de 2018, o Sistema Único de Identificação Civil – NUIC, com o objectivo de simplificar e modernizar os actos do registo civil (Lei 12/2018 de 4 de Dezembro). O sistema foi introduzido para operacionalizar todos os eventos vitais e torná-los obrigatórios, universais e extensivos a todo o território e a todos os grupos populacionais, incluindo população refugiada e apátridas<sup>2</sup>.

No entanto, o IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 ocorreu antes da implantação do NUIC. A pergunta do censo foi direccionada para pessoas de idade entre 0 e 17 anos. Além disso, o censo pergunta sobre os motivos da falta de registo, com as seguintes opções: fica longe; não é importante; falta de conhecimento; burocracia; é caro; falta de tempo; ainda é muito novo; outra.

Assim, o Quadro 8 mostra que, no IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, do total de 14 261 208 menores, 74,9% eram registados, sem diferença sensível entre rapazes e raparigas. A percentagem de registo era expressivamente mais alto nas áreas urbanas para todas as idades, além de aumentar com a idade. Os maiores aumentos emergiram entre zero e um ano, e entre 5 anos e 6 anos, quando as crianças entram no sistema educacional.

**Quadro 8. Percentagem da população de 0 a 17 anos com registo civil, por área de residência, sexo e idade, Moçambique 2017**

Idade	TOTAL				Urbana				Rural			
	Rapazes		Raparigas		Rapazes		Raparigas		Rapazes		Raparigas	
	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
0	35,6	310 654	34,3	319 261	41,3	89 078	40,2	89 415	33,3	221 577	32,0	229 847
1	47,5	432 677	48,0	436 737	55,9	120 634	57,0	119 612	44,3	312 043	44,6	317 125
2	53,1	453 202	52,6	462 577	64,4	121 950	64,1	121 813	49,0	331 252	48,4	340 764
3	56,0	470 329	56,2	486 604	69,2	122 362	69,0	128 054	51,3	347 968	51,6	358 549
4	60,1	459 054	60,1	468 636	73,8	122 180	74,3	126 696	55,1	336 874	54,9	341 941
5	64,9	454 799	65,3	450 587	78,9	123 810	79,5	123 366	59,6	330 989	59,9	327 221
6	75,2	440 666	76,0	448 298	88,6	123 817	89,4	126 469	70,0	316 849	70,7	321 829
7	81,9	457 544	82,1	457 696	93,2	131 523	93,5	135 716	77,3	326 021	77,3	321 979
8	85,3	389 270	85,4	397 540	95,9	115 757	95,5	121 426	80,9	273 514	80,9	276 114
9	87,7	373 389	88,2	379 769	96,3	110 581	96,4	119 264	84,0	262 808	84,4	260 505
10	88,8	413 259	88,9	404 449	96,8	121 306	96,4	124 116	85,5	291 953	85,5	280 333
11	91,8	295 917	92,1	296 818	97,8	96 208	97,9	101 942	88,9	199 708	89,1	194 876
12	90,8	374 488	91,0	371 703	97,7	116 109	97,5	123 762	87,7	258 379	87,8	247 942
13	92,8	297 413	92,8	299 786	98,1	99 869	98,1	107 598	90,1	197 544	89,8	192 188
14	92,7	293 351	92,3	289 430	98,3	98 464	98,1	104 052	89,8	194 888	89,0	185 378
15	91,7	283 703	90,7	276 640	97,8	94 367	97,9	98 518	88,6	189 336	86,8	178 122
16	93,1	250 803	91,3	257 138	98,3	90 872	98,0	94 036	90,1	159 931	87,5	163 102
17	93,3	290 493	91,0	314 154	98,3	108 102	97,7	113 665	90,4	182 391	87,2	200 489
<b>Total</b>	<b>74,9</b>	<b>6 741 011</b>	<b>74,7</b>	<b>6 817 822</b>	<b>85,3</b>	<b>2 006 989</b>	<b>85,7</b>	<b>2 079 519</b>	<b>70,5</b>	<b>4 734 022</b>	<b>69,8</b>	<b>4 738 303</b>

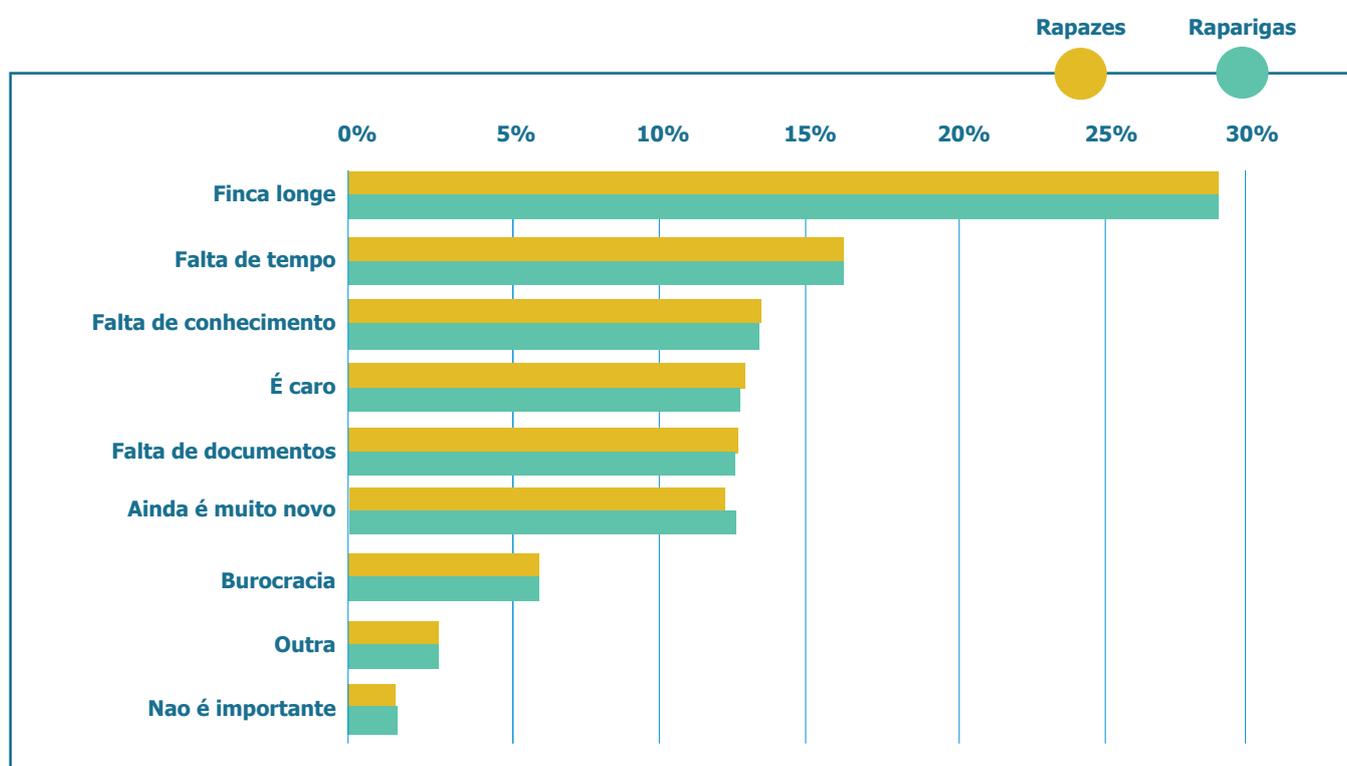
Fonte: INE, Censo 2017.

<sup>2</sup> Segundo a ACNUR – Agência da ONU para Refugiados, apátrida é a pessoa que não tem sua nacionalidade reconhecida por nenhum país.

Em suma, embora barreiras para o registo de raparigas sejam documentadas (UNHCR e UNICEF 2021), os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 indicam que, para menores de 18 anos, não existem grandes diferenças no tratamento de filhos e filhas em relação ao registo de nascimento.

Quanto aos motivos de não registo, como mostrado no Gráfico 5, a distância das instituições de registo era a causa principal para ambos os sexos, seguida pela falta de tempo. Os dados não indicam diferenças entre as razões de não registo para rapazes e raparigas.

**Gráfico 5. Razões de causa para o não registo civil, por sexo, %, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

## 5.1 NUPCIALIDADE

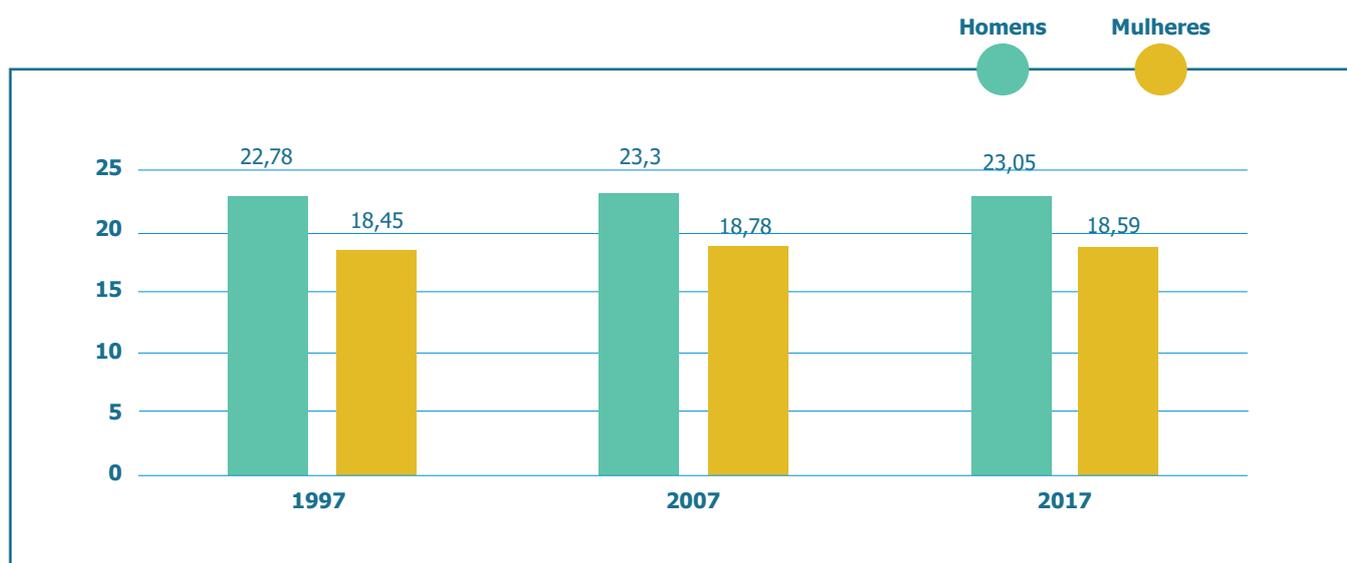
Os padrões de casamento podem ser considerados uma proxy para o empoderamento feminino (Carmichael, 2011). Este capítulo aborda a idade média à primeira união marital (SMAU, da sigla em inglês Singulate Mean Age at Union), a diferença de idade entre mulheres e homens em união e alguns aspectos da poligamia, já calculados e abordados pelo estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade. Além de análises descritivas, o capítulo apresenta análises multivariadas.

### 5.1.1. IDADE MÉDIA À PRIMEIRA UNIÃO (SMAU)

Consideram-se unidas as pessoas que, na pergunta sobre estado civil, se declararam casadas ou em união marital. A idade média à primeira união marital (SMAU), definida como a média de anos vividos no estado civil solteiro(a) entre as pessoas que se unem antes dos 50 anos (United Nations, 2013), foi estimada pelo método do SMAFM para censos de 1997, 2007 e 2017<sup>3</sup>, conforme o Gráfico 6. As mulheres iniciam a sua vida conjugal, em média, cerca de 4,5 anos antes dos homens nos três censos analisados. Em 2017, enquanto os homens se uniram maritalmente, em média, aos 23,1 anos, a idade média à primeira união conjugal das mulheres foi de 18,6 anos. Uniões que ocorrem após os 18 anos não são consideradas precoces, mas se ocorrem antes dos 20 anos são uniões na adolescência. Sendo assim, as mulheres moçambicanas, se unem, em média, ainda na adolescência.

<sup>3</sup> Para detalhes sobre a metodologia, vide o Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade.

**Gráfico 6. Idade média à primeira união conjugal por sexo, em anos, Moçambique, 1997, 2007**



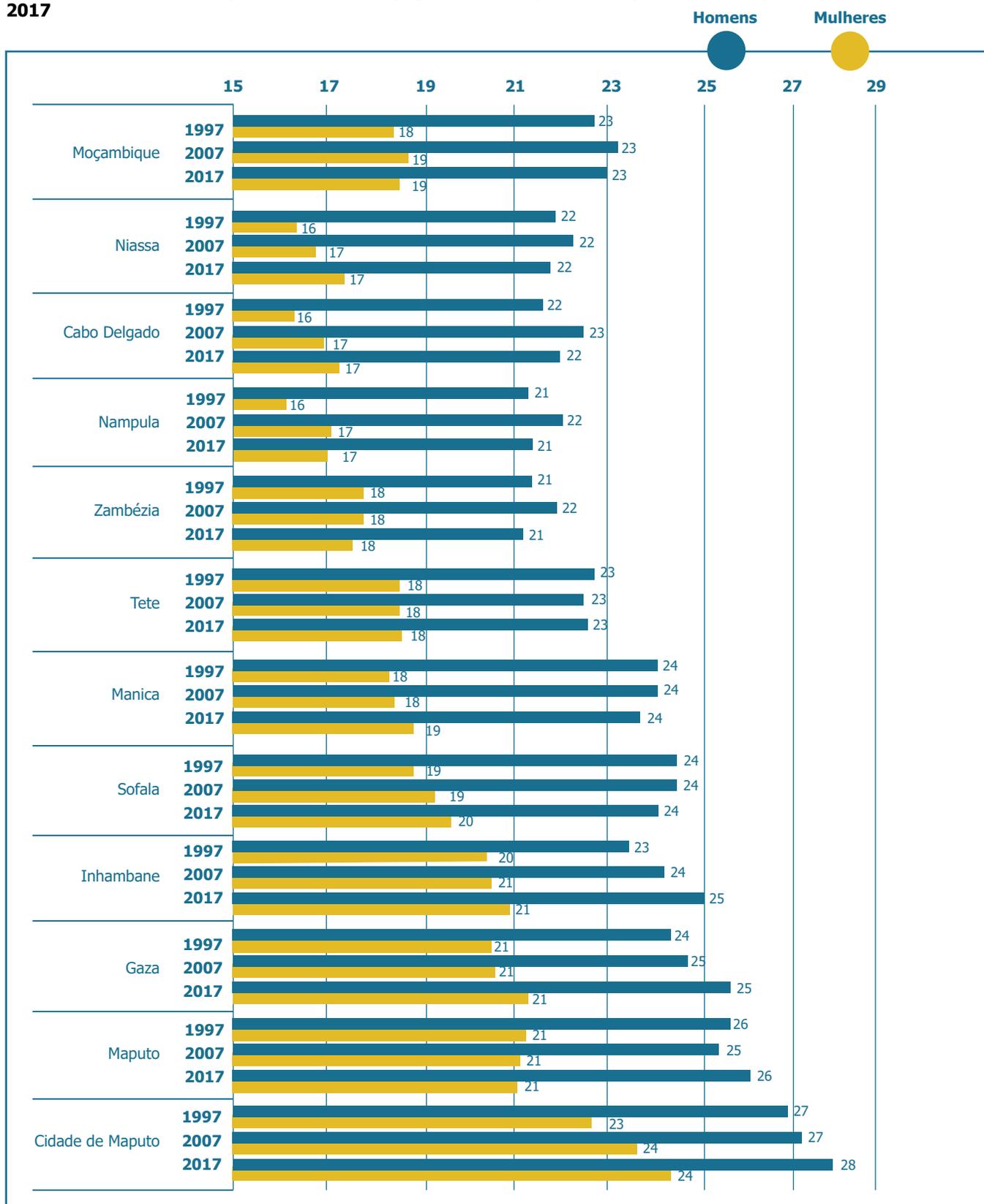
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

A comparação entre províncias indica que as idades médias à primeira união são muito distintas, conforme o Gráfico 7. Os dados revelam uma idade média à primeira união conjugal feminina menor do que 18 anos nas províncias do norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula). Em outras palavras, a união precoce é prática comum nessas regiões. Já nas

províncias do sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo), a idade média à primeira união está acima de 20 anos entre as mulheres e acima dos 25 anos entre os homens. As maiores idades médias à primeira união estão na Cidade de Maputo, isto é, 24,3 anos para as mulheres e 27,9 anos para os homens em 2017.

© UNFPA Moçambique

**Gráfico 7. Idade média à primeira união conjugal, em anos, por sexo e províncias, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censo 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

A análise da nupcialidade nas áreas urbanas e rurais e por ano do censo revela que a idade média à primeira união conjugal de homens e mulheres é relativamente constante ao longo dos anos, mas varia consideravelmente por sexo e local de residência (urbano e rural), conforme o Quadro 9. Entre os homens residentes em áreas urbanas, a idade média à união fica em torno de 25 anos, enquanto entre as mulheres esse número varia entre 20,1 e 20,6 anos. Os homens residentes no meio rural se unem, em média, 3 anos antes dos homens de áreas urbanas, ao passo que a idade média à união das mulheres residentes em zonas rurais fica entre 17,7 e 17,8 anos. Sendo assim, as uniões das mulheres residentes em áreas rurais são as mais precoces e, em média, abaixo dos 18 anos.

**Quadro 9. Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e local de residência, 1997, 2007, 2017.**

Ano	Urbano		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1997	24,96	20,17	21,71	17,68
2007	25,28	20,58	22,11	17,81
2017	24,95	20,14	21,80	17,67

Fonte: INE, Censo 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

A união precoce feminina, como observada nas áreas rurais de Moçambique, pode trazer prejuízos à escolarização das mulheres. O Quadro 10 indica que, em 2017, entre as pessoas sem escolaridade, os homens se uniam maritalmente, em média, aos 21,9 anos, enquanto as mulheres sem escolaridade se uniam maritalmente precocemente e, em média, 5 anos mais cedo, aos 16,8 anos. Em contraste, as mulheres com ensino superior se uniam maritalmente quase 8 anos mais tarde, aos 24,7 anos. Enquanto isso, os homens com nível superior se uniam maritalmente, em média, 3 anos depois das mulheres de mesma escolaridade, aos 27,7 anos. Portanto, existe uma associação positiva entre idade média à primeira união e a escolaridade, de forma que a idade média à união aumenta com o aumento da escolaridade.

**Quadro 10. Idade média à primeira união conjugal em anos por sexo e nível de escolaridade, 1997, 2007, 2017**

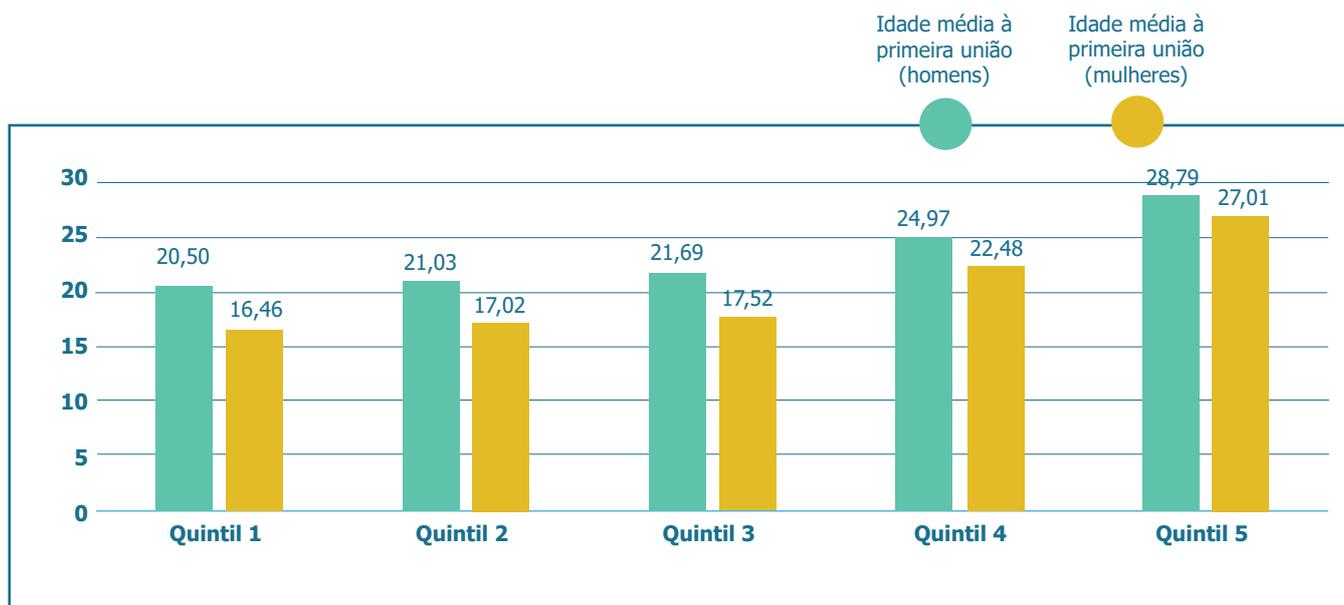
Nível de Escolaridade	Homens			Mulheres		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Nenhuma	22,43	22,33	21,86	17,41	17,16	16,84
Primário	22,87	22,51	22,36	19,65	18,62	18,18
Secundário	25,48	25,69	24,91	24,04	22,51	20,73
Superior	24,92	29,38	27,65	21,28	27,59	24,70
<b>Total</b>	22,78	23,30	23,05	18,45	18,78	18,59

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

Em relação às condições socioeconómicas, o índice de riqueza (posse de bens) utilizado pelo estudo temático sobre crianças foi replicado aqui<sup>4</sup>. Os resultados indicam que a idade média à união aumenta à medida em que a riqueza também aumenta. O Gráfico 8 mostra que, em 2017, as uniões das mulheres dos quintis 1 (as 20% mais pobres), 2 e 3 eram, em média, precoces, ou seja, ocorriam antes dos 18 anos. Já entre as pessoas 20% mais ricas (quintil 5), a idade média entre as mulheres era de 27,0 anos, contra 28,8 para os homens. Observa-se, portanto, uma enorme desigualdade comparando homens com homens e mulheres com mulheres. Há um hiato de 8 anos quando se comparam as idades médias à união dos homens mais pobres e dos mais ricos e um hiato ainda maior entre as mulheres, com 10,5 anos de diferença entre a idade média à primeira união das mais pobres em relação às mais ricas.

<sup>4</sup> Para calcular o índice de riqueza, atribuiu-se um ponto a cada bem ou bem melhorado no domicílio, utilizando todas as variáveis de condições de moradia, acesso a recursos e posse de bens, com peso igual para todas as variáveis. Por fim, as pessoas foram separadas em quintis, de acordo com o número de pontos que seu domicílio fez.

**Gráfico 8. Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e quintis de riqueza, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

No que tange à religião, o Quadro 11 indica que homens e mulheres evangélicos foram aqueles que se casaram, em média, mais tarde em 2017 (23,9 anos e 19,4 anos, respectivamente), enquanto os islâmicos se casaram, em média, mais cedo (22,0 anos para os homens e 17,2 anos para as mulheres). As mulheres islâmicas, em média, se uniram maritalmente precocemente, uma vez que iniciaram suas uniões conjugais antes dos 18 anos em 2007 e 2017.

**Quadro 11. Idade média à primeira união conjugal em anos por sexo e religião, 1997, 2007, 2017**

Religião	Homens		Mulheres	
	2007	2017	2007	2017
Católica	23,17	22,82	18,83	18,58
Islâmica	22,44	22,01	17,04	17,16
Zione/Sião	23,34	23,62	18,99	19,19
Evangélica/Pentecostal	23,49	23,94	19,17	19,39
Sem religião	23,41	22,94	18,22	18,32
Outra	24,36	23,49	20,52	18,88
Total	23,30	23,05	18,78	18,59

Fonte: INE, Censo 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

Homens e mulheres que falam português também se unem mais tarde. No caso dos homens em 2017, aqueles que não falavam português se uniram maritalmente, em média, aos 21,8 anos, enquanto os que falavam português se uniram maritalmente, em média, aos 24,0 anos. No mesmo ano, as mulheres que falavam português se uniram maritalmente, em média, com pouco mais de 20 anos, mas as mulheres que não falavam a língua se uniram maritalmente, em média, antes dos 18 anos, indicando uniões precoces. Chama atenção que, em 2017, as mulheres que não eram fluentes em português se uniram maritalmente, em média, antes dos 17 anos, mais cedo do que em 1997 e 2007. No caso de homens que não falam português, a idade média à primeira união também vem caindo ao longo do tempo.

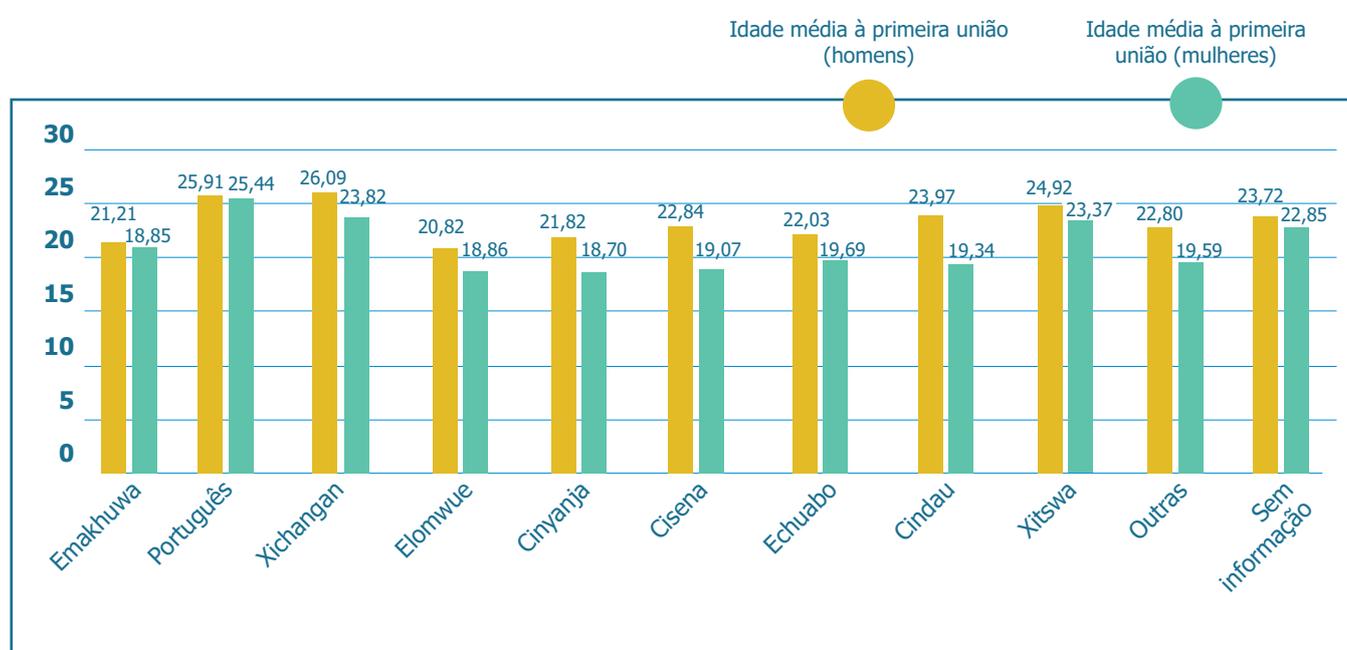
**Quadro 12. Idade média à primeira união conjugal em anos, por sexo e fluência em português, 1997, 2007, 2017**

Conhecimento da língua portuguesa	Homens			Mulheres		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Fala português	23,53	24,01	23,96	20,37	20,40	20,23
Não fala português	22,63	22,15	21,77	17,42	17,09	16,87

Fonte: INE, Censos 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

No que diz respeito à língua materna, os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 indicam que os grupos étnico-linguísticos patrilineares (Tsonga e Sena/Ndau) iniciam a união mais tardiamente do que os grupos matrilineares (Lomwe e Makhuwa) (Arnaldo, 2007). Em 2017, por sua vez, as menores idades médias à união entre mulheres e homens foram observadas entre aqueles cuja língua materna era Cinyanja, Emakhuwa e Elomwe. Já entre aqueles que falavam Português e Xichangana, as idades médias eram as mais elevadas, conforme o Gráfico 9.

**Gráfico 9. Idade média à primeira união conjugal, em anos, por sexo e língua materna, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

Levando em consideração apenas homens e mulheres de 15 a 49 anos que se declararam solteiros, casados ou unidos maritalmente em 2017, o Quadro 13 apresenta os factores associados a estar casado(a)/unido(a) versus estar solteiro(a). Como a variável dependente é binária (estar casado/unido ou estar solteiro), foram utilizados modelos logísticos. Há um modelo para ambos os sexos, um modelo para homens e outro para mulheres. A análise multivariada indica que, controlando as variáveis socioeconómicas e demográficas, as mulheres têm o dobro da chance dos homens de estar em qualquer tipo de união (casadas ou união marital). Em outras palavras, entre as mulheres a união parece ser mais universal, em conformidade com papeis de género tradicionais.

Em relação a Maputo-Província, os homens e as mulheres das províncias do norte e do centro têm maior chance de estar casados/unidos maritalmente, enquanto os residentes nas províncias do sul têm menor chance de estar casados/unidos maritalmente em relação àqueles que residem na província de Maputo. Portanto, a chance de casamento/união varia de acordo com a região do país. Além disso, a chance de casamento/união dos homens é maior nas áreas rurais se comparadas às urbanas.

Em relação à escolaridade, as chances de casamento/união são maiores para homens que têm nível primário e superior, em comparação a quem não tem nenhuma escolaridade, e ligeiramente inferior para quem tem nível secundário, se comparado a nenhuma escolaridade. Em suma, parece haver uma certa tendência de aumento na chance de união/casamento entre homens de maior escolaridade. Para as mulheres, a tendência é exactamente oposta: a chance de união/casamento cai à medida em que a escolaridade aumenta, possivelmente porque mulheres de maior escolaridade são capazes de prover para si mesmas e não dependem de um marido/companheiro provedor. Há uma única excepção: as mulheres de nível superior têm uma chance de se casar/unir semelhante à das mulheres sem escolaridade. Uma possível explicação é o facto de haver poucas mulheres de nível superior em relação aos homens no mesmo nível de escolaridade, o que as torna mais valorizadas e disputadas no mercado de casamento.

Homens e mulheres que trabalham para si tem maior chance de estar casados/unidos maritalmente do que aqueles que trabalham para outros (assalariados). Homens que não trabalham por serem domésticos, estudantes ou outros motivos têm menor chance de estar casado/unido, ao contrário das mulheres, que têm suas chances de união/casamento

aumentadas se são domésticas ou se não trabalham por outro motivo, em relação às que são assalariadas.

Em linhas gerais, a chance de casamento/união para homens se reduz consideravelmente com o aumento da riqueza, certamente pela necessidade que o homem tem de prover para a sua família. Entre as mulheres, a chance de casamento/união varia menos com o aumento da riqueza, sugerindo que o casamento/união pode ser mais universal entre as mulheres de todos os grupos socioeconómicos.

Em relação à religião, os homens que se declaram islâmicos, da religião zione/sião e os evangélicos/pentecostais têm maior chance de estar casados/unidos maritalmente que os católicos, enquanto os sem religião e de outras religiões têm menor chance de estar casados/unidos maritalmente. Entre as mulheres, as católicas são as que têm a menor chance de estar numa união.

Os homens e as mulheres cuja língua materna é o português (e também aqueles sem informação sobre religião) são os que têm menor chance de estar casados/unidos maritalmente. A língua materna Cindau não se mostrou estatisticamente significativa em relação ao português para os homens.

---

**EM SUMA, PARECE HAVER UMA CERTA TENDÊNCIA DE AUMENTO NA CHANCE DE UNIÃO/CASAMENTO ENTRE HOMENS DE MAIOR ESCOLARIDADE. PARA AS MULHERES, A TENDÊNCIA É EXACTAMENTE OPOSTA: A CHANCE DE UNIÃO/CASAMENTO CAI À MEDIDA EM QUE A ESCOLARIDADE AUMENTA, POSSIVELMENTE PORQUE MULHERES DE MAIOR ESCOLARIDADE SÃO CAPAZES DE PROVER PARA SI MESMAS E NÃO DEPENDEM DE UM MARIDO/COMPANHEIRO PROVIDOR**

---

**Quadro 13. Razão de chance de estar unido em relação a ser solteiro entre homens e mulheres de 15 a 49 anos, Moçambique, 2017**

Características Seleccionadas		1: unido/casado, 0: solteiro		
		Ambos	Homens	Mulheres
Sexo	Homem	1,00		
	Mulher	1,99		
Grupo de idade	15-19	1,00	1,00	1,00
	20-24	5,19	11,28	3,88
	25-29	11,92	37,11	6,20
	30-34	18,80	79,74	7,09
	35-39	22,95	118,69	7,41
	40-44	24,07	152,78	6,55
	45-49	24,92	175,86	6,34
Província	Niassa	1,90	2,20	1,70
	Cabo Delgado	1,49	1,51	1,42
	Naxmpula	2,05	2,26	1,91
	Zambézia	2,23	2,91	1,88
	Tete	1,82	1,90	1,77
	Manica	1,96	1,68	2,20
	Sofala	1,66	1,56	1,72
	Inhambane	0,79	0,87	0,77
	Gaza	0,90	0,89	0,91
	Maputo	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	0,66	0,63	0,74
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
	Rural	1,20	1,29	1,18
Escolaridade	Nenhuma	1,00	1,00	1,00
	Primário	1,10	1,26	0,91
	Secundário	0,79	0,98	0,59
	Superior	1,05	1,13	0,97
Situação no mercado de trabalho	Assalariado	1,00	1,00	1,00
	Conta-própria	1,32	1,14	2,25
	Não trabalha por que era doméstico	1,13	0,61	2,27
	Não trabalhava porque estudava	0,12	0,10	0,20
	Não trabalha por outros motivos	0,72	0,56	1,27
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	0,95	0,88	0,99
	Quintil 3	0,89	0,79	0,95
	Quintil 4	0,77	0,61	0,88
	Quintil 5	0,67	0,46	0,90
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	1,11	1,11	1,10
	Zione/Sião	1,15	1,30	1,05
	Evangélica	1,16	1,26	1,09
	Sem religião	0,99	0,92	1,05
	Outra	0,97	0,95	0,98
Língua materna	Emakhuwa	1,57	1,69	1,56
	Português	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,02	1,05	1,04
	Elomwue	1,47	1,48	1,50
	Cinyanja	1,41	1,33	1,51
	Cisena	1,30	1,21	1,35
	Echuabo	1,29	1,37	1,22
	Cindau	1,11	0,99	1,16
	Xitswa	1,26	1,23	1,25
	Outra	1,26	1,16	1,34
	Sem informação	0,71	0,85	0,59
		Constante	0,15	0,07

Fonte: INE, Censo 2017. Resultados em vermelho não são significantes

### 5.1.2. DIFERENÇAS ENTRE OS CÔNJUGES

No âmbito dos casais, as diferenças entre os cônjuges podem colocar as esposas em situação de inferioridade e menor poder em relação aos seus maridos/parceiros. Serão apresentadas aqui as diferenças entre maridos/parceiros e esposas no que tange à idade, alfabetização e se falam ou não português, considerando os casais que moram no mesmo domicílio. Casamentos e uniões maritais são analisados em conjunto, ou seja, os resultados se referem a homens e mulheres numa união conjugal e co-residentes.

As diferenças médias das idades são apresentadas no Quadro 14. De acordo com os dados do censo de 2017, os homens numa união são, em média, mais velhos que suas respectivas esposas, independente do ano do censo ou do local de residência (urbano ou rural).

Há diferenças provinciais importantes. Enquanto Manica tinha a maior diferença de idade entre cônjuges co-residentes nos três censos, Cidade de Maputo tinha a menor diferença em 1997 e 2007, posto ocupado por província de Maputo em 2017.

Quanto aos locais de residência, não se observa um padrão em 2017. A diferença de idade entre o homem e a mulher é maior nas áreas urbanas que nas rurais em Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Tete, igual em Zambézia e menor em Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo-Província.

**Quadro 14. Diferença média da idade do homem subtraída da mulher (ambos cônjuges e residentes no mesmo domicílio) em Moçambique, províncias e local de residência (urbano/rural), 1997, 2007, 2017**

Província	1997			2007			2017		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Moçambique	7,53	7,25	7,63	7,24	7,19	7,26	7,16	7,21	7,14
Niassa	7,70	7,38	7,79	7,49	7,47	7,50	7,48	7,82	7,38
Cabo Delgado	6,80	7,60	6,67	6,84	7,85	6,63	6,82	7,86	6,55
Nampula	7,15	7,38	7,08	7,11	7,75	6,88	7,27	7,77	7,06
Zambézia	6,92	6,72	6,94	6,54	6,53	6,54	6,55	6,56	6,55
Tete	7,61	6,95	7,71	6,91	7,09	6,89	6,79	7,01	6,74
Manica	9,61	8,11	10,20	9,02	7,92	9,39	8,52	7,87	8,87
Sofala	8,91	7,98	9,52	8,57	7,86	9,00	8,07	7,58	8,45
Inhambane	8,54	7,48	8,80	8,29	7,13	8,61	7,96	6,97	8,39
Gaza	8,62	7,90	8,84	7,77	7,14	8,00	7,76	7,22	8,01
Maputo	7,10	6,70	7,79	6,74	6,52	7,27	6,42	6,27	6,71
Cidade de Maputo	6,56	6,56	-	6,43	6,43	-	6,74	6,74	-

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

Quando se leva em consideração a idade da mulher em relação à do homem, conforme o Quadro 15, os dados para 2017 indicam que há uma proporção de mulheres unidas com homens do mesmo grupo etário (diagonal principal em cinza-escuro) que varia de 1,2% (10-14) a 28,9% (80 ou mais). No entanto, é sempre maior a proporção de mulheres unidas a homens do grupo etário imediatamente posterior (em cinza-claro, na casela à direita da diagonal principal). Por exemplo, 23,4% das mulheres de 20 a 24 anos estão unidas a homens do mesmo grupo etário e 41,8% das mulheres de 20 a 24 estão unidas a homens de 25 a 29 anos. A união com homens mais jovens é menos comum. Entre as mulheres de 30 a 34 anos, por exemplo, apenas 4,9% delas estão unidas a homens de 10 a 29 anos. Portanto, como visto anteriormente, a diferença de idade entre homens e mulheres cônjuges co-residentes é positiva, ou seja, mulheres se unem a homens mais velhos.

Chama a atenção o facto de um quarto das mulheres de 10 a 14 anos estarem unidas a homens de 40 anos ou mais e 5,7% delas estarem unidas a homens de 60 anos ou mais, indicando a possibilidade de elas terem co-esposas mais velhas e viverem em poligamia. A situação das mulheres de 15 a 19 anos é muito distinta, uma vez que 87,4% delas está unida a homens de 15 a 29 anos.

**Quadro 15. Percentagem de mulheres casadas/unidas segundo o grupo etário do marido/parceiro, por grupo etário, %, Moçambique, 2017**

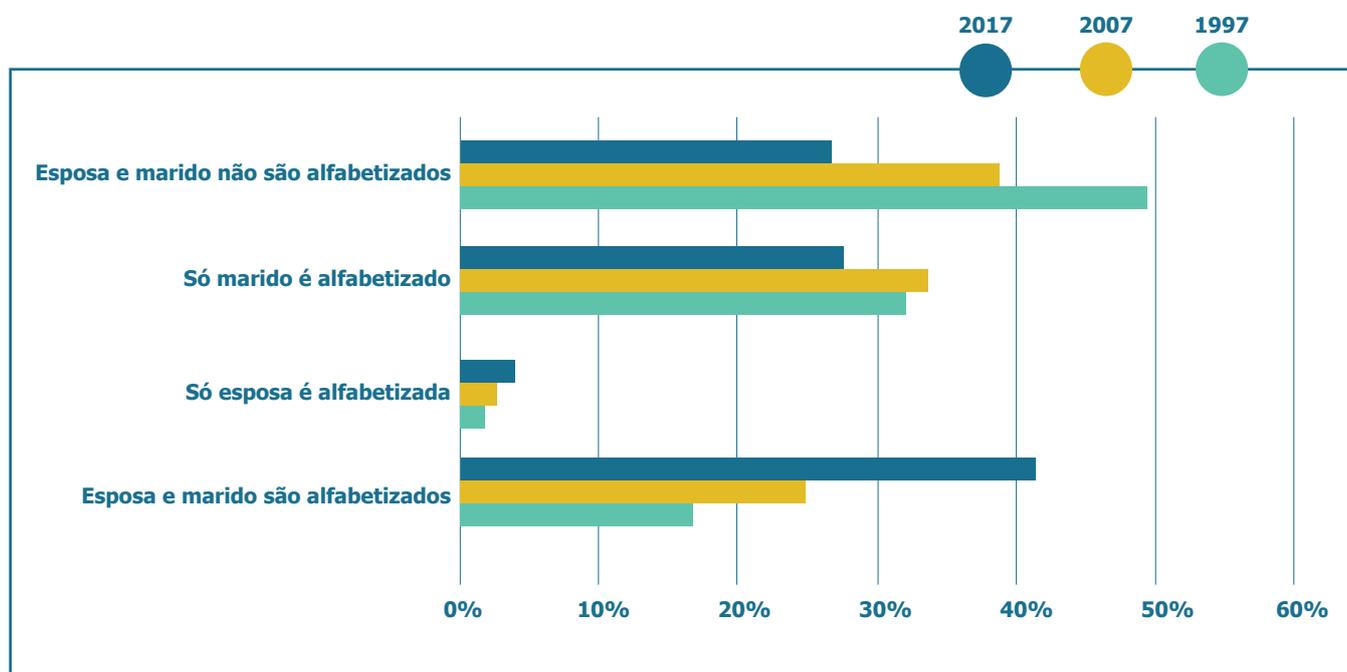
		Idade do marido/Parceiro														
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80+
IDADE DA MULHER/PARCEIRA	10-14	1,19	24,66	23,63	10,43	7,02	7,21	6,71	5,91	4,45	3,07	2,07	1,38	0,88	0,61	0,77
	15-19	0,14	13,99	52,83	20,62	5,76	2,71	1,27	0,76	0,60	0,34	0,24	0,17	0,18	0,11	0,26
	20-24	0,04	0,82	23,42	41,80	18,89	8,42	2,97	1,43	0,74	0,40	0,25	0,14	0,11	0,12	0,43
	25-29	0,02	0,30	2,70	21,06	38,49	22,52	7,58	3,45	1,46	0,81	0,35	0,24	0,15	0,11	0,75
	30-34	0,04	0,16	0,97	3,68	20,99	34,58	20,97	9,40	3,99	2,03	1,24	0,61	0,35	0,24	0,75
	35-39	0,04	0,19	0,46	1,47	4,63	20,26	34,45	20,97	8,20	4,36	2,18	1,27	0,51	0,37	0,62
	40-44	0,05	0,30	0,30	0,69	2,16	4,97	20,68	28,80	19,77	10,45	5,71	3,01	1,26	0,91	0,93
	45-49	0,04	0,33	0,36	0,50	1,35	2,62	5,96	17,87	29,70	19,80	9,60	6,34	2,63	1,60	1,31
	50-54	0,03	0,24	0,31	0,43	0,84	1,47	2,89	5,07	18,05	26,29	20,75	11,86	5,66	3,32	2,77
	55-59	0,02	0,23	0,31	0,39	0,59	1,08	2,14	3,44	6,23	18,54	28,86	19,70	8,60	5,81	4,06
	60-64	0,05	0,22	0,27	0,45	0,37	0,79	1,46	1,77	3,82	6,82	20,02	27,76	17,64	10,69	7,88
	65-69	0,06	0,21	0,23	0,48	0,44	0,87	1,24	1,60	3,21	5,12	7,26	20,84	26,48	18,81	13,15
	70-74	0,04	0,32	1,74	1,98	1,03	1,70	1,23	1,90	2,85	3,68	5,15	8,16	18,74	26,39	25,08
	75-79	0,10	1,56	5,66	3,58	3,01	2,28	1,61	2,75	2,39	3,27	3,74	6,44	7,63	19,21	36,76
	80+	0,04	0,53	2,26	2,88	7,03	12,62	12,41	6,86	4,56	4,60	4,15	3,86	3,99	5,26	28,94

Fonte: INE, Censo 2017.

**CASAMENTOS E UNIÕES MARITAIS SÃO ANALISADOS EM CONJUNTO, OU SEJA, OS RESULTADOS SE REFEREM A HOMENS E MULHERES NUMA UNIÃO CONJUGAL E CO-RESIDENTES.**

Além da diferença de idade, a diferença de escolaridade também deve ser levada em consideração. A diferença de alfabetização entre cônjuges residentes no mesmo domicílio revela grandes mudanças entre 1997 e 2017. Em 1997, quase metade dos maridos/parceiros e esposas não eram alfabetizados, proporção que caiu para pouco mais de 25% em 2017. Ao mesmo tempo, a proporção de casais alfabetizados mais do que dobrou entre 1997 e 2017. No entanto, cabe ressaltar que, em 2017, mais de ¼ dos casais era formado por maridos/parceiros alfabetizados e esposas analfabetas, situação que coloca as esposas em enorme desvantagem, conforme o Gráfico 10.

**Gráfico 10. Proporção de maridos/parceiros e esposas alfabetizados, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**

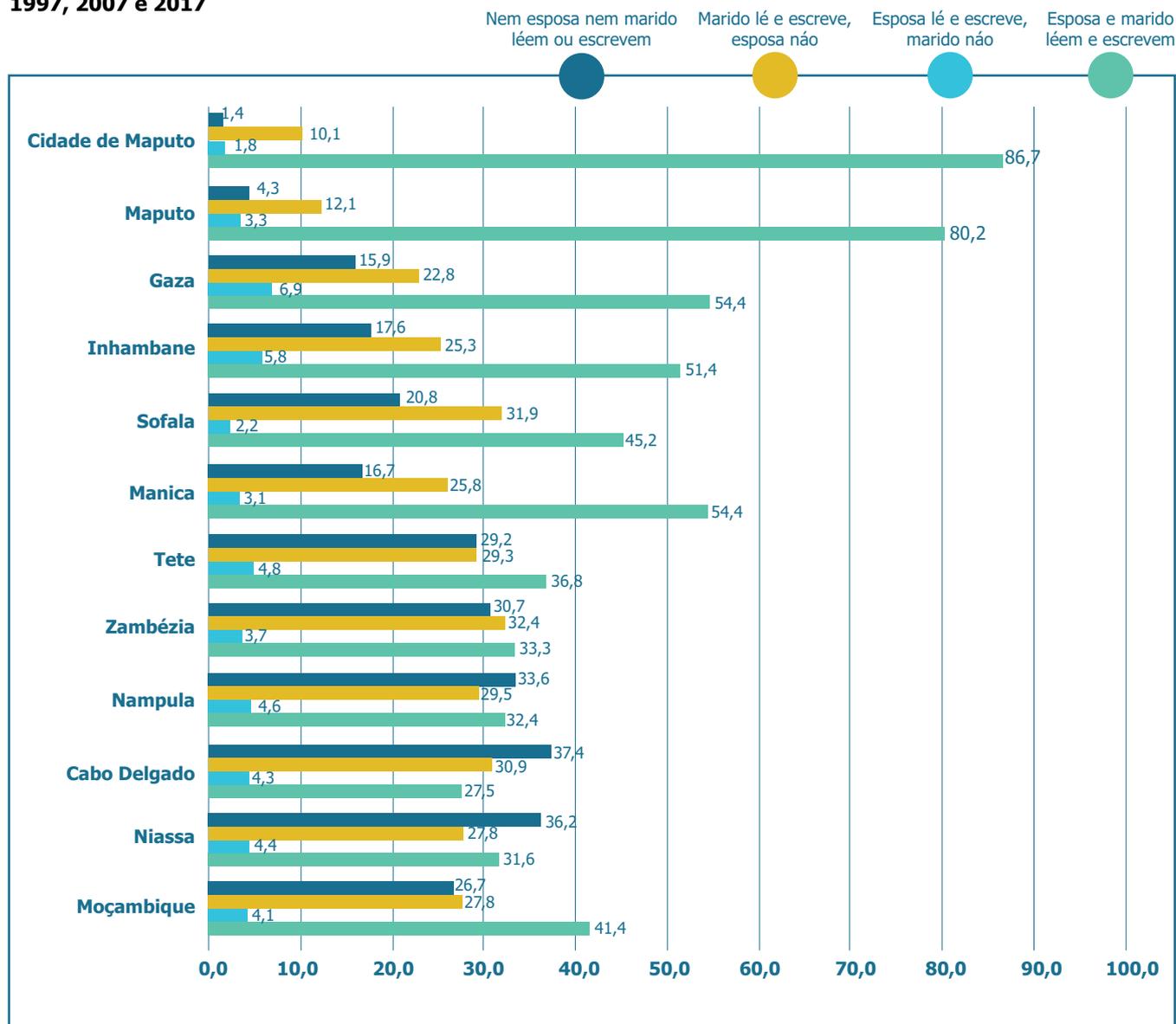


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

**ALÉM DA DIFERENÇA DE IDADE, A DIFERENÇA DE ESCOLARIDADE TAMBÉM DEVE SER LEVADA EM CONSIDERAÇÃO**

Analisando apenas 2017 (Gráfico 11), os dados por província indicam enormes desigualdades. Ao mesmo tempo que, na cidade de Maputo, 86,7% dos casais eram formados por homens e mulheres alfabetizados, em Niassa apenas 31,6% dos casais estavam nessa situação. Em Cabo Delgado, 37,4% dos casais eram compostos por homens e mulheres que não sabiam ler ou escrever. Em termos de desigualdade entre maridos/parceiros e esposas, nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Sofala, a proporção de maridos/parceiros alfabetizados e esposas não alfabetizadas é superior a 30%. Em todas as províncias, excepto Província e Cidade de Maputo, a proporção é superior a 20%. Esta diferença de escolaridade pode ser um sinal da desigualdade de género dentro dos casais.

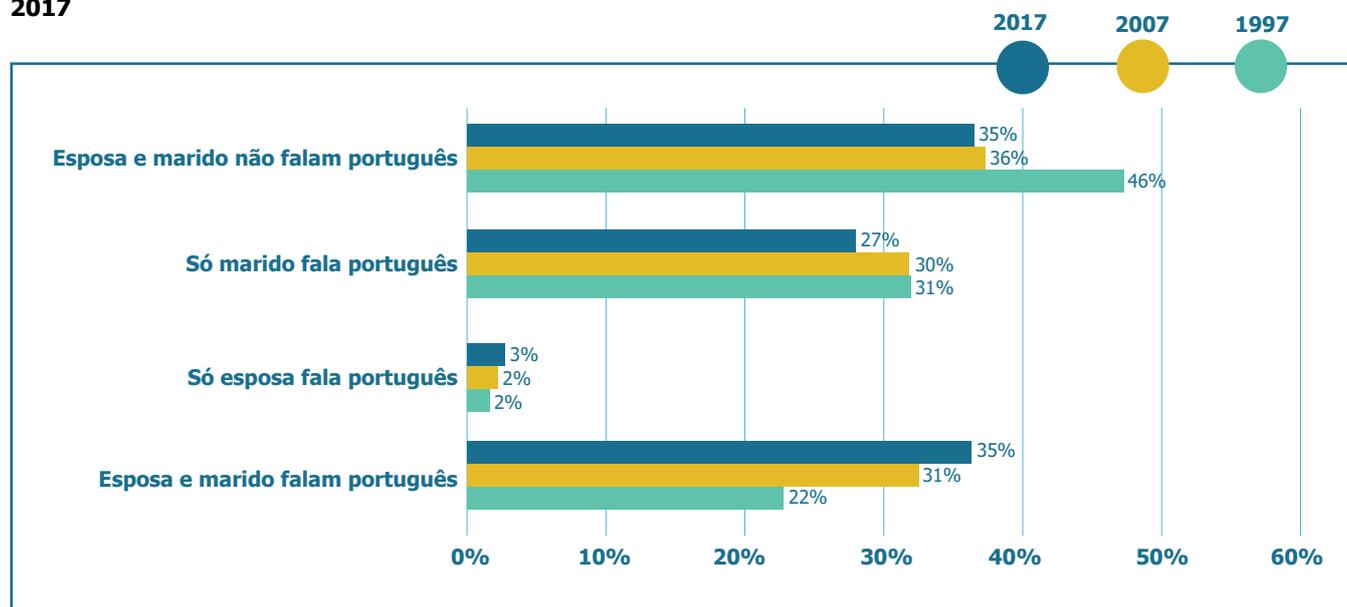
**Gráfico 11. Proporção de maridos/parceiros e esposas que sabem ler e escrever por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Falar português é um indicador de desigualdade de género entre maridos e esposas, uma vez que o português é a língua oficial do país e muito utilizada para comunicações feitas fora do domicílio. Em 2017, cerca de 1/3 dos casais (35,3%) não falavam português e cerca de 1/3 (35,0%) era composto por marido/parceiro e esposa que falavam português, de acordo com o Gráfico 12. No entanto, em pouco mais de ¼ dos casais (27,1%), somente o marido/parceiro falava português, colocando a esposa em posição inferior no que tange ao acesso à informação oficial.

**Gráfico 12. Proporção de maridos/parceiros e esposas que falam ou não português, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**

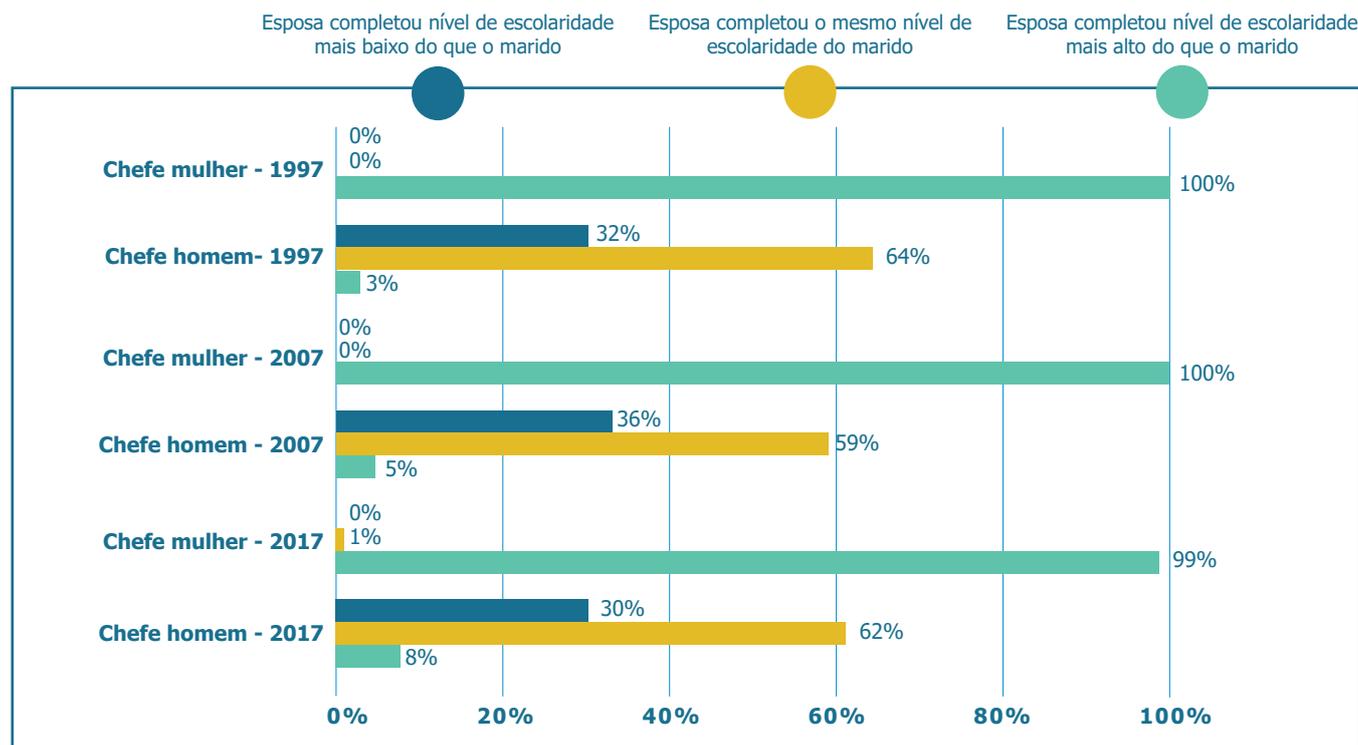


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A chefia domiciliar também pode revelar questões de poder entre os cônjuges. Em sociedades patriarcais, tradicionalmente é o homem chefe do domicílio. O Gráfico 13 mostra as chefias masculinas e femininas em 1997, 2007 e 2017, segundo a escolaridade dos cônjuges. Em 1997 e 2007, quando a esposa era chefe, ela era sempre mais escolarizada que seu marido. Em 2017, nos domicílios de chefia feminina, há uma proporção muito pequena de esposas tão ou mais escolarizadas que seus maridos.

Nos domicílios de chefia masculina, cerca de 1/3 das esposas tinham menor escolaridade que seus maridos nos três anos analisados. A proporção de esposas tão escolarizadas que os seus maridos oscila, mas se mantém relativamente próxima, e há um crescimento na proporção de esposas mais escolarizadas que os seus maridos, que passaram de 3,1% em 1997 para 8,2% em 2017.

**Gráfico 13. Distribuição do casal por sexo do chefe do domicílio e diferencial de escolaridade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Quadro 16 apresenta as razões de chance de homens e mulheres de 20 a 59 anos serem chefes de domicílio. Controlando por variáveis socioeconómicas e demográficas, a chance da mulher ser chefe é muito menor que a do homem (RC=0,12). Já as mulheres que não são mães têm menor chance de serem chefes (RC=0,62). Portanto, quem tem mais chance de ser chefe são homens e mulheres que são mães.

A chance de ser chefe aumenta com a idade e depende do estado civil. Mulheres casadas e unidas têm menor chance de chefia se comparadas às solteiras. Por outro lado, as separadas têm 15% mais chance de serem chefes e as viúvas têm mais que o triplo da chance de serem chefes, se comparadas às solteiras. Estes resultados revelam a forte associação entre estado civil e chefia do agregado familiar.

No que tange às províncias e quando se controla o estado civil e o facto de ser mãe, se comparadas às mulheres residentes em Maputo-Província, as mulheres de Cidade de Maputo têm menor chance de serem chefes do agregado familiar. Nas demais províncias, novamente comparando com Maputo-Província, a chance de ser chefe é maior. Entre os homens, os resultados são semelhantes, excepto em Manica e Sofala, onde a chance de ser chefe é menor do que em Maputo-Província.

Homens e mulheres que trabalham têm mais chance de exercer a chefia do agregado. Quem tem primário e superior completo têm maior chance de chefia do que quem não tem escolaridade, mas quem tem secundário tem chance ligeiramente menor ou igual a quem não tem escolaridade. Além disso, de modo geral, a chance de chefia se reduz entre homens e mulheres de maior nível socioeconómico.

Homens islâmicos e da religião Zione/Sião têm menor chance de chefia que homens católicos. Já entre as mulheres, o resultado é inverso. Evangélicos têm maior chance de chefia que católicos, enquanto os sem religião e os que têm outra religião têm, de modo geral, menor chance de chefia. Já os homens cuja língua materna é o português têm menor chance de chefia se comparados àqueles cuja língua materna é Emakhuwa, Elomwe, Cinyanja, Cisena, Echuwabo e Xitshwa. Entre as mulheres, quando se controla o estado civil e o facto de ser mãe, quem tem o português como língua materna tem a menor chance de ser chefe do agregado.

**Quadro 16. Razão de chance de ser chefe entre homens e mulheres de 15 a 59 anos, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**

Características Seleccionadas		Ambos	Homens	Mulheres	Mulheres
Sexo	Homem	1,00			
	Mulher	0,12			
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00	1,00
	25-29	2,16	2,76	1,50	1,74
	30-34	3,30	4,99	2,06	2,44
	35-39	4,16	7,39	2,44	2,86
	40-44	5,01	8,34	3,05	3,34
	45-49	5,71	10,20	3,44	3,51
	50-54	7,39	11,67	4,60	5,14
	55-59	8,59	14,25	5,24	5,80
É mãe?	Não				0,62
	Sim				1,00
Estado civil	Solteiro				1,00
	Casado				0,12
	Unido				0,17
	Separado				2,51
	Viúvo				4,31
Província	Niassa	1,31	1,17	1,35	1,70
	Cabo Delgado	1,03	1,06	0,95	1,15
	Nampula	1,31	1,82	1,02	1,28
	Zambézia	1,43	1,72	1,24	1,58
	Tete	1,34	1,64	1,15	1,50
	Manica	1,15	1,24	1,08	1,28
	Sofala	1,07	1,19	0,98	1,05
	Inhambane	0,93	0,64	1,23	1,18
	Gaza	0,93	0,61	1,29	1,22
	Maputo	1,00	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	0,64	0,57	0,78	0,69
	Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
Rural		0,96	1,10	0,89	1,03
Trabalha?	Não	0,68	0,48	0,84	0,81
	Sim	1,00	1,00	1,00	1,00
Escolaridade	Nenhuma	1,00	1,00	1,00	1,00
	Primário	1,18	1,19	1,04	1,05
	Secundário	0,99	0,98	1,00	0,89
	Superior	1,42	1,51	1,18	1,36
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	1,02	0,94	1,05	1,08
	Quintil 3	0,90	0,84	0,91	0,95
	Quintil 4	0,79	0,70	0,81	0,85
	Quintil 5	0,59	0,53	0,61	0,66
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	1,06	0,85	1,21	1,39
	Zione/Sião	1,11	0,97	1,17	1,14
	Evangélica	1,13	1,09	1,13	1,11
	Sem religião	0,98	0,92	1,02	0,98
	Outra	0,91	0,84	0,96	0,96
Língua materna	Emakhuwa	1,21	1,51	1,02	1,18
	Português	1,00	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,15	0,97	1,20	1,16
	Elomwue	1,13	1,52	0,92	1,02
	Cinyanja	1,09	1,21	0,94	1,18
	Cisena	1,19	1,49	0,98	1,18
	Echuabo	1,40	1,42	1,35	1,47
	Cindau	1,05	0,87	1,11	1,18
	Xitswa	1,18	1,28	1,00	1,07
	Outra	1,16	1,28	1,01	1,13
	Sem informação	0,67	0,59	0,81	0,84
	Constante	1,08	0,91	0,22	0,46

Fonte: INE, Censo 2017.

## 5.2. FECUNDIDADE

A fecundidade diz respeito aos nascimentos em relação às mulheres em idade reprodutiva e o seu principal indicador é a Taxa de Fecundidade Total (TFT), que se refere ao número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao final do seu período reprodutivo. Apesar de ser possível calcular a fecundidade da população masculina, ela costuma ser analisada em relação às mulheres, pois o período reprodutivo masculino é mais longo, é difícil determinar o seu início e o seu fim e, também, a paternidade é mais incerta porque nem sempre o homem sabe com precisão quantos filhos teve ao longo da sua vida (Carvalho et al, 1994). Além disso, os censos demográficos não costumam perguntar aos homens o número de filhos tidos nascidos vivos. O mesmo ocorre nos censos de Moçambique, onde foram colectados dados sobre filhos nascidos vivos entre mulheres de 12 a 50 anos em 1997 e 2007, e mulheres de 10 a 50 anos em 2017.

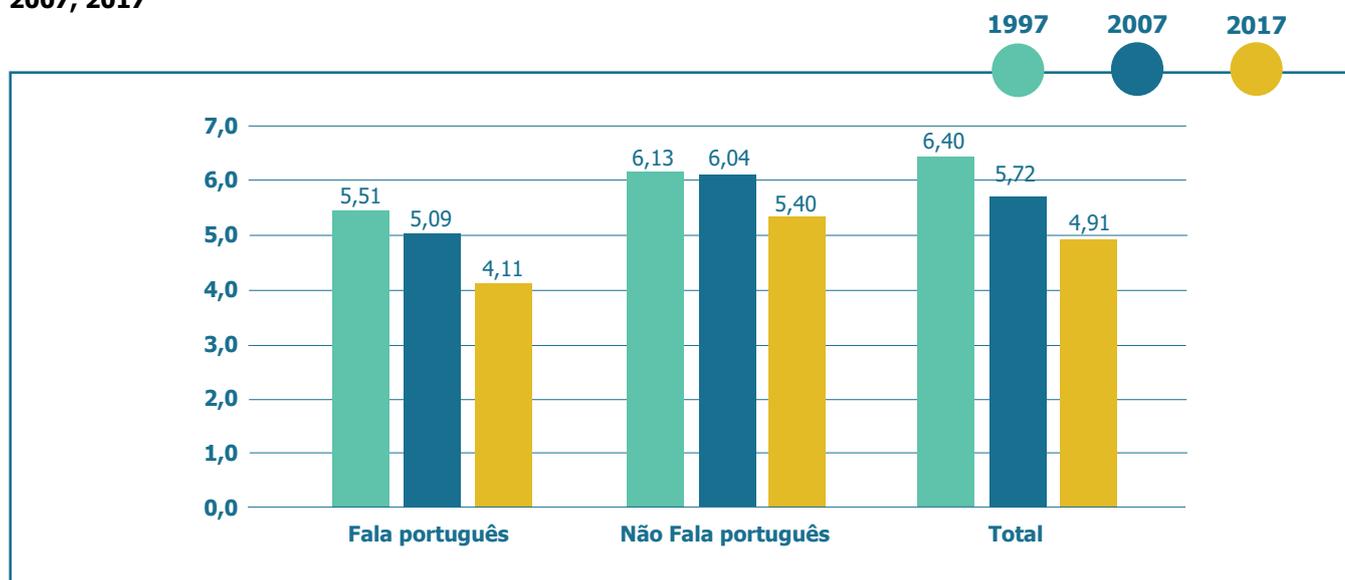
Apesar de a fecundidade ser calculada somente para as mulheres, ainda assim é possível fazer análises de género. Foram utilizados a fluência em português, o estado civil e a escolaridade como indicadores de desigualdades entre as mulheres.

### 5.2.1. FLUÊNCIA EM PORTUGUÊS

Um indicador de empoderamento em Moçambique é falar português, uma vez que as mulheres fluentes em português são as que têm, em média, maior escolaridade e maior acesso às informações oficiais, incluindo aquelas sobre saúde sexual e reprodutiva, além de morarem em áreas urbanas.

A comparação entre 1997, 2007 e 2017 indica que a fecundidade das mulheres que falam português é mais baixa do que a fecundidade daquelas que não falam português, conforme o Gráfico 14. Em 2017, a Taxa de Fecundidade Total era de 4,9 filhos por mulher em Moçambique, mas chegava a 5,4 filhos por mulher entre aquelas que não falavam português, enquanto, entre as mulheres que falavam português, esse valor era de 4,1 filhos por mulher. Portanto, havia uma diferença de 1,3 filhos entre as que não falam e as que falam português, sugerindo a existência de desigualdades de género entre esses dois grupos.

**Gráfico 14. Taxa de Fecundidade Total por fluência em português, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017**

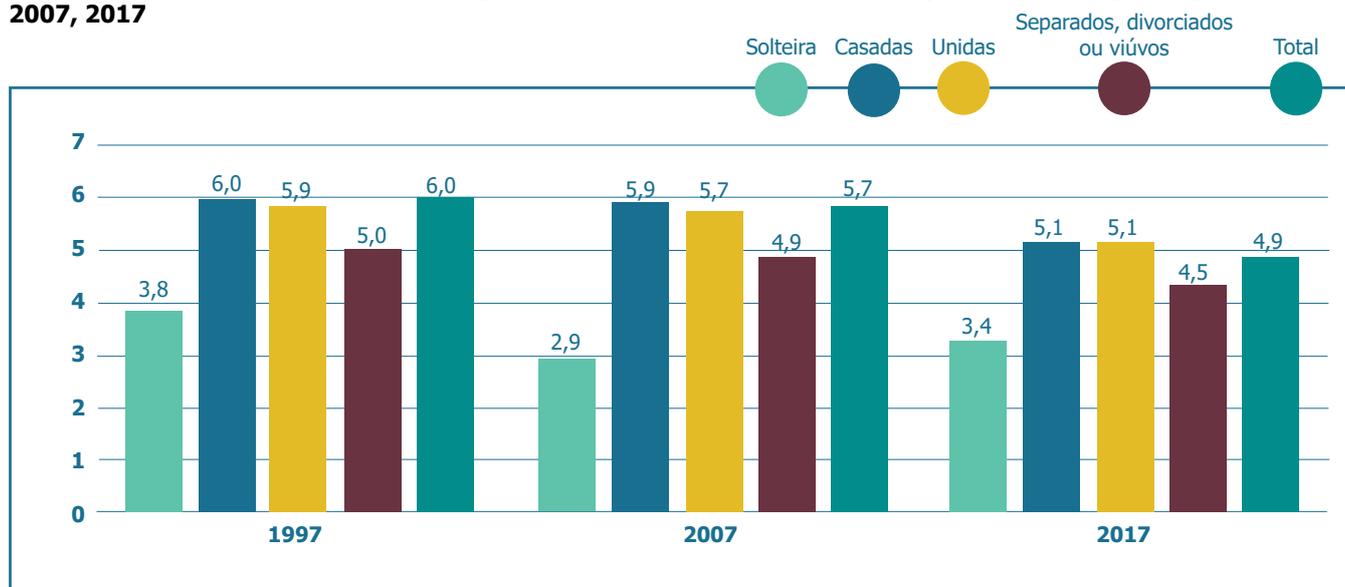


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

### 5.2.2. ESTADO CIVIL

Dentro da ideia do empoderamento, sabe-se que as mulheres casadas costumam ser mais empoderadas do que aquelas que vivem em união marital, uma vez que o casamento formal dá protecção à mulher e à criança em caso de viuvez e herança. A fecundidade de casadas e em união conjugal é praticamente a mesma nos três censos, indicando que o tipo de união não afecta o nível da fecundidade, conforme o Gráfico 15. O chamado casamento tradicional é mais comum em áreas rurais, onde a fecundidade é mais elevada. A alta fecundidade das separadas, divorciadas ou viúvas reflecte, provavelmente, experiências de fecundidade vividas em uniões anteriores – novamente, os dados do censo reflectem o estado civil no momento da recolha dos dados e não o momento em que os eventos demográficos aconteceram.

**Gráfico 15. Taxa de Fecundidade Total por estado civil da mulher, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017**

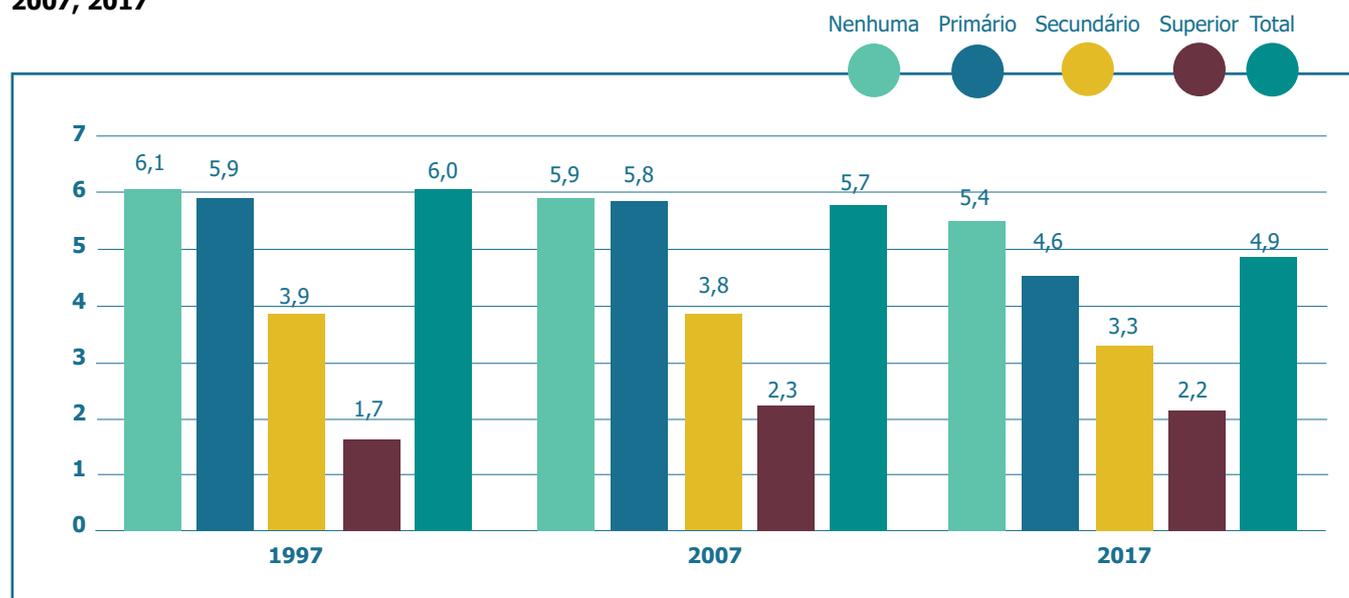


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

### 5.2.3. FECUNDIDADE POR ESCOLARIDADE

As mulheres de maior escolaridade tendem a ser mais empoderadas, já que têm mais acesso à informação. O Gráfico 16 indica que, como esperado, nos três censos analisados, a fecundidade se reduz com o aumento da escolaridade. Comparando ao longo do tempo, a TFT sofre uma redução entre aquelas com nenhuma escolaridade, nível primário e secundário, sobretudo entre 2007 e 2017. Entre as mulheres de maior escolaridade, a situação é distinta e há um aumento da TFT entre 1997 e 2007. Uma possível explicação está no facto de que, até 1997, as universidades se concentravam na cidade de Maputo, onde a fecundidade já era mais baixa. Após este período, com a expansão do ensino superior a outras regiões do país, que tinham fecundidade mais elevada, estas mulheres passaram a se escolarizar e obter nível superior. Como só temos a informação no momento da realização do censo, é possível, inclusivamente, que os filhos tenham nascido antes de estas mulheres alcançarem a educação superior.

**Gráfico 16. Taxa de Fecundidade Total por nível de escolaridade, em filhos por mulher, Moçambique, 1997, 2007, 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

A educação é primordial não apenas nos diferenciais de fecundidade, mas também em outras dimensões de género. Este é o tema do próximo capítulo.

© UNFPA Moçambique

### 5.3. EDUCAÇÃO

Em 2016, o Governo de Moçambique aprovou a Estratégia de Género do Sector da Educação e Desenvolvimento Humano para o período 2016-2020 (República de Moçambique-MINEDH 2016), com o objectivo de eliminar a discriminação social entre mulheres e homens (MINEDH 2016<sup>5</sup>). No que tange à educação, a estratégia visa reduzir as desigualdades de género no acesso, frequência e conclusão dos estudos, uma vez que, em muitos dos casos, as mulheres e as raparigas não permanecem na escola e nem concluem os seus estudos devido as várias normas sociais e políticas que são impostas pela sociedade, entre elas as uniões conjugais precoces, que afectam mais directamente as filhas dos agregados familiares mais pobres.

Os ritos de iniciação, que representam a passagem da idade infantil para adulta, fazem com que, muito cedo, as raparigas sejam obrigadas a unir-se maritalmente com um homem muitas vezes mais velho do que ela. A iniciação feminina começa entre os 6 e 8 anos e vai até ao aparecimento das primeiras regras menstruais, enquanto a dos rapazes se dá entre 11 e 13 anos. Trata-se de um momento particularmente importante na vida dos jovens de ambos os sexos, pois marca formalmente a passagem para a idade socialmente adulta, onde eles aprendem não somente os aspectos relacionados com a educação sexual, mas também com conhecimentos necessários e indispensáveis na vida adulta. É por esta razão que, normalmente, a iniciação masculina ou feminina marca o início da coabitação precoce dos jovens, o que tem impacto na desistência escolar. Além disso, os ritos geralmente coincidem com o calendário escolar, fazendo com que as famílias retirem os seus filhos da escola no momento da realização dos referidos ritos, pondo em risco a assiduidade das crianças (da Piedade & Vahocha, 2021; Mabasso & Tereucan, 2021).

## A ESTRATÉGIA VISA REDUZIR AS DESIGUALDADES DE GÉNERO

A pobreza faz com que muitas famílias retirem as suas crianças das escolas para se ocuparem em fontes alternativas de renda, particularmente nas machambas e em trabalhos domésticos. Além disso, é fraca a percepção dos pais acerca dos benefícios da educação sobre o futuro dos seus filhos. Por isso, priorizam o investimento dos poucos recursos que possuem na educação dos rapazes do que na das raparigas, uma vez que a percepção e expectativa que os pais e a sociedade têm em relação à rapariga lhes é desfavorável. Por fim, em muitos casos, as crianças percorrem longas distâncias até às escolas, o que também contribui para a desistência escolar (Silva, 2006).

O lobolo constitui um outro motivo de desistência nas escolas primárias, por se tratar de uma prática "obrigatória" para o casamento tradicional, que na maior parte dos casos é precoce. Mabasso & Tereucan (2021) consideram o lobolo, juntamente com os ritos de iniciação, essenciais para a construção de identidades individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, como uma violação aos direitos das crianças.

Segundo Norte (2006), a taxa de analfabetismo em Moçambique era estimada em 93% em 1975, tendo caído para 72% em 1980. Entre os anos 1980 e início da década 1990, o sistema educacional moçambicano entrou em total estagnação devido à destruição da infraestrutura social e económica causada pela guerra, à desarticulação da vida social e a subsequente crise económica (PNUD, 2000).

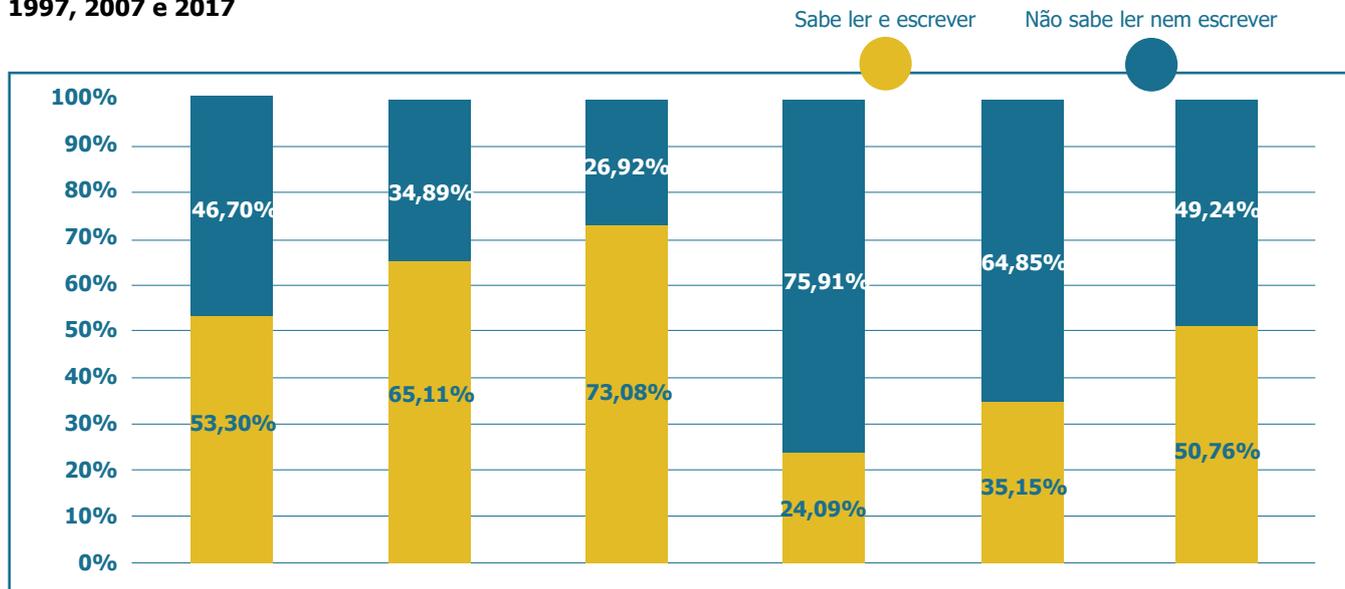
De 1987 a 1999, a taxa de repetência no ensino primário estava em torno de 25% e a de abandono, 10% (PNUD, 2000). Dentre os factores que explicavam a repetência e o abandono, estavam a falta de escolas e de professores bem formados, aspectos socioeconómicos das famílias e a falta de interesse e motivação de estudar através da língua portuguesa. A falta de reconhecimento da complexidade cultural e da pluralidade linguística é considerada um dos determinantes dos baixos resultados educacionais do país (Mazula, 1995) e uma das causas da repetência e da evasão. Ao ignorar a importância das línguas nacionais na educação das crianças e jovens e ao adoptar o português como língua oficial do sistema escolar, o Sistema Nacional de Educação estaria contribuindo para um cenário de exclusão, semelhante ao período colonial (PNUD, 2000). Portanto, o facto de a maioria da população ter o português como segunda língua, ou mesmo não o saber falar, cria desvantagens no processo educacional.

<sup>5</sup> República de Moçambique-MINEDH 2016. Estratégia de Género do Sector de Educação E Desenvolvimento Humano para o Período 2016-2020. Da equidade e igualdade de género na educação, rumo ao Desenvolvimento Humano Integral e Sustentável. Maputo.

### 5.3.1. ANALFABETISMO

Um importante indicador de desenvolvimento de um país é a proporção de pessoas analfabetas. O Gráfico 17 indica que, apesar da proporção de analfabetos em Moçambique ainda ser elevada em 2017, houve uma queda importante em relação a 1997, quando apenas um pouco mais da metade dos homens de 15 anos ou mais e ¼ das mulheres da mesma idade sabiam ler ou escrever. Vinte anos depois, pouco mais de ¾ dos homens e cerca de metade das mulheres de 15 anos ou mais era alfabetizada. A má notícia é que cerca de metade das mulheres ainda era analfabeta em 2017.

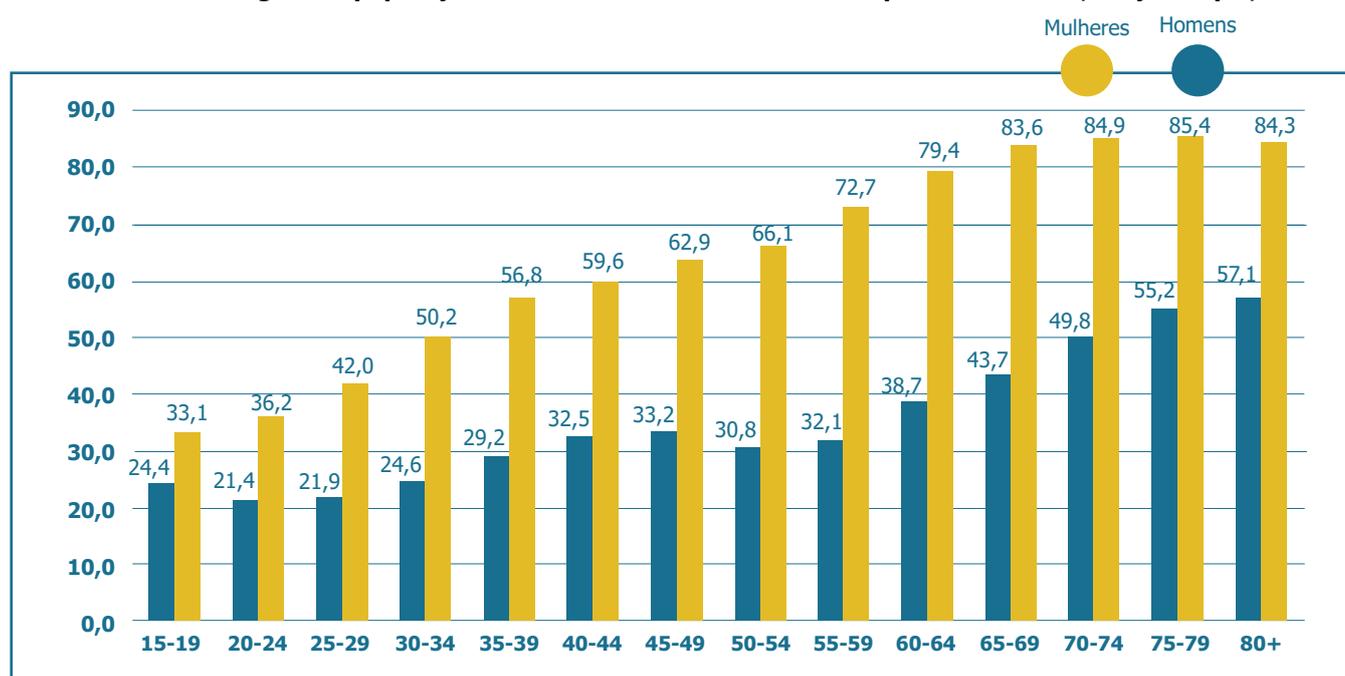
**Gráfico 17. Percentagem da população alfabetizada e analfabeta com 15 anos ou mais por sexo, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Educação em Moçambique).

O Gráfico 18 reforça a enorme desigualdade entre homens e mulheres no que tange ao analfabetismo em 2017. Em todas as idades, a proporção de homens analfabetos é sempre menor que a das mulheres analfabetas, mesmo em idades jovens, nas quais rapazes e raparigas deveriam frequentar a escola. No entanto, percebe-se que a percentagem da população analfabeta varia de acordo com a idade e é maior nas idades mais velhas. Entre os idosos de 70 anos ou mais, por exemplo, mais da metade dos homens e mais de 80% das mulheres eram analfabetas, situação muito distinta da observada, por exemplo, entre 20 e 24 anos, em que o analfabetismo era de 21,4% entre os homens e 36,2% entre as mulheres.

**Gráfico 18. Percentagem da população analfabeta com 15 anos ou mais por idade e sexo, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.3.2. FREQUÊNCIA ESCOLAR

Os dados do Quadro 17, por sua vez, sugerem que a proporção de rapazes e homens de 3 anos ou mais que nunca frequentou a escola reduziu de 46,9% em 1997 para 39,9% em 2017, enquanto, entre as raparigas e mulheres, essa proporção reduziu de 67,5% para 49,1%. Apesar de ainda haver mais homens que mulheres frequentando a escola, o hiato se reduziu entre 1997 e 2017, quando havia 25,0% de homens e 21,9% de mulheres frequentando uma escola.

**Quadro 17. Percentagem de pessoas de 3 anos e mais que frequentam a escola, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram, por sexo, Moçambique 1997, 2007 e 2017**

Frequência Escolar	1997		2007		2017	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Está a frequentar uma escola	20,2	13,4	34,6	27,9	25,0	21,9
Não frequenta uma escola	33,0	19,1	36,2	25,2	35,1	29,0
Nunca frequentou uma escola	46,9	67,5	29,2	46,8	39,9	49,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Educação em Moçambique).

As percentagens de pessoas de 5 a 25 anos na escola por idade simples são apresentadas no Quadro 18. Em 1997, a percentagem de homens na escola foi consistentemente mais elevada que a das mulheres já a partir dos 7 anos de idade. Em 2007, por sua vez, a percentagem de meninas e meninos até 11 anos de idade na escola era bastante semelhante. Já em 2017, a partir dos 15 anos, a percentagem de raparigas na escola se reduziu em relação à percentagem de rapazes. Portanto, entre 1997 e 2017, houve uma redução no hiato de género na educação, no sentido de que a distância na percentagem de homens e mulheres frequentando a escola se reduziu com a idade. No entanto, ainda é preciso incentivar a permanência de raparigas na escola a partir dos 15 anos, idade a partir da qual muitas se unem e têm filhos.

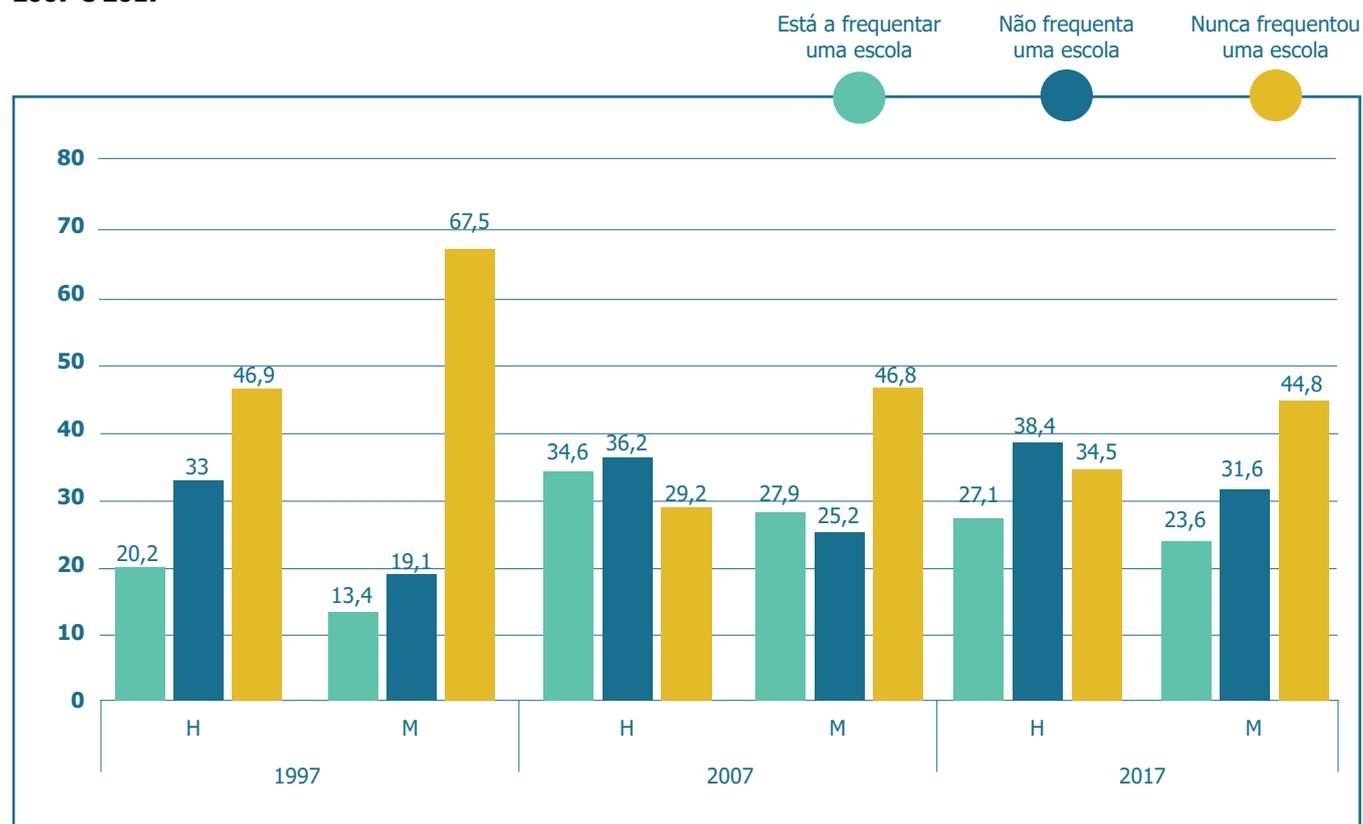
**Quadro 18. Percentagem das pessoas que frequentam a escola por sexo e idade simples, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**

Idade	Homens			Mulheres			Idade	Homens			Mulheres		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017		1997	2007	2017	1997	2007	2017
5	5,0	14,0	10,7	4,5	14,2	11,5	16	43,6	70,0	56,1	24,3	51,2	45,6
6	16,4	36,6	24,9	14,1	36,1	26,0	17	35,3	64,1	50,3	16,3	41,6	36,0
7	33,7	59,6	32,5	29,4	57,5	32,6	18	23,3	53,5	40,7	8,8	27,4	25,3
8	42,9	68,3	36,1	38,1	66,3	36,7	19	18,2	46,3	34,2	6,9	22,9	19,9
9	49,5	73,3	59,6	44,4	71,3	61,0	20	10,7	32,3	25,3	4,0	14,9	14,7
10	52,2	76,1	59,8	45,7	74,1	60,4	21	10,4	31,2	21,6	4,0	17,9	15,6
11	60,0	79,4	66,1	51,7	77,6	67,7	22	6,7	23,5	17,3	2,5	13,8	12,4
12	58,0	79,5	63,4	48,8	76,9	64,3	23	5,2	19,7	13,2	2,1	13,3	11,2
13	60,6	81,0	64,1	49,5	77,5	63,5	24	4,3	16,7	11,6	2,2	11,9	10,8
14	57,3	78,8	64,1	43,9	73,0	62,0	25	3,2	12,3	9,4	1,5	9,6	8,7
15	47,1	73,4	58,1	31,0	61,5	53,0							

Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo temático sobre Educação em Moçambique).

O Gráfico 19 indica que a percentagem de homens que nunca frequentou a escola é sempre inferior à percentagem de mulheres na mesma situação, em cada ano. Ao mesmo tempo, o hiato entre homens e mulheres que nunca frequentaram a escola se reduz ao longo do tempo. No que tange à frequência à escola, a distância entre homens e mulheres é de quase 20 anos, ou seja, as mulheres em 2017 estavam em situação muito semelhante à dos homens em 1997. Naquele ano, 20,2% dos homens estavam a frequentar a escola, comparados a 23,6% das mulheres em 2017, enquanto 46,9% dos homens nunca tinham frequentado a escola em 1997, comparados a 44,8% das mulheres em 2017.

**Gráfico 19. Distribuição percentual da população com 15 anos ou mais que está a frequentar a escola; não está a frequentar, mas já frequentou no passado; e nunca frequentou uma escola, por sexo, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Obs: H = homens, M = mulheres

### 5.3.3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE CONCLUÍDO

No que tange ao nível mais elevado concluído, o Quadro 19 indica que, entre 1997 e 2017 e para homens e mulheres acima de 25 anos, houve uma redução na proporção de pessoas sem nenhuma escolaridade, apesar de que, em 2017, ainda havia 37,3% dos homens e 60,6% das mulheres não tendo nenhuma educação formal. A percentagem de mulheres que completaram o ensino primário do 1º grau (EP1) saltou de 6,8% em 1997 para 15,9% em 2017, enquanto

a percentagem de mulheres com o ensino secundário geral do 2º grau (ESG2) passou de 0,34% para 4,23% no mesmo período. Houve avanços também entre os homens. A percentagem que completou o ensino superior passou de 0,45% para 2,76%. Apesar dos importantes avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido, não apenas para reduzir os hiatos entre homens e mulheres, mas para elevar as percentagens daqueles que completam os níveis mais avançados de educação.

**Quadro 19. Distribuição percentual da população de 55 anos ou mais por sexo e segundo o nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique, 1997, 2007 e 2017**

Nível de Ensino	1997				2007				2017			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma escolaridade	126 525	61,16	245 583	88,42	113 390	59,15	249 865	84,48	151 223	37,31	281 362	60,59
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	8 666	2,14	9 823	2,12
Alfabetização	3 612	1,75	2 188	0,79	8 579	4,48	12 085	4,09	7 045	1,74	8 785	1,89
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	43 480	21,02	18 931	6,82	28 897	15,07	16 798	5,68	89 354	22,04	73 674	15,87
Ensino primário do 2º Grau (EP2)	19 814	9,58	7 106	2,56	19 527	10,19	8 927	3,02	63 864	15,76	38 720	8,34
Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	6 709	3,24	1 967	0,71	8 855	4,62	3 321	1,12	33 922	8,37	20 742	4,47
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	2 856	1,38	943	0,34	6 252	3,26	2 495	0,84	31 689	7,82	19 630	4,23
Ensino Técnico Elementar (ETE)**	1 009	0,49	246	0,09	1 089	0,57	266	0,09	730	0,18	365	0,08
Ensino Técnico Básico (ETB)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 507	0,37	755	0,16
Ensino Técnico Médio (ETM)	1 219	0,59	253	0,09	1 555	0,81	472	0,16	3 959	0,98	2 330	0,50
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	691	0,33	213	0,08	1 139	0,59	579	0,20	2 199	0,54	1 306	0,28
Ensino Superior	959	0,46	323	0,12	2 412	1,26	966	0,33	11 175	2,76	6 856	1,48
Total	206 874	100	277 753	100	191 695	100	295 774	100	405 333	100	464 348	100

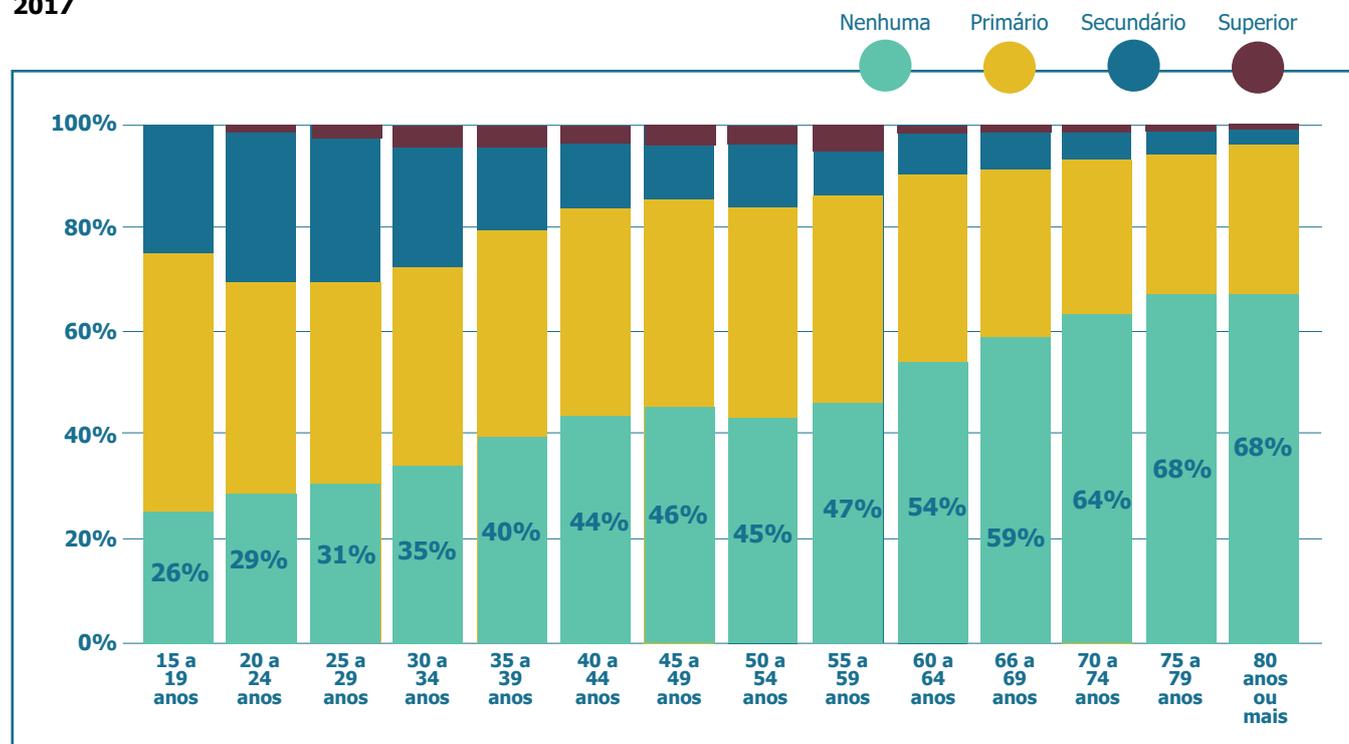
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo temático sobre Educação em Moçambique).

\*\* Para o ano de 1997 o ETE e o ETB estão agregados pelo formato dos dados na base.

A distribuição de homens e mulheres de 15 anos ou mais por nível de escolaridade concluída revela grandes desigualdades. Em todas as idades, há mais mulheres que homens sem ter completado nenhum nível de ensino. Há, ainda, uma maior proporção de homens que mulheres que completaram o nível superior. Assim, há uma grande desvantagem das mulheres em relação aos homens no que tange a escolaridade concluída.

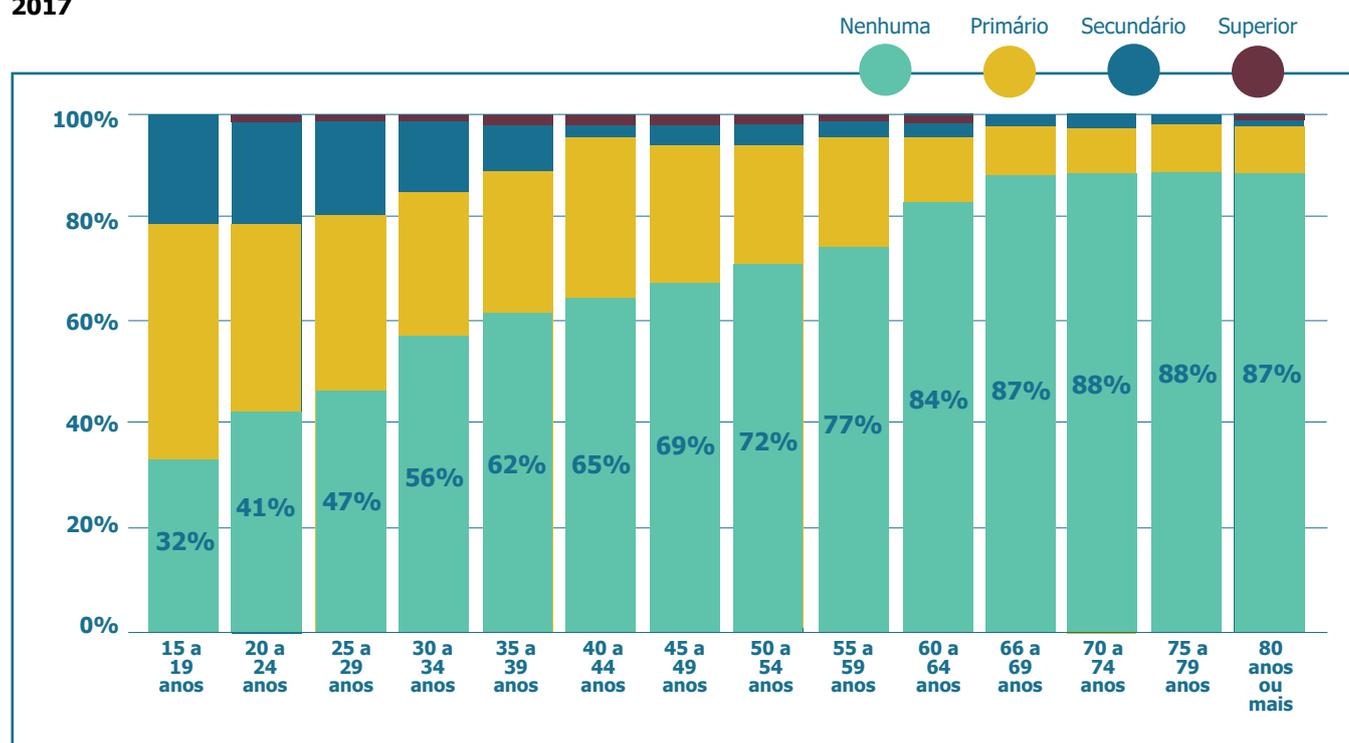
No entanto, ao analisar as distribuições por idade daqueles sem nenhum nível de escolaridade concluída, percebem-se melhorias importantes. Se, entre as pessoas de 80 anos ou mais, 68% dos homens e 87% das mulheres não tinha nenhum nível de escolaridade concluída em 2017, entre aqueles de 15 a 19 anos, a proporção era de 26% e 32%, respectivamente.

**Gráfico 20. Distribuição dos homens de 15 anos ou mais por nível de escolaridade concluído, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 21. Distribuição das mulheres de 15 anos ou mais por nível de escolaridade concluído, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

Por fim, é importante ressaltar o efeito da educação da mãe na transmissão intergeracional da desigualdade educacional para filhos e filhas<sup>6</sup>. Analisando a frequência à escola de filhos e filhas apresentada no Quadro 20, fica claro que a proporção de filhos e filhas que nunca frequentou a escola é muito menor se a mãe tem ensino primário do 2º grau (EP2) concluído, se comparado às mães sem nenhum grau concluído. O efeito

da escolaridade da mãe sobre seus filhos e filhas é maior nas províncias do Norte, cujo nível de desenvolvimento socioeconómico é menor. Portanto, é fundamental escolarizar as meninas e raparigas para que, quando elas se tornarem mães, possam transmitir aos seus filhos e filhas a educação formal, reduzindo o hiato de género na educação, bem como as desigualdades educacionais entre províncias.

**Quadro 20. Distribuição percentual de mães com idades entre 15 e 25 anos por nível de ensino mais elevado concluído e frequência escolar de filhos e filhas, Moçambique, 2017**

Província	Frequência à Escola de Filhos e Filhas	Mãe com primário (EP2) concluído	Mãe sem nenhum grau concluído %
Niassa	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	70,3 22,0 7,8	47,4 23,7 28,9
Cabo Delgado	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	58,8 33,3 7,9	43,1 31,0 25,9
Nampula	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	58,9 33,2 7,9	45,7 28,9 25,4
Zambézia	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	69,6 25,6 4,8	48,5 33,0 18,6
Tete	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	59,1 31,9 8,9	49,1 30,8 20,1
Manica	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	69,1 27,1 3,8	54,6 35,9 9,5
Sofala	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	69,6 26,6 3,8	55,9 36,6 7,5
Inhambane	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	68,7 27,1 4,2	53,7 40,4 5,9
Gaza	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	69,4 27,0 3,7	45,9 45,6 8,5
Maputo	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	65,1 32,1 2,7	53,2 42,1 4,8
Cidade de Maputo	Frequenta atualmente Alguma vez frequentou Nunca frequentou	63,9 33,1 2,9	51,5 44,2 4,3

Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo temático sobre Educação em Moçambique).

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre a reprodução intergeracional da desigualdade educacional, vide Anexo 1.

O Quadro 21 apresenta modelos de regressão logística cuja variável dependente é ter ensino secundário entre homens e mulheres de 20 a 59 anos. Os modelos tentam responder às perguntas:

- Quem tem mais chance de ter ensino secundário: homens ou mulheres?
- Quem tem mais chance de ter ensino secundário: mulheres mães ou mulheres que não são mães?
- Quais são os factores associados a ter completado ou não ensino secundário?

Além de um modelo para ambos os sexos (modelo 1), o modelo 2 é somente para os homens, enquanto os modelos 3 e 4 somente para as mulheres, sendo que o modelo 4 controla o facto de a mulher ser mãe.

---

**É FUNDAMENTAL ESCOLARIZAR AS MENINAS E RAPARIGAS PARA QUE, QUANDO ELAS SE TORNAREM MÃES, POSSAM TRANSMITIR AOS SEUS FILHOS E FILHAS A EDUCAÇÃO FORMAL, REDUZINDO A DESIGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO, BEM COMO AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE PROVÍNCIAS**

---

**Quadro 21. Razões de chance de ter o nível de ensino secundário ou mais concluído, entre homens e mulheres de 20 a 59 anos – Moçambique, 2017**

Características Seleccionadas		Modelo 1 Ambos	Modelo 2 Homens	Modelo 3 Mulheres	Modelo 4 Mulheres
Sexo	Homem	1,00			
	Mulher	0,45			
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00	1,00
	25-29	0,94	1,11	0,86	0,89
	30-34	0,64	0,83	0,55	0,58
	35-39	0,43	0,56	0,36	0,38
	40-44	0,30	0,40	0,25	0,26
	45-49	0,26	0,37	0,19	0,20
	50-54	0,24	0,37	0,15	0,13
	55-59	0,21	0,32	0,12	0,10
É mãe?	Não é mãe				1,33
	É mãe				1,00
Estado civil	Solteiro		1,00	1,00	1,00
	Casado		0,89	0,72	0,77
	Unido		0,84	0,56	0,61
	Separado		0,67	0,66	0,71
	Viúvo		0,67	0,54	0,58
Província	Niassa	1,36	1,51	1,29	1,28
	Cabo Delgado	1,14	1,24	1,08	1,08
	Nampula	1,13	1,25	1,09	1,08
	Zambézia	1,01	1,14	0,93	0,92
	Tete	1,41	1,61	1,29	1,28
	Manica	1,64	1,97	1,44	1,43
	Sofala	1,19	1,42	1,03	1,02
	Inhambane	1,30	1,18	1,42	1,42
	Gaza	0,96	0,87	1,05	1,04
	Maputo	1,00	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	0,97	0,93	0,95	0,94
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00	1,00
	Rural	0,49	0,50	0,49	0,49
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	1,39	1,32	1,64	1,63
	Quintil 3	2,16	1,97	2,94	2,94
	Quintil 4	4,20	3,54	6,65	6,63
	Quintil 5	10,85	8,02	19,54	19,37
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	0,66	0,69	0,61	0,61
	Zione/Sião	0,42	0,48	0,36	0,36
	Evangélica	0,66	0,71	0,59	0,59
	Sem religião	0,36	0,40	0,30	0,30
	Outra	0,71	0,72	0,67	0,67
Língua materna	Emakhuwa	0,34	0,43	0,27	0,27
	Português	1,00	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	0,41	0,46	0,39	0,39
	Elomwue	0,25	0,32	0,20	0,20
	Cinyanja	0,27	0,31	0,24	0,24
	Cisena	0,46	0,60	0,36	0,36
	Echuabo	0,39	0,50	0,32	0,32
	Cindau	0,41	0,49	0,37	0,37
	Xitswa	0,34	0,40	0,32	0,32
	Outra	0,45	0,54	0,40	0,40
	Sem informação	0,25	0,25	0,24	0,23
		Constante	0,47	0,41	0,26

Fonte: INE, Censo 2017.

Os resultados do modelo 1 indicam que a chance de uma mulher ter ensino secundário ou mais é 45% da chance do homem, ou seja, a mulher tem menos chance de ter ensino secundário ou mais, se comparada ao homem, controlando as variáveis socioeconómicas e culturais. Se ela não for mãe, a chance de ter ensino secundário ou mais é 33% maior que a chance de uma mulher mãe. Portanto, há uma penalidade em ser mãe quando se trata de uma mulher alcançar o ensino secundário ou mais.

A análise das razões de chance por grupo etário indica que as pessoas mais velhas têm menor chance de ter ensino secundário ou mais, se comparadas às pessoas de 20 a 24 anos, excepto os homens de 25 a 29 anos, cuja chance de ter alcançado aquele nível de ensino é 11% maior que o grupo 20-24 anos. A chance de um homem de 55 a 59 anos ter ensino secundário ou mais é 68% menor que a chance de um homem de 20 a 24 anos, enquanto a chance de uma mulher de 55 a 59 anos é 88% menor que a de uma mulher de 20 a 24 anos. A chance de as mulheres terem ensino secundário ou mais é sempre menor que a dos homens, mesmo quando se controla o facto de elas serem mães.

Homens e mulheres solteiros têm mais chance de ter ensino secundário ou mais, se comparados aos demais estados civis. Comparando mulheres casadas e unidas, a chance de ter ensino secundário ou mais é menor para as unidas (56% da chance das solteiras) do que para as casadas (72% da chance das solteiras), sugerindo que as mulheres unidas estão em desvantagem em relação às casadas, possivelmente mais empoderadas por serem protegidas pela lei. A comparação entre homens e mulheres sugere que a chance de os homens terem ensino secundário ou mais é maior que a das mulheres em todos os estados civis, excepto entre solteiros (categoria de referência,  $RC=1,0$ ) e separados ( $RC=0,67$  para homens e  $0,66$  para mulheres).

Em relação ao local de residência, a chance de homens e mulheres residentes em áreas rurais terem ensino secundário ou mais é cerca de metade da chance daqueles residentes em áreas urbanas.

A riqueza é positivamente associada à chance de ter ensino secundário ou mais. Os homens que estão entre os 20% mais ricos têm 8 vezes a chance de ter ensino secundário ou mais se comparados aos 20% mais pobres. Já entre as mulheres, esse número é de 19,5 vezes, ou seja, a riqueza é fortemente associada à chance da mulher se escolarizar mais.

Em relação às variáveis culturais, homens e mulheres católicos, cuja língua materna é o português têm maiores chances de ter ensino secundário ou mais. Para todas as religiões, a chance de a mulher ter ensino secundário ou mais é sempre menor que a do homem, em comparação a quem se declara católico(a). Da mesma forma, para todas as línguas maternas, excepto o português e os sem informação, a chance de a mulher ter ensino secundário ou mais é sempre menor que a do homem, se comparada a quem fala português.

Uma análise semelhante pode ser feita em relação ao ensino superior. Controlando por variáveis socioeconómicas e demográficas, as mulheres têm 41% menos chance que os homens de ter ensino superior ( $RC=0,59$ ), enquanto as mulheres que não são mães têm 74% mais chance de ter ensino superior, se comparadas às mulheres que são mães. Em outras palavras, a mulher que é mãe tem uma dupla penalidade em relação a ter ensino superior, por ser mulher (em relação ao homem) e por ser mãe (em relação a quem não é mãe).

Já o Quadro 22 traz modelos que respondem às perguntas:

- Quem tem mais chance de ter ensino superior: homens ou mulheres?
- Quem tem mais chance de ter ensino superior: mulheres mães ou mulheres que não são mães?
- Quais são os factores associados a ter completado ou não ensino superior?

Os resultados sugerem que a chance de a mulher ter ensino superior é 59% da chance do homem, ou seja, é o homem quem tem maior chance de ter ensino superior. Entre as mulheres que não são mães, a chance de ter ensino superior é 74% maior que aquelas que são mães.

No que tange aos factores associados, tem maior chance de ter ensino superior quem é casado/unido (se comparado aos solteiros), quem vive em zona urbana, quem tem melhor nível socioeconómico, quem é católico e quem tem o português como língua materna. No caso das mulheres, a idade importa, no sentido de que a chance de ter ensino superior é menor entre mulheres mais velhas, sugerindo que o acesso à educação superior é um fenómeno relativamente recente na vida das mulheres.

**Quadro 22. Razão de chance de ter o nível de ensino superior ou mais concluído, entre homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017**

Características Seleccionadas		Ambos	Homens	Mulheres	Mulheres
Sexo	Homem	1,00			
	Mulher	0,59			
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00	1,00
	25-29	2,16	2,46	1,92	2,17
	30-34	3,18	3,70	2,57	3,04
	35-39	3,54	3,88	2,78	3,33
	40-44	3,33	3,48	2,55	3,08
	45-49	3,04	3,36	2,02	2,46
	50-54	2,83	3,26	1,62	1,35
	55-59	2,36	2,53	1,35	1,01
É mãe?	Não é mãe				1,74
	É mãe				1,00
Estado civil	Solteiro		1,00	1,00	1,00
	Casado		1,97	1,84	2,12
	Unido		0,86	0,57	0,67
	Separado		0,71	0,89	1,04
	Viúvo		0,53	0,45	0,52
Província	Niassa	1,29	1,42	1,19	1,17
	Cabo Delgado	0,92	0,93	0,86	0,84
	Nampula	1,10	1,08	0,95	0,93
	Zambézia	1,07	1,19	0,83	0,82
	Tete	0,92	0,95	0,90	0,89
	Manica	1,19	1,34	1,14	1,13
	Sofala	0,95	0,99	0,95	0,93
	Inhambane	0,94	1,07	0,78	0,79
	Gaza	1,00	1,05	0,96	0,95
	Maputo	1,00	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	1,33	1,25	1,33	1,31
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00	1,00
	Rural	0,62	0,60	0,62	0,62
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	1,81	1,81	1,83	1,82
	Quintil 3	4,17	4,32	3,68	3,68
	Quintil 4	18,04	20,06	14,08	14,07
	Quintil 5	197,53	196,28	190,87	189,69
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	0,50	0,43	0,47	0,47
	Zione/Sião	0,16	0,21	0,13	0,14
	Evangélica	0,38	0,41	0,35	0,36
	Sem religião	0,23	0,25	0,25	0,25
	Outra	0,55	0,57	0,52	0,52
Língua materna	Emakhuwa	0,32	0,39	0,23	0,24
	Português	1,00	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	0,33	0,44	0,27	0,27
	Elomwue	0,26	0,30	0,13	0,14
	Cinyanja	0,36	0,39	0,18	0,19
	Cisena	0,48	0,63	0,36	0,37
	Echuabo	0,34	0,43	0,32	0,33
	Cindau	0,51	0,74	0,32	0,32
	Xitswa	0,40	0,50	0,32	0,32
	Outra	0,64	0,74	0,50	0,51
	Sem informação	0,36	0,36	0,37	0,33
		Constante	0,00	0,00	0,00

Fonte: INE, Censo 2017.

## 5.4. PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E NA ECONOMIA

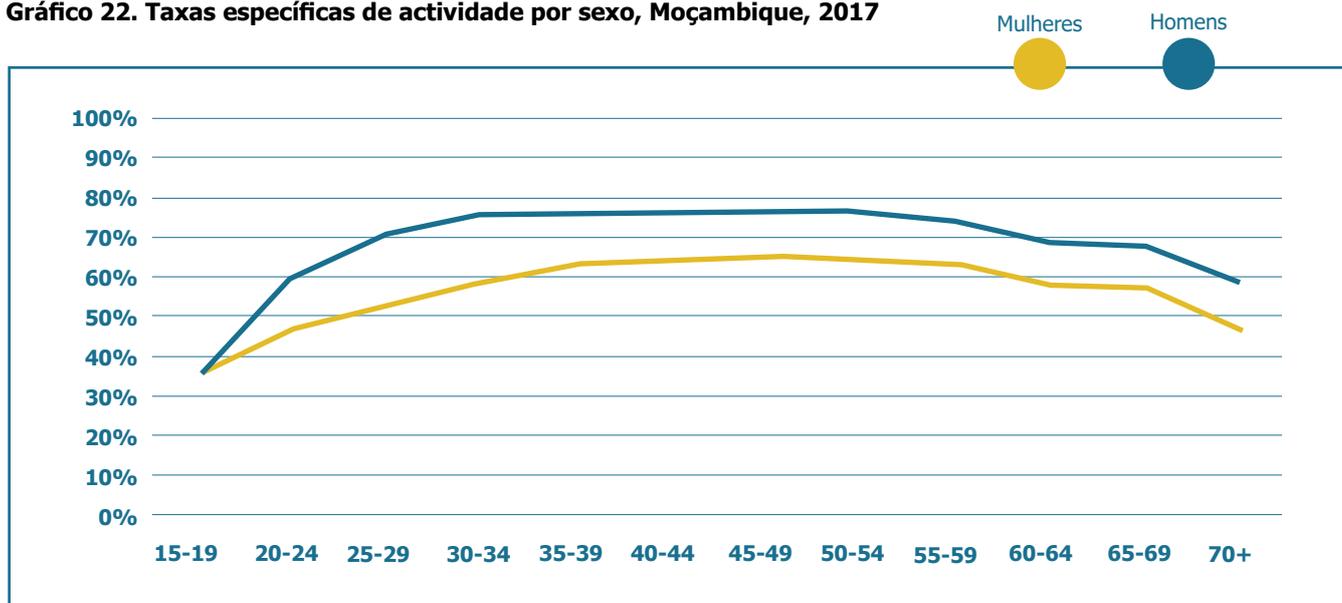
Na República de Moçambique, o trabalho é direito e dever de cada cidadão. Segundo a lei, a cidadã e o cidadão moçambicano têm direito à livre escolha da sua profissão, sendo que o trabalho compulsivo é proibido. A idade ao trabalhar começa legalmente aos 15 anos (República de Moçambique 2007 Lei no 23/2007).

### 5.4.1. TAXA DE OCUPAÇÃO

O Gráfico 22 apresenta as taxas de actividade por idade e sexo em 2017, calculadas pelo quociente entre a população economicamente activa (PEA) e a população em idade activa (PIA). A PEA inclui as pessoas que, na semana de referência, trabalharam, tiveram interrupção voluntária de trabalho, procuraram novo emprego, procuraram o primeiro emprego ou ajudaram familiares. Importante salientar que, de acordo com os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 sobre força de trabalho, os homens representam 51% da PEA e as mulheres, 49%<sup>7</sup>.

Percebe-se que a taxa de actividade dos homens é mais elevada que a das mulheres, excepto no grupo etário 15-19. Além disso, a actividade económica nas fases de juventude e, principalmente, da velhice são elevadas. Entre as possíveis explicações estão o peso da actividade rural, que absorve tanto os mais jovens quanto os mais velhos; a relativamente baixa cobertura do sistema escolar, que faz com que a entrada dos jovens no mercado de trabalho seja precoce; e o incipiente sistema de segurança social, que não é capaz de garantir a sobrevivência económica nas idades mais avançadas.

Gráfico 22. Taxas específicas de actividade por sexo, Moçambique, 2017



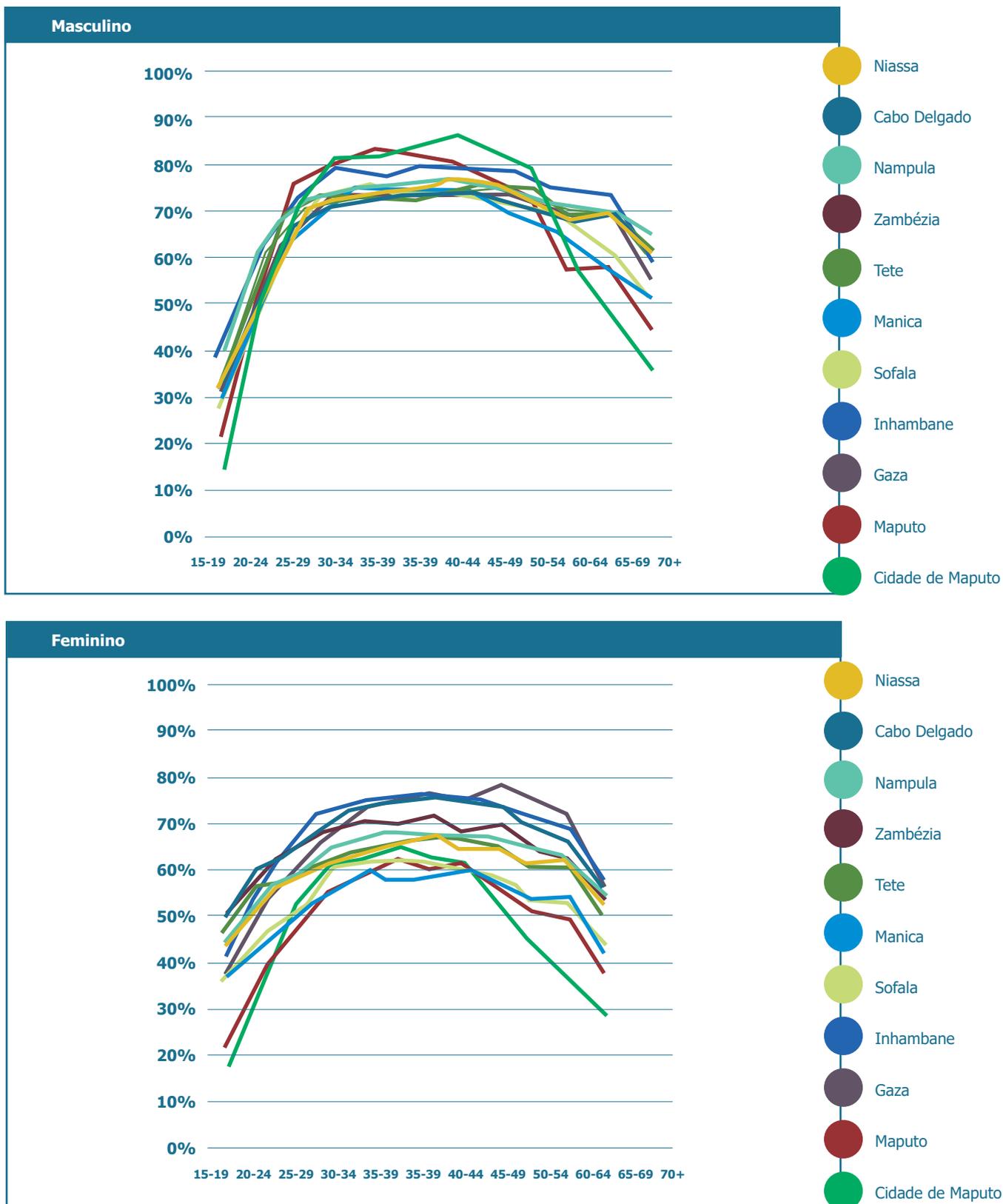
Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

<sup>7</sup> É importante ressaltar como, de acordo com o estudo temático sobre força de trabalho, a baixa diferença entre homens e mulheres pode ser devida a problemas com os dados.

No que tange às províncias, naquelas onde as actividades económicas são eminentemente agrícolas, o perfil da taxa de actividade é mais horizontalizado, sobretudo entre os mais velhos, e há uma menor diferença entre a taxa de actividade de homens e mulheres, se comparadas a locais onde prevalecem actividades não agrícolas (Gráfico 23). Já na

Província e Cidade de Maputo, o padrão da curva de actividade é em formato de U invertido devido à menor actividade entre os muito jovens e os mais velhos, situação típica de regiões urbanas. Além disso, percebe-se uma distância maior entre os níveis das taxas de actividade feminina e masculina.

**Gráfico 23. Taxas específicas de actividade por sexo e província, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

A análise multivariada a seguir buscou entender as chances de homens e mulheres solteiros e unidos maritalmente de 20 a 59 anos trabalharem. Os modelos de regressão logística pretendiam responder às seguintes perguntas:

- Quem tem mais chance de trabalhar: homens ou mulheres?
- Quais são os factores associados ao trabalho de homens e mulheres?

O Quadro 23 revela que, se comparadas aos homens e controlando as variáveis socioeconómicas e demográficas, a chance de as mulheres trabalharem é 56% da chance do homem, ou seja, os homens têm maior chance de trabalhar.

De um modo geral, as chances de trabalhar crescem até os 45-49 anos e, a partir de 50 anos, começam a declinar. Além disso, a chance de trabalhar é mais elevada entre os que estão numa relação marital do que entre solteiros. No caso dos homens, os que estão numa relação marital têm 150% mais chance de trabalhar, enquanto as mulheres numa relação marital têm 27% maior de trabalhar em comparação com as mulheres solteiras, ou seja, observa-se uma diferença de género importante. Comparado aos homens de Maputo-Província, os homens residentes nas demais províncias têm

menor chance de trabalhar, excepto aqueles residentes em Cidade de Maputo, onde a chance de trabalhar é maior. No caso das mulheres, as chances de trabalho são maiores em Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo, se comparadas às mulheres que moram em Maputo-Província. A chance de trabalho também é maior nas áreas rurais que nas urbanas, sobretudo entre as mulheres. Esse resultado vai ao encontro da grande participação feminina em actividades agrícolas, que será mostrada adiante.

A chance de trabalhar aumenta com a escolaridade, mais entre as mulheres do que entre os homens, e tende a se reduzir com o aumento da riqueza, excepto entre os homens do quintil mais rico, que têm 14% mais chance de trabalhar se comparados aos homens do quintil mais pobre.

Os homens evangélicos têm 3% mais chance de trabalhar que os homens católicos, enquanto entre os demais grupos, excepto os de religião Zione/Sião, a chance de trabalhar é menor que a dos católicos. No caso das mulheres, são as católicas que têm a maior chance de trabalhar. Em relação à língua materna, em geral que fala português têm menor chance de trabalhar, se comparados às demais línguas.

---

## **A CHANCE DE TRABALHO TAMBÉM É MAIOR NAS ÁREAS RURAIS QUE NAS URBANAS, SOBRETUDO ENTRE AS MULHERES**

---

**Quadro 23. Razão de chance de trabalhar ou não, homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017**

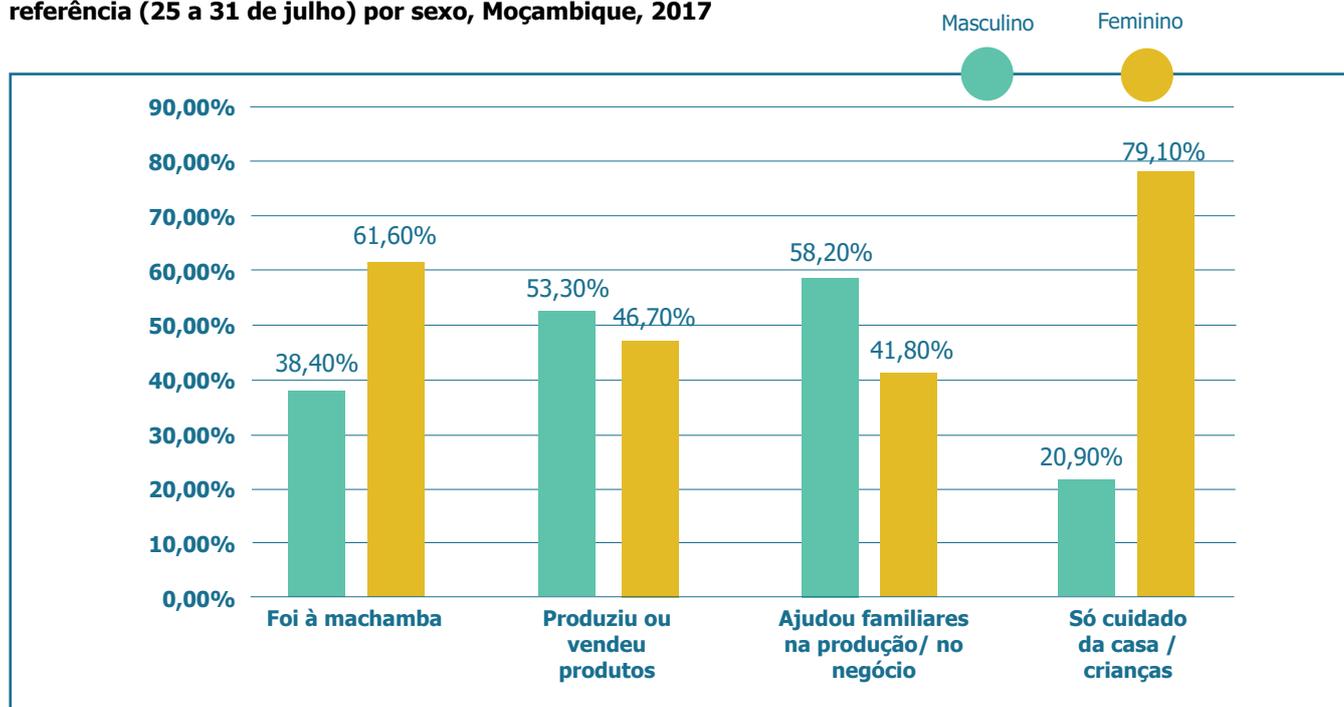
Características Seleccionadas		Ambos	Homens	Mulheres
Sexo	Homem	1,00		
	Mulher	0,56		
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00
	25-29	1,31	1,26	1,29
	30-34	1,55	1,38	1,59
	35-39	1,66	1,41	1,75
	40-44	1,68	1,40	1,81
	45-49	1,70	1,41	1,83
	50-54	1,66	1,36	1,78
	55-59	1,51	1,24	1,62
Status marital	Solteiro	1,00	1,00	1,00
	Unido	1,71	2,51	1,27
Província	Niassa	0,55	0,43	0,71
	Cabo Delgado	0,89	0,69	1,14
	Nampula	0,61	0,49	0,73
	Zambézia	0,61	0,44	0,84
	Tete	0,60	0,48	0,73
	Manica	0,65	0,57	0,72
	Sofala	0,68	0,61	0,72
	Inhambane	1,16	0,79	1,62
	Gaza	1,02	0,70	1,38
	Maputo	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	1,33	1,14	1,58
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
	Rural	1,90	1,44	2,54
Escolaridade	Nenhum	1,00	1,00	1,00
	Primário	1,20	1,35	1,13
	Secundário	1,26	1,30	1,20
	Superior	2,57	1,98	3,55
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	1,00	0,99	1,01
	Quintil 3	0,96	0,97	0,96
	Quintil 4	0,87	0,96	0,80
	Quintil 5	0,93	1,14	0,80
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	0,91	0,95	0,86
	Zione / Sião	0,98	1,00	0,97
	Evangélica	1,00	1,03	0,99
	Sem religião	0,90	0,94	0,84
	Outra	0,92	0,92	0,91
Língua materna	Emakhuwa	1,34	1,31	1,35
	Português	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,03	1,02	1,08
	Elomwue	1,31	1,37	1,21
	Cinyanja	1,74	1,72	1,79
	Cisena	1,21	1,13	1,32
	Echuabo	1,40	1,33	1,34
	Cindau	1,03	0,98	1,10
	Xitswa	1,01	1,14	0,90
	Outra	1,20	1,24	1,16
	Sem informação	0,32	0,32	0,34
Constante		0,52	0,54	0,27

Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho). Resultados em vermelho não significantes.

Entre as pessoas que responderam não ter trabalhado na semana de referência, 24,1% dos homens e 47,3% das mulheres declararam ter sido domésticos. Que tipo de actividades foram realizadas por essas pessoas enquanto domésticos? O Gráfico 24 indica que as mulheres se ocuparam preferencialmente da machamba e das actividades de cuidados da casa e das crianças, enquanto os homens produziram

ou venderam produtos, ou ainda auxiliaram familiares na produção e/ou no negócio. Nesse sentido, as mulheres que se declararam domésticas estavam em condição inferior na divisão de tarefas domésticas, cuidando da reprodução, enquanto os homens que se declararam domésticos se dedicaram, em maior medida, a actividades de produção, ligadas à geração de recursos.

**Gráfico 24. Distribuição percentual da população com idades entre 20 e 59 anos que não trabalhou na semana referênciada (25 a 31 de julho) por sexo, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

Diante desses resultados, foram feitas análises multivariadas levando em consideração homens e mulheres domésticos e assalariados, de 20 a 59 anos, em 2017. Os modelos de regressão logística buscaram responder a seguinte pergunta: Quem tem mais chance de ser doméstico(a), em relação a ser assalariado: homens ou mulheres?

O Quadro 24 revela que, se comparadas aos homens e controlando as variáveis socioeconômicas e demográficas, a chance de as mulheres serem domésticas é 12 vezes maior que a chance dos homens, em relação a serem assalariadas, revelando o enorme abismo entre homens e mulheres no que tange ao trabalho no domicílio.

Homens e mulheres têm maior chance de serem domésticos entre 20 e 24 anos de idade. Em relação ao estado civil, os homens numa união marital têm 57% da chance de serem domésticos, se comparados aos solteiros, enquanto as mulheres numa união marital têm 153% mais chance de serem domésticas, se comparadas às solteiras.

Comparadas às chances em Maputo-Província, as chances de ser doméstico(a) nas demais províncias é maior, excepto na cidade de Maputo, onde a chance de ser doméstico(a) é a menor de todas. O padrão masculino é muito distinto por província. Em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia

e Tete, províncias menos desenvolvidas, a chance de um homem não ter trabalhado na semana de referência e de se ter declarado doméstico é pelo menos 5 vezes maior que a chance dos homens residentes em Maputo-Província. A chance de ser doméstico(a) é maior nas áreas rurais que nas urbanas, apesar de que a variação, no caso das mulheres, é muito pequena (a chance de as residentes em áreas rurais serem domésticas é apenas 3% superior à chance das residentes em áreas urbanas). Portanto, ser doméstica, no caso feminino, praticamente não depende do local de residência.

A chance de ser doméstico(a) se reduz drasticamente com o aumento da escolaridade. O mesmo pode ser observado em relação ao nível socioeconômico, tanto para os homens como para as mulheres.

Com respeito à religião, são os(as) católicos(as) os(as) que têm menor chance de serem domésticos(as). Levando em consideração a língua materna, os homens com menor chance de serem domésticos são aqueles cuja língua materna é o Echuwabo, com o português em segundo lugar. Entre as mulheres, aquelas que tem o português como língua materna são as que têm menor chance de se terem declarado domésticas na semana de referência. A língua materna Xitshwa não foi significativa para as mulheres.

**Quadro 24. Razão de chance de ser doméstico(a) ou assalariado(a) entre homens e mulheres com idade entre 20 e 59 anos, Moçambique, 2017**

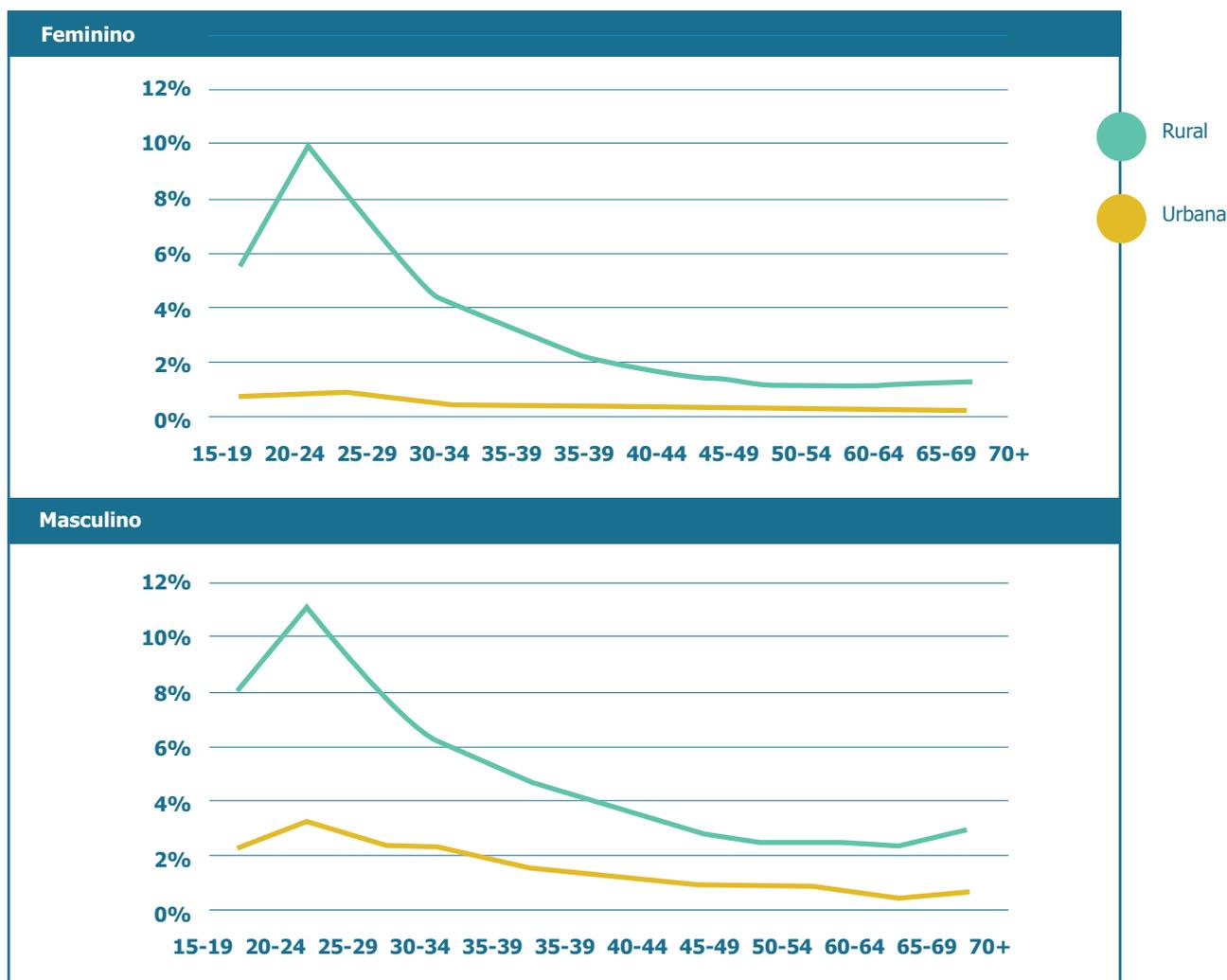
Características Seleccionadas		Ambos	Homens	Mulheres
Sexo	Homem	1,00		
	Mulher	13,30		
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00
	25-29	0,69	0,84	0,62
	30-34	0,55	0,75	0,47
	35-39	0,53	0,78	0,42
	40-44	0,55	0,82	0,43
	45-49	0,57	0,84	0,47
	50-54	0,56	0,80	0,51
Status marital	Solteiro	1,00	1,00	1,00
	Unido	1,32	0,57	2,53
Província	Niassa	3,94	9,10	1,71
	Cabo Delgado	2,81	5,78	1,49
	Nampula	3,19	6,69	1,75
	Zambézia	3,84	8,41	1,79
	Tete	3,34	6,45	2,01
	Manica	2,35	3,90	1,84
	Sofala	1,94	2,93	1,73
	Inhambane	1,29	1,89	1,15
	Gaza	1,30	1,62	1,35
	Maputo	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	0,82	0,80	0,74
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
	Rural	1,35	1,64	1,03
Escolaridade	Nenhum	1,00	1,00	1,00
	Primário	0,60	0,57	0,62
	Secundário	0,19	0,22	0,16
	Superior	0,02	0,04	0,02
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	0,84	0,83	0,98
	Quintil 3	0,60	0,61	0,79
	Quintil 4	0,41	0,41	0,62
	Quintil 5	0,24	0,23	0,34
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	1,20	1,05	1,42
	Zione / Sião	1,22	1,08	1,42
	Evangélica	1,17	1,04	1,27
	Sem religião	1,31	1,26	1,38
	Outra	1,11	1,05	1,16
Língua materna	Emakhuwa	1,23	1,14	1,32
	Português	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,09	1,12	1,10
	Elomwue	1,49	1,30	1,75
	Cinyanja	1,34	1,30	1,12
	Cisena	1,28	1,25	1,36
	Echuabo	0,84	0,73	1,13
	Cindau	1,13	1,11	1,16
	Xitswa	1,04	1,07	1,05
	Outra	1,18	1,12	1,23
	Sem informação	1,15	1,36	0,88
Constante		1,31	1,16	11,40

Fonte: INE, Censo 2017. Resultados em vermelho não significantes.

### 5.4.2. TAXA DE DESEMPREGO

A PEA inclui as pessoas que, na semana de referência, trabalharam, tiveram interrupção voluntária de trabalho, procuraram novo emprego, procuraram o primeiro emprego ou ajudaram familiares. A combinação daqueles que estão à procura de novo emprego ou do primeiro emprego permite que se meça o desemprego aberto.

**Gráfico 25. Taxas de Desemprego aberto por sexo, idade e área de residência, Moçambique**

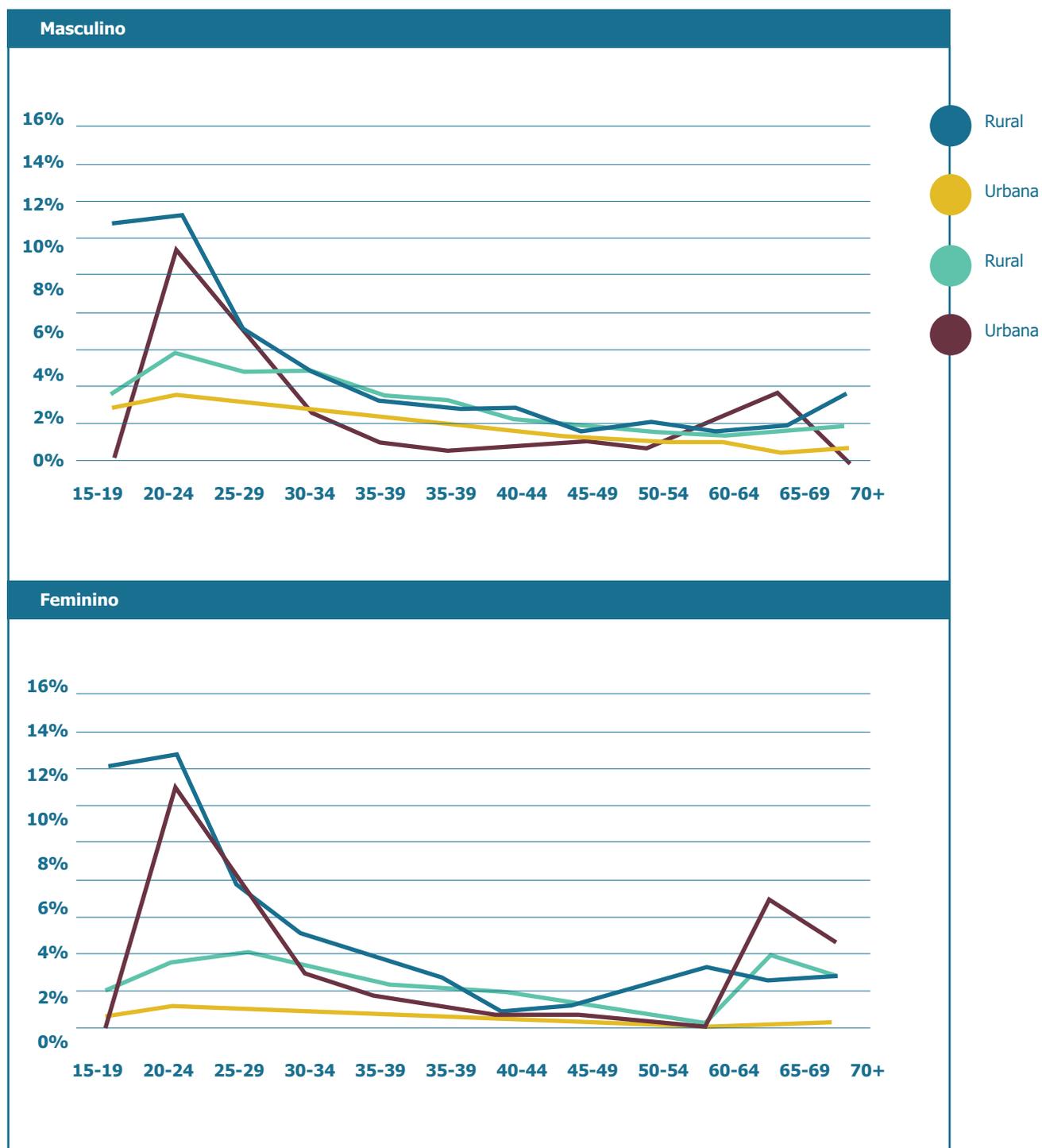


Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

O gráfico anterior mostra curvas de desemprego aberto para homens e mulheres em 2017. O desemprego é maior para os homens nas áreas urbanas e rurais, se comparados às mulheres, com uma maior dificuldade de inserção na força de trabalho para os jovens até 29 anos. No caso masculino, percebe-se um aumento do desemprego entre os idosos, ou uma maior disponibilidade de buscar emprego, possivelmente pela necessidade de garantir o sustento até o fim da vida na condição de provedor. No caso das áreas rurais, a inserção das mulheres no trabalho nas machambas implica em baixa taxa de desemprego entre elas.

Já o gráfico a seguir apresenta taxas de desemprego por sexo, idade e nível de escolaridade. Comparando homens e mulheres, chama a atenção a semelhança dos padrões entre as pessoas de maior escolaridade (secundário completo e superior completo), que enfrentam dificuldades na inserção laboral nas idades mais jovens. No caso das pessoas menos escolarizadas, as mulheres que experimentam menor situação de desemprego, significando que elas se encontram a realizar actividades de menos qualificação, tais como as actividades de agricultura, silvicultura e pesca, conforme será visto mais adiante.

**Gráfico 26. Taxas de desemprego por idade e escolaridade, segundo sexo, Moçambique 2017**

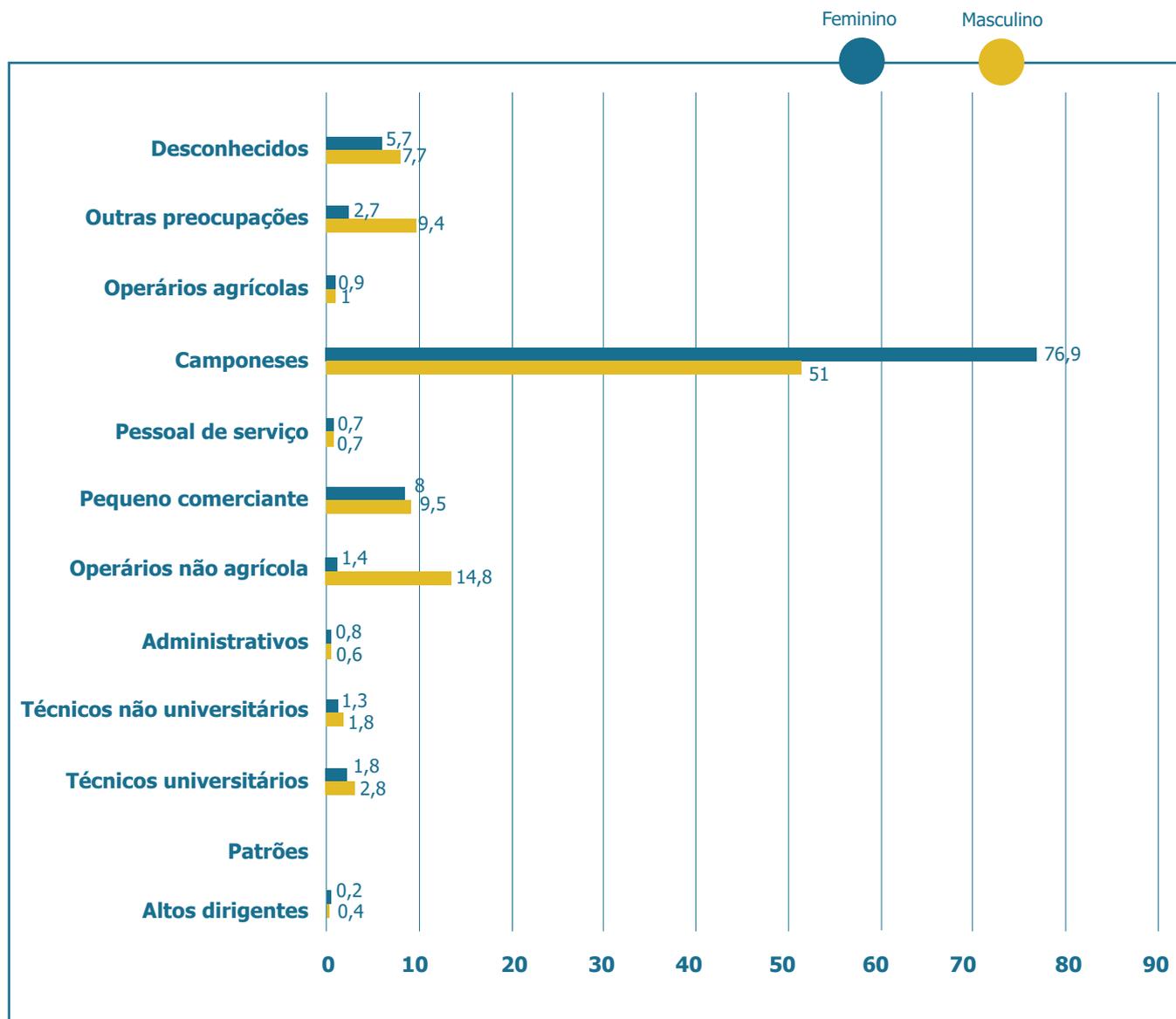


Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

### 5.4.1. OCUPAÇÕES

No que tange à ocupação,  $\frac{3}{4}$  das mulheres e metade dos homens se declaram camponeses, o que significa que a maioria das pessoas está ocupada em áreas rurais. Nas demais ocupações, há uma forte super-representação de homens em relação às mulheres, conforme o Gráfico 27.

**Gráfico 27. Ocupação declarada das pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo, Moçambique, 2017**

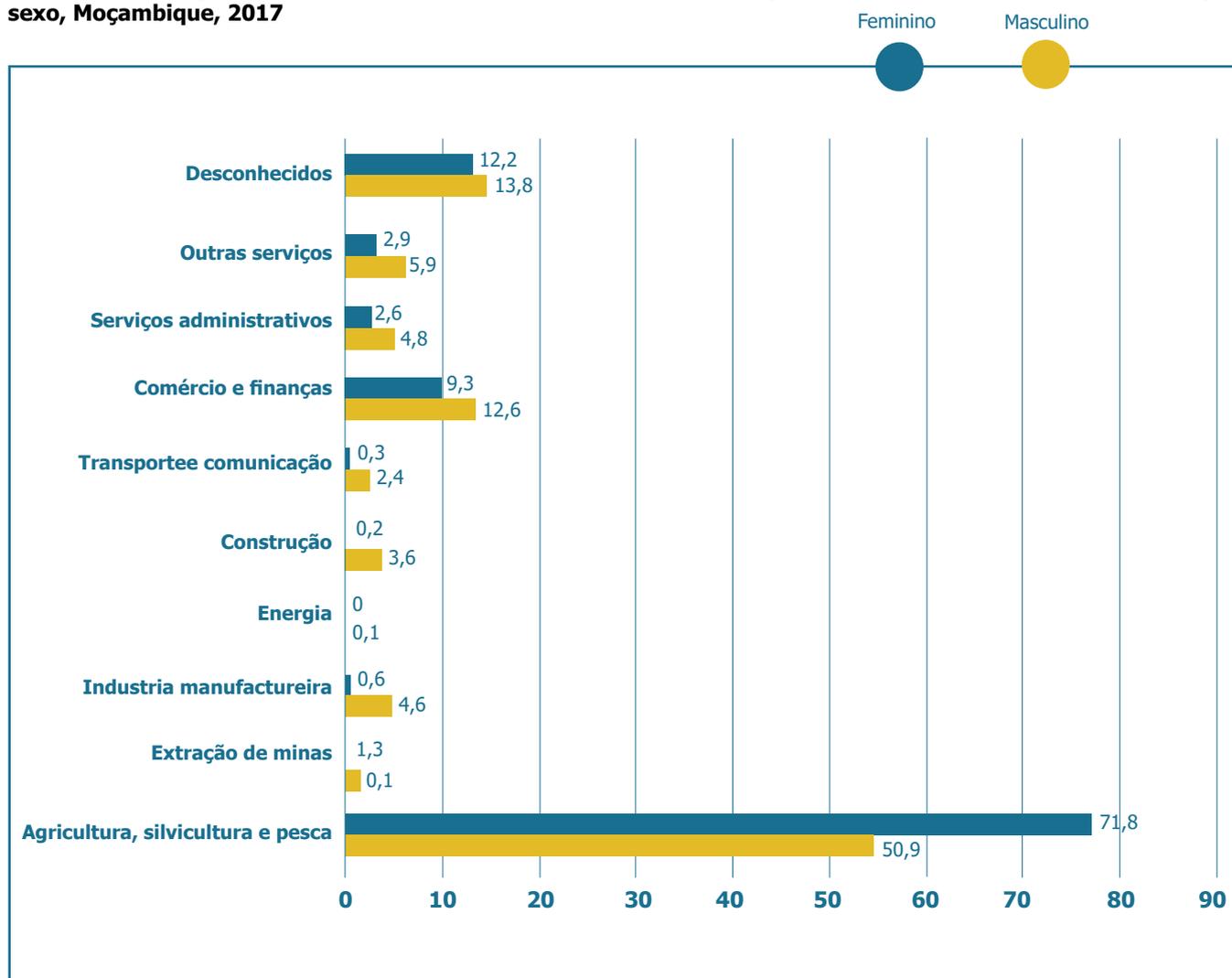


Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

As mulheres se dividem entre três actividades económicas com forte concentração na agricultura, silvicultura e pesca (71,8%), seguida de actividades desconhecidas (12,2%) e comércio e finanças (9,3%). Apesar de metade dos homens

(50,8%) também estar na agricultura, silvicultura e pesca, eles estão mais dispersos por várias actividades principais, conforme indica o Gráfico 28.

**Gráfico 28. Principal Actividade Económica do Local de Trabalho das pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo, Moçambique, 2017**



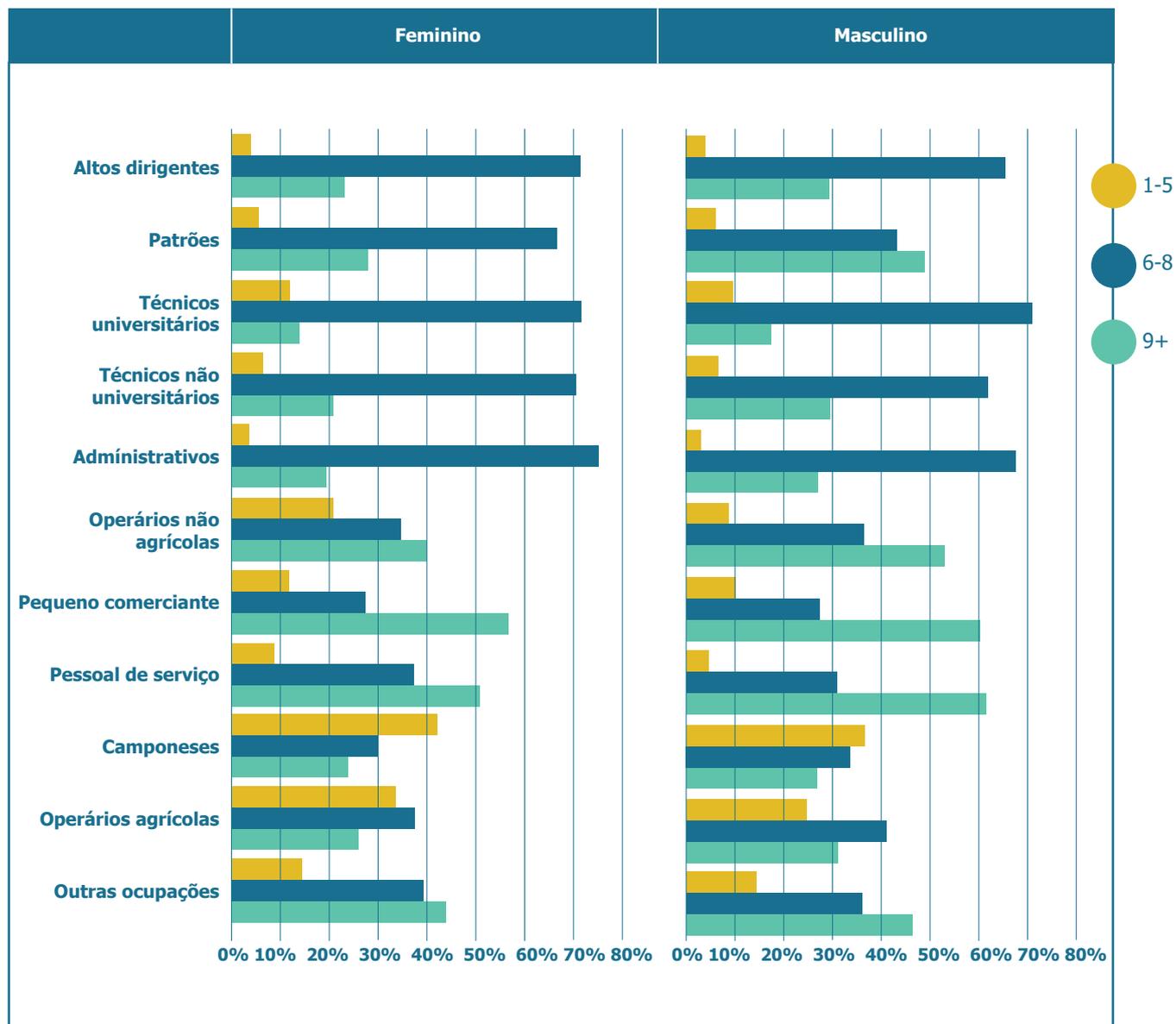
Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

Conforme o gráfico anterior, as actividades que absorvem o maior número de trabalhadores são as actividades do sector primário (agricultura, silvicultura e pescas), praticadas, na sua maioria, pela população rural. De um modo geral, a agricultura é, na sua essência, uma actividade praticada por mulheres (Negrão 1998) e, por ser actividade de subsistência, não exige especialização técnica ou tecnológica. É no contexto das relações de género que as mulheres aparecem como meras produtoras de alimentos para a família, através do trabalho da machamba. Em relação à pesca, enquanto os homens fazem pesca de alto mar e de barco, as mulheres, na sua maioria, se dedicam a apanha de moluscos, caranguejo e crustáceos que, segundo os homens, não exige muita força e não é uma actividade perigosa (Hoguane, 2007). Ao contrário, a indústria manufactureira absorve mais homens do que mulheres, já que

se trata de uma actividade especializada. Actividades como extracção mineira e construção, apesar da baixa prevalência, são tipicamente masculinas.

A média de horas diárias trabalhadas também revela desigualdades de género e entre mulheres. O Gráfico 29 indica que os trabalhadores das ocupações mais qualificadas tendem a ter jornadas de duração próximas à média convencional de 8 horas de trabalho ao dia. Por sua vez, os trabalhadores de baixa qualificação em actividades predominantemente urbanas (pequenos comerciantes, pessoal de serviço e operários não-agrícolas) tendem a ter jornadas excessivas. Já os camponeses, categoria que reúne aproximadamente 64% da força de trabalho de Moçambique, concentram-se em trabalhos de jornada abaixo das 5 horas por dia.

**Gráfico 29. Média de horas diárias trabalhadas por tipo de ocupação, segundo sexo - Moçambique, 2017**



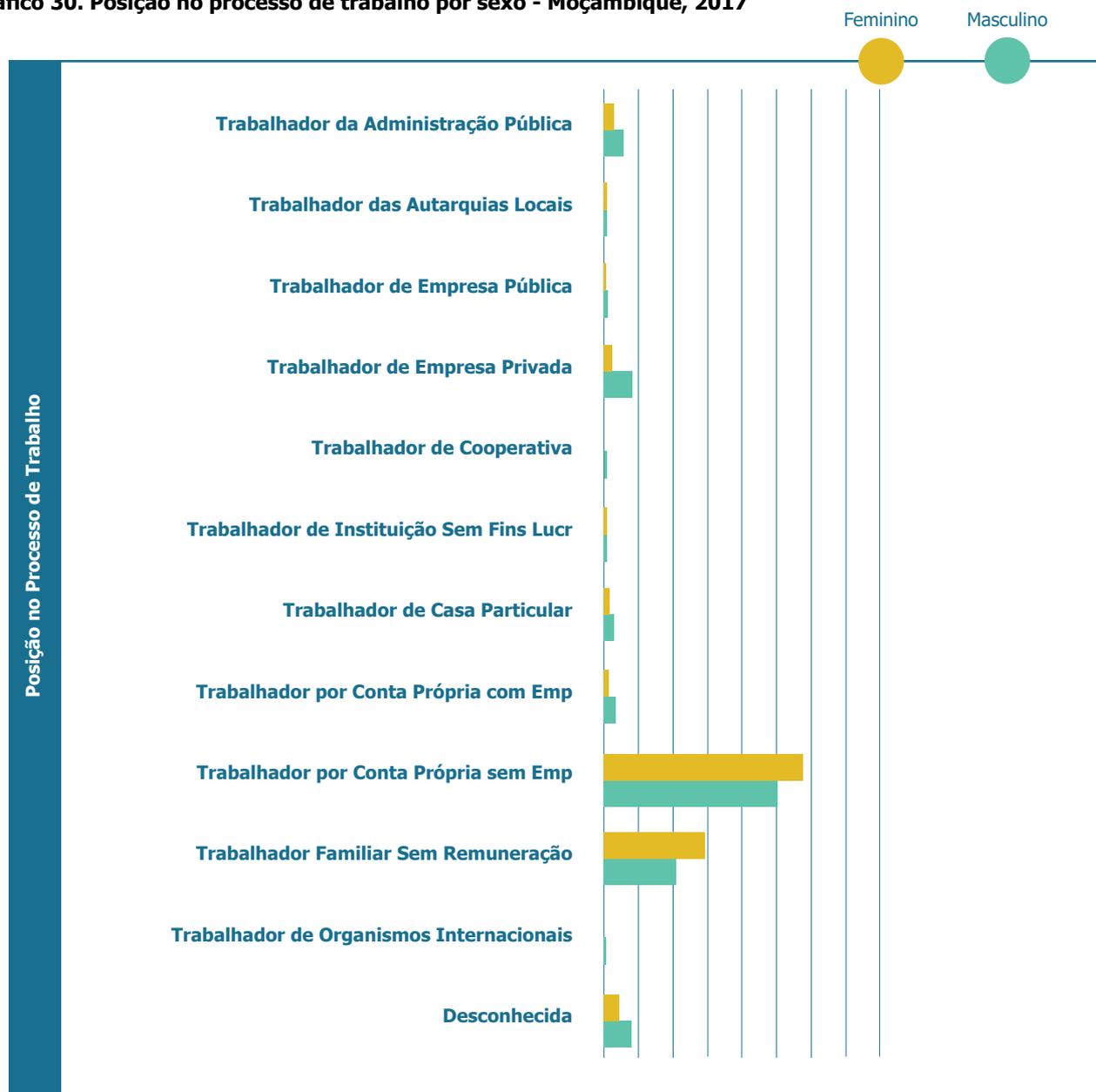
Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

Uma lacuna no estudo de ocupações são as análises sobre as ocupações tipicamente masculinas e femininas, impossíveis de serem feitas aqui devido à ausência de dados.

### 5.4.1. POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO

O Gráfico 30 apresenta a posição de homens e mulheres no processo de trabalho. Os resultados indicam que os homens estão super-representados nas categorias trabalhador da administração pública e trabalhador da empresa privada, enquanto as mulheres estão super-representadas nas categorias conta própria sem empregados e trabalhador familiar sem remuneração, claramente mais precárias e sem protecção social.

**Gráfico 30. Posição no processo de trabalho por sexo - Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho)

Diante desses resultados, foram analisados homens e mulheres solteiros e numa união marital, conta própria e assalariados, de 20 a 59 anos, em 2017. Os modelos de regressão logística buscaram responder à seguinte pergunta:

Quem tem mais chance de trabalhar por conta própria, em relação a ser assalariado: homens ou mulheres?

O Quadro 25 revela que, se comparadas aos homens e controlando por variáveis socioeconómicas e demográficas, as mulheres têm 162% mais chance de serem conta própria do que assalariadas.

Em relação à idade, no caso dos homens e excepto no grupo 35-39 anos, a chance de estar a trabalhar por conta própria é menor que o grupo 20-24 anos. No caso das mulheres, a partir do grupo 45-49 anos, a chance de a mulher estar a trabalhar por conta própria aumenta, o que pode indicar uma dificuldade de inserção da mulher em ocupações que sejam assalariadas, restando a elas apenas a possibilidade de se tornar conta própria. A chance de estar por conta própria aumenta entre as pessoas numa união marital, em comparação às solteiras, sobretudo entre as mulheres. A chance de uma mulher numa união marital estar a trabalhar por conta própria é mais que o dobro da chance da mulher solteira.

No que tange às províncias, se comparadas às chances em Maputo-Província, as chances de estar a trabalhar por conta própria são maiores em todas as demais, sugerindo que, em Maputo-Província, homens e mulheres têm maior chance de encontrar trabalho assalariado. Nas áreas rurais, a chance de estar a trabalhar por conta própria, em relação a ser assalariado, é de cerca de 150% maior para os homens e praticamente o triplo para as mulheres, se comparadas às chances de quem vive em zonas urbanas, situação compatível com a actividade agrícola.

Em termos da escolaridade, as chances de se trabalhar por conta própria caem drasticamente com o aumento da escolaridade e da riqueza, sugerindo que as actividades por conta própria são, de facto, mais precárias e menos protegidas que as dos assalariados. O aumento da escolaridade leva a uma queda da chance de se trabalhar por conta própria mais rápida entre as mulheres do que entre os homens, sugerindo que a educação empodera mais as mulheres do que os homens no que tange à posição no processo de trabalho.

No caso da religião, a menor chance de se trabalhar por conta própria está entre os católicos, enquanto aqueles que falam português têm a menor chance de serem por conta própria, excepto entre os homens que têm como língua materna o Xichangana e o Echuwabo.

**EM MAPUTO  
PROVÍNCIA, HOMENS  
E MULHERES TÊM  
MAIOR CHANCE  
DE ENCONTRAR  
TRABALHO  
ASSALARIADO**

**Quadro 25. Razão de chance de ser conta própria ou assalariado(a), homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017**

Características Seleccionadas		Ambos	Homens	Mulheres
Sexo	Homem	1,00		
	Mulher	2,62		
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00
	25-29	0,85	0,89	0,83
	30-34	0,84	0,86	0,89
	35-39	0,94	0,98	0,98
	40-44	0,95	0,98	1,03
	45-49	0,92	0,90	1,17
	50-54	0,82	0,76	1,26
Status marital	Solteiro	1,00	1,00	1,00
	Unido	1,45	1,16	2,21
Província	Niassa	1,97	2,36	1,12
	Cabo Delgado	2,07	2,37	1,30
	Nampula	1,90	2,18	1,14
	Zambézia	2,95	3,21	2,25
	Tete	1,64	1,82	1,12
	Manica	1,61	1,70	1,31
	Sofala	1,37	1,38	1,34
	Inhambane	1,65	1,49	2,00
	Gaza	1,51	1,24	2,24
	Maputo	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	1,34	1,52	1,08
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
	Rural	2,59	2,51	2,95
Escolaridade	Nenhum	1,00	1,00	1,00
	Primário	0,68	0,73	0,66
	Secundário	0,24	0,31	0,15
	Superior	0,05	0,07	0,02
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	0,80	0,76	0,97
	Quintil 3	0,54	0,51	0,64
	Quintil 4	0,31	0,30	0,34
	Quintil 5	0,20	0,21	0,16
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	1,17	1,13	1,18
	Zione / Sião	1,21	1,11	1,46
	Evangélica	1,17	1,14	1,26
	Sem religião	1,27	1,24	1,31
	Outra	1,06	1,03	1,11
Língua materna	Emakhuwa	1,51	1,35	1,95
	Português	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,07	0,98	1,15
	Elomwue	1,81	1,65	2,11
	Cinyanja	3,20	3,04	3,29
	Cisena	1,48	1,34	1,72
	Echuabo	0,91	0,80	1,15
	Cindau	1,25	1,15	1,38
	Xitswa	1,09	1,06	1,08
	Outra	1,47	1,37	1,56
	Sem informação	0,82	0,85	0,75
Constante		2,75	3,07	5,92

Fonte: INE, Censo 2017. Resultados em vermelho não são significativos.

## 5.5. ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

### 5.5.1. NUPCIALIDADE DOS ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

A união precoce, definida como aquela que ocorre antes dos 18 anos de idade, tem efeitos mais severos sobre as mulheres que se casam antes dos 15 anos, se comparadas àquelas cujas uniões ocorrem entre 15 e 17 anos (Koski et al, 2017). Além disso, as raparigas pobres, de menor escolaridade e moradoras das áreas rurais são as menos empoderadas (Mamad & Foubert, 2018). As uniões precoces são um importante indicador de desigualdade de género, associado a resultados negativos em termos de saúde (Urquia et al, 2022). Já a pobreza tem um papel central na perpetuação das uniões precoces (Nour, 2006). Se, por um lado, mulheres adolescentes pobres tendem a se unir cedo, a união precoce reduz as oportunidades educacionais e económicas das mulheres e aumentam a chance de elas serem pobres mais tarde em suas vidas (Wondon et al 2017).

Em Moçambique, o Conselho de Ministros aprovou em 2015, a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019), cuja missão é “Promover um quadro socioeconómico e cultural para prevenir e combater, de forma progressiva, os casamentos prematuros” (p.3). Segundo o documento, os casamentos prematuros perpetuam a pobreza, predisõem a violência de género, geram problemas de saúde sexual e reprodutiva e comprometem o empoderamento de crianças do sexo feminino e mulheres.

Dados dos censos de 1997, 2007 e 2017 revelam que, em Moçambique, as uniões precoces são bastante comuns, haja vista que, em 2017, 40% das mulheres de 17 anos já viviam em união (Quadro 26). Nas províncias da região norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), mais de 50% das raparigas de 17 anos já estavam casadas em 2017, uma redução de cerca de 10 pontos percentuais em comparação com 1997. As menores proporções de uniões precoces nos três censos estão na Região Sul. Em Gaza e Inhambane, cerca de uma em cada quatro e uma em cada cinco raparigas estava numa união marital em 2017, respectivamente. Já na Cidade e Província de Maputo, a proporção de raparigas unidas aos 17 anos era de 13% e 8%, respectivamente.

**Quadro 26. Percentual de raparigas unidas em relação ao total de raparigas por idade simples – 1997, 2007, 2017**

Idade	1997						2007						2017					
	12	13	14	15	16	17	12	13	14	15	16	17	12	13	14	15	16	17
<b>Províncias</b>																		
Moçambique	4,0	5,0	9,0	19,0	30,0	42,0	2,0	3,0	7,0	17,0	29,0	41,0	3,0	4,0	6,0	15,0	27,0	40,0
Niassa	8,0	7,0	19,0	33,0	49,0	62,0	3,0	6,0	15,0	32,0	43,0	57,0	4,0	5,0	10,0	24,0	38,0	52,0
Cabo Delgado	10,0	11,0	22,0	34,0	48,0	60,0	6,0	8,0	16,0	30,0	44,0	54,0	4,0	6,0	12,0	27,0	43,0	51,0
Nampula	7,0	10,0	19,0	36,0	53,0	66,0	3,0	6,0	12,0	27,0	42,0	54,0	4,0	6,0	10,0	25,0	39,0	55,0
Zambézia	3,0	5,0	10,0	21,0	34,0	47,0	2,0	3,0	8,0	20,0	31,0	45,0	3,0	4,0	7,0	18,0	32,0	47,0
Tete	2,0	3,0	6,0	17,0	29,0	38,0	2,0	3,0	5,0	13,0	26,0	39,0	3,0	3,0	4,0	10,0	21,0	36,0
Manica	3,0	4,0	9,0	21,0	35,0	51,0	1,0	3,0	6,0	16,0	33,0	47,0	3,0	3,0	6,0	15,0	28,0	44,0
Sofala	3,0	4,0	6,0	19,0	30,0	43,0	2,0	2,0	5,0	13,0	29,0	42,0	2,0	3,0	5,0	11,0	22,0	35,0
Inhambane	1,0	1,0	3,0	7,0	17,0	29,0	1,0	1,0	2,0	7,0	17,0	28,0	1,0	1,0	2,0	4,0	12,0	21,0
Gaza	1,0	1,0	2,0	6,0	14,0	25,0	1,0	0,0	2,0	7,0	17,0	31,0	1,0	1,0	2,0	6,0	15,0	24,0
Maputo	0,0	0,0	1,0	4,0	8,0	18,0	0,0	0,0	1,0	4,0	10,0	21,0	1,0	1,0	1,0	3,0	6,0	13,0
Cidade de Maputo	0,0	0,0	1,0	3,0	5,0	13,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,0	14,0	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0	8,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo de Fecundidade e Nupcialidade)

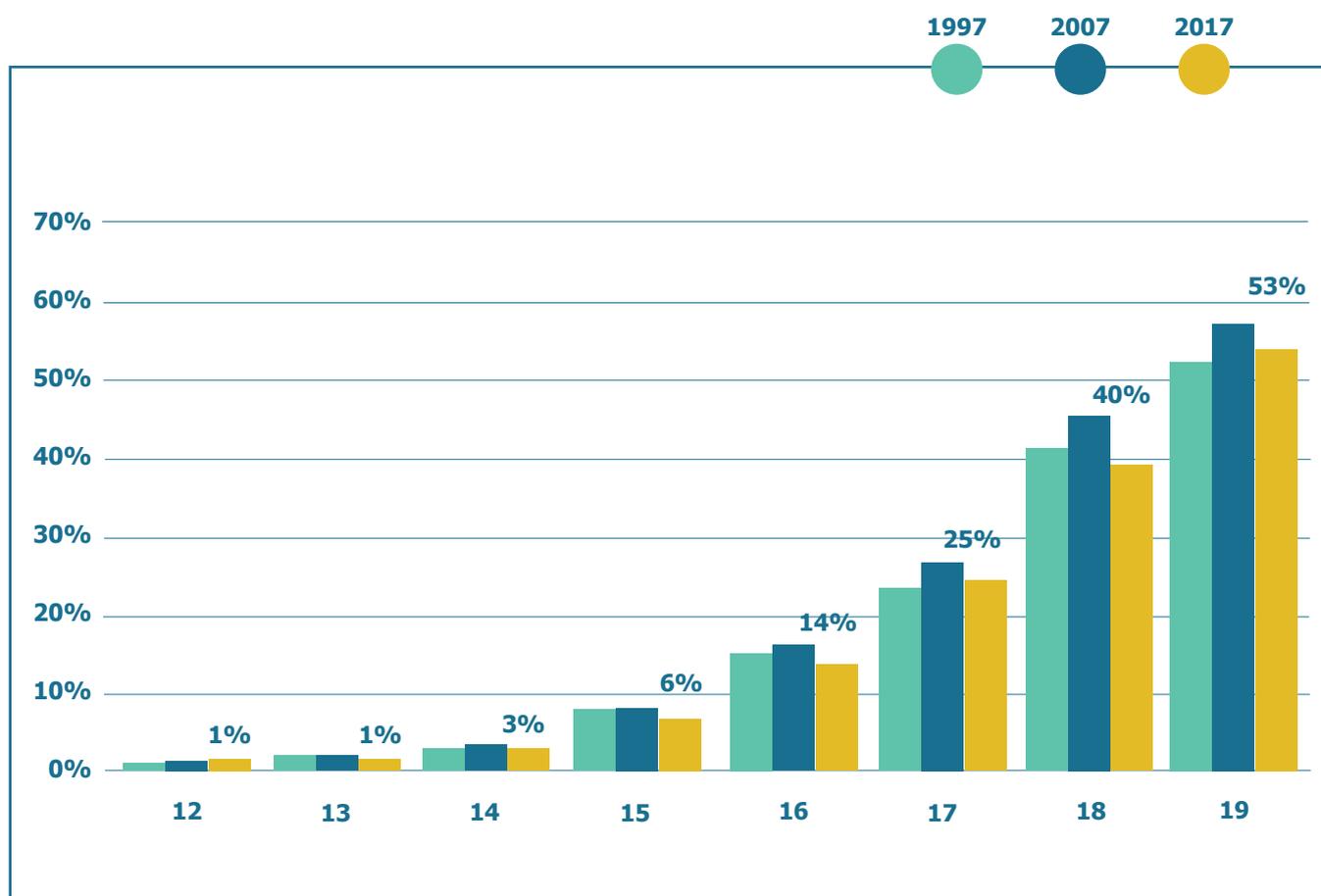
Uma importante implicação da união precoce é a sua associação com a fecundidade precoce (Urquia et al, 2022). Este é o tema a ser tratado a seguir.

### 5.5.2. FECUNDIDADE DOS ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

Uma das consequências das uniões precoces é a fecundidade precoce, que pode afectar a saúde e o futuro da rapariga mãe, uma vez que há a possibilidade de ela não continuar os seus estudos. Só em Dezembro de 2018 foi revogado um decreto nacional de 2003, que proibia que as estudantes grávidas frequentassem a escola no período diurno e exigia que elas estudassem no período nocturno<sup>8</sup>. Neste sentido, desde então, a escola se tornou mais inclusiva e mais segura para as raparigas, que ficam menos expostas aos riscos de violência nocturna e abandono escolar.

O Gráfico 31 indica que, entre 1997 e 2007 e a partir dos 16 anos, houve um aumento percentual de mulheres que tiveram filho na adolescência. Esta tendência se reverte em 2017, quando o percentual de mães adolescentes praticamente volta aos patamares de 1997. Apesar disso, é importante ressaltar que, em 2017, um quarto das raparigas foram mães precocemente, pois já tinham tido um nascido vivo aos 17 anos. Levando-se em consideração o final da adolescência, aos 19 anos, mais da metade das mulheres (53%) já eram mães.

**Gráfico 31. Percentual de mães adolescentes por idade simples em Moçambique em 1997, 2007 e 2017**



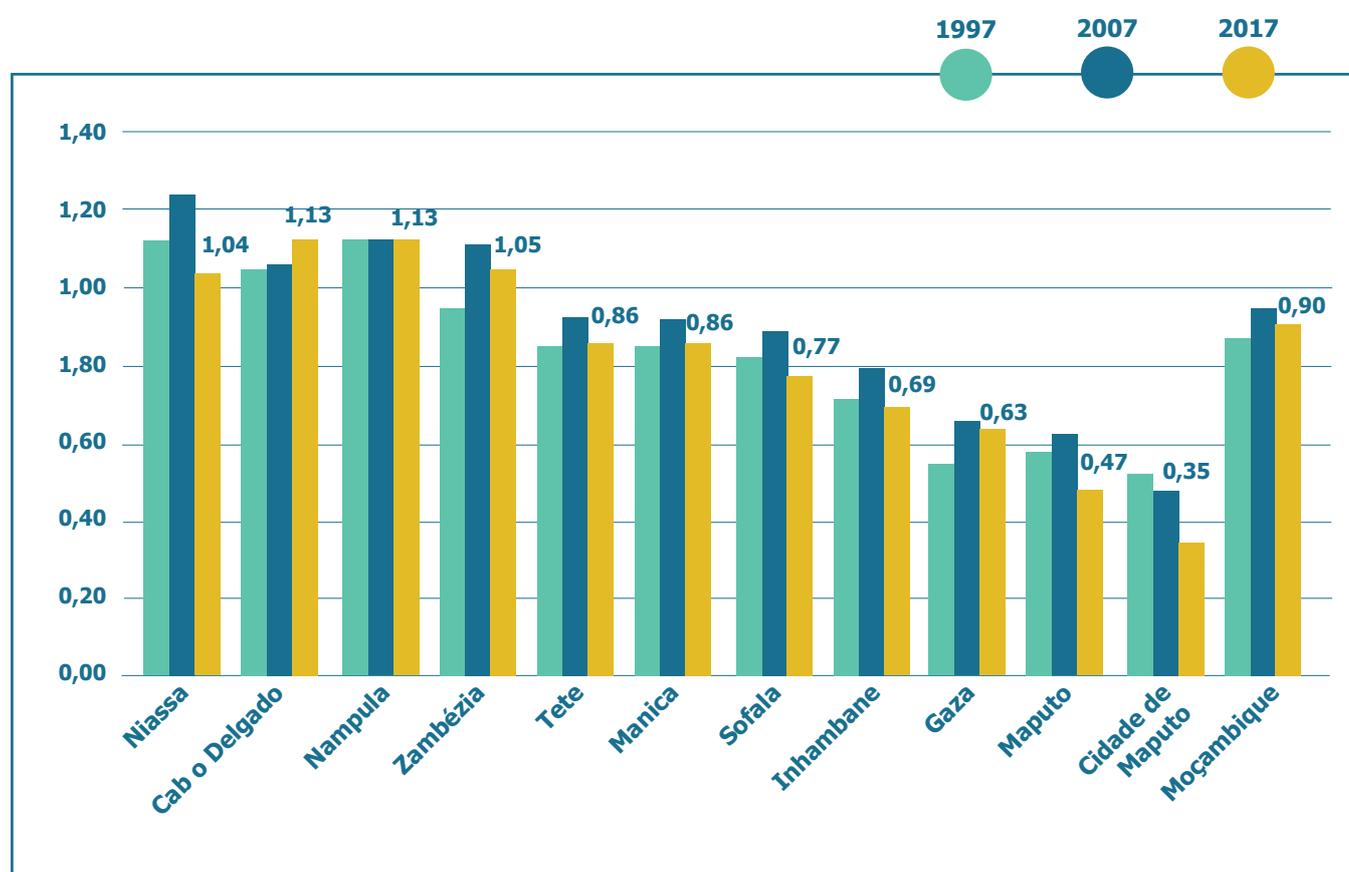
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017. (Estudo Temático sobre Fecundidade e Nupcialidade).

<sup>8</sup> Human Rights Watch, 2021. <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/29/379983#:~:text=Em%20dezembro%20de%202018%2C%20Mo%C3%A7ambique,estudantes%20gr%C3%A1vidas%20e%20m%C3%A3es%20adolescentes>

A taxa de fecundidade na adolescência de Moçambique, em 2017, era de 0,9 filhos por mulher, conforme o Gráfico 32. A comparação entre as províncias revela uma enorme desigualdade, uma vez que a taxa de fecundidade até os 19 anos, em 2017, variou de 1,13 filhos por mulher em Cabo Delgado e Nampula a 0,35 filhos por mulher em Maputo-Cidade. Naquele ano, a fecundidade estava acima de 1 filho por mulher adolescente nas províncias do norte e em Zambézia, entre 0,86 e 0,77 nas demais províncias do centro e abaixo de 0,7 nas províncias do sul. A comparação ao longo dos três censos indica que, na grande maioria das províncias,

houve um aumento da fecundidade adolescente entre 1997 e 2007. As exceções são a cidade de Maputo, onde o padrão foi decrescente ao longo do tempo, e Nampula, onde a fecundidade está estabilizada em 1,13 filhos por mulher desde 1997. Entre 2007 e 2017, as taxas se reduziram em todas as províncias, excepto Cabo Delgado e Nampula. Portanto, Cabo Delgado e Nampula merecem estudos mais detalhados acerca da fecundidade adolescente, a fim de que se possa compreender como a realidade nestas províncias diferem das demais.

**Gráfico 32. Taxa de fecundidade na adolescência – Moçambique – 1997, 2007 e 2017**



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

### 5.5.3. EDUCAÇÃO DOS ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

Conforme mencionado anteriormente, uma das consequências da fecundidade precoce é a não frequência à escola. O Quadro 27 apresenta modelos de regressão logística cuja variável dependente é a não frequência à escola entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos. Estas regressões investigam as seguintes questões:

- Quem tem mais chance de não frequentar a escola: rapazes ou raparigas?
- Quem tem mais chance de não frequentar a escola: raparigas mães ou raparigas que não são mães?

Além de um modelo para ambos os sexos, o modelo 2 é somente para os rapazes e os modelos 3 e 4 somente para as raparigas, sendo que o modelo 4 controla o facto de a rapariga ser mãe.

Os resultados do modelo 1 indicam que as raparigas têm 8% mais chance de não frequentar a escola, se comparadas aos rapazes. Para calcular a chance de frequentar a escola, basta inverter a razão de chance (1/1,08), o que significa que, assumindo que a chance de o rapaz frequentar a escola é de 100%, uma rapariga tem 92,5% da chance da do rapaz, ou seja, ela tem uma chance menor de frequentar a escola que ele, controlando uma série de variáveis socioeconómicas.

Comparando rapazes e raparigas nos modelos 2 e 3, a chance de não frequentar a escola aumenta consideravelmente com a idade. Por exemplo, aos 15 anos, um rapaz tem 33% mais chance de não frequentar a escola se comparado a um rapaz de 12 anos, enquanto uma rapariga de 15 anos tem 47% mais chance de não frequentar a escola se comparada à rapariga de 12 anos. Aos 17 anos, os rapazes têm praticamente o dobro da chance dos rapazes de 12 de não frequentar a escola (97%), ao passo que a chance da rapariga de 17 de não frequentar a escola é 140% maior que a chance da rapariga de 12 anos. Em suma, a chance de as raparigas deixarem de frequentar a escola é sempre maior que a dos rapazes, em qualquer idade a partir dos 13 anos.

Tomando a província de Maputo como referência, a chance de não frequentar a escola é pelo menos 30% maior em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Em Inhambane e Gaza, a chance de as raparigas não frequentarem a escola é muito menor que a dos rapazes, ou seja, elas têm mais chance de frequentar a escola. No que tange ao local de residência, a chance de rapazes e raparigas de 12 a 17 anos não frequentarem a escola é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.

## CONFORME MENCIONADO ANTERIORMENTE, UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA FECUNDIDADE PRECOCE É A NÃO FREQUÊNCIA À ESCOLA

A riqueza está directamente associada à frequência à escola, de forma que, quanto maior a riqueza, maior a chance de frequentar a escola (ou, no caso dos modelos, a maior riqueza leva à menor chance de não frequentar a escola). Os 20% mais ricos (quinto quintil de riqueza) têm em torno de 40% da chance dos 20% mais pobres (primeiro quintil) de não frequentar a escola. Dito de outra forma, se comparados aos mais pobres, os mais ricos têm cerca de 2,5 vezes mais chance de frequentar a escola (1,0/0,4). Os resultados para o segundo quintil não são significantes, ou seja, o segundo quintil não se diferencia do primeiro, que é a categoria de referência.

Em relação às variáveis culturais, os católicos e aqueles cuja língua materna é o português têm menor chance de não frequentar a escola. No caso da religião, são os sem religião que lideram a chance de não frequentar a escola, se comparados aos católicos. Já os evangélicos são muito semelhantes aos católicos que diz respeito à frequência à escola. No que tange à língua materna, o grupo com maior chance de não frequentar a escola é aquele que não forneceu informação sobre a língua materna, o que impede qualquer análise. Entre os rapazes, são os que falam cinyanja os que têm maior chance de não frequentar a escola, se comparados aos que falam português, seguidos pelos que falam cindau e xitshwa. Já entre as raparigas, as maiores chances de não frequentar a escola estão entre as que falam cindau, cisena e cinyanja, se comparadas às que falam português.

Em suma, a chance de frequentar a escola é maior entre rapazes (se comparados às raparigas), entre raparigas não mães (se comparadas às mães), entre rapazes e raparigas solteiros (se comparados a não solteiros), residentes em Manica e Inhambane (se comparados a Maputo-província) e em áreas urbanas, de maior nível socioeconómico, que são católicos e tem o português como língua materna.

Entre as raparigas não mães, a chance de não frequentar a escola é 30% da chance das raparigas mães. Dito de outra forma, a chance das raparigas que não são mães de frequentarem a escola é 3,3 vezes a chance das raparigas mães (1,0/0,30). Portanto, as raparigas mães estão em enorme desvantagem em relação às não mães no que tange a frequência à escola.

**A RIQUEZA ESTÁ DIRETAMENTE ASSOCIADA À FREQUÊNCIA À ESCOLA, DE FORMA QUE, QUANTO MAIOR A RIQUEZA, MAIOR A CHANCE DE FREQUENTAR A ESCOLA**

**Quadro 27. Razões de chance de não frequentar a escola entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos – Moçambique, 2017**

Características Seleccionadas		Modelo 1 Ambos sexos	Modelo 2 Rapazes	Modelo 3 Raparigas	Modelo 4 Raparigas
Sexo	Homem	1,00			
	Mulher	1,08			
	12	1,00	1,00	1,00	1,00
	13	1,06	1,03	1,10	1,10
	14	1,09	1,03	1,15	1,14
	15	1,40	1,33	1,47	1,45
	16	1,68	1,53	1,83	1,74
	17	2,17	1,97	2,41	2,15
É mãe?	Não				0,30
	Sim				1,00
É solteiro	Não	1,00	1,00	1,00	1,00
	Sim	0,16	0,32	0,13	0,18
Província	Niassa	1,60	1,67	1,54	1,50
	Cabo Delgado	1,66	1,77	1,57	1,48
	Nampula	1,53	1,65	1,42	1,39
	Zambézia	1,31	1,33	1,32	1,30
	Tete	1,42	1,41	1,44	1,44
	Manica	0,82	0,82	0,83	0,84
	Sofala	1,00	1,01	0,99	0,99
	Inhambane	0,69	0,83	0,57	0,57
	Gaza	0,93	1,03	0,82	0,83
	Maputo	1,00	1,00	1,00	1,00
	Cidade de Maputo	0,99	0,96	1,02	1,02
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00	1,00
	Rural	1,34	1,30	1,40	1,41
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	0,90	0,91	0,89	0,89
	Quintil 3	0,74	0,75	0,72	0,72
	Quintil 4	0,55	0,58	0,53	0,53
	Quintil 5	0,41	0,43	0,39	0,39
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	1,29	1,30	1,27	1,28
	Zione/Siã	1,22	1,18	1,26	1,25
	Evangélica	1,04	1,02	1,05	1,05
	Sem religião	1,77	1,82	1,70	1,70
	Outra	1,22	1,23	1,22	1,22
Língua materna	Emakhuwa	1,97	1,89	2,05	2,06
	Português	1,00	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,70	1,89	1,51	1,48
	Elomwue	1,56	1,61	1,48	1,50
	Cinyanja	2,57	2,62	2,50	2,51
	Cisena	2,16	1,80	2,60	2,61
	Echuabo	1,74	1,50	2,03	2,02
	Cindau	2,43	2,18	2,71	2,73
	Xitswa	2,16	2,15	2,15	2,13
	Outra	1,72	1,67	1,77	1,75
	Sem informação	12,47	11,73	13,37	13,60
	Constante	1,51	0,77	1,81	4,49

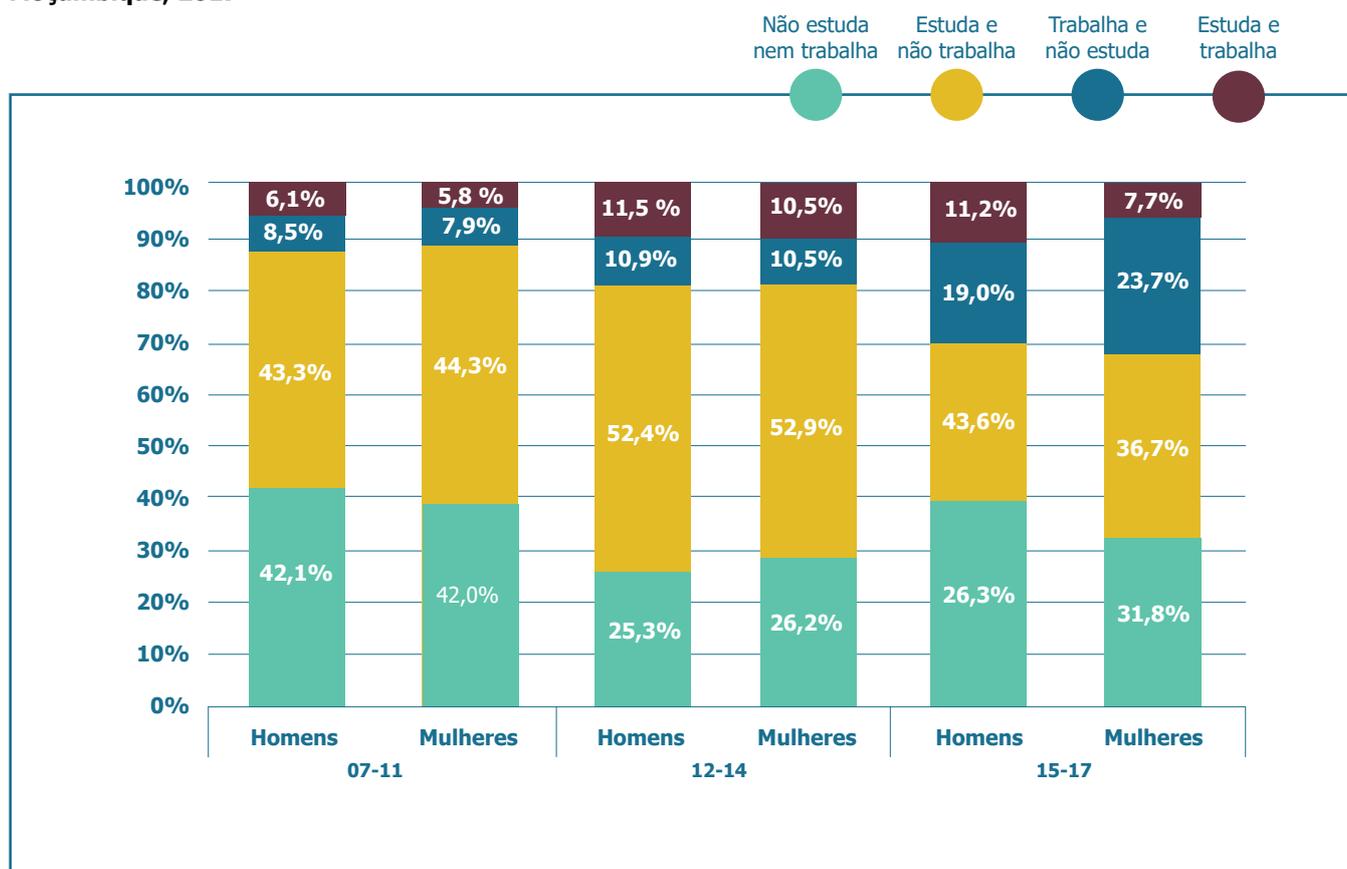
Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.5.4. EDUCAÇÃO E TRABALHO DOS ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS

O objectivo deste item é integrar à educação a dimensão do trabalho. O Gráfico 33 reúne trabalho e educação para rapazes e raparigas entre 7 e 17 anos. Na faixa dos 7 aos 11 anos, a proporção de crianças que só estudam está entre 43 e 44%, enquanto cerca de 42% não trabalham nem estudam. Cerca de 15% das crianças trabalham, sendo que cerca de 8% trabalha e não estuda e as demais estudam e trabalham. Na faixa dos 12 aos 14 anos, a proporção de rapazes e raparigas que só estuda aumenta para cerca de 52%, mas ¼ delas nem

estuda e nem trabalha. Até os 14 anos, apesar da proporção de crianças que estuda ser relativamente baixa (cerca de 50% na faixa de 7 a 11 anos e cerca de 62% entre 12 e 14 anos), praticamente não há diferenças de género. A partir dos 15 anos, a proporção de raparigas que só estuda é 6 pontos percentuais menor que a proporção de rapazes e a proporção de raparigas que não estuda e nem trabalha é 5,5 pontos percentuais maior que a de rapazes. Portanto, é a partir dos 15 anos que as desigualdades de género se acentuam no que tange à educação.

**Gráfico 33. Distribuição das pessoas de 7 a 17 anos de idade por sexo, faixa etária e segundo as alternativas 'não estudar nem trabalhar', 'estudar e não trabalhar', 'trabalhar e não estudar' e 'estudar e trabalhar' – Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017. (Estudo Temático sobre Força de Trabalho).

## 5.6. ACESSO AOS RECURSOS

Este capítulo aplica a perspectiva de género ao acesso e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), serviços bancários, bens duráveis, e condições da habitação.

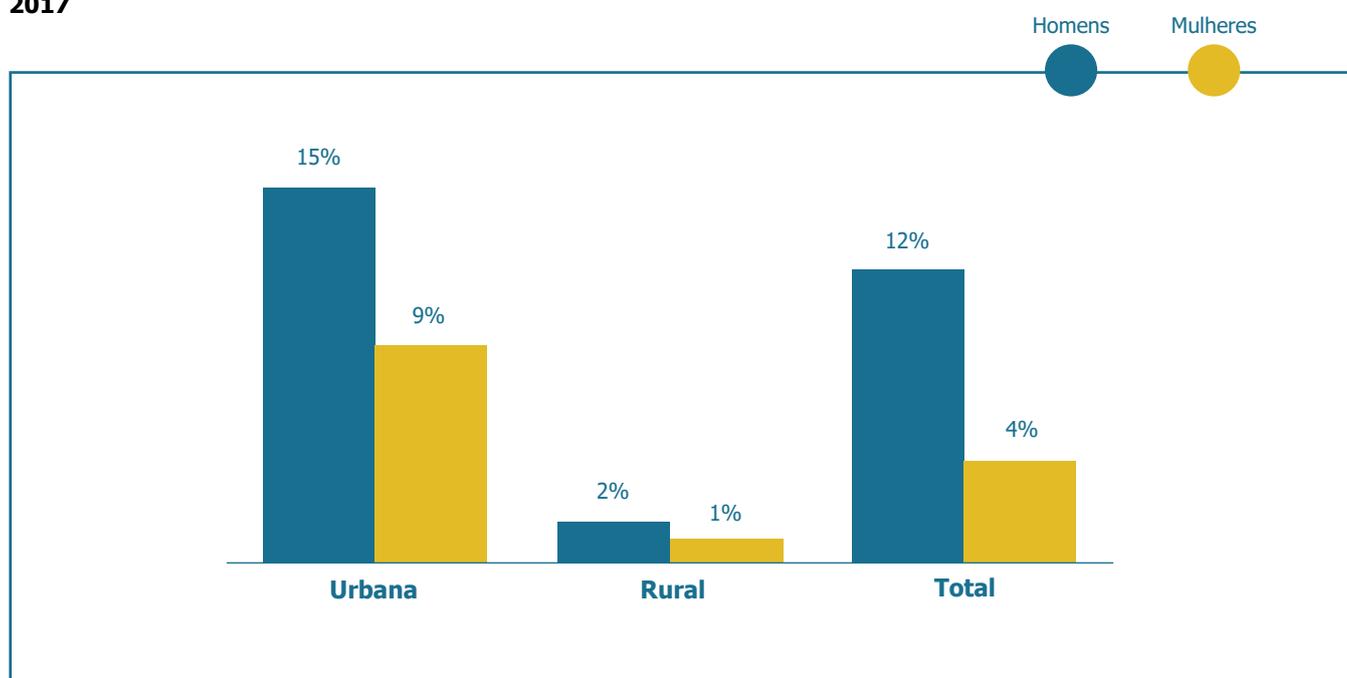
### 5.6.1. ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

As perguntas sobre acesso e uso das TICs foram incluídas no censo só a partir do 2017 e, portanto, não é possível fazer comparações intercensitárias com base nos dados do censo.

#### 5.6.1.1. POSSE DE TELEFONE CELULAR

Em 2017, entre os respondentes à pergunta P27, um homem em cada três (33%) tinha pelo menos um telefone celular, contra pouco menos de uma mulher entre quatro (23,9%). A diferença foi mais marcada nas áreas rurais (24,9% homens contra 15,3% mulheres). Como para outras estatísticas analisadas, os dados mostram grandes diferenças entre províncias, com as zonas rurais das províncias do norte e do centro apresentando as maiores diferenças entre homens e mulheres na posse de um telefone celular.

**Gráfico 34. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência e sexo, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 28. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência e sexo, Moçambique, 2017**

Província	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niassa	35,9	25,4	22,5	9,0
Cabo Delgado	41,1	30,6	23,0	12,0
Nampula	36,7	24,4	17,1	6,9
Zambézia	35,8	24,4	18,6	6,9
Tete	48,1	37,2	23,4	10,0
Manica	43,9	33,8	30,4	19,6
Sofala	47,4	35,8	26,3	12,3
Inhambane	55,1	52,5	42,1	41,0
Gaza	53,7	54,8	42,5	43,9
Maputo	63,6	62,1	55,8	52,4
Cidade de Maputo	68,6	67,2	-	-
Moçambique	48,8	41,5	24,9	15,3

Fonte: INE, Censo 2017.

Olhando para a idade, o Quadro 29 mostra que as diferenças na posse de celular entre homens e mulheres tornam-se significativas a partir dos 15 anos. Nas áreas urbanas, geralmente aumentam com a idade dos respondentes. Nas áreas rurais, aumentam com a idade dos respondentes até 35-40 anos, e declinam ligeiramente nas idades maiores.

Excluindo da análise as crianças e adolescentes até 14 anos, o grupo etário com menor diferença na posse de telefone celular entre homens e mulheres é observado entre os jovens de 15 a 19 anos residentes nas áreas urbanas de Moçambique. Entre os homens nestas idades, 48,6% possuíam telefone celular em 2017. Entre as mulheres, este percentual é de 43,3%.

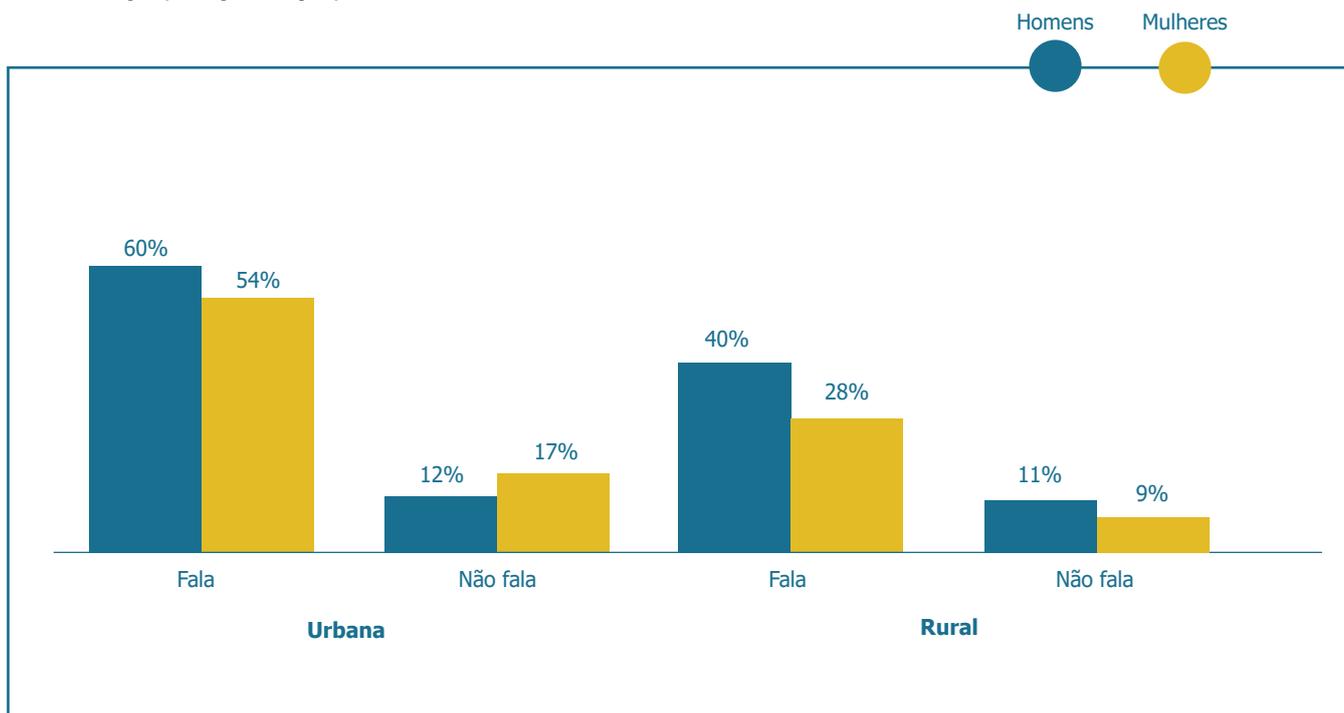
**Quadro 29. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e grupo etário, Moçambique, 2017**

Grupo Etário (anos)	URBANA		RURAL	
	Homens	Mulhere	Homens	Mulheres
De 0 a 4	3,0	2,6	1,1	1,0
De 5 a 9	2,8	2,4	0,9	0,8
De 10 a 14	13,1	11,8	5,2	3,7
De 15 a 19	48,6	43,3	27,7	17,4
De 20 a 24	73,2	59,9	45,0	24,8
De 25 a 29	78,1	67,1	49,2	28,4
De 30 a 34	81,1	69,5	51,3	29,5
De 35 a 39	80,1	68,7	50,2	27,3
De 40 a 44	78,4	66,7	47,3	26,5
De 45 a 49	77,2	65,3	44,8	24,7
De 50 a 54	78,7	63,1	43,3	24,5
De 55 a 59	77,0	60,6	41,5	23,3
De 60 a 64	71,9	52,8	38,4	21,2
De 65 a 69	66,5	45,0	34,8	18,3
De 70 a 74	58,5	38,6	30,0	14,9
De 75 a 79	53,5	33,5	25,7	12,7
De 80 a 84	56,5	31,3	24,1	12,7
De 85 a 89	49,9	27,4	23,1	9,8
90 ou mais	53,6	34,1	22,3	9,3

Fonte: INE, Censo 2017.

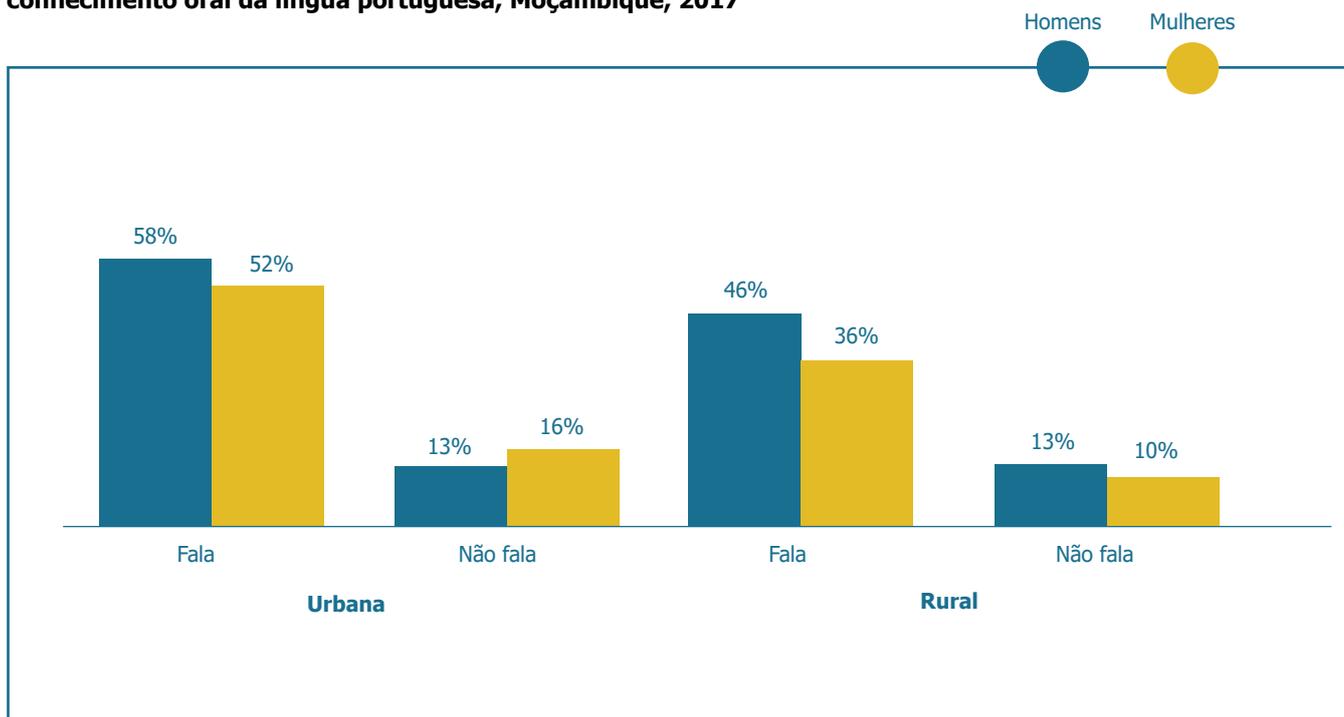
Tanto a alfabetização e o conhecimento oral do português são claramente associados com uma maior frequência de posse de telefone celular. Os gráficos 35 e 36 apresentam estes resultados diferenciados por sexo. Entre os homens que falam português e moram em áreas urbanas, 58% tem posse de telefone celular. Entre as mulheres, este percentual é de 52%.

**Gráfico 35. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por sexo, área de residência e alfabetização, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 36. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por sexo, área de residência e conhecimento oral da língua portuguesa, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

O Quadro 30 indica também a existência de diferenças na posse de telefone celular entre homens e mulheres segundo língua materna. As maiores são encontradas entre os respondentes de língua materna Echuwabo, Elomwe e Cisená; por outro lado, entre os falantes de Xichangana não emergiram diferenças de género significativas.

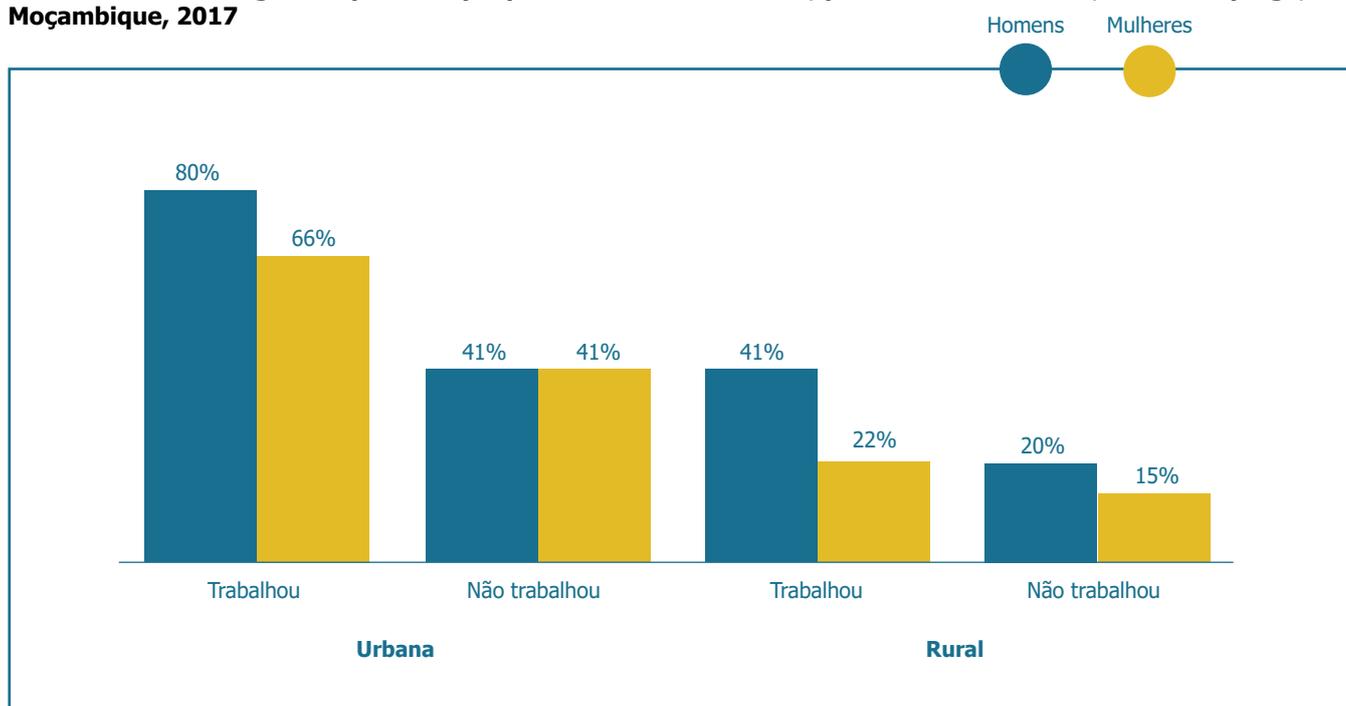
**Quadro 30. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e língua materna, Moçambique, 2017**

Língua Materna	ÁREA URBANA				ÁREA RURAL			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Emakhuwa	35,3	658 844	22,4	724 782	19,1	1 967 562	7,8	2 152 916
Português	55,8	1 406 545	52,1	1 403 870	44,4	405 499	36,1	321 300
Xichangana	65,4	361 402	65,3	462 348	47,1	464 923	47,2	583 608
Elomwue	33,7	91 072	16,5	95 584	20,2	611 547	7,3	700 172
Cinyanja	45,0	33 576	33,5	35 456	24,0	542 011	9,7	576 924
Cisená	44,1	173 544	27,7	190 075	21,6	522 202	6,7	594 696
Echuabo	55,2	104 347	31,9	99 156	18,4	229 713	7,6	269 943
Cindau	59,0	56 516	44,4	64 569	34,0	305 875	24,6	378 635
Xitswa	67,4	97 263	60,7	115 674	44,3	272 657	41,8	325 524
Outra	50,8	440 557	39,9	489 611	28,1	1 308 548	16,9	1 459 875
Sem informação	38,8	25 311	32,7	26 704	19,9	33 167	12,0	29 194

Fonte: INE, Censo 2017.

A actividade económica, segundo local de residência, é também associada à posse de celular (Gráfico 37). Um maior percentual de homens e mulheres que trabalharam na semana de referência do censo possuíam telefone celular, comparativamente àqueles que não trabalharam na mesma semana. Ao mesmo tempo, as diferenças entre homens e mulheres são mais acentuadas para quem trabalhou, indicando um provável uso profissional do telefone.

**Gráfico 37. Percentagem de pessoas que possuem telefone celular, por área de residência, sexo e emprego, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

#### **5.6.1.2. USO DE COMPUTADOR**

Entre os respondentes da pergunta P26, o uso do computador era quase exclusivamente limitado aos moradores das áreas urbanas. Entre estes, 15% dos homens usou um computador nos três meses antes do censo, contra 8,6% das mulheres.

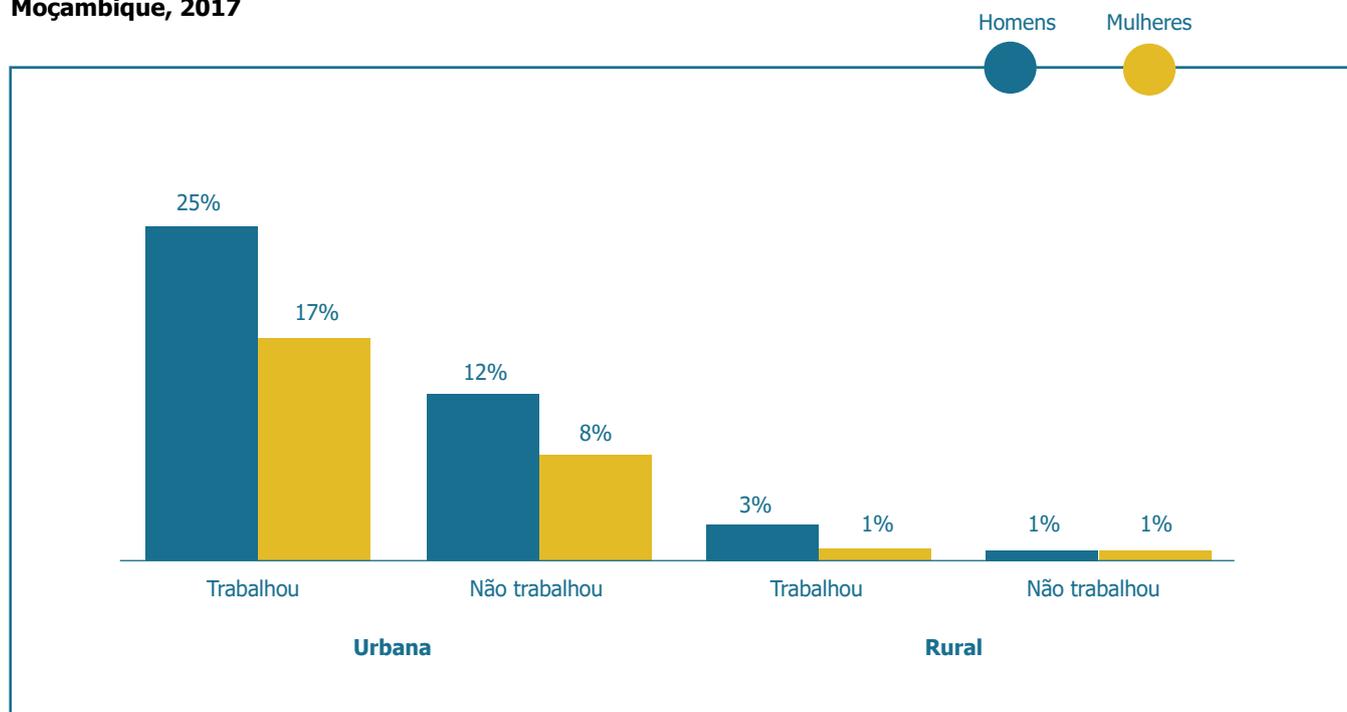
Enquanto nas áreas rurais, os valores são baixos para todas as províncias, para as áreas urbanas os dados mostram grandes diferenças entre as províncias do sul (onde é mais frequente o uso de computador) e do centro e norte (onde é menos frequente). As diferenças entre homens e mulheres são maiores para as províncias do sul.

**Quadro 31. Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e província, Moçambique, 2017**

Província	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL	
	H	M	H	M
Niassa	7,8	4,2	0,9	0,3
Cabo Delgado	8,7	4,2	1,0	0,3
Nampula	7,0	3,6	0,6	0,2
Zambézia	9,2	4,6	0,7	0,2
Tete	12,4	6,9	1,0	0,4
Manica	9,6	4,7	1,7	0,6
Sofala	12,4	6,9	1,5	0,5
Inhambane	16,6	9,1	3,1	1,2
Gaza	15,1	8,4	4,4	2,2
Maputo	24,1	14,0	13,2	7,6
Cidade de Maputo	31,9	20,5	-	-
Moçambique	15,0	8,6	1,6	0,8

Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 38. Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e emprego, Moçambique, 2017**

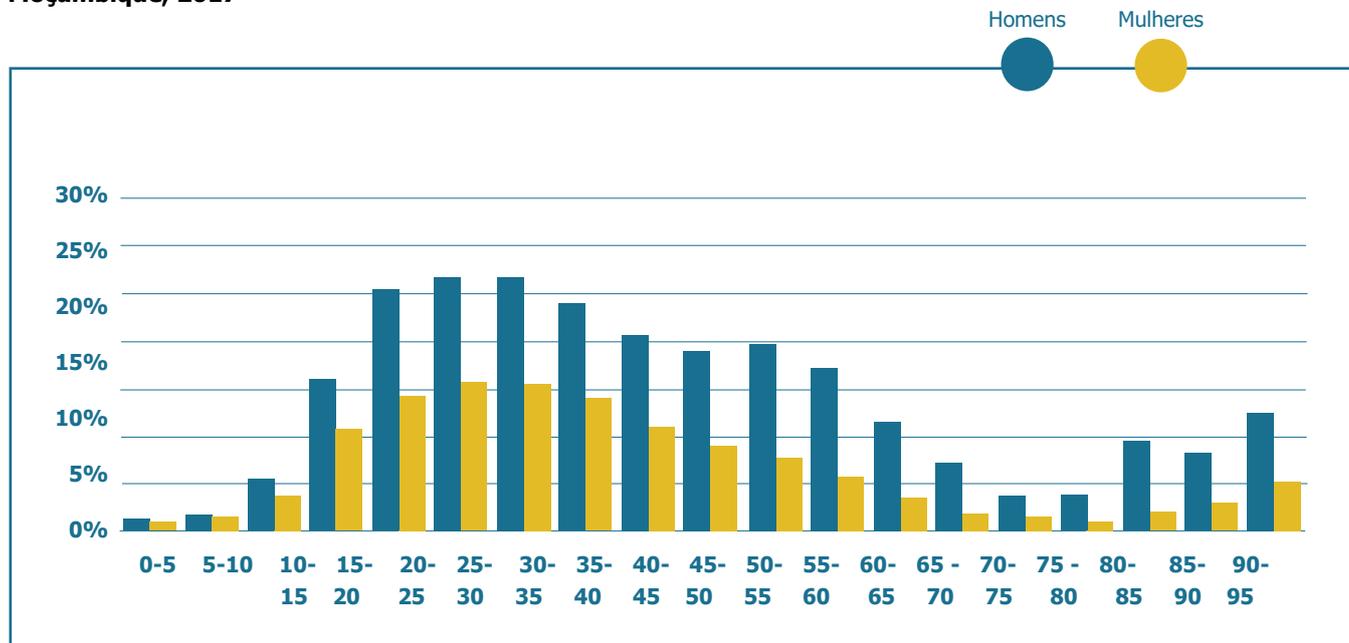


Fonte: INE, Censo 2017.

Olhando para a actividade económica dos respondentes, parece claro que o computador é usado principalmente para funções profissionais. Este facto é confirmado pela idade dos usuários: 75,3% dos homens e 73% das mulheres que usaram um computador tinham entre 20 e 55 anos, contra o 35,3% e 37,7 da população masculina e feminina, respectivamente.

Os valores mais altos entre pessoas com 80 anos ou mais são provavelmente consequência dos baixos número de respondentes com estas idades.

**Gráfico 39. Percentagem de pessoas que usam um computador nas áreas urbanas, por sexo e grupo etário, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

O tipo de ocupação é também associado a diferentes níveis no uso de computador (Quadro 32), com os trabalhadores de organismos internacionais, instituições sem fins lucrativos, empresas e administrações públicas utilizando este instrumento mais frequentemente que outros.

Dito isso, entre os trabalhadores das empresas públicas e privadas, as mulheres mais usavam computador mais frequentemente. O mesmo vale para as trabalhadoras urbanas dos organismos internacionais e das instituições sem fins lucrativos.

**Quadro 32. Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique, 2017**

Sector de ocupação <sup>9</sup>	ÁREA URBANA				ÁREA RURAL			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Administração Pública	56,3	165 908	55,0	95 058	42,2	50 870	39,4	22 218
Autarquia local	29,4	4 909	21,1	2 235	9,7	2 587	2,6	762
Empresa Pública	43,7	36 061	57,4	12 253	22,2	12 445	31,9	2 707
Empresa Privada	33,7	261 174	46,2	71 396	15,6	78 232	24,0	11 023
Cooperativa	18,7	3 859	31,9	1 193	6,5	3 530	5,6	892
Instituição sem Fins Lucrativos	51,2	6 135	53,1	4 192	14,2	4 030	9,5	1 694
Casa Particular	10,3	62 865	5,6	53 526	3,3	53 568	1,9	19 639
Conta Própria com Empregados	29,3	68 641	24,4	21 126	7,5	66 973	3,5	33 663
Conta Própria sem Empregados	10,6	447 265	4,3	435 812	1,3	1 603 535	0,4	1 839 778
Familiar sem Remuneração	5,7	121 769	2,4	165 934	0,8	1 042 854	0,4	1 285 690
Organismos internacionais	53,6	2 117	64,9	943	15,4	1 495	11,3	531

Fonte: INE, Censo 2017.

Como esperado, alguns factores emergiram como um pré-requisito para usar um computador. Os dados confirmam que a quase totalidade dos usuários e usuárias sabiam falar, ler e escrever em português.

Como mostrado no Quadro 33, o uso de computador é associado também positivamente ao nível de ensino tanto para homens como para mulheres. Neste sentido, as diferenças maiores entre os sexos emergiram para pessoas residentes em áreas urbanas e com níveis de educação relativamente altos.

<sup>9</sup> As categorias de Autarquias Locais, Cooperativa e Organismos Internacionais não foram incluídas nas análises sobre acesso às TICs, porque o número de respondentes era muito baixo.

**Quadro 33. Percentagem de pessoas que usam um computador por área de residência, sexo e nível de ensino concluído, Moçambique, 2017**

Nível de ensino concluído	URBANA		RURAL	
	H	M	H	M
Nenhum	2,8	0,8	0,4	0,1
Pré-escolar	3,2	1,9	0,4	0,2
Alfabetização	3,4	1,4	0,6	0,2
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	4,7	2,2	0,9	0,4
Ensino primário do 2º Grau (EP2)	6,7	3,6	0,8	0,4
Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	21,0	13,8	4,9	3,7
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	45,3	39,4	23,6	23,3
Ensino Técnico Elementar (ETE)	47,3	39,3	17,4	10,0
Ensino Técnico Básico (ETB)	47,9	41,7	31,7	28,7
Ensino Técnico Médio (ETM)	66,5	56,7	57,3	48,9
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	43,9	36,8	37,4	33,9
Bacharelato +	88,4	84,5	82,9	75,6

Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.6.1.3. USO DA INTERNET, MEIOS DE ACESSO E FREQUÊNCIA DE ACESSO

Como esperado, o uso da internet tem um padrão bastante semelhante ao uso de computador e posse de celular, com a maioria dos usuários concentrados nas áreas urbanas (78,6% homens, 83,3% mulheres), nas províncias do sul do país (Quadro 32), entre pessoas que tinham entre 20 e 55 anos (73,9% homens, 71,6% mulheres) e entre pessoas ocupadas (Gráfico 40).

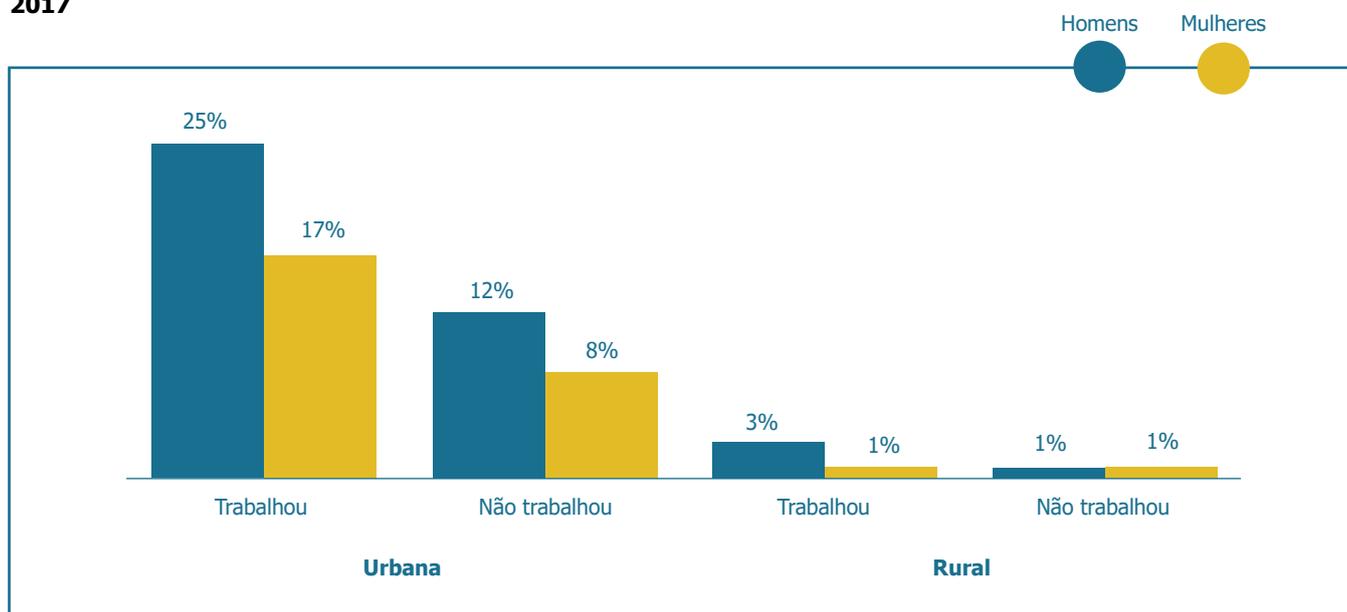
**COMO ESPERADO, ALGUNS FACTORES EMERGIRAM COMO UM PRÉ-REQUISITO PARA USAR UM COMPUTADOR. OS DADOS CONFIRMAM QUE A QUASE TOTALIDADE DOS USUÁRIOS E USUÁRIAS SABIAM FALAR, LER E ESCREVER EM PORTUGUÊS**

**Quadro 34. Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e província, Moçambique 2017**

Província	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL	
	H	M	H	M
Niassa	9,8	5,1	1,5	0,6
Cabo Delgado	10,3	5,2	1,6	0,5
Nampula	9,0	4,9	1,0	0,4
Zambézia	11,2	6,1	1,2	0,5
Tete	16,9	10,0	1,7	0,6
Manica	12,9	6,7	3,0	1,0
Sofala	18,0	10,9	2,7	0,9
Inhambane	21,4	14,1	5,1	2,3
Gaza	19,9	13,4	6,6	3,6
Maputo	32,2	24,5	19,1	13,1
Cidade de Maputo	39,7	31,5	N/A	N/A
Moçambique	19,5	13,4	2,7	1,3

Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 40. Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e emprego, Moçambique 2017**

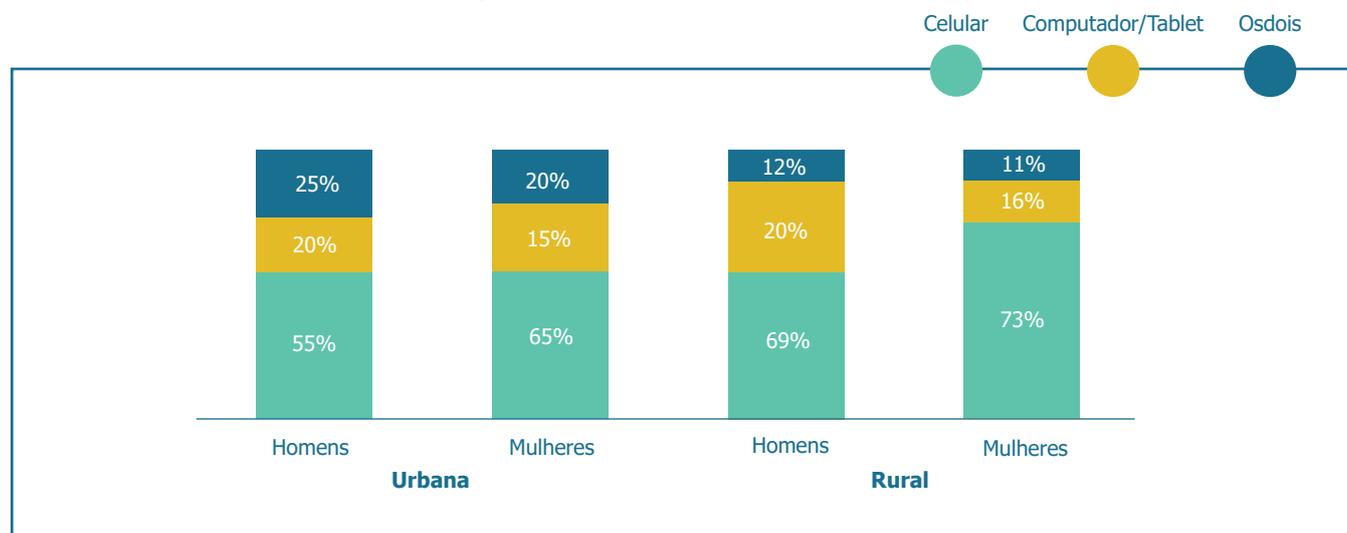


Fonte: INE, Censo 2017.

Contudo, homens e mulheres acederam à internet através do telefone também. De facto, o acesso à internet através do telefone é mais frequente do que através do uso do computador, indicando a presença de outros meios de acesso.

Olhando para os meios de acesso à internet, de facto as mulheres utilizaram mais frequentemente o celular, e menos frequentemente computadores ou tablets.

**Gráfico 41. Meios de acesso à internet por área de residência e sexo, Moçambique 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

Quanto aos tipos de ocupação, as diferenças de sexo no acesso em muitos casos se invertem, com as mulheres trabalhando na administração e empresas públicas e nas empresas privadas declarando usar internet mais frequentemente que os colegas homens (Quadro 35).

**Quadro 35. Percentagem de pessoas que usam internet por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique, 2017**

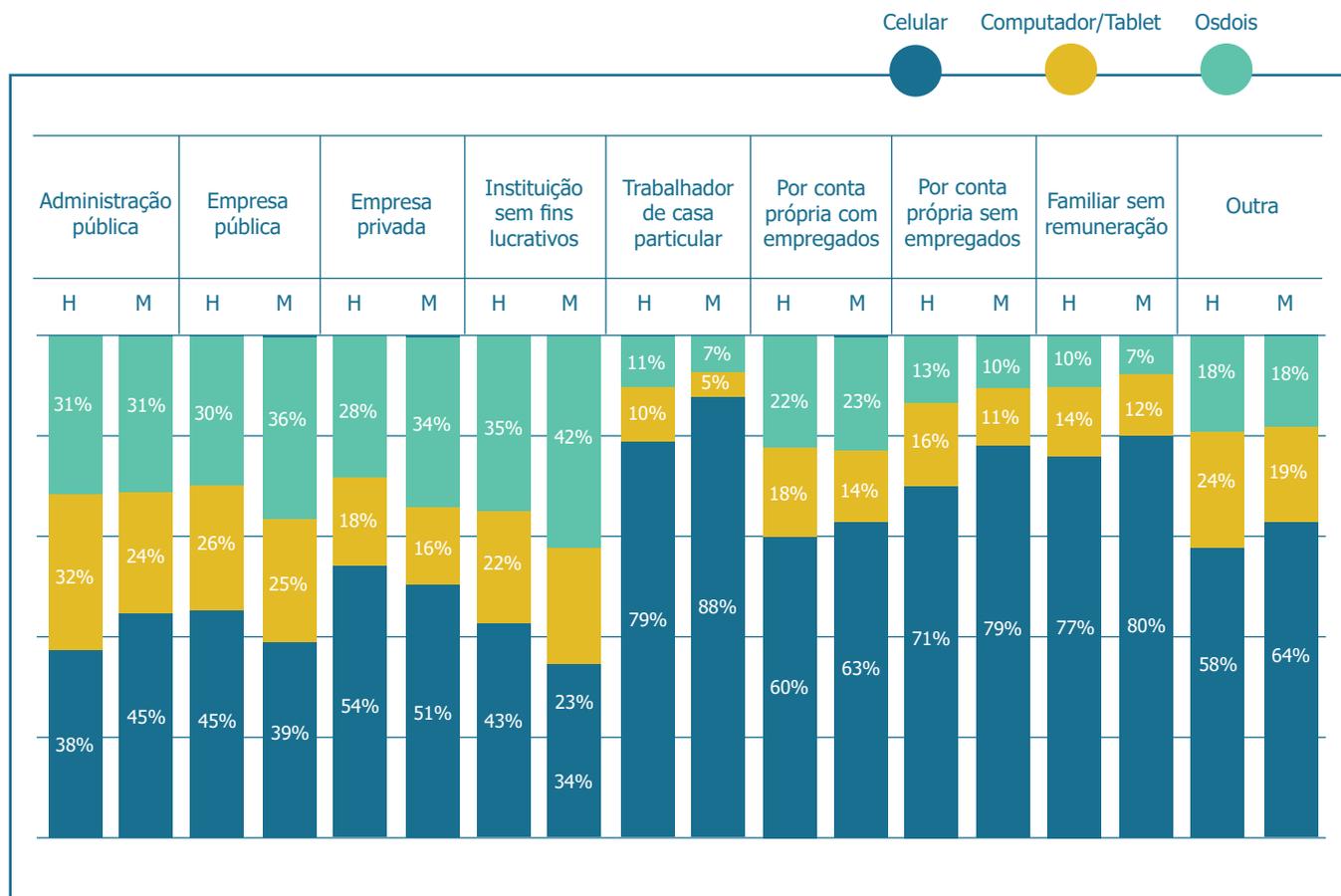
Sector de ocupação	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL	
	H	M	H	M
Empresa Pública	60,6	70,6	12,2	10,5
Administração Pública	60,1	60,2	28,3	40,1
Instituição sem Fins Lucrativos	51,0	66,7	22,8	36,5
Empresa Privada	44,1	62,0	13,3	7,1
Conta Própria com Empregados	33,8	31,4	7,7	6,3
Outro	21,6	19,5	2,4	0,8
Casa Particular	18,1	17,5	1,6	0,9
Conta Própria sem Empregados	16,0	8,9	20,1	8,0
Familiar sem Remuneração	8,6	4,6	4,9	3,3

Fonte: INE, Censo 2017.

O Gráfico 42 e o Quadro 36 mostram que homens e mulheres acederam à internet com meios diferentes, dependendo do seu tipo de ocupação.

O celular era o meio mais frequentemente utilizado para ambos homens e mulheres de todas as ocupações. Contudo, os dados indicam uma frequência ligeiramente maior no uso deste meio entre os trabalhadores homens das empresas públicas, das empresas privadas e das instituições sem fins lucrativos, e diferenças a favor das trabalhadoras mulheres na administração pública, trabalhadoras de casas particulares, trabalhadoras por conta própria sem empregados, e familiares sem remuneração.

**Gráfico 42. Meios de acesso a internet, por sexo e tipo de ocupação, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 36. Meios de acesso a internet, por área de residência, sexo e sector de ocupação, %**

Sector de ocupação	Sexo	URBANA			RURAL		
		Celular	Computador ou Tablet	Os dois	Celular	Computador ou Tablet	Os dois
Administração Pública	H	35,8	31,4	32,8	45,6	32,5	21,8
	M	43,4	24,4	32,2	54,9	23,2	21,9
Empresa Pública	H	42,9	25,1	32,0	53,5	28,1	18,4
	M	38,0	23,1	38,9	47,6	35,2	17,1
Empresa Privada	H	52,6	18,0	29,4	64,1	17,1	18,9
	M	49,7	15,6	34,7	61,0	15,6	23,4
Instituição sem Fins Lucrativos	H	40,6	22,4	37,0	54,3	21,4	24,3
	M	32,8	23,2	44,0	52,1	26,1	21,8
Trabalhador de Casa Particular	H	77,1	10,9	12,0	85,1	7,6	7,3
	M	87,6	5,1	7,3	92,0	5,3	2,7
por Conta Própria com Empregados	H	57,5	16,9	25,6	69,7	20,0	10,3
	M	63,0	13,4	23,7	62,9	17,5	19,6
por Conta Própria sem Empregados	H	68,3	15,2	16,5	75,9	17,2	6,8
	M	78,4	10,0	11,6	79,0	14,9	6,1
Familiar sem Remuneração	H	65,9	16,1	18,0	84,1	12,0	3,9
	M	76,7	12,5	10,8	83,6	12,2	4,2
Outra	H	56,2	23,6	20,2	67,3	23,3	9,5
	M	62,8	18,8	18,4	68,3	19,3	12,4

Fonte: INE, Censo 2017.

Quanto à frequência do uso da internet, os dados não mostram grandes diferenças entre homens e mulheres.

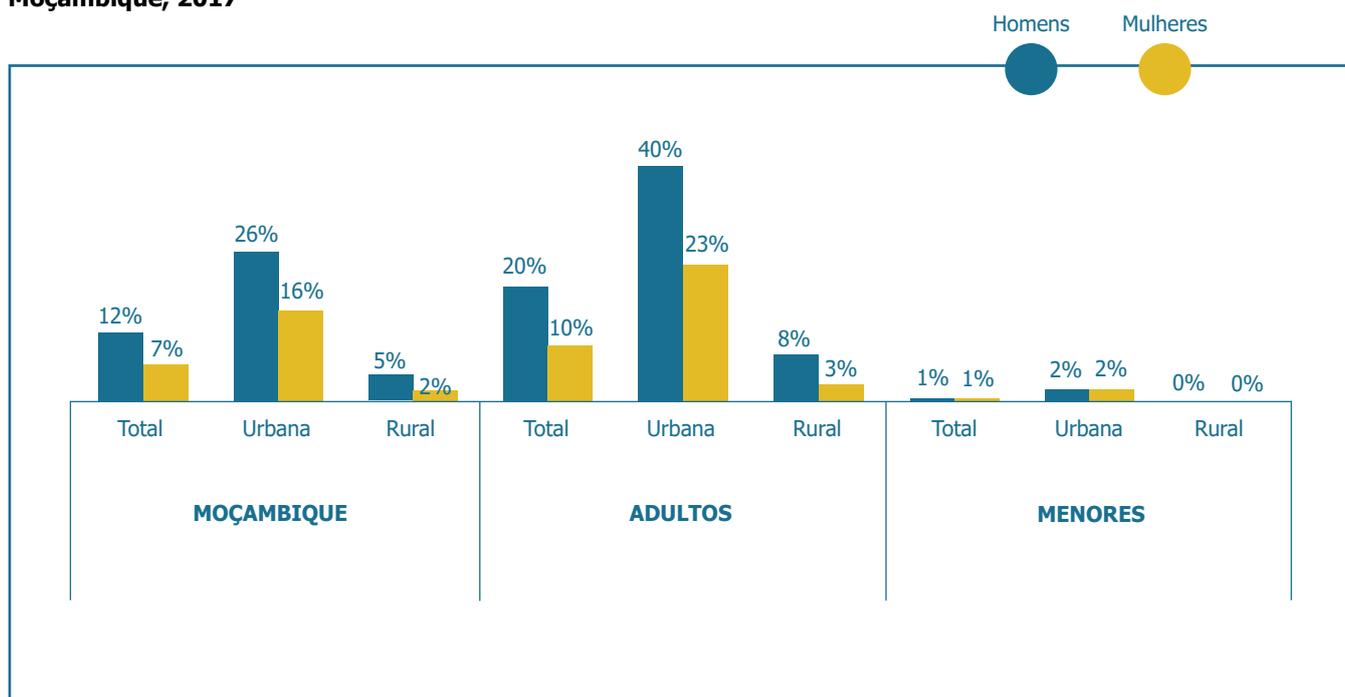
## 5.6.2. SERVIÇOS BANCÁRIOS

### 5.6.2.1. TITULARIDADE DE UMA CONTA BANCÁRIA

Entre os respondentes do censo maiores de 7 anos, somente 12,2% da população masculina e o 6,6% da população feminina tinham acesso a uma conta bancária. Entre adultos, estes valores eram de 20% entre os homens e 10,1% entre as mulheres. Os titulares de conta eram na maioria adultos (96,9% homens, 95% mulheres) e concentravam-se nas áreas urbanas (83,3% homens, 83,8% mulheres).

As disparidades que emergem entre homens e mulheres na titularidade de conta bancária confirmam de facto a literatura existente: as mulheres, e particularmente as residentes em áreas rurais, são geralmente marginalizadas no acesso aos serviços financeiros em Moçambique.

**Gráfico 43. Percentagem de titulares de uma conta bancária, por sexo, área de residência e maior idade, Moçambique, 2017**

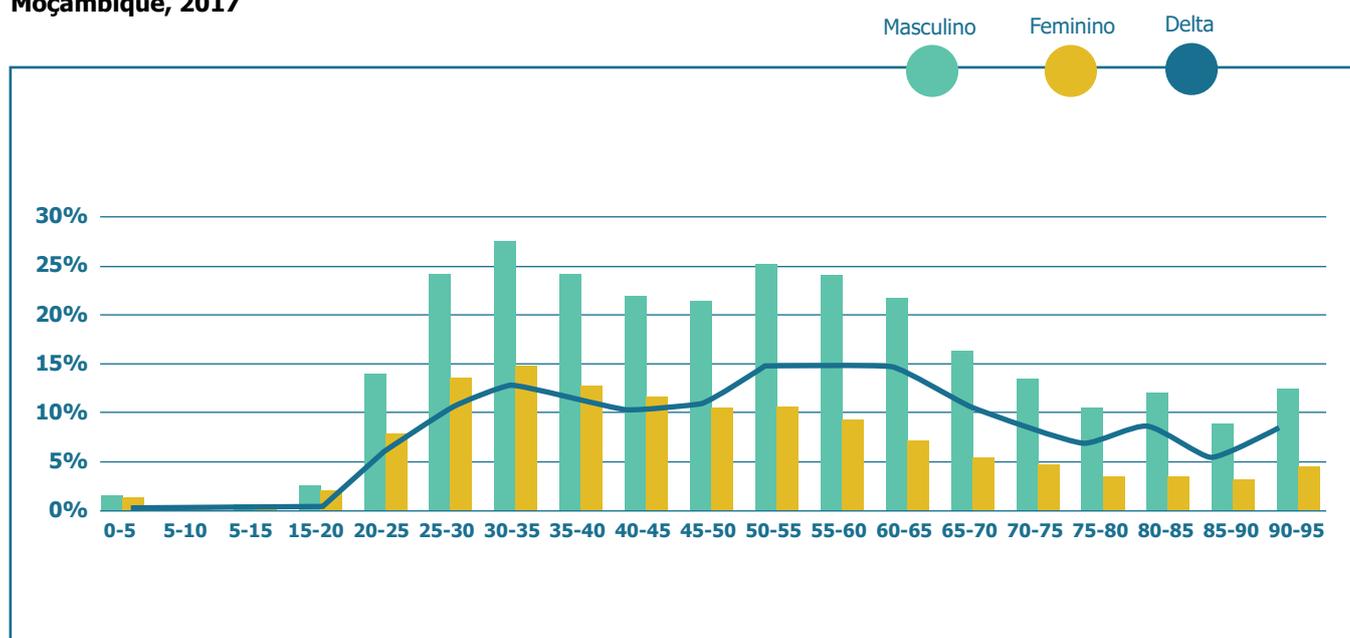


Fonte: INE, Censo 2017.

Em termos de idade, 77,7% dos titulares homens, e 73,7% das titulares mulheres eram maiores de 25 anos. As diferenças nas taxas de titularidade entre homens e mulheres aumentam com a idade até os 35 anos, diminuem entre 35 e 50 anos, e aumentam novamente nas idades subsequentes.

Saber falar português e saber ler e escrever numa língua qualquer emergiram como pré-requisitos para ter uma conta bancária nas áreas urbanas, com mais de 90% dos titulares de conta homens e das titulares mulheres urbanas sendo alfabetizados e sabendo falar português. Todavia, os dados mostram que as exceções não eram extremamente raras para as mulheres rurais: entre as titulares de conta bancária deste grupo, pouco menos de uma em sete (13,8%) declarou não falar português e pouco menos de uma em oito (12,4%) se declarou analfabeta.

**Gráfico 44. Percentagem de titulares de uma conta bancária, por sexo, área de residência e grupo etário, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

Olhando para a actividade económica, as diferenças no acesso a uma conta bancária variam muito com o tipo de ocupação dos respondentes. De uma forma geral, para as ocupações onde a titularidade de uma conta é mais frequente, as mulheres tiveram mais acesso que os homens, em particular para trabalhadores das empresas públicas e privadas, e para trabalhadores de cooperativas nas áreas urbanas. As maiores diferenças a favor dos homens emergiram para os trabalhadores de autarquias locais urbanas e para trabalhadores por conta própria.

**Quadro 37. Percentagem de titulares de uma conta bancária, por área de residência, sexo e sector de ocupação, Moçambique 2017**

Sector de ocupação	ÁREA URBANA			ÁREA RURAL		
	H	M	Diferença	H	M	Diferença
Administração Pública	90,6	92,1	-1,5	81,1	83,8	-2,7
Autarquias Locais	63,3	61,9	1,4	26,1	13,0	13,2
Empresa Pública	76,3	85,0	-8,7	54,0	61,6	-7,6
Empresa Privada	67,8	75,4	-7,6	45,3	59,5	-14,2
Cooperativa	42,0	50,0	-8,0	11,1	5,7	5,4
Instituição sem Fins Lucrativos	67,6	71,7	-4,2	24,4	23,7	0,8
Trabalhador de Casa Particular	28,0	22,0	6,0	10,1	7,4	2,7
por Conta Própria com Empregados	56,9	53,9	3,0	21,2	8,5	12,7
por Conta Própria sem Empregados	27,4	16,7	10,6	5,5	1,8	3,6
Familiar sem Remuneração	8,5	5,6	2,9	1,8	0,9	0,9
Organismos Internacionais	75,4	69,8	5,5	35,1	24,5	10,6
Outra	30,7	24,0	6,7	6,8	3,7	3,1

Fonte: INE, Censo 2017.

Por causa da importância da conta bancária para os trabalhadores por conta própria, este tipo de trabalhadores merece uma análise específica.

Em 2017, 4 647 022 de pessoas se identificaram como trabalhadores por conta própria, dos quais 51,7% deles eram mulheres. A maioria dos trabalhadores por conta própria concentrava-se em três ocupações: operários não agrícolas, pequeno comerciante e camponeses (Quadro 38).

Os dados indicam claras diferenças de género: os homens trabalhavam mais frequentemente como operários não agrícolas, e menos frequentemente como camponeses; nas áreas urbanas, as mulheres mais frequentemente trabalhavam como pequenas comerciantes;

As três ocupações têm exigências de serviços bancários diferentes: um pequeno comerciante na área urbana vai provavelmente servir-se mais frequentemente de uma conta bancária do que um camponês nas áreas rurais.

**Quadro 38. Ocupações principais dos trabalhadores por conta própria, por área de residência, sexo e principais tipos de ocupação, Moçambique 2017**

OCUPAÇÕES	URBANA			RURAL		
	Homens	Mulheres	Diferença	Homens	Mulheres	Diferença
<b>Com empregados</b>						
Operários não agrícolas	49,2	6,9	42,3	26,1	2,1	24,0
Pequeno comerciante	27,8	54,3	-26,6	17,4	11,1	6,2
Camponeses	4,9	16,3	-11,4	38,6	78,4	-39,8
<b>% cumulativa</b>	<b>81,9</b>	<b>77,6</b>		<b>82,1</b>	<b>91,7</b>	
<b>Sem empregados</b>						
Operários não agrícolas	23,9	2,6	21,4	6,8	0,9	5,9
Pequeno comerciante	32,8	39,4	-6,5	9,3	4,5	4,9
Camponeses	30,5	52,9	-22,5	74,7	92,0	-17,3
<b>% cumulativa</b>	<b>87,3</b>	<b>94,9</b>		<b>90,8</b>	<b>97,4</b>	

Fonte: INE, Censo 2017.

Analisando a titularidade de conta bancária nestas ocupações, emergem diferenças relevantes.

**Quadro 39. Percentagem de titulares de uma conta bancária entre trabalhadores por conta própria por área de residência, sexo e principais tipos de ocupação, Moçambique 2017**

OCUPAÇÕES	URBANA			RURAL		
	Homens	Mulheres	Diferença	Homens	Mulheres	Diferença
<b>Com empregados</b>						
Operários não agrícolas	53,1	63,5	-10,4	30,3	18,1	12,3
Pequeno comerciante	65,2	57,7	7,5	31,3	31,2	0,2
Camponeses	34,4	17,3	17,1	12,6	3,6	9,0
<b>Sem empregados</b>						
Operários não agrícolas	36,0	30,5	5,5	9,9	4,1	5,8
Pequeno comerciante	34,3	27,2	7,1	11,8	10,3	1,5
Camponeses	14,6	6,9	7,8	4,4	1,3	3,1

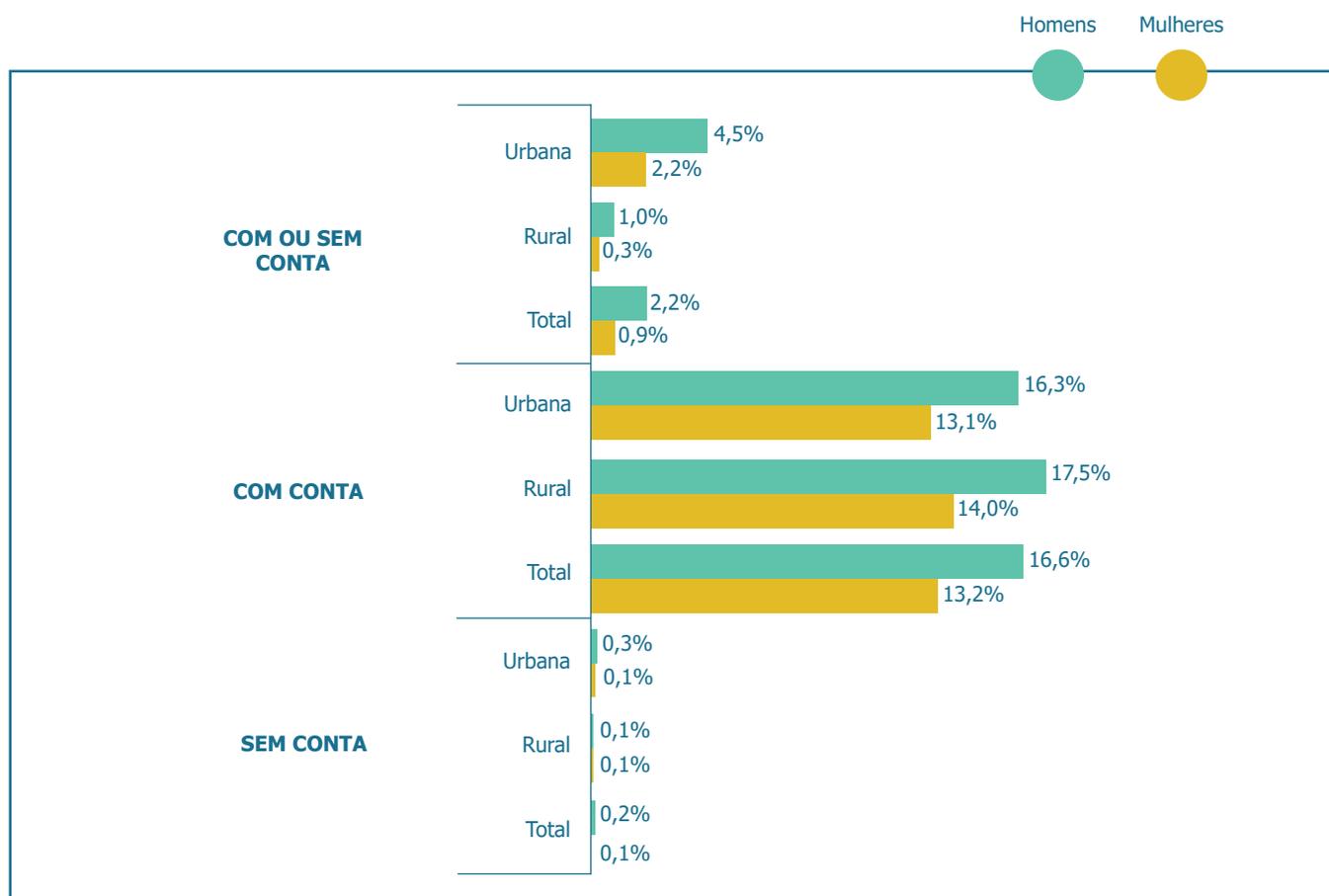
Fonte: INE, Censo 2017.

Tanto nas áreas urbanas como nas rurais, e independentemente de empregar outros trabalhadores, os trabalhadores por conta própria homens mais frequentemente possuíam uma conta bancária do que as mulheres. Com uma exceção: as poucas (relativamente aos homens) mulheres que trabalham como operárias não agrícolas nas áreas urbanas tiveram uma conta bancária mais frequentemente que os colegas homens. O quadro acima apresenta estes resultados e mostra a diferença,

em pontos percentuais, entre homens e mulheres. Por exemplo, entre os residentes nas áreas urbanas, a diferença entre homens e mulheres quanto a titularidade de uma conta bancária entre os pequenos comerciantes, que trabalhavam por conta própria, é de 7,5 pontos percentuais. As diferenças maiores emergiram entre os operários não agrícolas rurais, e os camponeses urbanos.

### 5.6.2.2. ACESSO AO CRÉDITO BANCÁRIO.

Gráfico 45. Acesso ao crédito por sexo, área de residência e titularidade de uma conta bancária, %



Fonte: INE, Censo 2017.

O censo inclui uma pergunta sobre o acesso ao crédito bancário em instituições financeiras controladas. Do total da população de 7 anos ou mais em 2017, 2,2% dos respondentes homens e 0,9% das respondentes mulheres declararam ter acesso a este tipo de crédito. Mesmo sendo valores percentuais muito baixos, os homens têm acesso bem maior ao crédito bancário do que as mulheres.

Dentre estes, a grande maioria (92,6% dos homens e 92% das mulheres) também tinham acesso a uma conta bancária. Os restantes provavelmente recorriam a formas de microcrédito ou crédito informal.

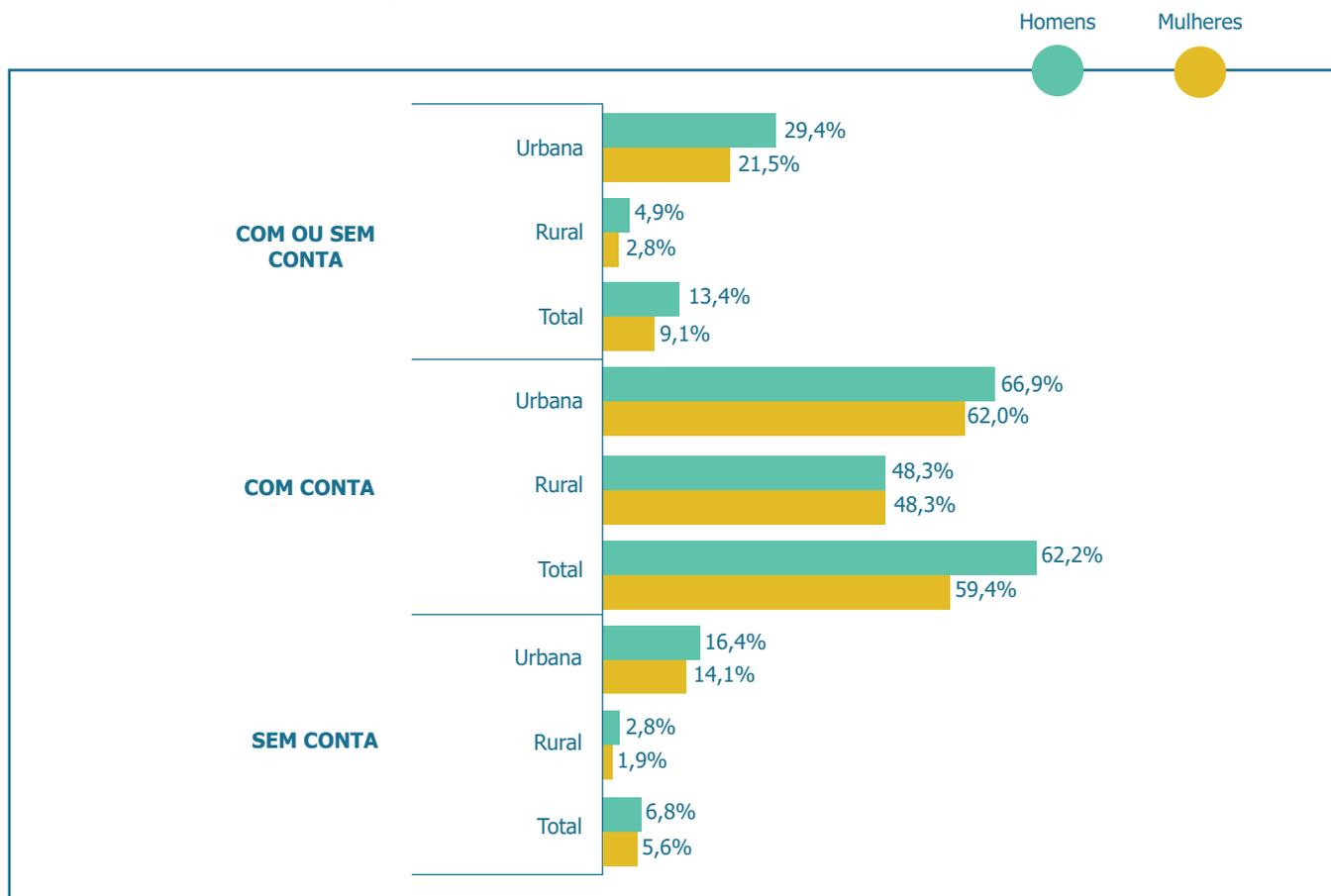
O acesso ao crédito é também mais frequente nas áreas urbanas (4,5% homens, 2,2% mulheres) que nas áreas rurais (1% homens, 0,3% mulheres). A tabulação cruzada por província não produziu resultados interessantes em termos de diferenças segundo sexo, com as diferenças no acesso ao crédito bastante constantes entre províncias (resultados não apresentados neste trabalho). Como para a titularidade de uma conta bancária, o conhecimento oral do português e a alfabetização são factores associados importantes, com a excepção de uma minoria de mulheres residentes em áreas rurais.

### 5.6.2.3. USO DE CARTEIRA MÓVEL

Uma alternativa à conta bancária num banco físico é a utilização de serviços de conta bancária móvel, como Mpesa ou Mkesh. Como para o acesso ao crédito, o uso de uma conta móvel era associado à residência nas áreas urbanas, mas não particularmente associado à titularidade de uma conta bancária. Este facto sugere que as contas móveis são usadas como alternativa às contas tradicionais, assim como a sua integração.

Comparadas aos homens, as mulheres utilizam mais frequentemente os serviços móveis como alternativa aos bancos tradicionais, sobretudo nas áreas rurais: 67,6% das mulheres rurais com conta móvel não tinha conta bancária tradicional, contra o 54,4% dos homens nas mesmas áreas. Nas áreas urbanas, as taxas de respondentes com conta móvel, mas sem conta tradicional, eram de 55,3% para as mulheres e 41,3% para os homens.

**Gráfico 46. Uso de conta móvel por sexo, área de residência e titularidade de conta bancária**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 40. Percentagem de usuários de contas móveis que não tinham conta tradicional, por sexo e área de residência, Moçambique 2017**

ÁREA DE RESIDÊNCIA	HOMENS	MULHERES
Urbana	41.3%	55.3%
Rural	54.4%	67.6%
Total	44.5%	57.8%

Fonte: INE, Censo 2017.

Por outro lado, 9,1% das mulheres e 13,4% dos homens em Moçambique, em 2017, possuíam uma conta bancária móvel. Estes valores percentuais são maiores nas áreas urbanas e as diferenças segundo sexo são expressivas. Entre os homens residentes em áreas urbanas, 29,4% possuíam conta bancária móvel. Entre as mulheres, o valor percentual foi de 21,5%

Desagregando por província, os dados revelam situações diferentes. Enquanto em todas as províncias os homens usavam mais frequentemente contas móveis, as diferenças no

uso eram mais acentuadas a favor dos homens onde o uso era menor, ou seja, nas áreas rurais do norte e do centro do país. Ao mesmo tempo, enquanto em todas as províncias as mulheres usavam contas móveis sem ser titulares de uma conta bancária tradicional mais frequentemente que os homens, as diferenças eram mais acentuadas nas províncias do sul, seja nas áreas urbanas seja nas rurais. A diferença entre norte e sul pode ser devida ao maior dinamismo económico das regiões do sul, ou à maior penetração das redes de telefonia e maior uso do celular.

**Quadro 41. Uso de conta móvel por sexo, área de residência, província e titularidade de conta bancária, %**

PROVÍNCIA	% USUÁRIOS				% USUÁRIOS SEM CONTA TRADICIONAL			
	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL		ÁREA URBANA		ÁREA RURAL	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Niassa	11,6	6,0	1,1	0,4	30,1	37,0	29,3	28,6
Cabo Delgado	13,6	7,3	1,8	0,6	35,8	45,7	43,1	51,7
Nampula	20,9	11,9	2,5	0,8	51,1	62,0	62,6	73,2
Zambézia	20,0	12,7	2,6	0,9	45,2	51,4	61,9	68,6
Tete	27,2	17,0	2,4	0,9	36,9	51,7	49,7	60,5
Manica	21,6	11,9	3,7	1,3	43,4	55,0	50,4	59,5
Sofala	27,3	17,2	5,0	1,8	41,8	55,5	50,4	61,5
Inhambane	32,6	26,6	11,2	8,4	42,0	57,2	66,0	79,8
Gaza	22,2	17,7	7,7	6,1	41,3	52,0	55,1	69,9
Maputo	40,4	35,8	27,0	21,0	38,4	56,5	43,5	60,0
Cidade de Maputo	40,1	35,2	-	-	36,3	52,7	-	-

Fonte: INE, Censo 2017.

Como esperado, ser maior de idade, saber falar português, e saber ler e escrever em qualquer língua emergem como pré-requisitos para utilizar contas móveis, confirmando que a menor alfabetização das mulheres constitui uma barreira para beneficiar destes serviços.

**Quadro 42. Percentagem de usuários de contas moveis de maior idade, falantes de português, e alfabetizados, por área residência e sexo, Moçambique 2017**

Factor	Área de residência	Homens	Mulheres
Maior idade	Total	92,8	91,3
	Urbana	92,7	91,3
	Rural	93,0	91,0
Sabe falar português	Total	98,0	96,5
	Urbana	98,9	97,7
	Rural	95,3	91,3
Alfabetizado	Total	97,9	95,3
	Urbana	98,4	96,3
	Rural	96,3	91,4

Fonte: INE, Censo 2017.

Em termos de actividade económica, os trabalhadores de alguns sectores, e em particular os trabalhadores do sector público, usavam conta móveis mais frequentemente, independentemente da área de residência.

**Quadro 43. Uso de conta móvel por sexo, área de residência e sector de ocupação, %**

SECTOR DE OCUPAÇÃO	URBANA			RURAL		
	H	M	Diferença	H	M	Diferença
Administração Pública	68,8	63,6	5,3	59,9	58,1	1,9
Autarquias Locais	53,8	51,8	2,0	21,7	24,7	-3,0
Empresa Pública	61,8	60,4	1,4	40,1	49,4	-9,3
Empresa Privada	60,4	60,8	-0,4	35,2	44,3	-9,1
Cooperativa	49,4	47,0	2,4	13,1	7,9	5,2
Instituição sem Fins Lucrativos	60,0	49,9	10,1	25,3	19,4	5,9
Trabalhador de Casa Particular	41,7	45,9	-4,1	14,9	15,6	-0,8
por Conta Própria com Empregados	56,7	47,3	9,4	18,6	8,0	10,5
por Conta Própria sem Empregados	36,4	24,6	11,8	5,3	2,4	2,9
Familiar sem Remuneração	14,5	10,0	4,5	2,6	2,0	0,6
Organismos Internacionais	40,9	31,1	9,7	16,1	19,2	-3,2
Outra	36,8	28,8	8,0	7,9	4,6	3,2

Fonte: INE, Censo 2017.

Nas áreas urbanas, as diferenças de género no uso das contas móveis concentraram-se entre os trabalhadores de instituições sem fins lucrativos, organismos internacionais, trabalhadores por conta própria sem empregados (a favor dos homens), e entre trabalhadoras de casas particulares (a favor das mulheres).

Nas áreas rurais, por sua vez, as mulheres usavam as contas móveis mais frequentemente que os homens se trabalhassem em autarquias locais, empresas públicas, empresas privadas, casas privadas ou organismos internacionais. Já os homens que usavam as contas móveis mais frequentemente que as

mulheres trabalhavam em cooperativas, instituições sem fins lucrativos, trabalhadores por conta própria com ou sem empregados.

Olhando para o tipo de ocupação, as diferenças maiores emergiram a favor dos homens para os altos dirigentes, técnicos universitários e não universitários nas áreas urbanas e rurais, e para os operários não agrícolas nas áreas urbanas. Emergiram relevantes diferenças a favor das mulheres para pessoal de serviço e outras ocupações em ambas as áreas de residência, e para altos dirigentes nas áreas rurais.

**Quadro 44. Uso de conta móvel por sexo, área de residência e tipo de ocupação, %<sup>10</sup>**

TIPO DE OCUPAÇÃO	URBANA			RURAL		
	H	M	Diferença	H	M	Diferença
Altos dirigentes	56,5	49,4	7,1	43,5	52,8	-9,3
Técnicos universitários	68,8	62,3	6,5	60,3	56,2	4,1
Técnicos não universitários	68,4	63,4	5,1	49,8	46,6	3,2
Administrativos	69,5	62,8	6,7	59,7	61,9	-2,2
Operários não agrícolas	55,9	43,9	12,0	18,6	7,2	11,4
Pequeno comerciante	47,5	43,6	3,9	15,1	15,7	-0,7
Pessoal de serviço	57,1	60,8	-3,7	25,5	33,3	-7,9
Camponeses	12,2	7,9	4,4	2,9	1,7	1,1
Operários agrícolas	38,0	15,5	22,5	4,6	1,0	3,6
Outras ocupações	45,1	51,3	-6,2	8,9	12,6	-3,7
Desconhecidos	39,0	29,1	9,9	7,4	4,6	2,8

Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.6.3. BENS DURÁVEIS

#### 5.6.3.1. VISÃO GERAL

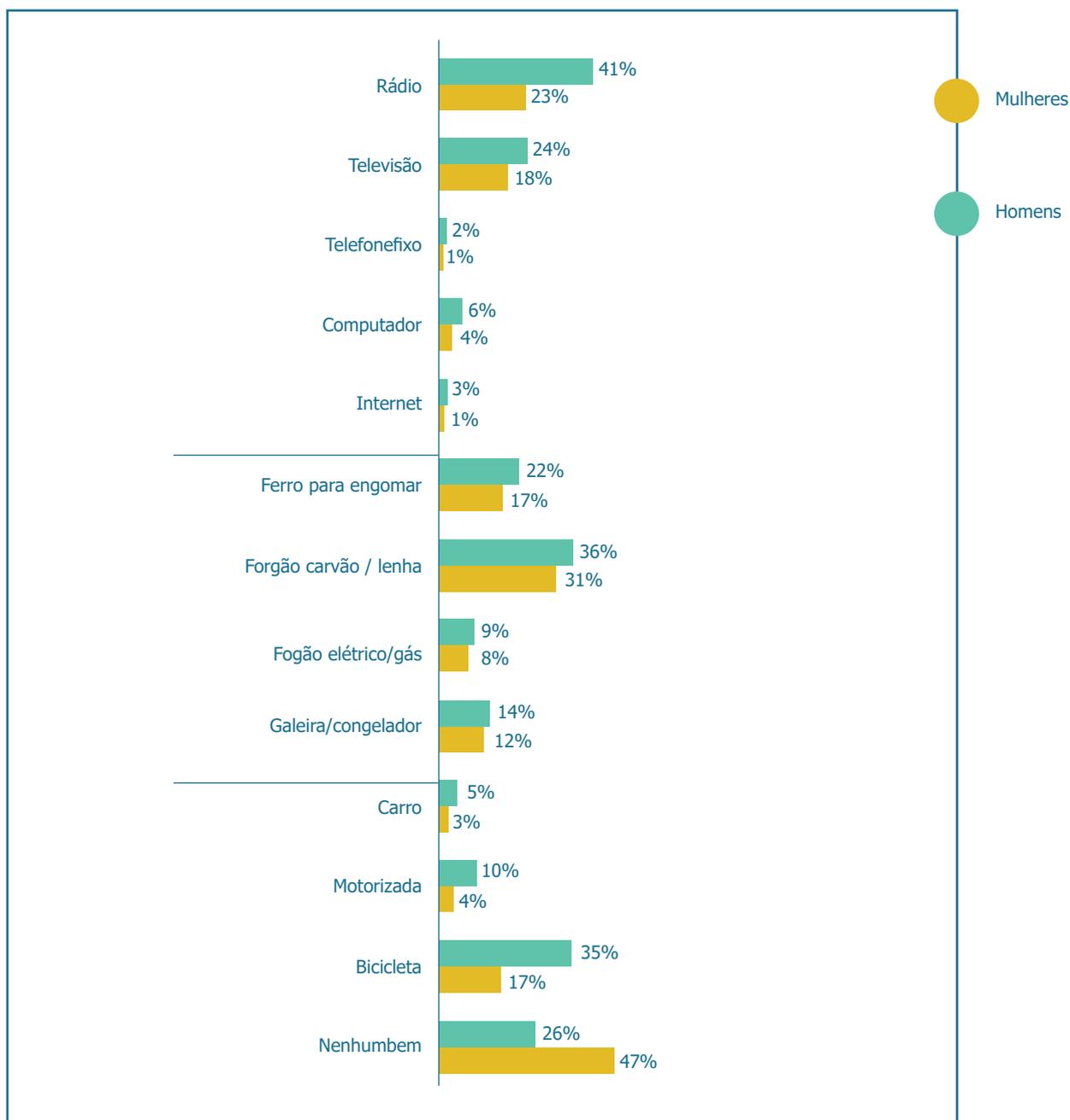
A análise de posse de bens duráveis é limitada pela disponibilidade de dados do censo. De facto, as perguntas sobre posse de bens (Secção E) só foram feitas para o chefe do agregado familiar. Portanto, a posse de bens duráveis só pode ser analisada considerando as características dos agregados familiares. Os bens duráveis considerados incluem:

- Bens de comunicação e informação
  - o Rádio
  - o Televisão
  - o Telefone fixo
  - o Computador
  - o Internet
- Bens de uso doméstico
  - o Ferro para engomar
  - o Fogão carvão/lenha
  - o Fogão eléctrico/gás
  - o Geleira/congelador
- Meios de transporte
  - o Carro
  - o Motorizada
  - o Bicicleta

Adicionalmente, o censo incluiu também uma opção específica para identificar os agregados que não possuíam nenhum destes bens.

<sup>10</sup> As categorias de patrões e operários não agrícolas não foram incluídas neste quadro porque o número de respondentes era muito baixo.

**Gráfico 47. Percentagem de agregados familiares por posse de bens duráveis segundo o sexo do chefe, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

Uma primeira desagregação por sexo do chefe do agregado indica que, para todos os bens analisados, os agregados chefiados por homens possuíam mais bens do que os chefiados por mulheres.

Comparando agregados chefiados por homens e por mulheres, as diferenças maiores são concentradas em dois bens: a rádio (18 pontos percentuais) e a bicicleta (19 pontos percentuais). Em menor medida, a percentagem de agregados que possuem motorizada, fogão a carvão ou lenha e televisão também apresentaram diferenças consideráveis.

**Quadro 45. Percentagem de agregados por posse de bens duráveis, segundo área de residência e sexo do chefe**

BENS DURÁVEIS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Rádio	44,3	29,7	39,6	20,4	41,1	23,2
Televisão	54,4	46,7	8,8	6,5	23,5	18,5
Telefone fixo	3,2	2,1	1,7	0,8	2,2	1,2
Computador	16,0	10,0	1,6	0,8	6,2	3,6
Internet	6,4	4,0	0,7	0,3	2,5	1,4
Ferro para engomar	43,2	37,4	11,2	8,5	21,5	17,1
Fogão carvão/lenha	69,9	64,7	20,1	17,2	36,2	31,4
Fogão elétrico/gás	24,8	21,1	2,1	1,8	9,5	7,6
Geleira/congelador	36,1	32,7	3,5	2,9	14,0	11,8
Carro	12,1	6,8	1,7	1,0	5,1	2,7
Motorizada	11,0	4,7	9,7	3,6	10,2	3,9
Bicicleta	19,8	10,1	42,9	19,4	35,4	16,6
Nenhum bem	13,9	22,9	31,7	56,8	26,0	46,7

Fonte: INE, Censo 2017.

Desagregando por área de residência, é claro que a posse de quase todos os bens foi maior nas áreas urbanas. Em particular, a televisão e os bens de uso doméstico eram prerrogativa das cidades. Em contrapartida, a bicicleta emergiu como um bem rural e, em particular, prerrogativa dos agregados chefiados por homens rurais: 42,9% destes agregados possuía pelo menos uma, contra 19,4% dos agregados rurais chefiados por mulheres.

As diferenças entre homens e mulheres são maiores onde a taxa de posse é mais alta, ou seja, com a exceção da bicicleta, nas áreas urbanas.

Desagregando os mesmos dados por província, emergem alguns padrões:

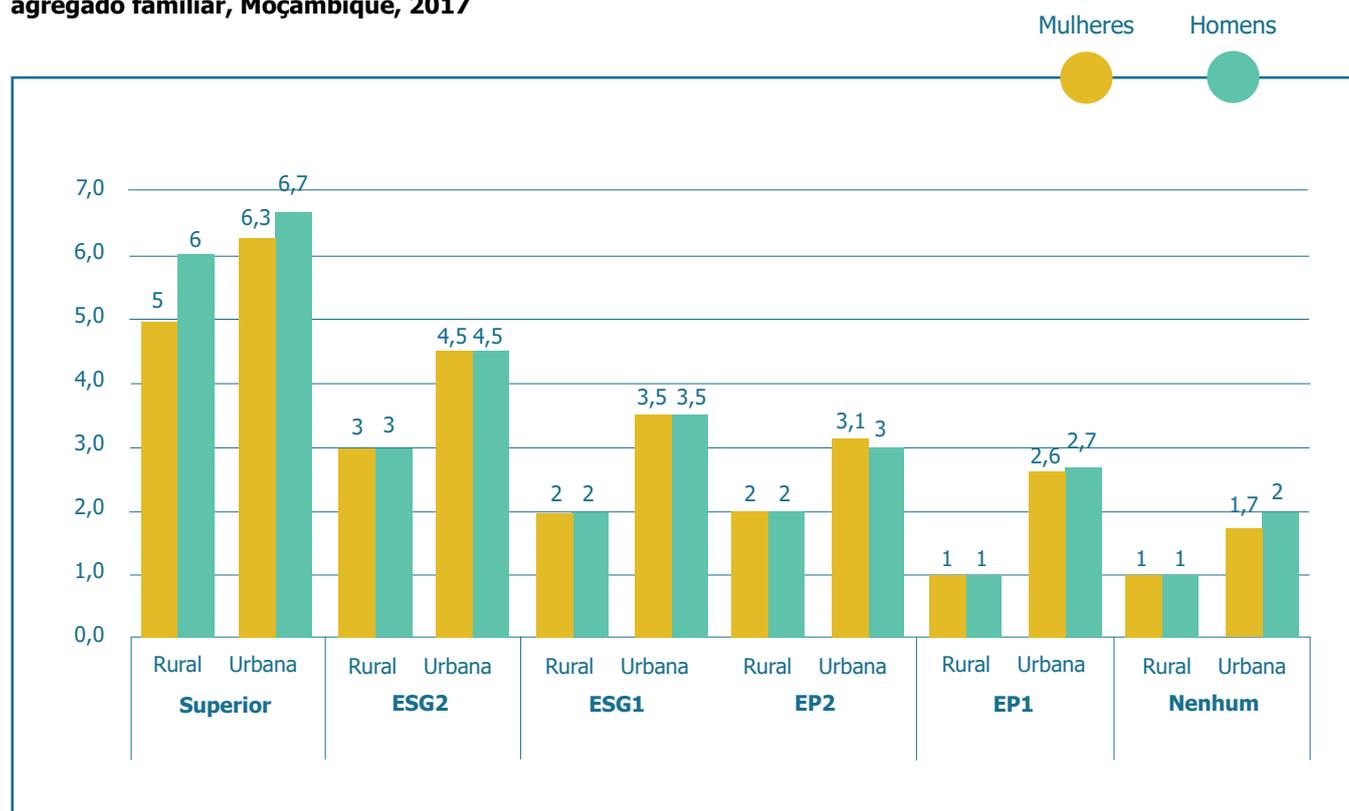
- Como esperado, as províncias do sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo) mostram que os valores percentuais de posse de bens mais altos do que as províncias do centro e do norte;
- Confrontando a posse de rádio, emergiram pronunciadas diferenças entre agregados com chefes homens e chefes mulheres nas zonas rurais de Manica, Tete e Sofala, bem como nas zonas urbanas de Inhambane;
- As mesmas diferenças nos valores percentuais de posse de bens de uso doméstico eram particularmente pronunciados para as zonas rurais das províncias do norte.

- Considerando a posse de bicicleta, ao contrário, as províncias onde era mais difundida eram Niassa e Zambézia, com valores consideravelmente mais altos em relação a média nacional, quer nas zonas rurais quer nas urbanas. Nestas últimas, as diferenças entre chefes homens e chefes mulheres eram mais pronunciadas.

Como esperado, a posse de bens era correlata ao nível de ensino concluído: os agregados familiares chefiados por pessoas mais escolarizadas possuíam em média um número maior de bens.

Comparando a posse de bens em agregados chefiados por homens e por mulheres dentro de cada grupo educacional, as maiores diferenças emergiram entre chefes com baixo nível educacional (nenhum ou EP1) nas zonas rurais, e entre chefes com educação superior em zonas urbanas e rurais. Estes achados indicam que um nível médio de educação (EP2, ESG1 ou ESG2), de facto, se correlaciona com maior paridade de género na posse de bens duráveis.

**Gráfico 48. Número médio de bens duráveis possuídos, por sexo e nível educacional concluído do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.6.3.2. ACESSO A BENS DURÁVEIS POR CATEGORIZAÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES

Para os fins desta análise, utilizamos a categorização apresentada no capítulo de situação demográfica (5.1.3).

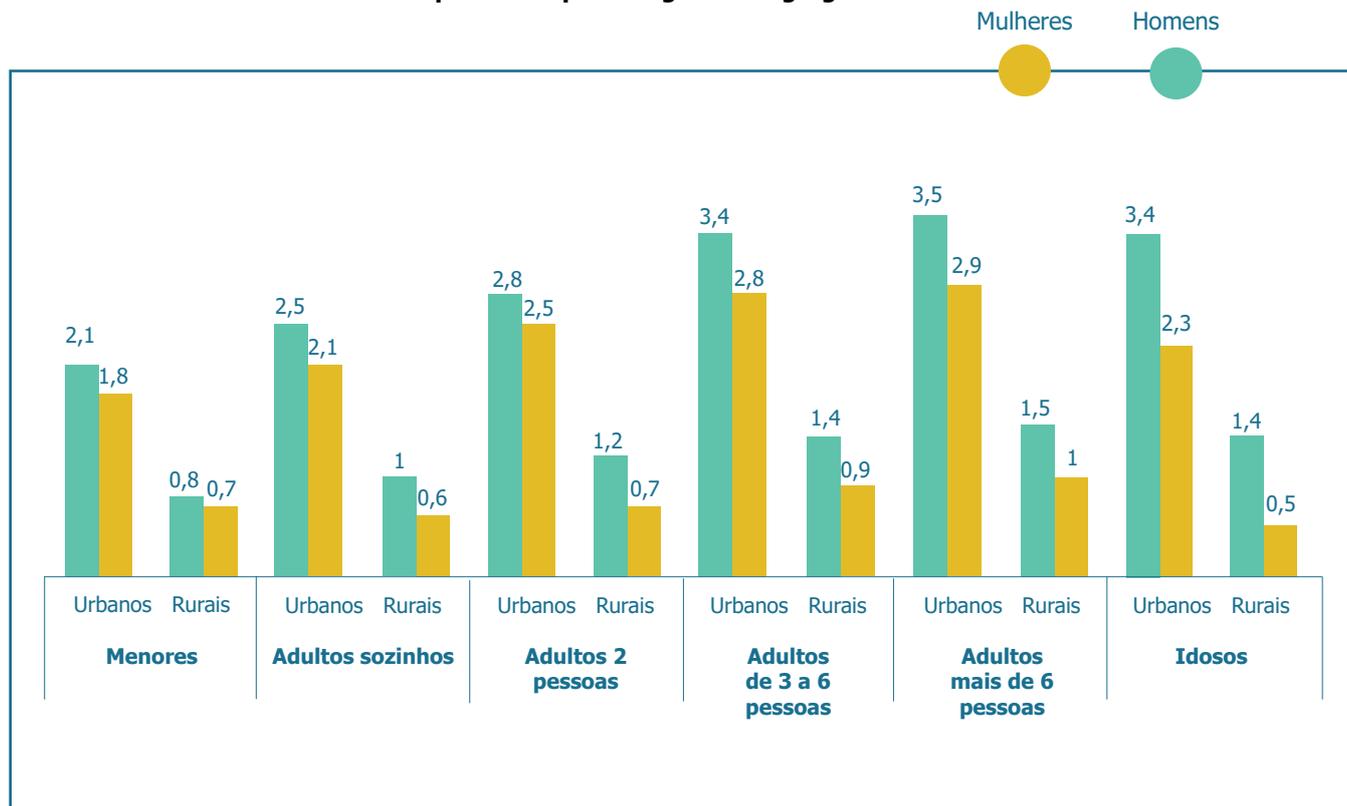
Olhando para a posse de bens em cada categoria, emergem diferenças relevantes entre agregados chefiados por homens e agregados chefiados por mulheres.

Para todas as categorias e todos os bens considerados, os agregados chefiados por homens possuem mais bens do que os chefiados por mulheres. As poucas exceções são diferenças mínimas a favor das mulheres, concentradas nos agregados chefiados por raparigas nas áreas rurais e, em alguns bens, como o ferro para engomar e a geleira ou congelador.

As diferenças maiores na taxa de posse se concentram também em alguns bens. Como mencionado anteriormente, o bem principal é a bicicleta, mais difundido entre os agregados rurais, e que apresenta diferenças entre 7 e 22 pontos percentuais, dependendo da categoria de agregado considerada; o segundo é o rádio, mais difundido nos agregados urbanos, e para o qual as diferenças são maiores nas áreas rurais.

Olhando para o número médio de bens, os agregados familiares chefiados por homens possuíam um número médio significativamente mais alto de bens em todas as categorias propostas.

**Gráfico 49. Número médio de bens possuídos por categoria de agregado**



Fonte: INE, Censo 2017.



**Quadro 46. Número médio de bens possuídos e posse de bens duráveis por categoria de agregado familiar**

Categorias de agregados familiares		Número médio de bens ± DP	% de agregados que possuem bens duráveis												
			Rádio	Televisão	Telefone fixo	Computador	Internet	Ferro para engomar	Fogão a carvão ou lenha	Fogão elétrico ou a gás	Geleira ou Congelador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum
Menores	Rapazes	2,1±2,3 0,8±1,1	27,7 21,5	31,5 3,5	2,9 1,1	7,6 0,3	4,1 0,4	25,4 4,5	54 12,8	12,2 0,9	21 1,3	4,1 1	8,2 3,6	19,6 26,8	28,4 54,1
	Raparigas	1,8±2,1 0,7±1,2	24 16,5	28,7 5,1	1,9 0,9	5 0,5	2,2 0,1	23,4 5,6	53,1 13,9	8,9 1,3	16,1 2	4,3 0,9	6,4 3,6	13,3 19,2	32,5 61
Homens 18-59	Urbano	3,4±2,6 1,4±1,4	33,9 37,4	37,2 44,2	1,8 2,3	15,8 15,4	6,9 6,4	30,9 35,3	60,2 68,1	24,1 24	21,8 26,3	7,3 9,3	4,5 7,5	9,2 13,2	22,6 16
	Rural	2,3±2,4 0,5±1,1	44,5 47,5	56,7 58,3	3,2 3,9	16,7 16,4	6,7 5,9	44 46,3	72,9 69,3	26,4 22,4	36,8 40,2	12,7 13,1	10,9 15,3	18,9 26,5	12,1 13,7
Mulheres 18-59	Urbano	2,5±2,4 2,8±2,5	25,6 32,5	7 6,1	1,1 1,4	2,8 1,9	1,3 1	8,2 7,3	20,9 19,2	3,8 2,3	3,4 2,4	1,5 1,2	4,8 6,7	22,4 35,5	48,5 39,3
	Rural	3,4±2,6 3,6±2,7	39,5 42,2	9 10,1	1,8 1,9	1,8 1,5	0,8 0,6	10 12,6	21 20,3	2,5 1,8	3,7 3,8	1,6 2	9,8 11,7	43,4 46,8	30,7 28,7
Mulheres 18-59	Urbano	1±1,5 1,2±1,4	20,4 26,3	33,8 43,2	1,5 1,9	8,3 10	4,5 4,6	30,8 36,6	58 64,4	21,7 23,4	22,9 30,1	5 6,8	1,4 3,2	4 7,4	30,3 23,2
	Rural	1,4±1,5 1,5±1,6	31,2 34,2	50,1 51,7	2,1 2,5	10,9 11,3	4,4 4	39,5 40,7	68,6 65,8	22,5 19,8	34,9 35,6	7,4 7,4	5,5 7,1	10,8 15,5	19,4 20,8
Idosos	Homens	2,1±2,3 2,5±2,4	14,2 17,5	4,5 4,9	0,6 0,8	0,7 0,8	0,5 0,5	6,6 6,8	16,4 16,5	2,3 2	2,4 2,3	0,8 0,9	1,7 2,8	10,1 15,3	66,8 61,3
	Mulheres	2,8±2,5 2,9±2,5	22,4 25,1	7,1 8,7	1 1	1 1	0,4 0,4	8,8 11,1	18,3 18,7	2,2 1,8	3,1 3,7	1 1,5	4,2 5,2	22,8 25,1	52,5 49,9
Idosos	Urbano	0,6±1,2 0,7±1,2	44,1 39,5	55,3 9,1	3,2 1,8	16,6 1,7	6,6 0,8	43,3 10,5	71,5 20,7	25,5 2,3	36,1 3,7	12,3 1,7	11,1 10	19,3 43,4	13,1 31
	Rural	0,9±1,4 1±1,4	30,7 22,2	48,9 7,2	2,1 1	10,8 0,9	4,3 0,4	39 9,1	67,3 18,1	22,1 2,1	34 3,2	7,2 1,1	5,3 4,2	10,8 22,1	20,4 53,3

Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 47. Diferenças na posse de bens duráveis entre homens e mulheres da mesma categoria de agregado familiar**

Categorias de agregados familiares	Número médio de bens ± DP	% de agregados que possuem bens duráveis												
		Rádio	Televisão	Telefone fixo	Computador	Internet	Ferro para engomar	Fogão a carvão ou lenha	Fogão elétrico ou a gás	Geleira ou Congelador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum
Menores	Urbano	3,7	2,8	1	2,6	1,9	2	0,9	3,2	4,9	-0,2	1,8	6,3	-4,1
	Rural	4,9	-1,5	0,2	-0,2	0,3	-1,1	-1,1	-0,4	-0,7	0	0	7,6	-6,9
Adultos 18-59	Urbano	Sozinhos	13,5	3,4	0,3	7,4	2,4	0,1	2,4	-1,1	2,4	3,1	5,2	-7,7
		2 pessoas	11,2	1,1	0,4	5,4	1,8	-1,3	3,7	0,6	-3,8	4,3	5,8	-7,2
	Rural	De 3 a 6	13,3	6,6	1,1	5,8	2,3	4,6	4,4	3,9	1,9	5,3	8,1	-7,2
		Mais de 6	13,3	6,7	1,4	5,1	1,9	5,6	3,5	2,6	4,6	5,6	11	-7,1
Idosos	Urbano	Sozinhos	11,4	2,6	0,4	2,1	0,8	1,6	1,5	1	0,7	3,1	12,3	-18,3
		2 pessoas	15	1,2	0,6	1,1	0,5	0,5	2,7	0,3	0,4	3,9	20,2	-22,1
	Rural	De 3 a 6	17,1	1,8	0,8	0,8	0,4	1,2	2,7	0,3	0,6	5,6	20,6	-21,9
		Mais de 6	17,1	1,5	0,9	0,5	0,3	1,5	1,6	0	0,1	6,5	21,7	-21,2
Idosos	Urbano	13,4	6,4	1,1	5,8	2,2	4,3	4,2	3,4	2	5,1	8,5	-7,3	
	Rural	17,3	1,9	0,8	0,8	0,4	1,4	2,6	0,3	0,5	0,6	21,3	-22,3	

Fonte: INE, Censo 2017.

## 5.6.4. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Como para bens duráveis, os dados do censo só permitem a análise das características dos agregados familiares. As variáveis analisadas incluem

- Tipo de habitação
  - o D1 – tipo de Habitação
  - o D4 – tipo de ocupação da casa (própria, alugada, cedida ou emprestada temporariamente, outro)
  - o D6 – material de construção da casa
  - o D7 – material de cobertura da casa
  - o D8 – material do pavimento da casa
  - o D9 – quantas divisões tem a casa?
  - o D9a – dessas divisões, quantas usa para dormir?
- Abastecimento de água, saneamento, lixo e energia
  - o D10 – principal fonte de água usada para beber
  - o D11 – sistema de saneamento
  - o D12 – tratamento do lixo
  - o D13 – fonte de energia para a iluminação

Por todas estas variáveis, consideramos as diferenças entre agregados chefiados por homens e os chefiados por mulheres, desagregando por área de residência, província, tipo de emprego do chefe, densidade demográfica da moradia (o número de habitantes por sala e por quarto para dormir), bem como por categoria de agregado familiar como ilustrado acima.

### 5.6.4.1. VISÃO GERAL.

Em termos gerais, as características das habitações de agregados chefiados por homens e por mulheres não diferiram de forma considerável. A maior diferença emergiu na propriedade da casa nas áreas urbanas: nas cidades, os chefes homens alugaram a casa mais frequentemente que as mulheres.

Nas áreas rurais, as paredes das habitações dos agregados chefiados por homens eram compostas mais frequentemente por tijolos (12,1%) ou blocos de adobe (36,6%) e menos frequentemente por caniço, paus, bambu ou palmeira (14,6%) que aquelas dos agregados chefiados por mulheres (9,8%, 34,4% e 17,4% respectivamente), mas as diferenças foram mínimas.

**NAS CIDADES, OS  
CHEFES HOMENS  
ALUGARAM  
A CASA MAIS  
FREQUENTEMENTE  
QUE AS MULHERES**

**Quadro 48. Características de habitação por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**

OCUPAÇÕES	URBANA			RURAL		
	H	M	Diferença	H	M	Diferença
<b>Tipo de habitação</b>						
Casa convencional	8,5	6,8	1,7	0,7	0,5	0,2
Flat	5,9	5,3	0,6	0,9	0,9	0,0
Casa improvisada	19,8	21,1	-1,3	60,8	61,0	-0,2
Casa básica	21,2	23,1	-1,9	22,6	23,1	-0,5
Parte de edifício comercial	42,7	42,0	0,7	14,1	13,6	0,4
Outro tipo	2,0	1,7	0,2	0,9	0,8	0,1
<b>Propriedade da casa</b>						
Própria	78,8	83,1	-4,3	94,2	93,8	0,4
Alugada	14,5	10,9	3,6	2,0	1,9	0,1
Cedida / emprestada	5,1	4,5	0,6	2,6	3,0	-0,4
Outra	1,6	1,4	0,1	1,2	1,3	-0,1
<b>Material das paredes</b>						
Bloco de cimento	46,7	44,9	1,8	7,7	8,8	-1,1
Bloco de tijolo	13,5	12,0	1,5	12,1	9,8	2,3
Bloco de Adobe	21,7	21,7	0,0	36,6	34,4	2,2
Caníço / Paus / Bambu / Palmeira	6,6	8,9	-2,3	14,6	17,4	-2,8
Paus maticados (pau a pique)	10,8	11,7	-0,9	28,1	28,6	-0,5
Outros materiais	0,7	0,8	-0,1	0,9	1,0	-0,1
<b>Material da cobertura</b>						
Chapa de zinco	69,4	69,5	-0,1	32,7	33,0	-0,3
Capim / Colmo / Palmeira	21,9	23,2	-1,3	65,2	65,1	0,1
Outros materiais	8,7	7,3	1,4	2,1	1,9	0,2
<b>Material do pavimento</b>						
Cimento	62	62	0,5	21	22	-0,4
Adobe (terra batida)	18	19	-0,8	54	54	0,5
Sem nada	10	11	-1,5	21	21	-0,4
Mosaico / Tijoleira	8	6	1,6	2	1	0,3
Outros materiais	3	3	0,1	2	2	0,1

Fonte: INE, Censo 2017.

Um padrão semelhante surgiu comparando as variáveis de abastecimento de água, saneamento, lixo e energia, com diferenças mínimas em quase todas as variáveis. A fonte de água para beber, em particular, mostra diferenças insignificantes, apontando para falta de barreiras físicas para mulheres no acesso à água.

As maiores diferenças emergiram na fonte de energia para iluminação: nas áreas urbanas, 59,4% dos agregados chefiados por homens tinha acesso à electricidade, contra 55,3% dos agregados chefiados por mulheres. Similarmente, nas áreas rurais 55,1% dos chefes homens usavam pilhas, contra o 48,6% das chefes mulheres. Em alternativa às pilhas, os agregados chefiados por mulheres usavam mais frequentemente lenha: 20,8% contra 14,5% dos agregados chefiados por homens.

Nas áreas rurais, mostram-se algumas diferenças na existência de latrinas não melhoradas (45,8% dos agregados familiares chefiados por homens, 42,6% agregados familiares chefiados por mulheres) e de latrinas sem retrete (30,6% agregados familiares chefiados por homens, 34,4% mulheres), sugerindo uma situação de saneamento menos favorável nas habitações chefiadas por mulheres nestas áreas.

Em relação ao tratamento do lixo, nas áreas urbanas, 30% dos agregados chefiados por mulheres queimaram o lixo, comparado a 27,6% dos agregados chefiados por homens. A similaridade entre agregados familiares chefiados por homens e mulheres sugere que as variáveis analisadas sejam mais influenciadas por outros factores, para além da chefia, como quintis de riqueza e local de residência.

© UNFPA Moçambique



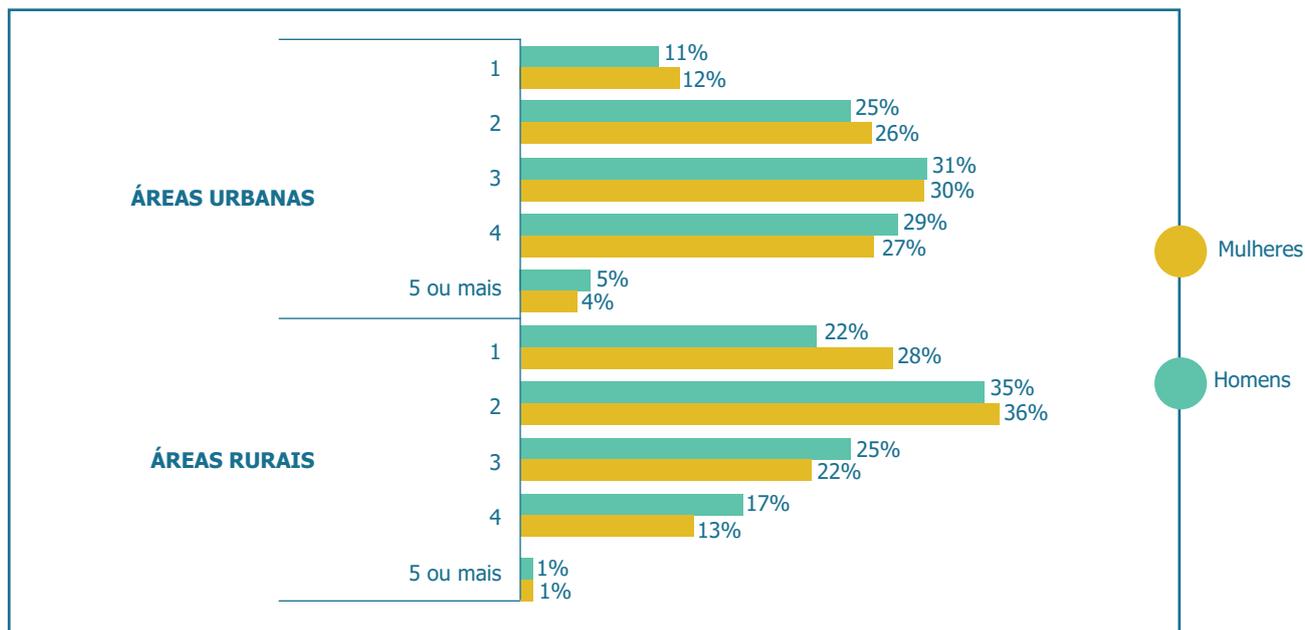
**Quadro 49. Condições do abastecimento de água, saneamento, lixo e energia por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**

SERVIÇOS BÁSICOS	URBANA			RURAL		
	H	M	Diferença	H	M	Diferença
<b>Principal fonte de água para beber</b>						
Canalizada dentro de casa	9,5	8,0	1,5	1,1	1,0	0,1
Canalizada fora de casa/quintal	33,1	33,3	-0,2	3,8	4,2	-0,4
Canalizada na casa do vizinho	17,1	17,1	0,0	1,3	1,8	-0,5
Água do fontanário/ torneira pública	10,2	10,7	-0,5	8,5	9,1	-0,6
Água do furo/poço protegido com bomba manual	6,8	7,4	-0,5	19,5	20,3	-0,8
Água do poço protegido sem bomba manual	5,9	5,9	-0,1	7,2	7,5	-0,3
Água do poço não protegido	13,0	12,9	0,1	41,8	40,0	1,8
Água de nascentes	0,6	0,7	0,0	2,7	2,7	0,0
Água de superfície	2,3	2,5	-0,2	12,5	11,4	1,1
<b>Tipo de saneamento</b>						
Retrete com autoclismo dentro de casa	8,4	6,8	1,6	0,8	0,7	0,1
Retrete sem autoclismo fora de casa	6,0	5,4	0,6	0,8	0,7	0,1
Retrete sem autoclismo	11,0	11,1	-0,2	1,2	1,1	0,0
Latrina melhorada	29,6	29,2	0,4	7,4	7,4	0,0
Latrina tradicional melhorada	18,4	18,6	-0,2	13,5	13,1	0,4
Latrina não melhorada	20,7	21,8	-1,2	45,8	42,6	3,2
Sem retrete / Latrina	5,9	7,0	-1,1	30,6	34,4	-3,8
Tipo de tratamento do lixo						
Recolhido pelas Autoridades Municipais (contentor)	23,8	24,2	-0,3	0,0	0,0	0,0
Enterra	28,1	26,7	1,4	21,8	19,5	2,3
Queima	27,6	30,0	-2,4	54,0	55,3	-1,3
Deita no terreno baldio / pântano / lago / rio / mar	16,7	15,2	1,5	19,9	20,9	-1,0
<b>Principal fonte de energia para a iluminação</b>						
Electricidade	59,4	55,3	4,1	5,8	5,4	0,5
Gerador / Placa solar	1,6	1,0	0,6	4,4	2,9	1,5
Petróleo e / Parafina / Querosene	8,5	10,8	-2,3	5,5	8,6	-3,1
Velas	6,0	7,3	-1,3	2,4	3,4	-1,0
Baterias	1,6	1,2	0,5	9,1	5,9	3,2
Lenha	2,8	4,2	-1,4	14,5	20,8	-6,3
Pilhas	17,9	17,6	0,3	55,1	48,6	6,4

Fonte: INE, Censo 2017.

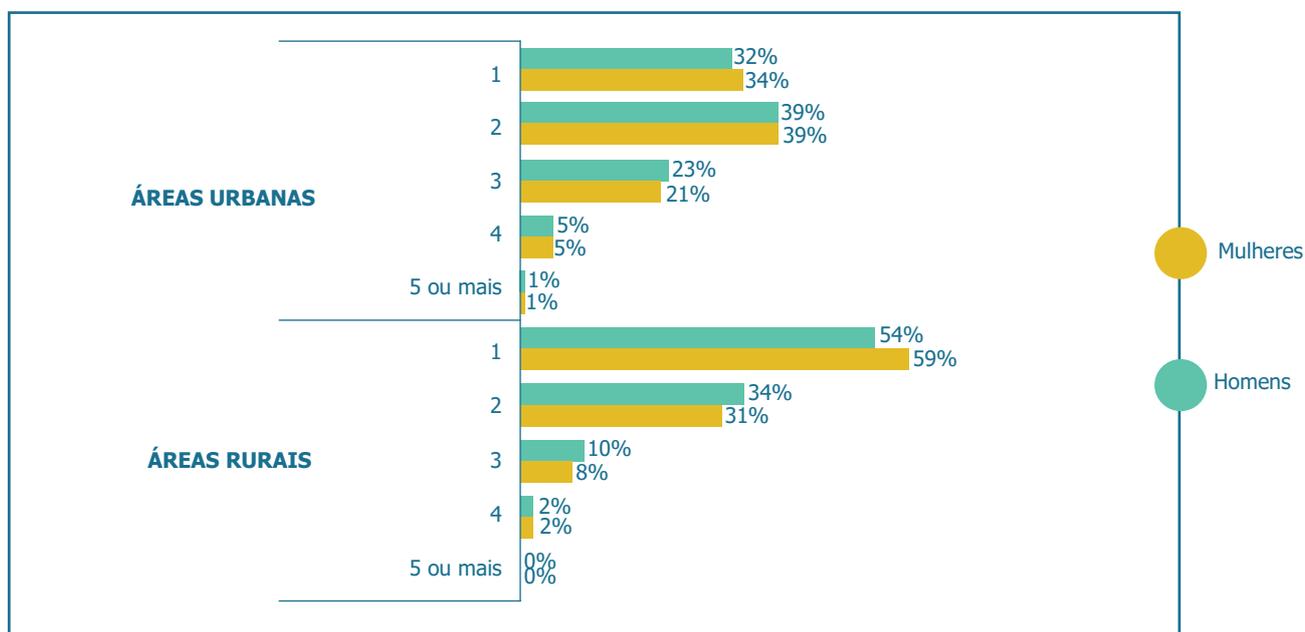
Quanto ao número de divisões da casa (salas e quartos para dormir), as diferenças maiores emergiram nas áreas rurais, onde os agregados chefiados por mulheres mais frequentemente tinham um ou dois compartimentos, e só um quarto para dormir.

**Gráfico 50. Número de divisões da casa, por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 51. Número de divisões para dormir, por área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

#### 5.6.4.2. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO POR PROVÍNCIA

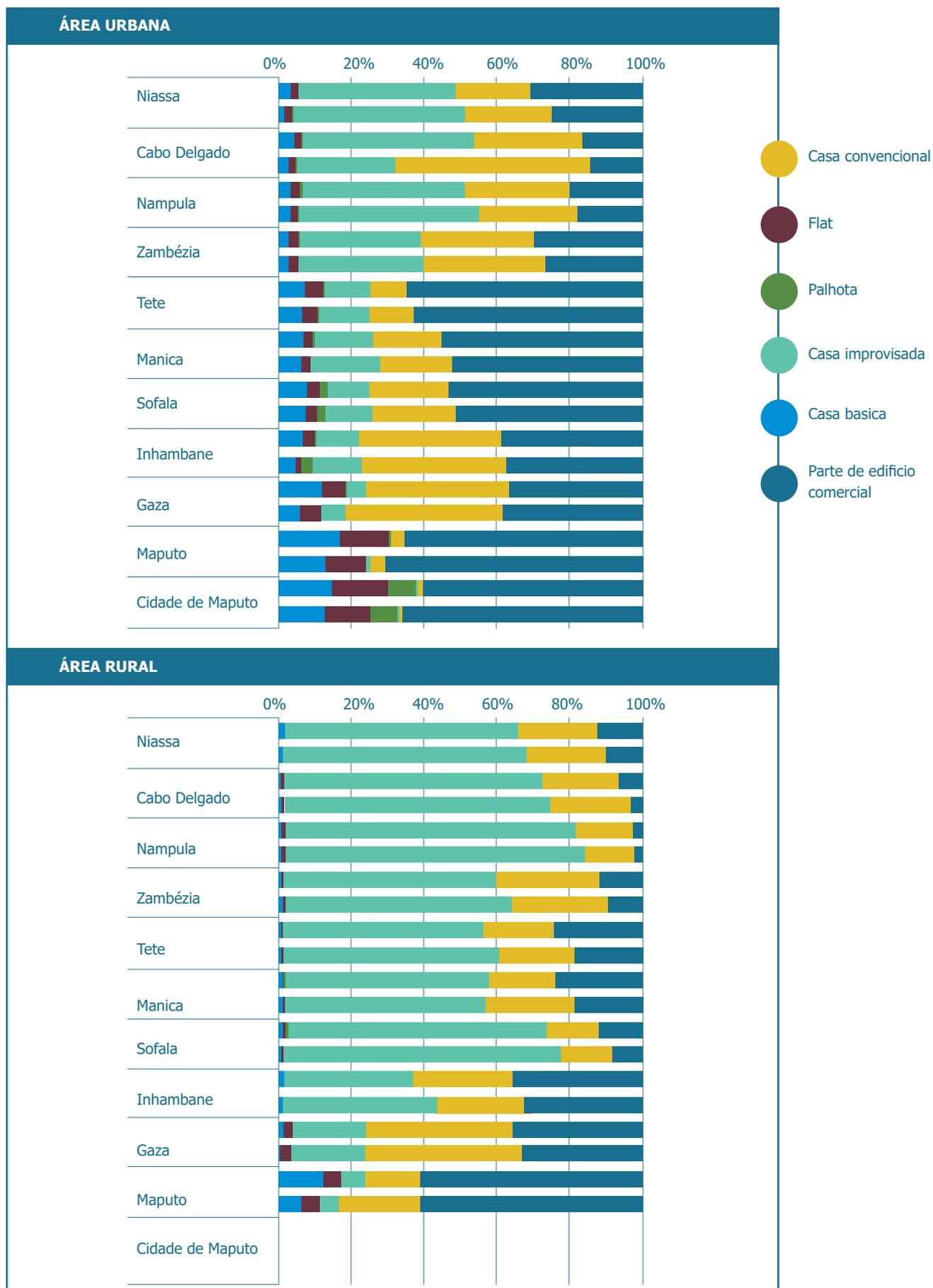
Em seguida, olhamos mais em detalhe para as mesmas variáveis desagregadas por província, sempre analisando as diferenças entre agregados chefiados por homens e os chefiados por mulheres.

Em relação ao tipo de habitação, notam-se algumas ligeiras diferenças:

- Em algumas províncias e áreas de residência, os agregados chefiados por mulheres ocupavam casas improvisadas mais frequentemente do que os agregados chefiados por homens. É o caso das áreas rurais de Niassa (47,1% contra 42,3%) e de Nampula (48,9% contra 44,6%), e das áreas rurais de Zambézia (62,6% vs. 58,9%), Manica (61,9% vs. 55,3%), Sofala (76,0% vs. 69,8%) e Inhambane (41,1% vs. 36,5%);
- Nas áreas rurais de Zambézia, Tete, Manica e Sofala, esta diferença foi compensada por uma maior presença de agregados chefiados por homens em habitações categorizadas como parte de edifícios comerciais (Zambézia 10,5% vs. 7,6%, Tete 22,4% vs. 18,6%, Manica 24,5% vs. 18,7%, Sofala 11,2% vs. 8,4%);
- O mesmo padrão surgiu nas áreas urbanas de Niassa, onde os agregados chefiados por homens mais frequentemente ocupavam partes de edifícios comerciais (30,7% contra 24,7%);
- Nas áreas urbanas de Gaza, os agregados chefiados por homens encontravam-se mais frequentemente em casas convencionais (12,0% vs. 6,2%);
- O mesmo padrão surgiu na província de Maputo, bem nas áreas urbanas (17,4% vs. 13,3%) como nas rurais (10,6% vs. 6,8%);
- Nas áreas urbanas de Província e Cidade de Maputo, as chefes mulheres mais frequentemente ocupavam partes de edifícios comerciais (70,3% contra 65,3% e 65,3% contra 60,2% respectivamente).

EM ALGUMAS PROVÍNCIAS E ÁREAS DE RESIDÊNCIA, OS AGREGADOS CHEFIADOS POR MULHERES OCUPAVAM CASAS IMPROVISADAS MAIS FREQUENTEMENTE QUE OS AGREGADOS CHEFIADOS POR HOMENS

**Gráfico 52. Tipo de habitação, por províncias, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 50. Propriedade da casa, por província, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar, %**

Província	Área de residência	Homens	Mulheres	Diferença
Niassa	Urbana	86,6	89,2	-2,5
	Rural	95,0	94,3	0,7
Cabo Delgado	Urbana	82,7	86,8	-4,0
	Rural	94,3	93,1	1,2
Nampula	Urbana	85,4	85,7	-0,3
	Rural	95,6	93,1	2,5
Zambézia	Urbana	82,5	84,8	-2,3
	Rural	94,5	94,0	0,4
Tete	Urbana	70,7	75,7	-5,0
	Rural	94,8	94,3	0,5
Manica	Urbana	76,9	81,4	-4,6
	Rural	93,6	93,7	-0,1
Sofala	Urbana	64,9	72,3	-7,4
	Rural	92,0	92,3	-0,3
Inhambane	Urbana	89,2	89,1	0,1
	Rural	96,8	96,9	-0,1
Gaza	Urbana	89,6	93,5	-3,8
	Rural	95,8	96,6	-0,8
Maputo	Urbana	79,9	83,7	-3,9
	Rural	84,5	91,1	-6,6
Cidade de Maputo	Urbana	70,0	77,0	-6,9
	Rural	-	-	-

Fonte: INE, Censo 2017.

O quadro acima mostra a percentagem de agregados que possuíam a casa onde viviam, por sexo do chefe do agregado, área de residência e província. Olhando para este indicador, as diferenças entre agregados chefiados por homens e os chefiados por mulheres, como mencionado, concentram-se nas zonas urbanas, mas variando consideravelmente entre províncias: em Nampula e Cidade de Maputo, em particular, os chefes homens alugavam a própria habitação mais frequentemente que as chefes mulheres.

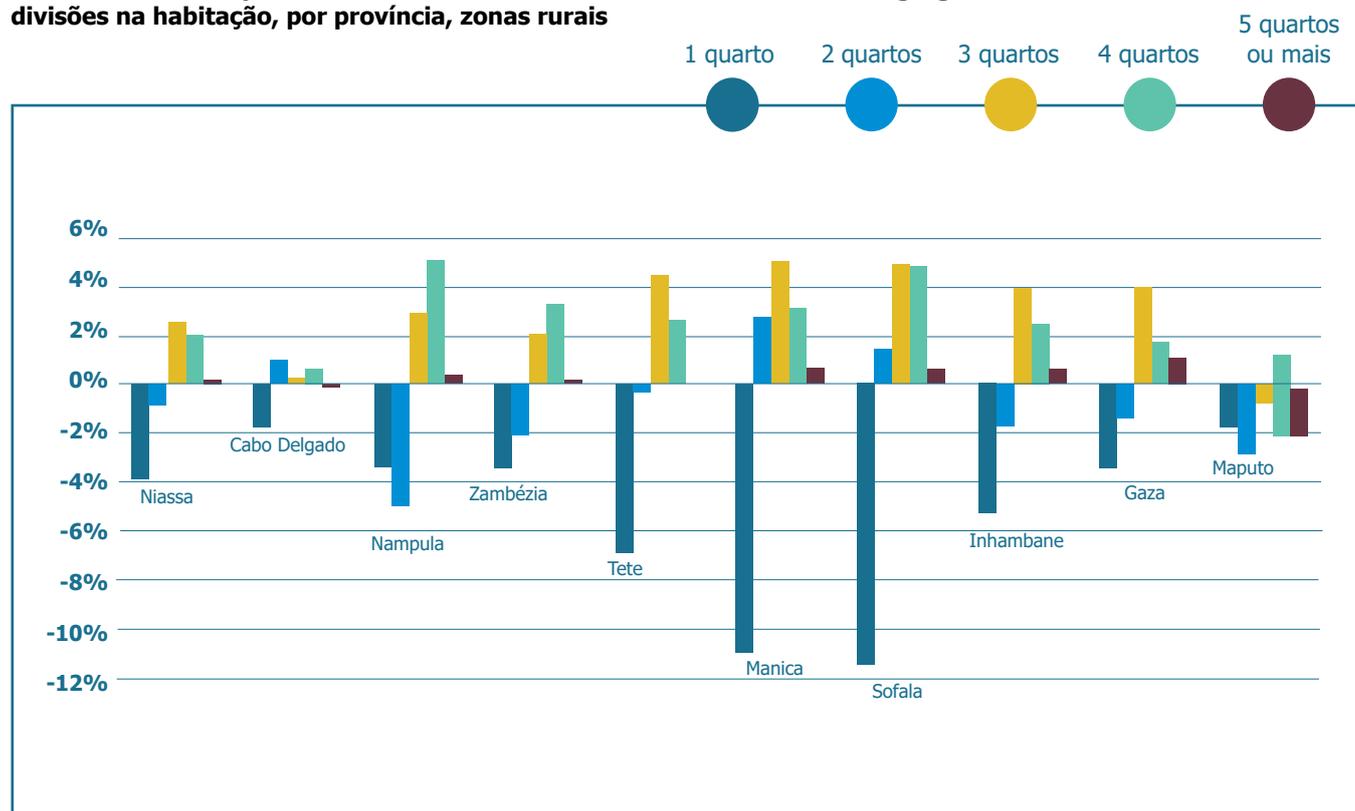
Em medida menor, os dados mostram como o mesmo facto aconteceu nas cidades e nas vilas de Cabo Delgado, Tete, Manica, Gaza e Maputo-Província.

Olhando para os materiais das habitações, as diferenças entre agregados chefiados por homens e os chefiados por mulheres são negligenciáveis, mesmos desagregando por províncias.

Ao contrário, as diferenças no número de quartos apresentam padrões geográficos interessantes.

Nas zonas urbanas, as maiores diferenças se concentraram em Niassa, Inhambane e Gaza, onde os agregados chefiados por mulheres mais frequentemente moravam em habitações composta por uma única divisão. Nas zonas rurais, o mesmo efeito evidenciou-se mais nas províncias de Tete, Manica e Sofala.

**Gráfico 53. Diferenças entre chefes homens e chefes mulheres na % de agregados com dado número de divisões na habitação, por província, zonas rurais**



Fonte: INE, Censo 2017.

Como esperado, as mesmas diferenças se repetiram amplificadas para o número de divisões para dormir.

Em termos de sistemas de abastecimento de água, a desagregação a nível provincial não apresenta diferenças particularmente informativas.

De maneira oposta, a desagregação por província revela como os agregados chefiados por mulheres que mais frequentemente não possuem retrete são concentrados nas províncias de Cabo Delgado (23% vs. 18,2%), Nampula (45,9% vs. 38%), Zambézia (45,7% vs. 39,4%), Tete (33,2% vs. 28,2%), Manica (40,9% vs. 35,2%) e Sofala (57% vs. 50,1%).

Quanto à recolha de lixo, os dados mostram que, nas áreas rurais, os agregados chefiados por homens enterravam o lixo com maior frequência nas províncias de Cabo Delgado (21,9% vs. 17,8%), Sofala (25% vs. 20,2%), Inhambane (26% vs. 21,8%), Gaza (31,8% vs. 28,7%) e Maputo (43,2% vs. 39,6%).

Olhando para a fonte de energia, o acesso mais frequente à electricidade por parte dos agregados chefiados por homens nas áreas urbanas foi mais acentuado em Niassa (39,9% vs. 32,1%), Nampula (37,8% vs. 32,1%), mas, sobretudo, Inhambane (52,0% vs. 43,7%) e Gaza (73,2% vs. 62,6%).

Pelo contrário, nas áreas rurais, os agregados chefiados por mulheres que usam lenha mais frequentemente estão concentrados em 7 províncias: Niassa (22,5% vs. 15,3%), Cabo Delgado (20,6% vs. 14%), Nampula (23,1% vs. 15,9%), Zambézia (31,4% vs. 22,1%), Tete (14,1% vs. 7,5%), Manica (22,7% vs. 12,5%), e Sofala (24,9% vs. 16,4%). Em Gaza e Maputo-Província, os agregados chefiados por mulheres usaram mais frequentemente petróleo, parafina ou querosene (31,5% vs. 24,4% e 28,0% vs. 18,4% nas duas províncias, respectivamente).

---

#### **5.6.4.3. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO PARA CATEGORIAS DE AGREGADOS FAMILIARES.**

Como para os bens duráveis, as necessidades e possibilidades de cada agregado dependem também das suas características. Para perceber determinantes de género nas condições de habitação, propomos, portanto, uma análise das mesmas variáveis por categoria de agregados familiares, na base da categorização ilustrada anteriormente.

O Quadro 51 mostra os tipos de habitação por cada categoria. Os dados mostram como os agregados unipessoais formados por homens de todas idades vivem com menor frequência em casas improvisadas. No caso de rapazes e de homens adultos, este tipo de agregado mora com maior frequência em partes de edifícios comerciais.

**Quadro 51. Distribuição percentual dos agregados familiares por principais tipos de habitação segundo categoria do agregado familiar**

Categorias de Agregados	% NA CATEGORIA			
	Casa improvisada	Casa básica	Parte de edifício comercial	Outro tipo
<b>Menores (0-17)</b>	<b>61,7</b>	<b>21,4</b>	<b>13,5</b>	<b>3,4</b>
Urbanos	34,0	25,8	32,3	7,8
Rapazes	30,4	25,1	35,2	9,4
Raparigas	37,2	26,5	29,8	6,5
Rurais	69,4	20,2	8,2	2,1
Rapazes	69,6	20,3	8,0	2,2
Raparigas	69,3	20,1	8,4	2,1
<b>Adultos (18-59 anos)</b>	<b>48,0</b>	<b>22,5</b>	<b>23,0</b>	<b>6,4</b>
Homens urbanos	19,9	21,3	43,0	15,8
Sozinhos	18,2	18,5	46,4	16,9
2 pessoas	22,5	20,6	41,7	15,2
De 3 a 6 pessoas	20,1	21,4	42,4	16,1
Mais de 6 pessoas	19,3	22,1	43,7	14,9
Homens rurais	61,3	22,7	13,7	2,3
Sozinhos	58,9	20,7	16,3	4,1
2 pessoas	66,1	21,4	10,1	2,4
De 3 a 6 pessoas	62,1	22,9	12,6	2,5
Mais de 6 pessoas	59,8	22,8	15,4	2,0
Mulheres urbanas	20,9	23,4	42,2	13,6
Sozinhas	22,5	22,0	41,3	14,2
2 pessoas	21,9	23,0	40,1	15,1
De 3 a 6 pessoas	20,8	23,4	42,4	13,4
Mais de 6 pessoas	19,9	24,0	43,2	12,9
Mulheres rurais	61,3	23,2	13,4	2,1
Sozinhas	64,1	21,4	12,6	1,9
2 pessoas	65,6	21,3	10,8	2,2
De 3 a 6 pessoas	61,3	23,7	12,9	2,1
Mais de 6 pessoas	59,0	23,6	15,4	2,0
<b>Idosos (60 e mais)</b>	<b>47,9</b>	<b>22,6</b>	<b>23,2</b>	<b>6,2</b>
Urbanos	19,7	21,1	41,7	17,5
Homens	18,5	20,5	41,4	19,7
Mulheres	21,3	21,8	42,2	14,7
Rurais	58,8	23,2	16,1	1,9
Homens	57,8	23,1	17,1	2,1
Mulheres	60,0	23,4	14,9	1,7

Fonte: INE, Censo 2017.

A análise da propriedade da habitação por categoria de agregado confirmou que nas áreas rurais os agregados familiares chefiados por homens que vivem sozinhos ou que são chefes de agregados familiares pequenos alugam a própria casa: 31,3% dos homens sozinhos entre 18 e 59 anos alugava a própria habitação, contra 27,2% das mulheres sozinhas da mesma idade; a mesma situação era ainda mais acentuada para agregados urbanos de duas pessoas, com 29,6% dos agregados chefiados por homens alugando, contra o 18,8% dos agregados chefiados por mulheres.

Alguns padrões interessantes surgiram também confrontando as categorias de agregados em relação aos materiais de construção da casa.

Entre agregados chefiados por menores urbanos, 31,6% dos agregados eram chefiados por rapazes, que moravam em habitações cujas paredes eram construídas por blocos de cimento, contra 26,7% dos agregados chefiados por raparigas. Por outro lado, os agregados chefiados por raparigas mais frequentemente ocupavam casa construídas por blocos de adobe.

Um padrão similar é notório para agregados familiares chefiados por adultos urbanos sozinhos: 53,1% dos homens desta categoria ocupavam casas de cimento, contra 46% das mulheres. Na mesma categoria, 20,8% das mulheres ocupavam casas de adobe, contra o 16,9% dos homens.

Em menor medida, o mesmo padrão para a categoria de agregados unipessoais emergiu também nas áreas rurais.

Olhando para o número de divisões e quartos para dormir, as diferenças entre categorias de agregados eram negligenciáveis. As únicas excepções foram os agregados compostos por três ou mais pessoas, entre os quais os agregados chefiados por mulheres mais frequentemente ocupavam casas de um quarto só (cerca de 25% contra 21%)

Diferenças similares emergiram entre agregados chefiados por idosos: 33,2% dos agregados chefiados por mulheres rurais ocupava habitações de um quarto, contra 22,6% dos agregados chefiados por homens idosos; nas áreas urbanas, eram de 13,1% e 8,3%, respectivamente.

Olhando para condições do abastecimento de água, saneamento, lixo e energia, emergiram poucas e ligeiras diferenças entre categorias.

Em particular, os agregados chefiados por menores utilizavam a água de forma diferente: nas áreas urbanas, os agregados chefiados por rapazes mais frequentemente utilizavam água canalizada fora de casa, ou no quintal, quando comparados a agregados chefiados por raparigas (23,6% contra 19,2%).

Nas áreas rurais, os agregados chefiados por raparigas usavam água do furo ou poço protegido com bomba manual mais frequentemente do que os rapazes da mesma categoria (18,9% contra 15,3%).

Entre agregados rurais unipessoais, 42,3% das mulheres usavam água de poços não protegidos, contra o 37,9% dos homens.

Quanto ao saneamento, a maior diferença surgiu entre menores: 34,5% dos agregados chefiados por raparigas possuíam uma latrina não melhorada, contra 26,5% dos rapazes. 35,3% dos agregados rurais chefiados por mulheres acima de 60 anos não tinha retrete, contra o 29,6% dos agregados rurais chefiados por homens idosos.

Olhando para o tratamento do lixo, 22,1% dos agregados rurais chefiados por homens idosos enterrava o lixo, contra o 18,1% dos agregados chefiados por mulheres. Em contrapartida, entre agregados urbanos chefiados por idosos era mais frequente nos agregados chefiados por mulheres queimar o lixo, em comparação com os agregados chefiados por homens (32,6% contra 27,5%).

Comparando categorias no seu uso de energia para iluminação ficou mais claro que a diferença entre os sexos no acesso a electricidade nas áreas urbanas era devida, sobretudo, aos agregados de tamanho menor, ou chefiados por rapazes: 44,2% dos agregados chefiados por rapazes usava electricidade, contra somente 34,7% dos agregados chefiados por raparigas; ao mesmo tempo, para os agregados unipessoais urbanos, as percentagens subiam para 57,1% entre homens e 51,1% entre mulheres.

Nas áreas rurais, os agregados unipessoais também concentravam a maioria da diferença no uso da lenha: 23,6% das mulheres sozinhas usava esta fonte de energia, contra apenas o 13,2% dos homens sozinhos.

#### 5.6.4.4. DENSIDADE HABITACIONAL

O estudo investiga a densidade demográfica da moradia, ou seja, o número de habitantes por sala e por quarto de dormir.

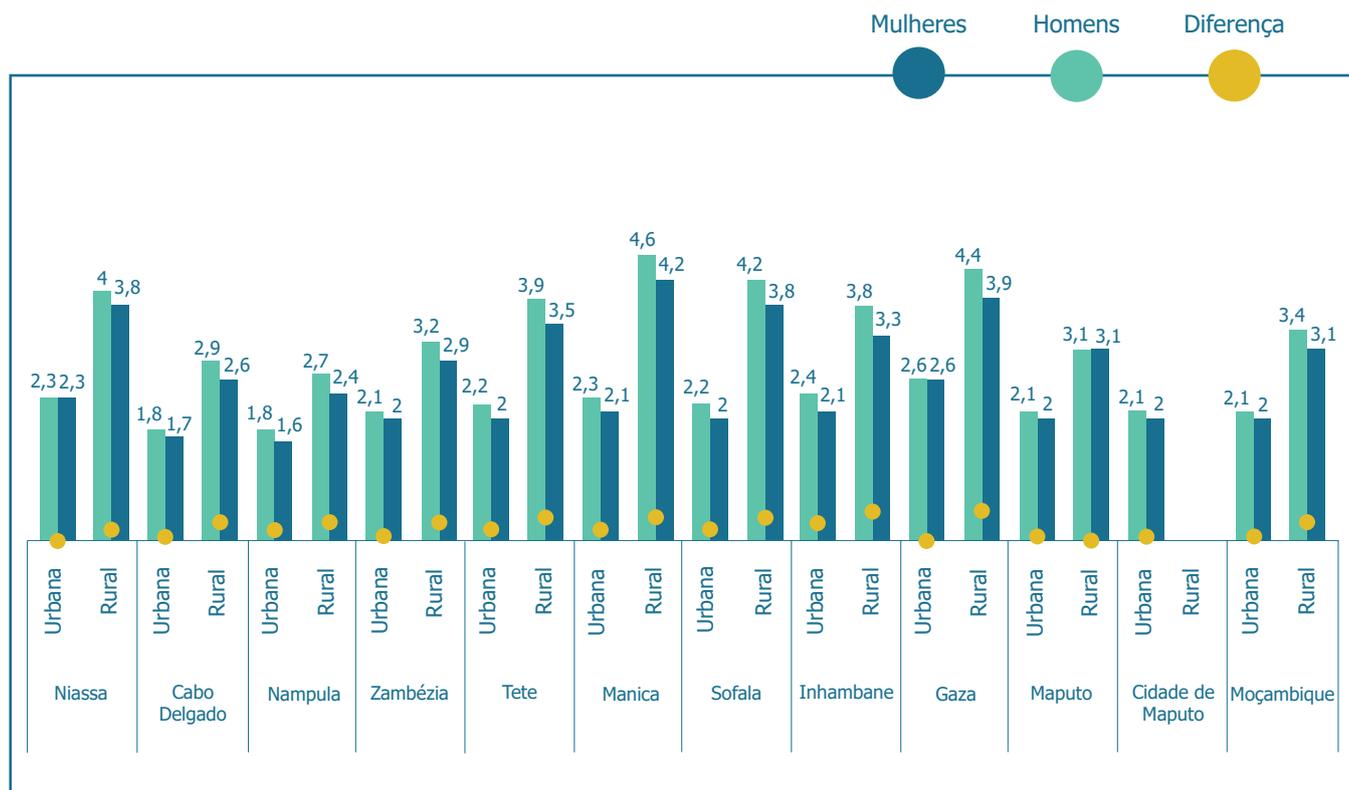
Quer para quartos quer para o quarto de dormir, a densidade média era mais alta para agregados chefiados por homens.

**Quadro 52. Número médio de pessoas por divisões da casa e divisões para dormir, segundo província, área de residência e sexo do chefe do agregado familiar**

Província	Área de residência	DENSIDADE POR QUARTOS			DENSIDADE POR DORMITÓRIOS		
		H	M	Diferença	H	M	Diferença
Niassa	Urbana	2,3 ± 1,8	2,3 ± 1,9	0	3,4 ± 2,3	3,3 ± 2,4	0,1
	Rural	4 ± 3,3	3,8 ± 3,4	0,2	5,4 ± 3,9	5 ± 4	0,4
Cabo Delgado	Urbana	1,8 ± 1,3	1,7 ± 1,3	0,1	2,5 ± 1,7	2,3 ± 1,6	0,2
	Rural	2,9 ± 2,5	2,6 ± 2,5	0,3	4,2 ± 3,3	3,7 ± 3,2	0,5
Nampula	Urbana	1,8 ± 1,4	1,6 ± 1,3	0,2	2,8 ± 2	2,5 ± 2	0,3
	Rural	2,7 ± 2,3	2,4 ± 2,3	0,3	4,1 ± 3,2	3,6 ± 3,1	0,5
Zambézia	Urbana	2,1 ± 1,8	2 ± 1,8	0,1	3,2 ± 2,5	2,9 ± 2,4	0,3
	Rural	3,2 ± 2,8	2,9 ± 2,8	0,3	4,5 ± 3,4	3,9 ± 3,4	0,6
Tete	Urbana	2,2 ± 1,8	2 ± 1,8	0,2	3,2 ± 2,3	3 ± 2,4	0,2
	Rural	3,9 ± 3,3	3,5 ± 3,2	0,4	5,5 ± 3,9	4,8 ± 3,7	0,7
Manica	Urbana	2,3 ± 1,7	2,1 ± 1,7	0,2	3,3 ± 2,3	3 ± 2,3	0,3
	Rural	4,6 ± 3,7	4,2 ± 3,7	0,4	5,6 ± 4,1	4,9 ± 4	0,7
Sofala	Urbana	2,2 ± 1,6	2 ± 1,6	0,2	3 ± 2,1	2,7 ± 2,1	0,3
	Rural	4,2 ± 3,6	3,8 ± 3,4	0,4	5,4 ± 4,1	4,5 ± 3,7	0,9
Inhambane	Urbana	2,4 ± 2	2,1 ± 1,9	0,3	3,3 ± 2,5	2,9 ± 2,4	0,4
	Rural	3,8 ± 3,4	3,3 ± 3,2	0,5	4,6 ± 3,8	4 ± 3,6	0,6
Gaza	Urbana	2,6 ± 2,3	2,6 ± 2,5	0	3,5 ± 2,8	3,4 ± 2,9	0,1
	Rural	4,4 ± 4	3,9 ± 3,7	0,5	5,4 ± 4,3	4,9 ± 4,1	0,5
Maputo	Urbana	2,1 ± 1,7	2 ± 1,8	0,1	2,7 ± 1,9	2,5 ± 2	0,2
	Rural	3,1 ± 3	3,1 ± 3,3	0	3,9 ± 3,4	4 ± 3,8	-0,1
Cidade de Maputo	Urbana	2,1 ± 1,8	2 ± 1,8	0,1	2,8 ± 2	2,6 ± 2,1	0,2
	Rural	-	-	-	-	-	-
Moçambique	Urbana	2,1 ± 1,7	2 ± 1,8	0,1	3 ± 2,2	2,8 ± 2,2	0,2
	Rural	3,4 ± 3	3,1 ± 3,1	0,3	4,7 ± 3,6	4,2 ± 3,6	0,5

Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 54. Densidade demográfica média por divisões para dormir, por província, área de residência e sexo do chefe do agregado**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Quadro 53. Densidade demográfica média por divisões da casa e divisões da casa para dormir, por categoria de agregado familiar**

Categorias de Agregados	Densidade	
	Quartos	Dormitórios
<b>Menores (0-17)</b>		
<b>Urbanos</b>		
Rapazes	1,4	2
Raparigas	1,7	2,4
<b>Rurais</b>		
Rapazes	2,4	3,5
Raparigas	2,5	3,5
<b>Adultos (18-59 anos)</b>		
<b>Homens urbanos</b>		
Sozinhos	0,6	0,8
2 pessoas	1	1,6
De 3 a 6 pessoas	1,8	2,7
Mais de 6 pessoas	3,5	4,8
<b>Homens rurais</b>		
Sozinhos	0,6	0,9
2 pessoas	1,2	1,8
De 3 a 6 pessoas	2,4	3,4
Mais de 6 pessoas	5,5	7,4
<b>Mulheres urbanas</b>		
Sozinhas	0,5	0,8
2 pessoas	0,9	1,4
De 3 a 6 pessoas	1,8	2,5
Mais de 6 pessoas	3,8	5,1
<b>Mulheres rurais</b>		
Sozinhas	0,6	0,9
2 pessoas	1,2	1,7
De 3 a 6 pessoas	2,4	3,3
Mais de 6 pessoas	5,8	7,7
<b>Idosos (60 e mais)</b>		
<b>Urbanos</b>		
Homens	2,1	2,9
Mulheres	1,8	2,5
<b>Rurais</b>		
Homens	3,2	4,3
Mulheres	2,8	3,6

Fonte: INE, Censo 2017.

A análise da densidade demográfica por categoria de agregado permitiu identificar uns padrões interessantes.

A densidade era, de facto, maior para os agregados chefiados por raparigas, e nos agregados com mais de seis pessoas chefiados por mulheres.

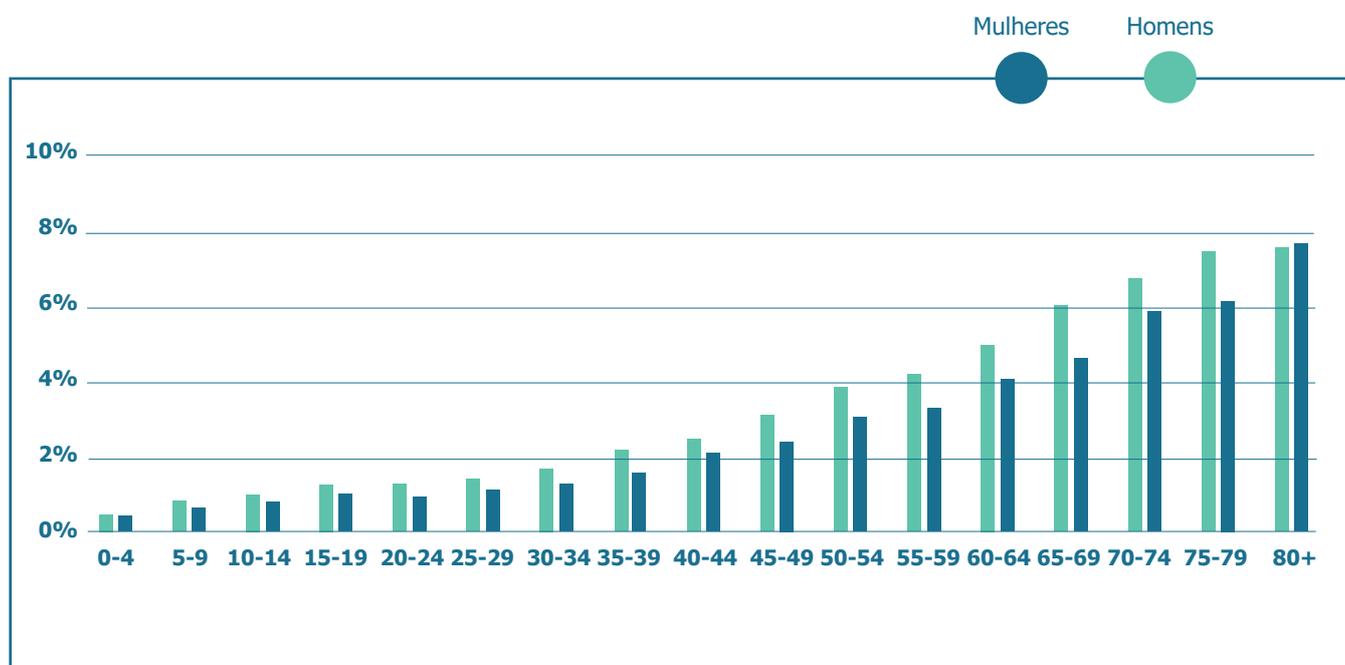
No caso dos agregados chefiados por idosos, a densidade era maior nos agregados chefiados por homens.

## 5.7. DEFICIÊNCIA

Segundo o Human Rights Watch<sup>11</sup>, a deficiência atinge cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo. Em Moçambique, segundo IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, são 203.080 homens e 184.650 mulheres deficientes, o que corresponde a 1,6% dos homens e 1,3% das mulheres residentes no país.

O Gráfico 55 indica que os homens têm mais deficiências que as mulheres em todas as idades, excepto a partir dos 80 anos, sendo certamente o efeito da maior longevidade feminina.

**Gráfico 55. Proporção de pessoas com alguma deficiência por grupo etário e sexo, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

<sup>11</sup> <https://www.hrw.org/pt/topic/disability-rights>, acesso em 04/10/2022.

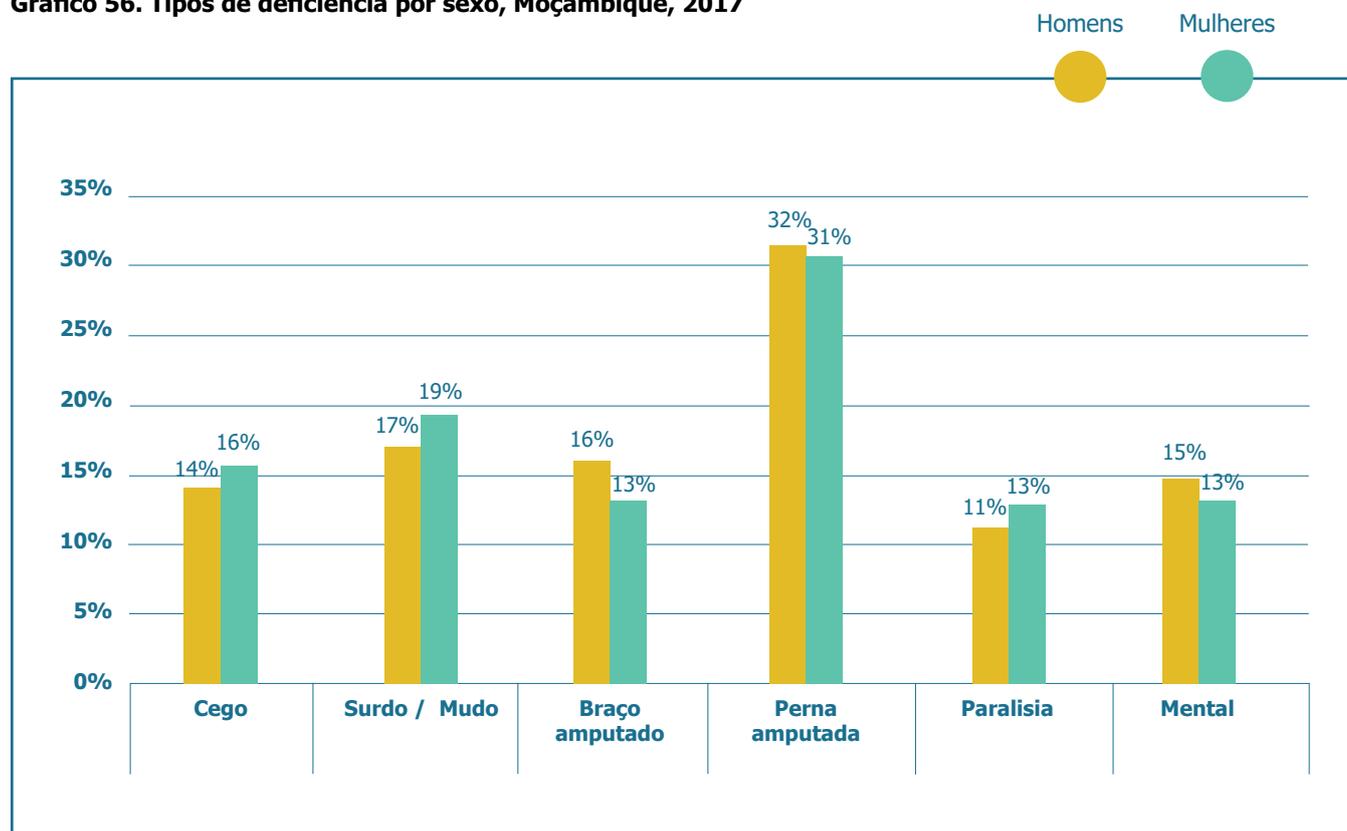
### 5.7.1. TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Em relação aos tipos de deficiência, o Gráfico 56 sugere que não há grandes diferenças entre homens e mulheres. Os homens reportam ligeiramente mais a amputação do braço ou perna, além de deficiência mental, enquanto as mulheres reportam ligeiramente mais cegueira, surdez e paralisia, possíveis efeitos da maior longevidade feminina.

### 5.7.2. CAUSAS DA DEFICIÊNCIA

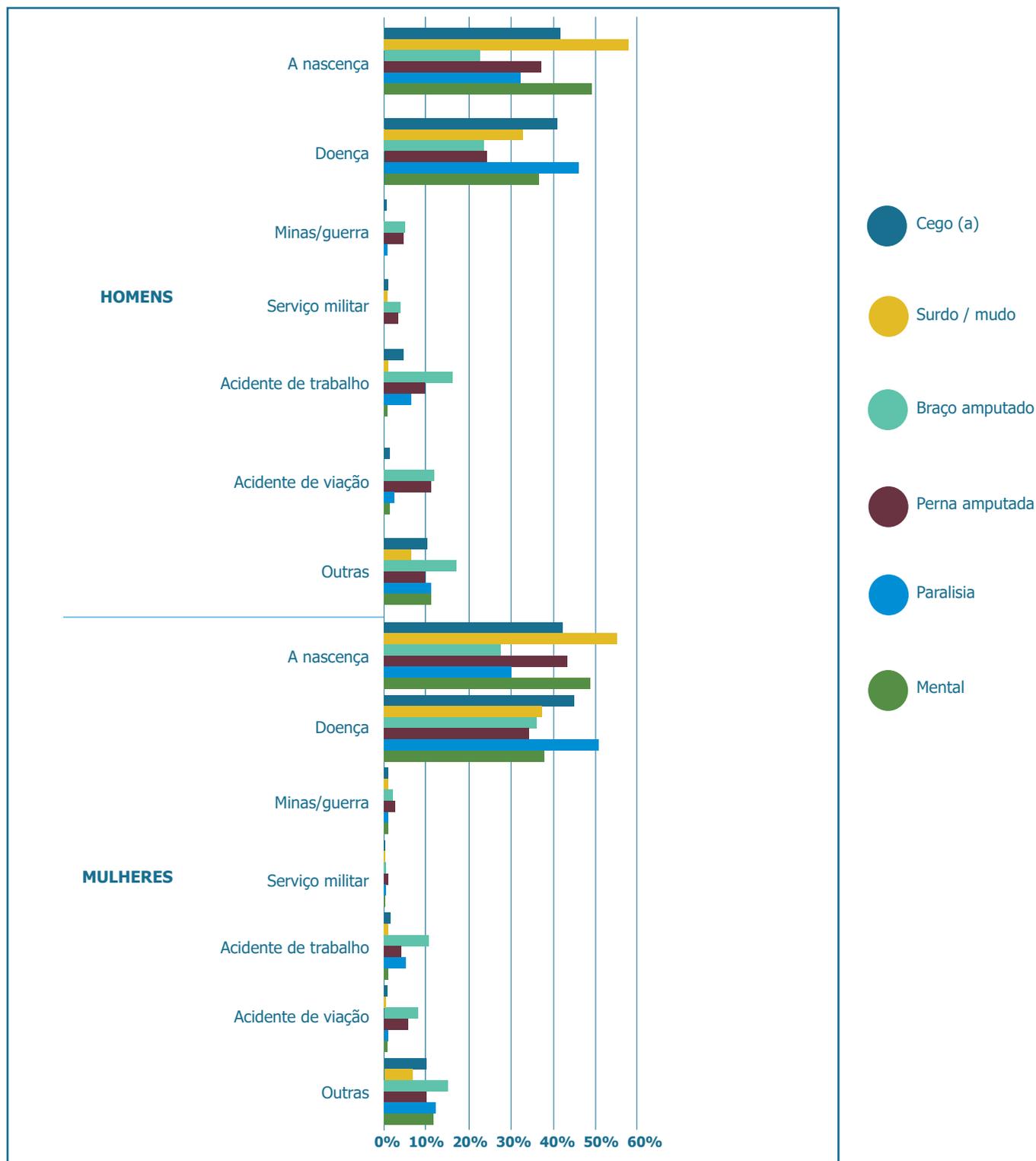
O Gráfico 57 indica que há diferenças de género, em relação às causas das deficiências. Os homens são afectados, em maior medida, por minas, guerras, serviço militar, acidentes de trabalho e de viação, enquanto as mulheres são mais acometidas por doenças.

**Gráfico 56. Tipos de deficiência por sexo, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

**Gráfico 57. Tipo de deficiência segundo a causa, por sexo – Moçambique, 2017**

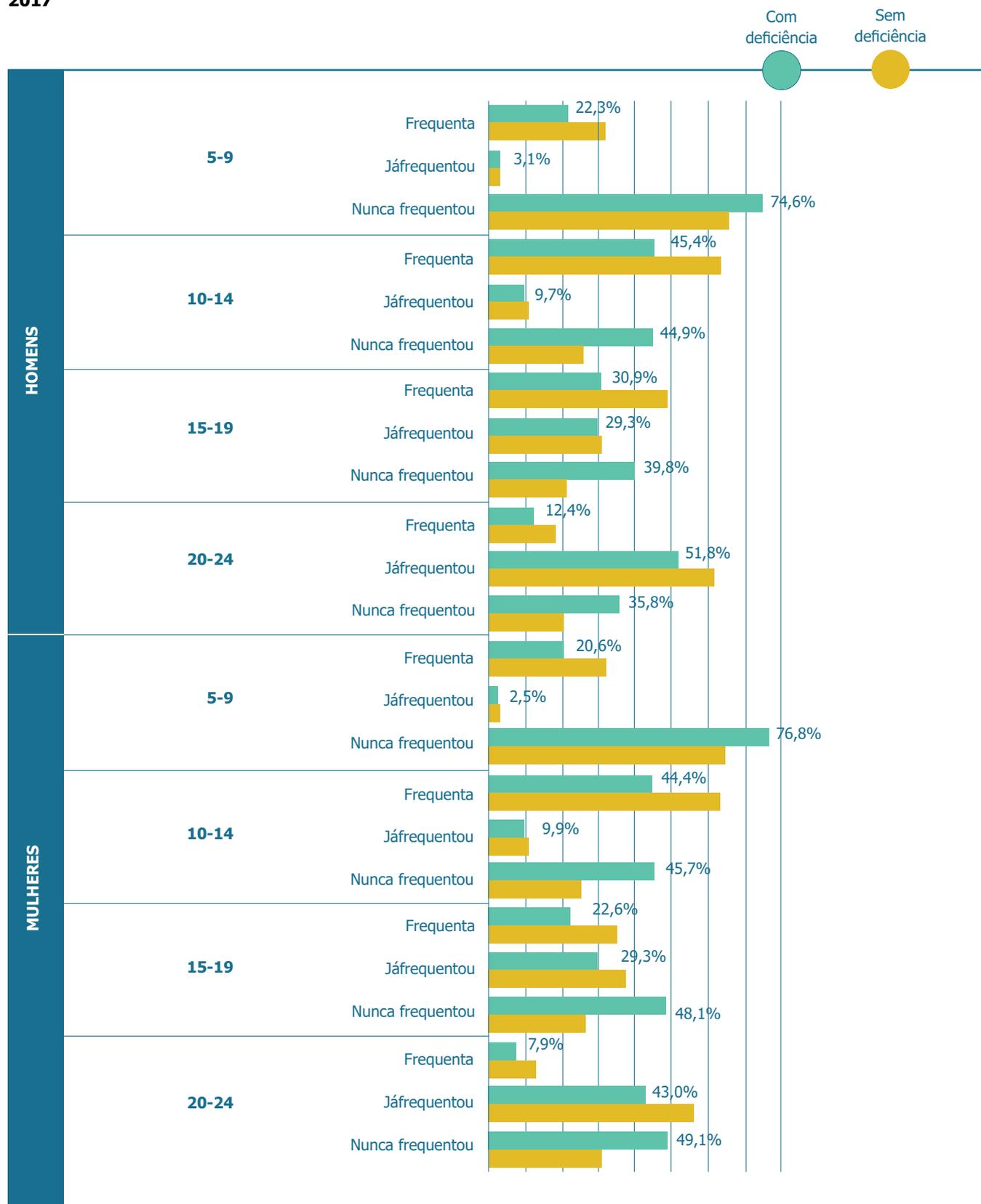


Fonte: INE, Censo 2017.

### 5.7.3. DEFICIÊNCIA E FREQUÊNCIA ESCOLAR

No caso de crianças e jovens, a deficiência pode afectar a frequência escolar. O Gráfico 58 apresenta rapazes e raparigas de 5 a 24 anos que, em 2017, estavam a frequentar a escola, já frequentaram mas não frequentam mais, e nunca frequentaram a escola. Os deficientes estão sub-representados entre os que frequentavam a escola e super-representados entre os que nunca frequentaram a escola. A comparação entre rapazes e raparigas indica que, a partir dos 15 anos, a proporção de mulheres que frequentavam a escola era menor que a de homens na mesma situação.

**Gráfico 58. Pessoas de 5 anos e mais com e sem deficiência que estão a frequentar a escola; não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado; e nunca frequentaram uma escola, por sexo e idade, Moçambique, 2017**



Fonte: INE, Censo 2017.

#### 5.7.4. DEFICIÊNCIA E MERCADO DE TRABALHO

Além de afectar a frequência escolar, a deficiência pode estar associada à participação no mercado de trabalho. A análise multivariada de homens e mulheres solteiros e em união marital entre 20 e 59 anos procurou responder às seguintes perguntas:

- Controlando o facto de a pessoa ter ou não deficiência, quem tem mais chance de trabalhar: homens ou mulheres?
- Quais são os factores associados ao trabalho para homens e mulheres?

Controlando a deficiência, a chance de as mulheres trabalharem é 56% da chance dos homens. Os homens com deficiência têm uma chance um pouco menor de trabalhar, se comparados às mulheres, ou seja, 72% e 77%, respectivamente.

Entre homens e mulheres, a chance de trabalhar aumenta com a idade até 49 anos, mas se reduz a partir de 50 anos. Em relação ao estado civil, homens e mulheres numa união marital têm maior chance de trabalhar do que os/as solteiros/as.

Entre os homens, a maior chance de trabalhar é em Maputo-Cidade, ou seja, 13% maior que a chance em Maputo-Província. Nas demais províncias, a chance de trabalhar é menor. Já entre as mulheres, comparando com Maputo, a chance de trabalhar é maior em Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo. Homens e mulheres têm mais chance de trabalhar nas áreas rurais, se comparadas às urbanas.

A chance de trabalhar aumenta com a escolaridade. No que tange à riqueza, entre os homens, a maior chance de trabalhar está no quintil mais rico, mas entre as mulheres a chance é ligeiramente maior nos quintis mais pobres.

Os homens evangélicos e as mulheres católicas são os que têm maior possibilidade de trabalhar. No que tange à língua materna, é o português que está associado ao menor possibilidade de trabalhar.

**HOMENS E  
MULHERES NUMA  
UNIÃO MARITAL  
TÊM MAIOR CHANCE  
DE TRABALHAR  
DO QUE OS/AS  
SOLTEIROS/AS**

**Quadro 54. Razão de chance de trabalhar ou não, homens e mulheres de 20 a 59 anos, Moçambique, 2017**

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS		Ambos	Homens	Mulheres
Sexo	Homem	1,00		
	Mulher	0,56		
Deficiência	Não tem deficiência	1,00	1,00	1,00
	Tem deficiência	1,73	0,72	0,77
Grupo de idade	20-24	1,00	1,00	1,00
	25-29	1,31	1,26	1,29
	30-34	1,56	1,38	1,59
	35-39	1,67	1,42	1,75
	40-44	1,70	1,42	1,82
	45-49	1,72	1,43	1,84
	50-54	1,69	1,39	1,80
Status marital	Solteiro	1,00	1,00	1,00
	Unido	1,70	2,49	1,26
Província	Niassa	0,55	0,43	0,71
	Cabo Delgado	0,89	0,69	1,14
	Nampula	0,61	0,50	1,73
	Zambézia	0,61	0,44	0,84
	Tete	0,60	0,48	0,73
	Manica	0,65	0,57	0,72
	Sofala	0,68	0,61	0,72
	Inhambane	1,16	0,79	1,62
	Gaza	1,02	0,70	1,38
	Maputo	1,00	1,00	1,00
Cidade de Maputo	1,33	1,13	1,58	
Residência	Urbano	1,00	1,00	1,00
	Rural	1,91	1,44	2,55
Escolaridade	Nenhum	1,00	1,00	1,00
	Primário	1,20	1,35	1,13
	Secundário	1,25	1,29	1,20
	Superior	2,56	1,97	3,54
Quintil de pobreza	Quintil 1	1,00	1,00	1,00
	Quintil 2	1,00	0,99	1,02
	Quintil 3	0,96	0,97	0,96
	Quintil 4	0,87	0,96	0,80
	Quintil 5	0,93	1,14	1,80
Religião	Católica	1,00	1,00	1,00
	Islâmica	0,91	0,94	0,86
	Zione/Siã	0,98	1,00	0,97
	Evangélica	1,00	1,03	0,99
	Sen religião	0,90	0,94	0,85
	Outra	0,92	0,92	0,91
Língua materna	Emakhuwa	1,34	1,31	1,35
	Português	1,00	1,00	1,00
	Xichangana	1,03	1,02	1,00
	Elomwue	1,31	1,37	1,21
	Cinyanja	1,74	1,71	1,79
	Cisena	1,21	1,12	1,32
	Echuabo	1,40	1,33	1,34
	Cindau	1,02	0,98	1,10
	Xitswa	1,02	1,15	0,90
	Outra	1,20	1,24	1,16
Sem informação	0,32	0,32	0,34	
Constante		0,53	0,55	0,27

Fonte: INE, Censo 2017.

Resultados em vermelho não são significativos.

## 6. INTERPRETAÇÃO

---

Os dados dos censos de Moçambique de 1997, 2007 e 2017, para homens e mulheres, indicam que, no que tange à nupcialidade, a idade média à primeira união conjugal é sempre mais baixa entre as mulheres, sobretudo entre as residentes nas províncias do norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), em áreas rurais, aquelas sem nenhuma escolaridade, pertencentes aos três primeiros quintis de renda, islâmicas e que não falam português. As uniões maritais precoces contribuem para a desistência escolar das raparigas e a frequência de cursos ou níveis de educação mais altos. Ter completado algum nível de ensino acaba protegendo as mulheres da união precoce, pois mesmo aquelas com nível primário se uniam maritalmente, em média, após os 18 anos. Portanto, incentivar as raparigas a ir à escola e permanecer nela até completar ao menos o nível primário parece ser imperativo para reduzir as uniões precoces.

As uniões precoces colocam as raparigas sob o risco de gravidez precoce. De facto, em 2017, 25% das raparigas já eram mães aos 17 anos e 53% eram mães aos 19 anos. A taxa de fecundidade das mulheres de 10 a 19 anos, por sua vez, era de 0,9 filho por mulher, ou seja, cada rapariga, em média, chegou ao final da adolescência com praticamente um filho.

Uma consequência nefasta da fecundidade precoce é a interrupção da escolarização das raparigas. Em 2017, a chance de as raparigas sem filhos frequentarem a escola era 3,3 vezes a chance das raparigas mães. Em outras palavras, as raparigas mães estavam em enorme desvantagem em relação às não mães no que tange a frequência à escola.

Quando adultas, as mães continuam em desvantagem em termos de oportunidades educacionais, uma vez que as mulheres de 20 a 59 anos sem filhos tinham 33% mais chance de ter completado o ensino secundário ou mais, se comparadas às mulheres com filhos. O analfabetismo feminino se reduziu consideravelmente entre 1997 e 2017, uma vez que a proporção de mulheres que nunca frequentaram a escola caiu de 67,5% para 49,1%. No entanto, cabe ressaltar que, em 2017, metade das mulheres moçambicanas nunca tinham frequentado a escola. Nesse sentido, qualquer tipo de acção governamental ou de organismos internacionais que tenha como objectivo informar as mulheres deve não só se

preocupar com o uso de línguas que não sejam o português, mas também com o uso de uma linguagem oral ao invés da escrita. Afinal, as mulheres que mais precisam de qualquer tipo de informação são exactamente aquelas que não são analfabetas.

Em relação ao mercado de trabalho, 76% das mulheres que se declararam ocupadas disseram ser camponesas. A chance de a mulher trabalhar é 43% menor que a chance do homem. Já a sua chance de ser doméstica é mais de 10 vezes maior que a chance do homem, colocando-a em posição de dependência financeira, que pode se traduzir em relações de género bastante desiguais.

Quanto ao acesso aos recursos, o maior acesso de homens a tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e bens duráveis deve ser interpretado não só como sintoma, mas também como causa das desigualdades de género em Moçambique. De um lado, o maior acesso dos homens à informação, ao crédito, a trabalhos e salários mais estáveis e à vida pública em geral faz que eles tenham uma vantagem em beneficiar destes produtos. Doutro lado, o maior acesso a estes bens e serviços do lado dos homens se traduz em situações de desigualdade nas oportunidades e de dependência intrafamiliar.

Ao mesmo tempo, os dados mostram como algumas diferenças desaparecem, de facto, considerando outros factores de empoderamento. No caso das TICs e dos serviços bancários, a residência em áreas urbanas e a ocupação são factores fundamentais para explicar o acesso, apontando para desigualdades precedentes entre homens e mulheres.

No caso das condições de habitação, as diferenças entre agregados chefiados por homens e por mulheres são mínimas. No que tange à deficiência, os homens reportam mais casos em comparação com as mulheres em todos os grupos etários até 79 anos. A comparação entre as causas das deficiências mostra grandes diferenças de género, com os homens atribuindo suas deficiências a factores externos (minas, guerras, acidentes viários) e as mulheres apontando como causa as doenças. No que se refere ao trabalho, os homens com deficiência têm uma chance ligeiramente menor de trabalhar, se comparados às mulheres.



## 7. RECOMENDAÇÕES

---

Esta secção inclui indicações específicas para formuladores de políticas e responsáveis sectoriais. Os temas da igualdade de género e empoderamento das mulheres investigados neste estudo são complexos e não podem ser analisados integralmente no espaço e com os dados deste estudo. Para fornecer um quadro completo de cada tema, é necessária maior contextualização, investigação detalhada e cruzamento com outras fontes.

Mais especificamente:

**1. Nupcialidade e Fecundidade.** Tomar em conta contextos onde a prevalência de casamentos e fecundidade precoces são maiores e têm impacto sobre a educação das raparigas, ou seja, nas províncias do norte e nas áreas rurais, onde políticas que visam a valorização da educação feminina seriam necessárias. Além disso, é preciso prover meios para que as raparigas que são mães possam dar continuidade aos seus estudos, talvez oferecendo cuidado para os filhos e filhas (creches/pré-escola) enquanto as mães estão na escola.

**2. Educação.** É necessário um investimento massivo para promover a educação feminina, uma vez que 50% das mulheres com 15 anos e mais eram analfabetas em 2017. Nesse sentido, para que informações consideradas relevantes cheguem a todas as mulheres, estratégias de comunicação e sensibilização promovidas pelo governo, organismos internacionais ou organizações não governamentais necessitam de disseminação oral, sobretudo via rádio nas áreas rurais, sempre levando em consideração a diversidade etnolinguística do país.

**3. Trabalho.** A alta concentração de mulheres ocupadas que se declaram camponesas pode ser fruto da falta de oportunidades para mulheres no mercado de trabalho nas áreas rurais, facto que deve ser considerado pelas políticas que visem reduzir a desigualdade de género. Além disso, é crucial considerar a invisibilidade do trabalho feminino na elaboração de políticas de trabalho, bem como reconhecer a importância do comércio informal como actividade eminentemente feminina, além de importante fonte de renda nos espaços urbanos.

**4. Acesso aos recursos.** Entre os bens analisados, o telemóvel emergiu como o mais útil para promover a participação das mulheres na vida pública, além de contribuir para o acesso à informação, renda e serviços financeiros, mesmo em contextos rurais remotos. Qualquer programa para o empoderamento das mulheres deve levar isso em consideração.

## 8. REFERÊNCIAS

---

- Arnaldo, C. 2007. Fecundidade e seus Determinantes próximos em Moçambique: Uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variação regional. Maputo: Texto Editores.
- Arnfred, S.
- Arthur, M. J. et al 2011. Lei da Família (1): Antecedentes e contextos da sua aprovação. Mulher e Lei na África Austral Moçambique. In Outras vozes, No 35-36, Agosto-Novembro.
- Beneria, L. e G. Sen. 1997. Accumulation, Reproduction and Women's Role in Economic Development: Boserup revisited. In N. Visvanathan, L. Duggan, L. Nisonoff e N. Wiegiersma (eds) The Women, Gender & Development Reader. Londres: Zed Books. 2011.
- Bradley, H. 2013. Gender. Key Concepts. Londres: Polity. 2ª edição.
- Butler, J. 1999. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge.
- Carmichael, Sarah. 2011. Marriage and power: Age at first marriage and spousal age gap in lesser developed countries. History of the Family 16: 416–436.
- Carvalho, J. A. M.; Sawyer, D. R. T. O.; Rodrigues, R. N. 1994. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. 2ª edição revisada. São Paulo: ABEP.
- Chikanda, A. and Raimundo, I. M., 2017, Informal entrepreneurship and cross-border trade between Mozambique and South Africa. African Human Mobility Review, Volume 3, NO 2 May-August
- da Piedade, B., & Vahocha, I. 2021. Implicações da Prática de Ritos de Iniciação Feminina no Processo de Ensino-aprendizagem: Caso da Escola Primária Completa de Murrebue em Cabo Delgado. Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento, 1(12).
- Di Ciommo, M.; Cumbi, M. 2021. The EU's gender action plan and the realities of Mozambique. Brussels: European Centre for Development Policy Management. Available at <https://ketlib.lib.unipi.gr/xmlui/handle/ket/3762>
- Fausto-Sterling, A. 2000. Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books.
- Garenne, Michel. 2002. Sex ratios at birth in African populations: a review of survey data. Human Biology 74 (6): 889-900.
- Ginsburg, F. e R. Rapp. 1991. The Politics of Reproduction. Annual Review of Anthropology, Vol. 20.
- Guilmoto, Christophe. 2012. Sex Imbalances at Birth: Current Trends, Consequences and Policy Implications. Bangkok, UNFPA Regional Office for Asia.
- Hoguane, A. M. 2007. Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique. Revista de Gestão Costeira Integrada, 69-82.
- Imprensa Nacional, E.P. 2018. Lei de Revisão do Código do Registo Civil, BR, I Série no 236. Terça-Feira, 4 de Dezembro de 2018.
- INE. IDS 2011.
- Instituto Nacional de Saúde/National Institute of Health. National Survey on Prevalence, Behavioral Risk Factors and Information about HIV and AIDS in Mozambique (INSIDA) 2009.
- Jolly, S. & Reeves, 2005. Gender and Migration. Institute of Development Studies- BRIDGE development-gender.
- Kaba AJ. Sex ratio at birth and racial differences: why do black women give birth to more females than non-black women? Afr J Reprod Health. 2008 Dec;12(3):139-50. PMID: 19435018.
- Koski, A.; Clark, S.; Nandi, A. 2017. Has Child Marriage Declined in sub-Saharan Africa? An Analysis of Trends in 31 Countries. Population and Development Review vol. 43, n.1, p.7-29.
- Laissa 2020. Rituais pós-nascimento: "Ku xlomula mamani ni ku humisa mwana". Sete Margens, <https://setemargens.com/rituais-pos-nascimento-ku-xlomula-mamani-ni-ku-humisa-mwana/>

- Lerma Martinez, F. 2009. O Povo Macua e a sua Cultura: Análise dos valores culturais do povo Macua no Ciclo Vital. Maputo: Paulinas Editorial.
- Mabasso, R. A.; Tereucan, J. C. 2021. Práticas culturais, perspectiva de gênero e direitos da criança: um estudo de caso de Moçambique. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 14(1), 181-197. <https://doi.org/10.17151/rlef.2022.14.1.10>
- Maina, B. et al. 2021. Gender norms and sexual behaviour among very young adolescents in sub-Saharan Africa. In *The Routledge Handbook of African Demography*. Edited by Clifford O. Odimegwu and Yemi Ademwoyin. Routledge – Taylor Francis Group. London and New York, Pp 331-349.
- Mamad, F.; Foubert, P. 2018. Access to Social Protection Minimum Floors as a tool to end early marriage in Mozambique. *The Journal of Law, Social Justice & Global Development* 21: 1-17.
- Martins-Fonteyn et al 2016. Targeting vulnerable populations: a synthetic review on alcohol use and risky sexual behaviour among migrant populations. *AIDS Research and Therapy*. DOI 10.1186/s12981-016-0117-8.
- Mathsine et al. 2007. Crenças, Atitudes e Práticas Sócio-Culturais Relacionadas com os Cuidados ao Recém-Nascido. Estudo em Chibuto, Búzi e Angoche. Save the Children. <https://www.healthynewbornnetwork.org/hnn-content/uploads/SNL-Formative-Research-Report-Portuguese.pdf>
- Mazula, B. 1995. Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985. Porto: Afrontamento.
- Ministério de Saúde, 2009. 2. Conselho Nacional do Combate ao SIDA. Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA 2010 – 2011, Maputo, Mozambique.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social. 2016. Perfil de Género de Moçambique. Disponível em <https://www.mgcas.gov.mz/index.php/documentos/publicacoes-estudos/genero/perfil-de-genero-de-mocambique>.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social. 2018. Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género – 2018-2021. Disponível em <https://www.mgcas.gov.mz/index.php/documentos/publicacoes-estudos/genero/plano-nacional-de-prevencao-e-combate-a-violencia-baseada-no-genero-2018-2021>.
- MISAU, INS, CDC, UCSF, MITRAB & I-TECH 2013. The Integrated Biological and Behavioral Survey among Mozambican Workers in South African Mines, Final Report. MISAU, Maputo.
- Morse, Anne e Nancy Luke. 2021. Foetal loss and feminine sex ratios at birth in sub-Saharan Africa. *Population Studies* 75 (2): 239-254.
- Mosca, J. e Selemane, T. 2011. El Dorado Tete: Os megaprojectos de mineração. Trabalho não publicado. CIP, Maputo.
- Negrão, J. 1998. Homens e mulheres na agricultura: Mitos e Realidades. In *Relações de Género em Moçambique-Educação, Trabalho e Saúde*. UEM, FLCS, Maputo. Pp 17-25.
- Norte, Gilberto Mariano. 2006. Escolaridade em Moçambique: diferenciais regionais e determinantes, 2003. Dissertação de mestrado apresentada ao Cedeplar/UFMG.
- Ntoimo, L.F.C. & Odimegwu, C. O. 2021. In *The Routledge Handbook of African Demography*. Edited by Clifford O. Odimegwu and Yemi Ademwoyin. Routledge – Taylor Francis Group. London and New York, Pp 315-328.
- ONU-Mulheres Moçambique 2020. Inquérito sobre Violência contra Mulheres e Raparigas em Moçambique. Relatório. Maputo.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. 2000. Relatório nacional de desenvolvimento humano de Moçambique. Maputo: PNUD.
- Raimundo, I. M. 2008. The Interaction of Gender and Migration Household Relations in Rural and Urban Mozambique. *Masculinities in Contemporary Africa* 7. CODESRIA, Dakar.
- Raimundo, I. M. e Raimundo, J. A. 2017. O impacto do discurso das “descobertas” dos recursos minerais no despovoamento rural de Moçambique. Guarda, Portugal. In *Journal of Iberian Studies-IBEROGRAFIAS*, Número 13, Ano XVIII, pp137-152.
- República de Moçambique-Imprensa Nacional, Boletim da República- Publicação Oficial da República 2019. Lei no 22/2019. Quarta-feira, 11 d Dezembro de 2019. I Série, Número 239.

República de Moçambique-MINEDH 2016. Estratégia de Género do Sector de Educação E Desenvolvimento Humano para o Período 2016-2020.- Da equidade e igualdade de género na educação, rumo ao Desenvolvimento Humano Integral e Sustentável. Maputo.

Rigotti, J. I. 1999. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese não publicada apresentada ao curso de doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Demografia. Brasil.

Schkolnik, S. 2010. «Acerca de la inclusión del enfoque de género en los censos de población y vivienda», Notas de población n.º 91, CEPAL 37, Santiago.

Scott, J. 1986. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5.

Silva, G. M. M. 2006. Educação e Género em Moçambique A língua é um factor determinante para o sucesso escolar das raparigas nos meios rurais? Estudo de caso em duas escolas com programa bilingue. Dissertação de mestrado, Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras – Universidade do Porto (FLUP).

Temba, E. et al, 1998. *Famílias em Contexto de Mudanças em Moçambique*. Maputo: WLSA, CEA, UEM.

UEM 2019. *Estratégia de Género da Universidade Eduardo Mondlane 2020-2030*. Maputo.

UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), UNHCR and UNICEF, 2021. *Background Note on Sex Discrimination in Birth Registration*. <https://www.refworld.org/docid/60e2d0554.html>

UNDAF, 2017. *Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento para Moçambique (UNDAF) 2017-2020*. Disponível em <https://mozambique.un.org/index.php/pt/434-quadro-das-nacoes-unidas-de-assistencia-ao-desenvolvimento-para-mocambique-undaf-2017-2020> .

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2013). *World Fertility Report 2012* (United Nations publication).

Urquia, Marcelo L., Batista, Rosangela F.L., Cardoso, Viviane C., Grandi, Carlos, St Germain, Andrée-Anne F. 2022. The perinatal epidemiology of child and adolescent marriage in Brazil, 2011–2018. *SSM - Population Health*, Volume 18, 101093, ISSN 2352-8273, <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2022.101093>.

Wodon Q, Male C, Nayihouba A, Onagoruwa A, Savadogo A, Yedan A, et al. *Economic impacts of child marriage: global synthesis report*. Washington DC: World Bank; 2017.

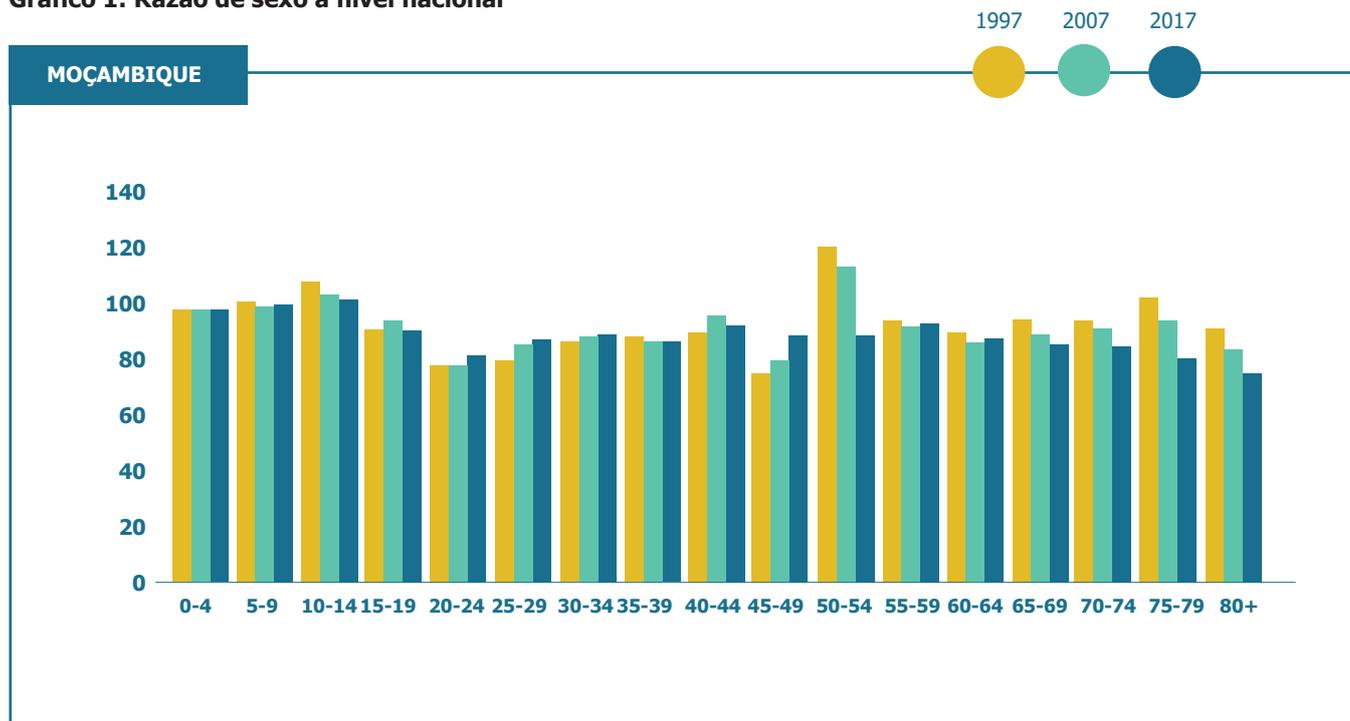
Zeca, E. (s/d). *Moçambique: Exploração de Recursos Energéticos, Privação Relativa, Conflito e Segurança*. Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Ano 1, Série de artigos.



## 9. ANEXOS

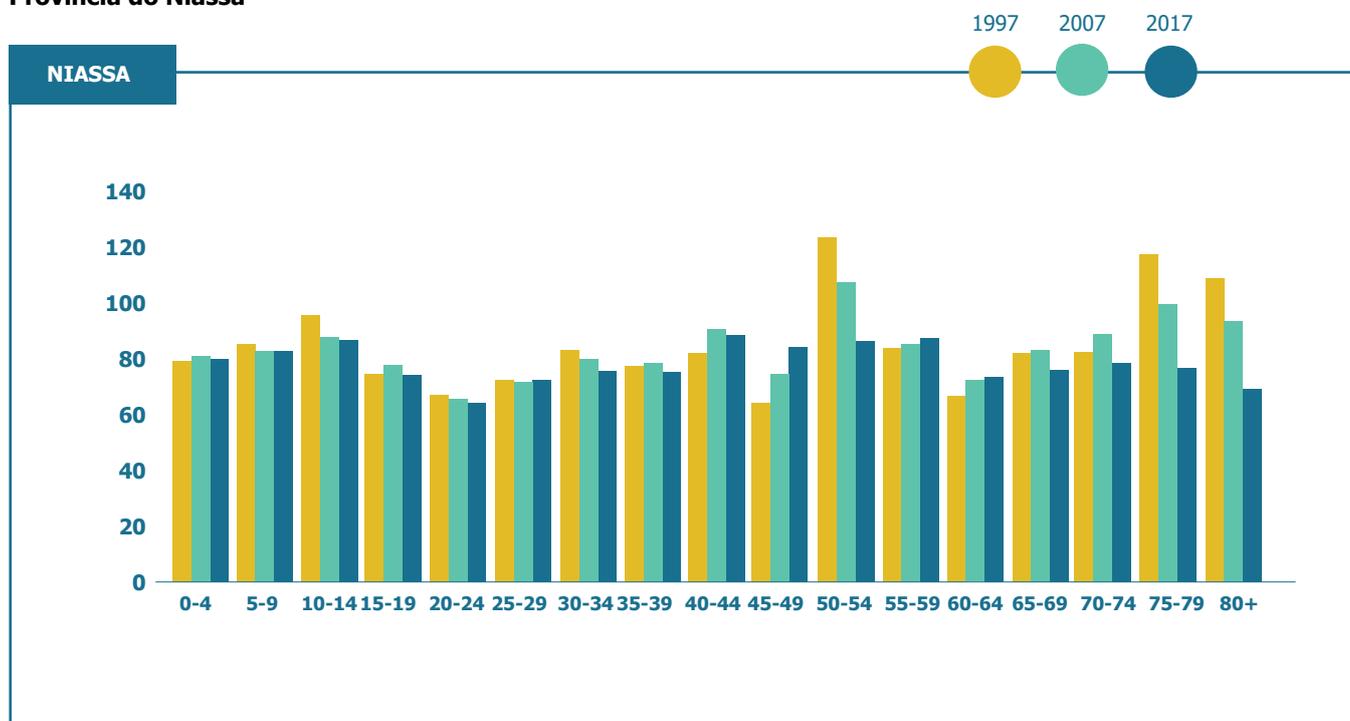
### ANEXO 1: RAZÃO DE SEXO A NÍVEL NACIONAL

Gráfico 1: Razão de sexo a nível nacional



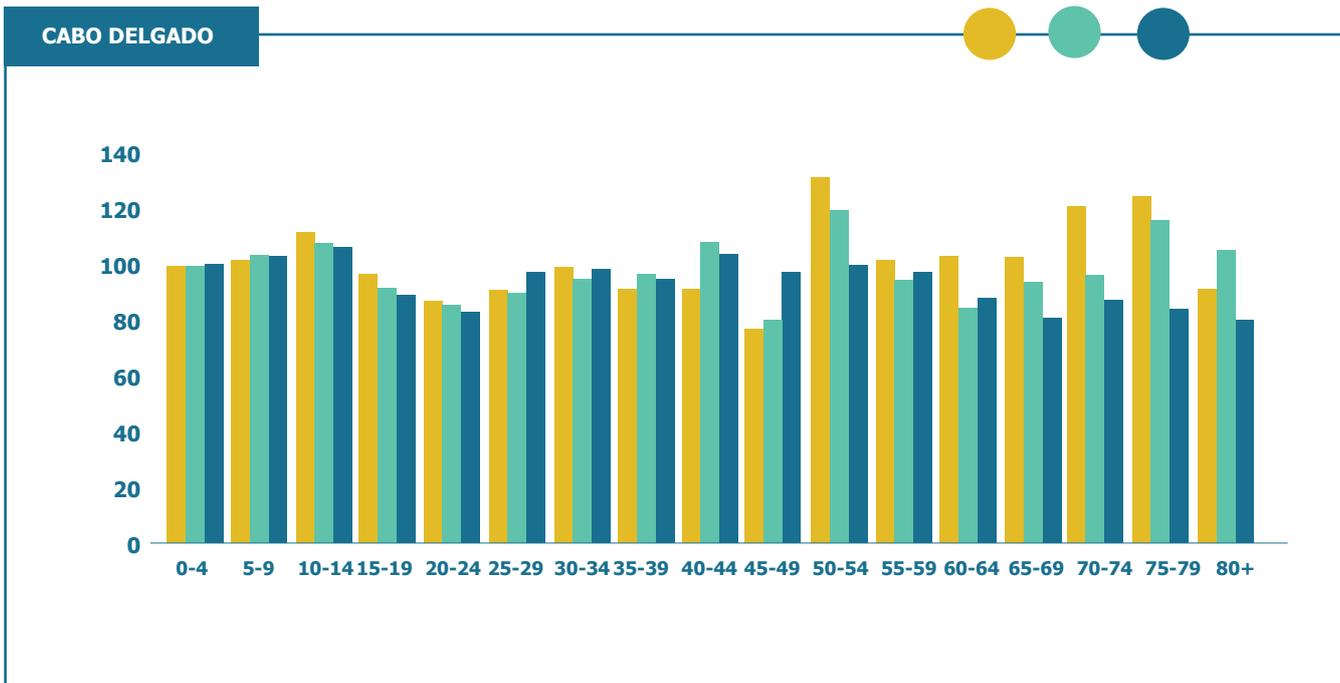
### ANEXO 2: RAZÃO DE SEXO POR PROVÍNCIAS

Província do Niassa



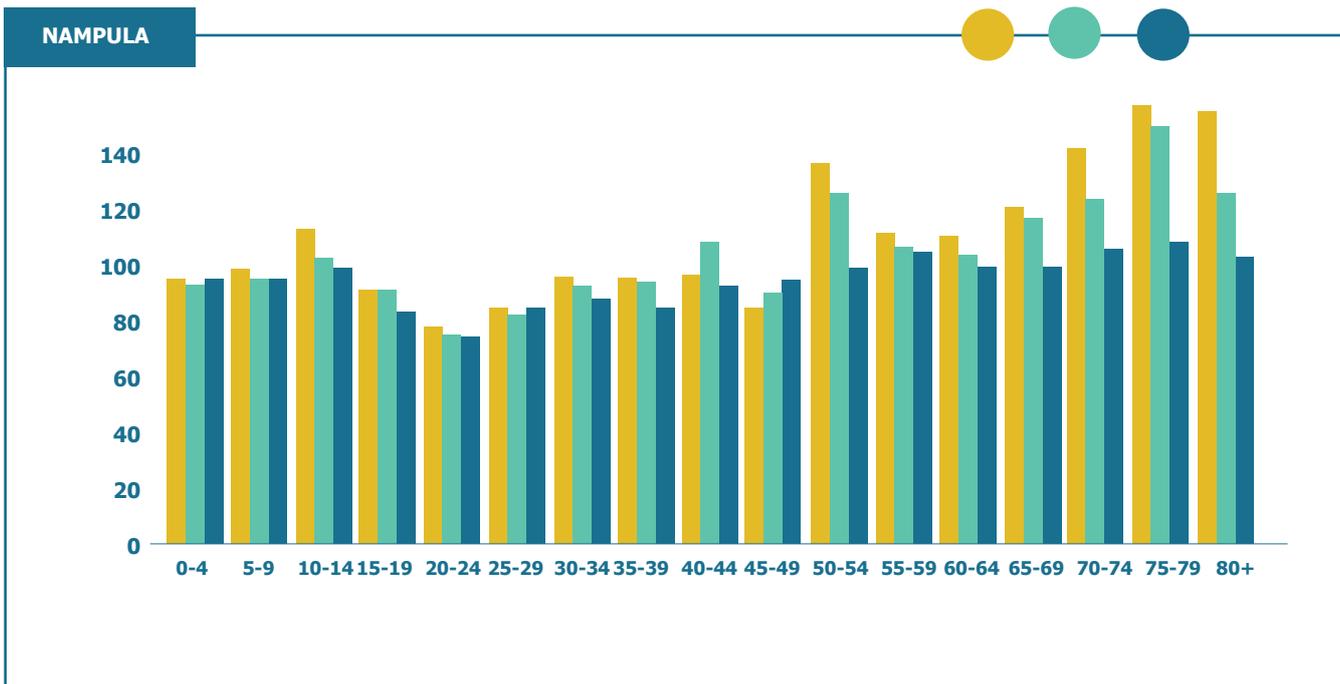
Província de Cabo Delgado

1997 2007 2017

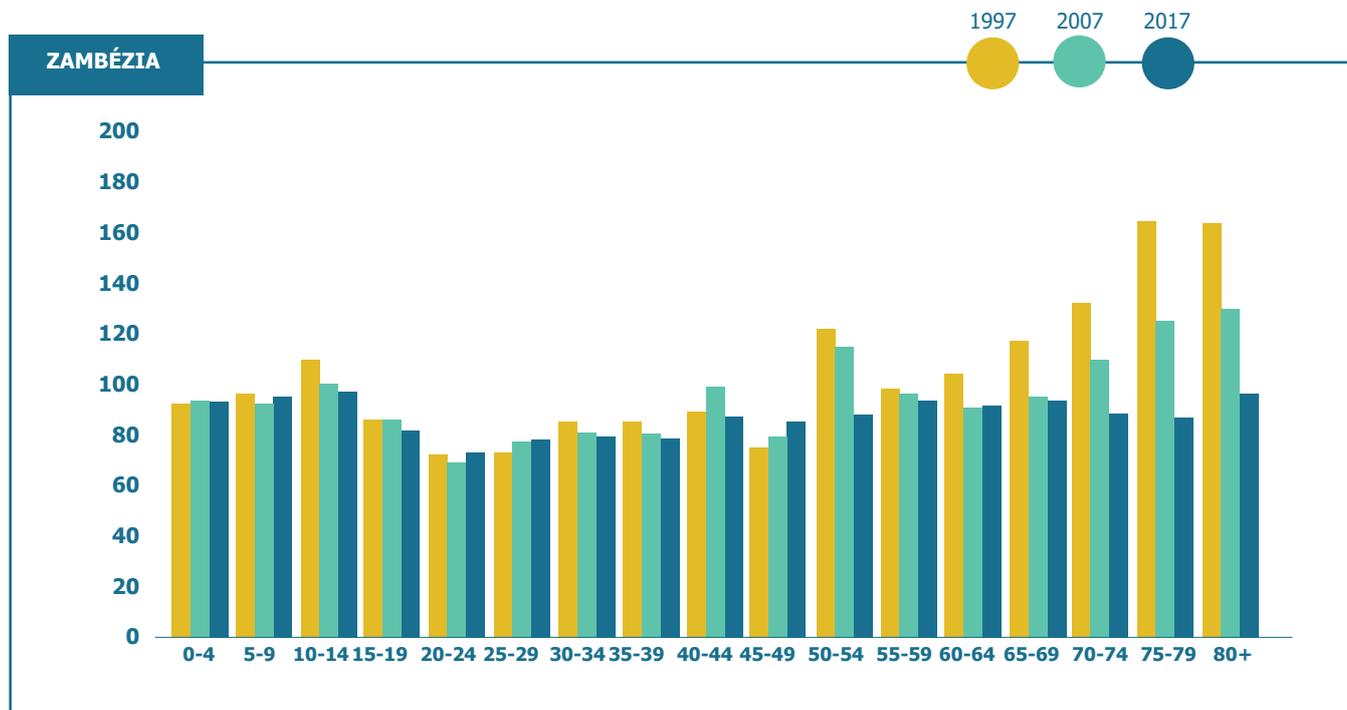


Província de Nampula

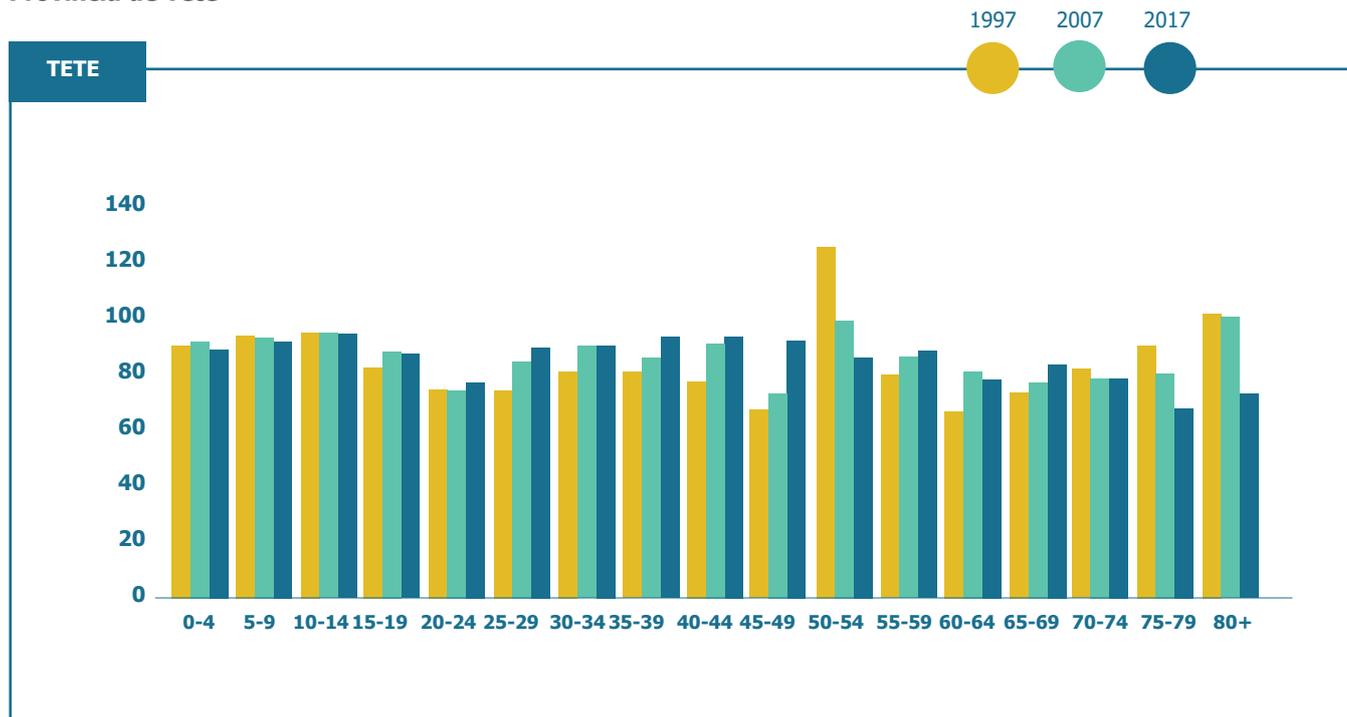
1997 2007 2017



## Província da Zambézia

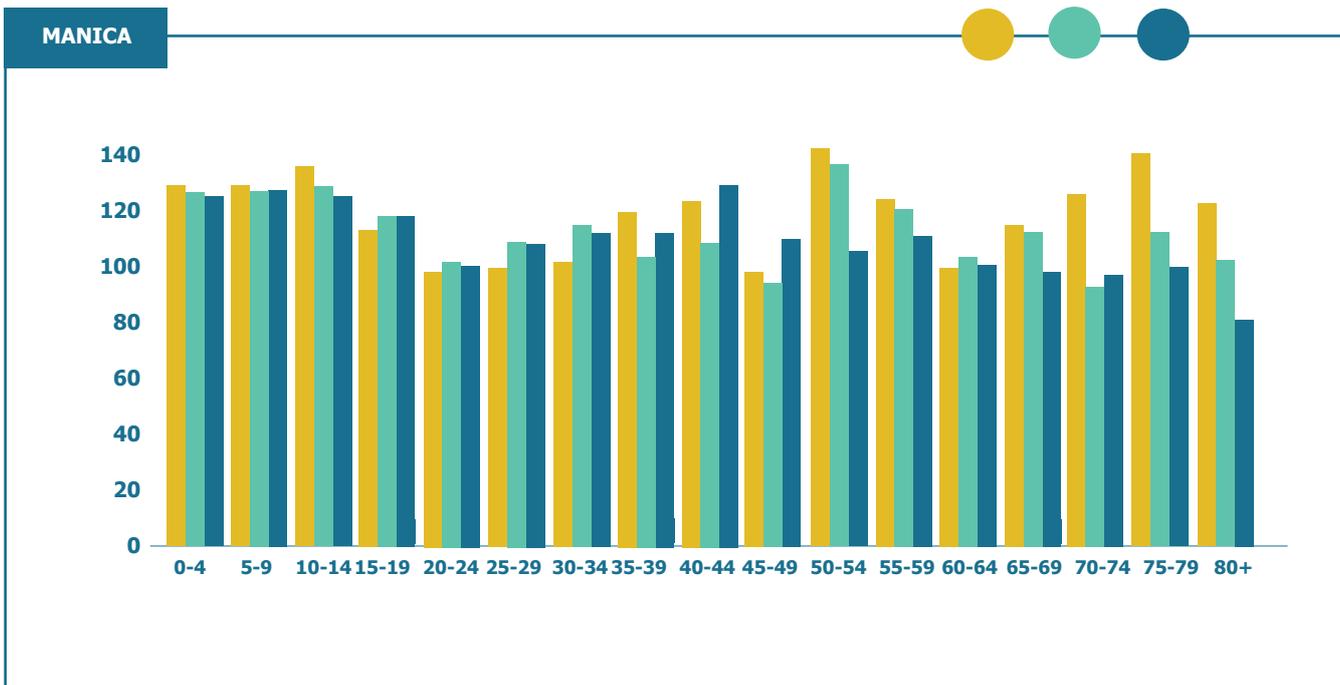


## Província de Tete



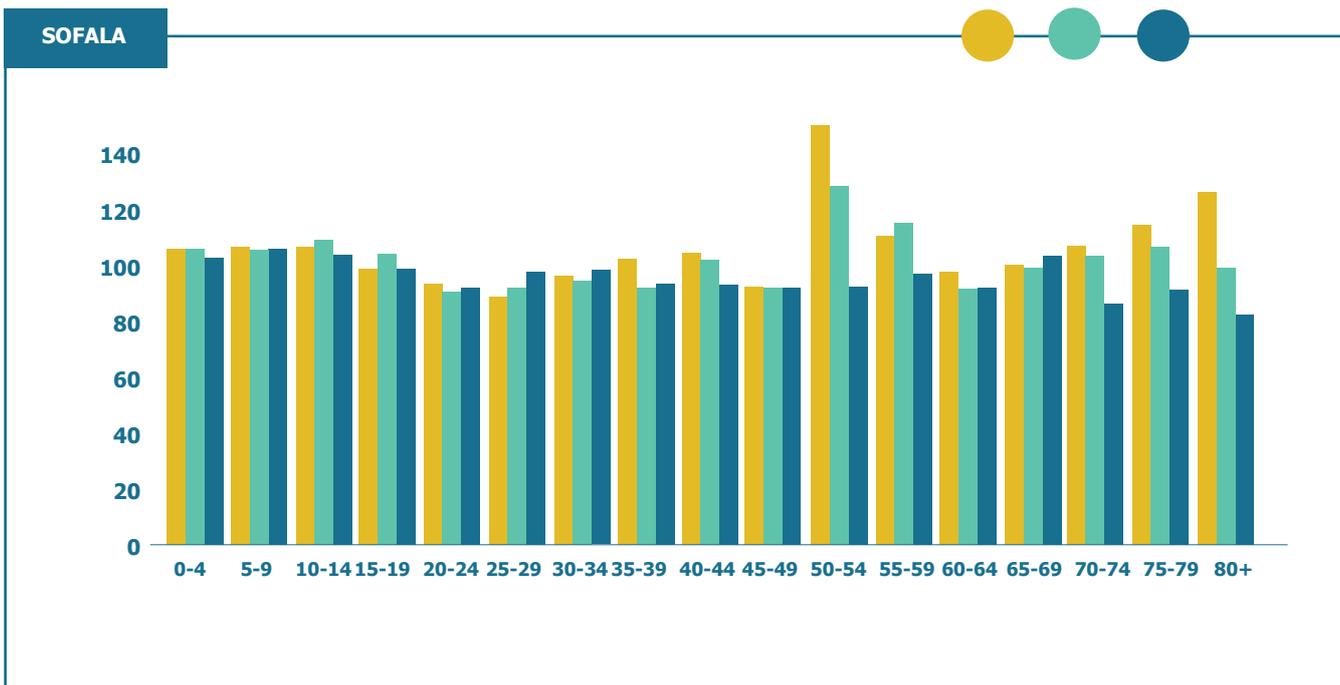
Província de Manica

1997 2007 2017



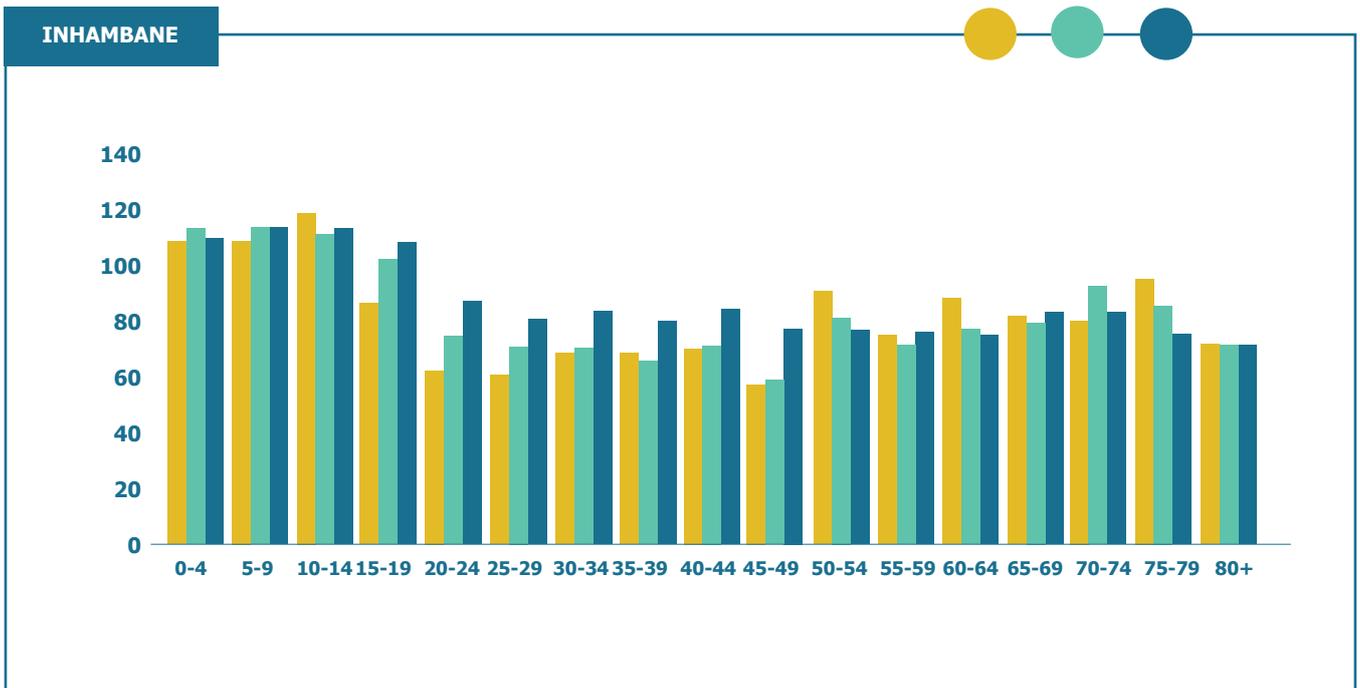
Província de Sofala

1997 2007 2017



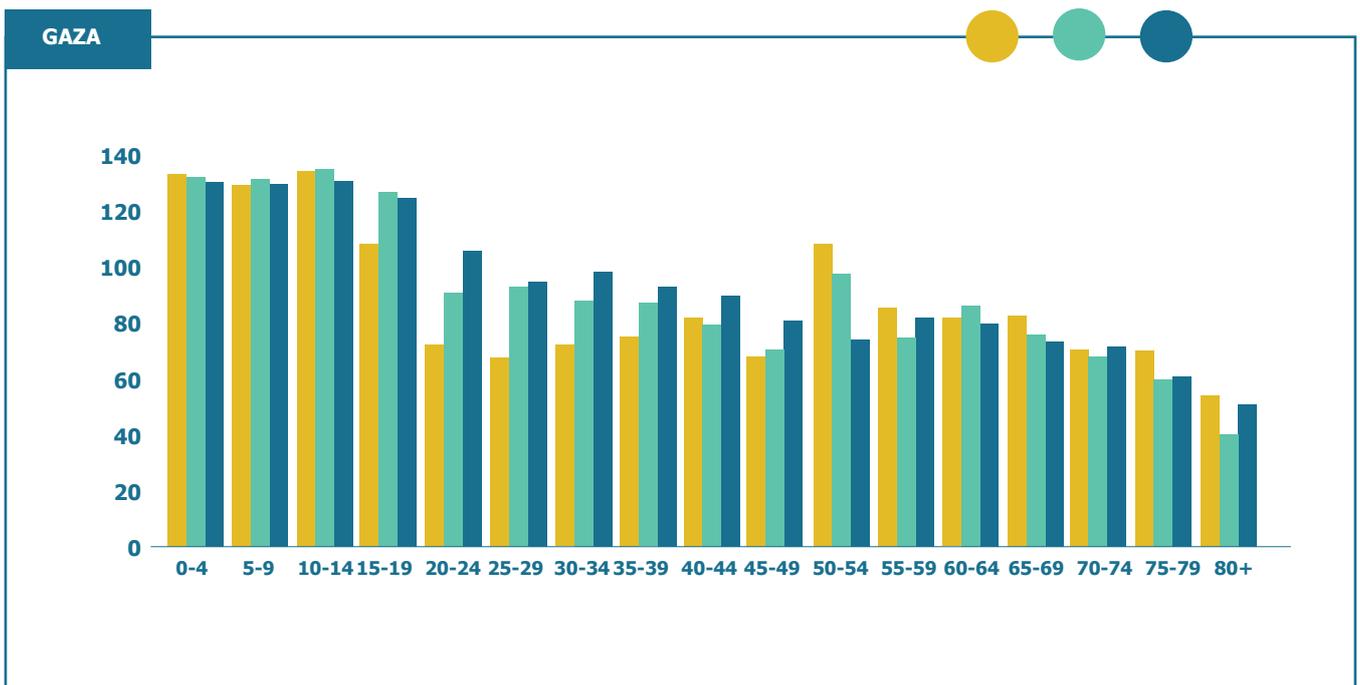
## Província de Inhambane

1997 2007 2017



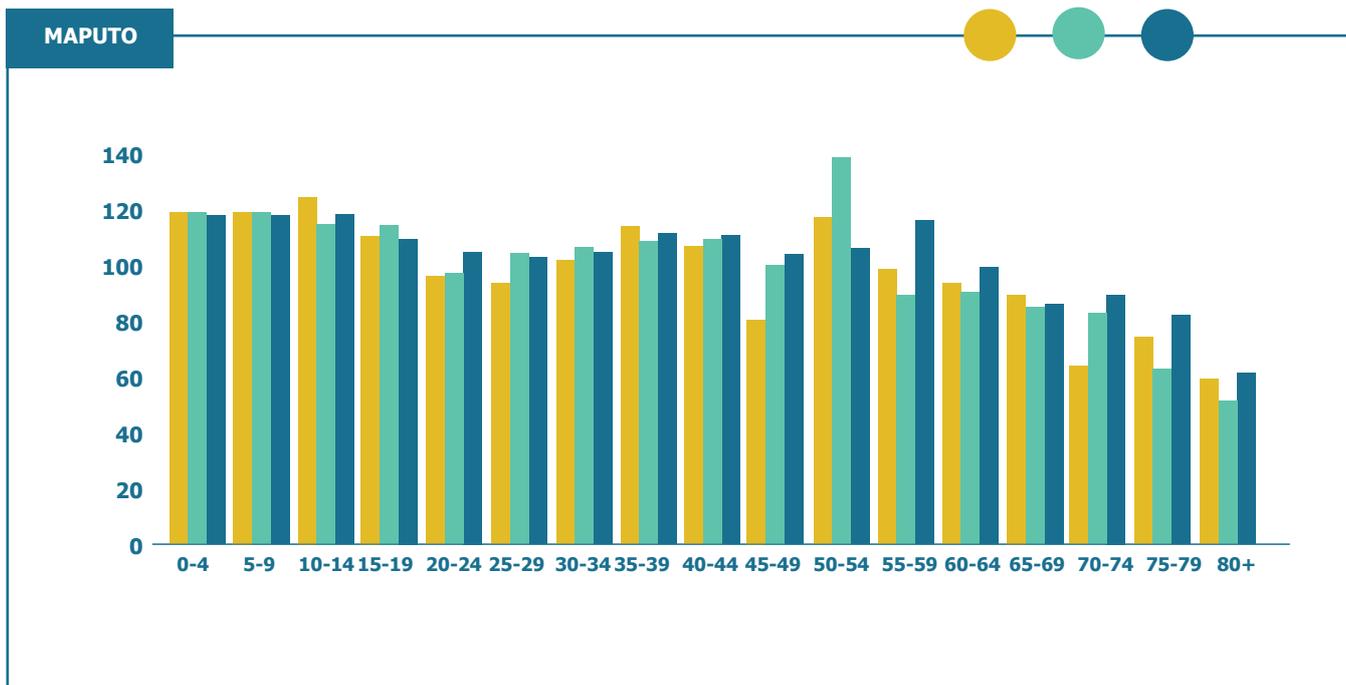
## Província de Gaza

1997 2007 2017



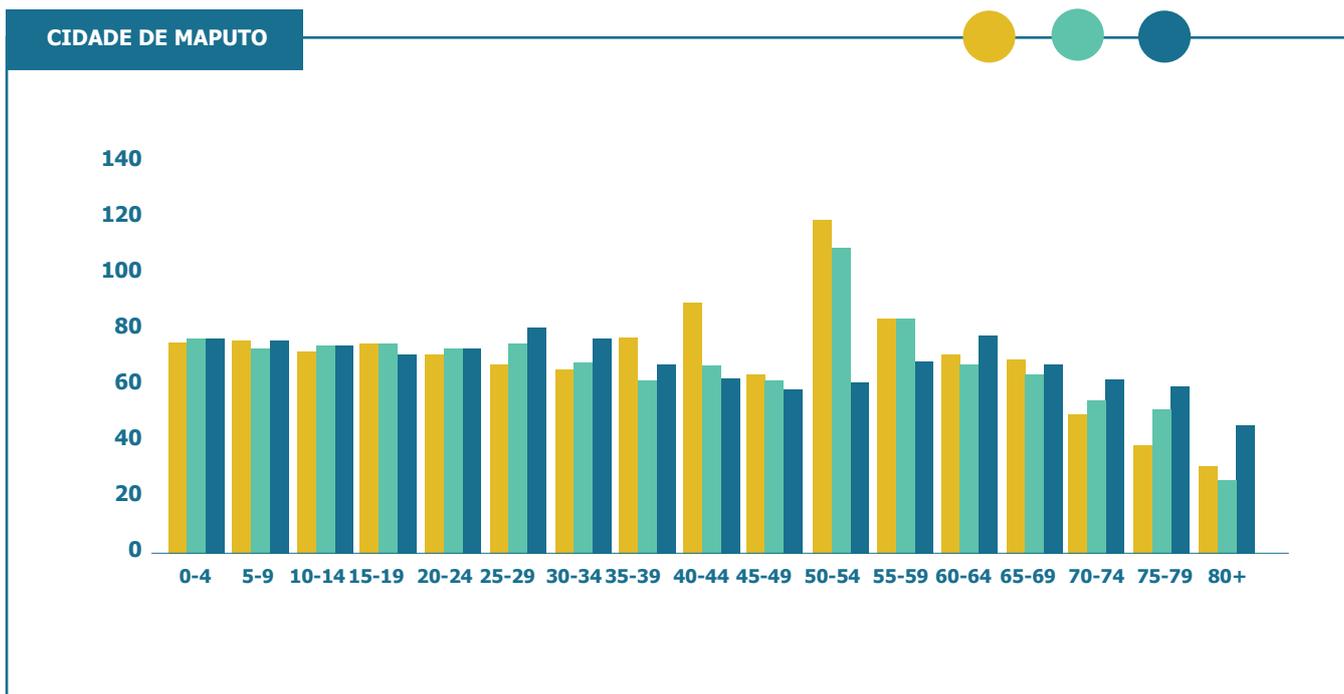
Província de Maputo

1997 2007 2017



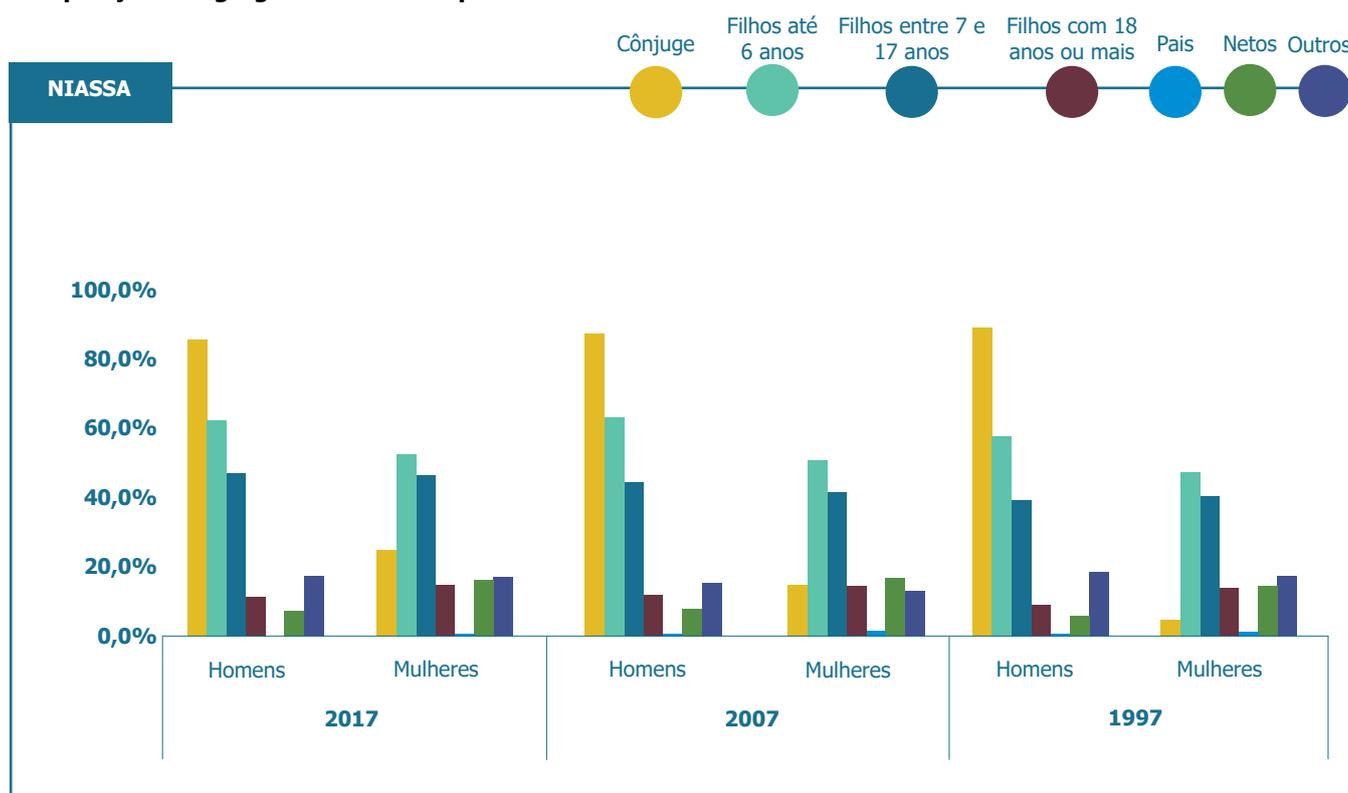
Província da Cidade de Maputo

1997 2007 2017

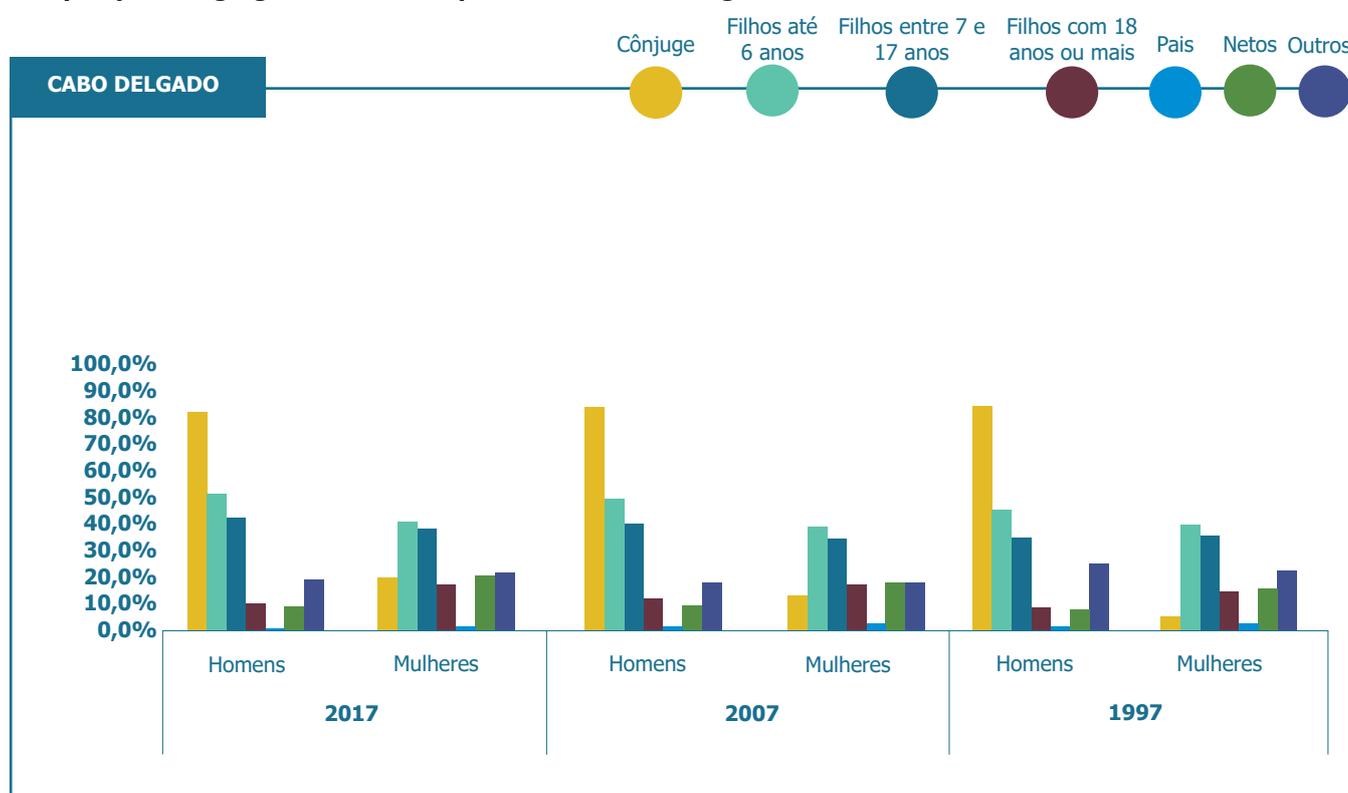


### ANEXO 3: COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR POR SEXO E NÚMERO DE FILHOS, POR PROVÍNCIA, EM 2017, 207 E 1997

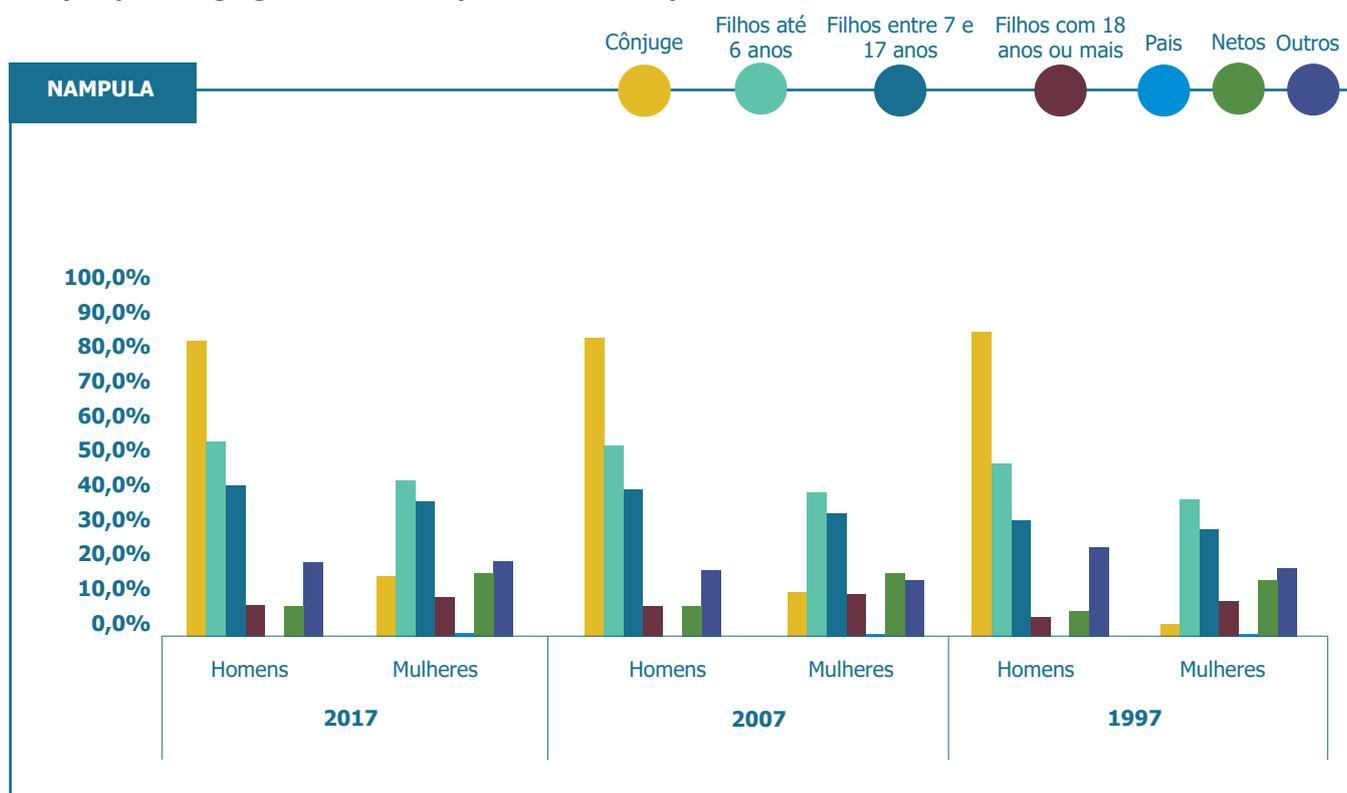
#### Composição do agregado familiar na província de Niassa



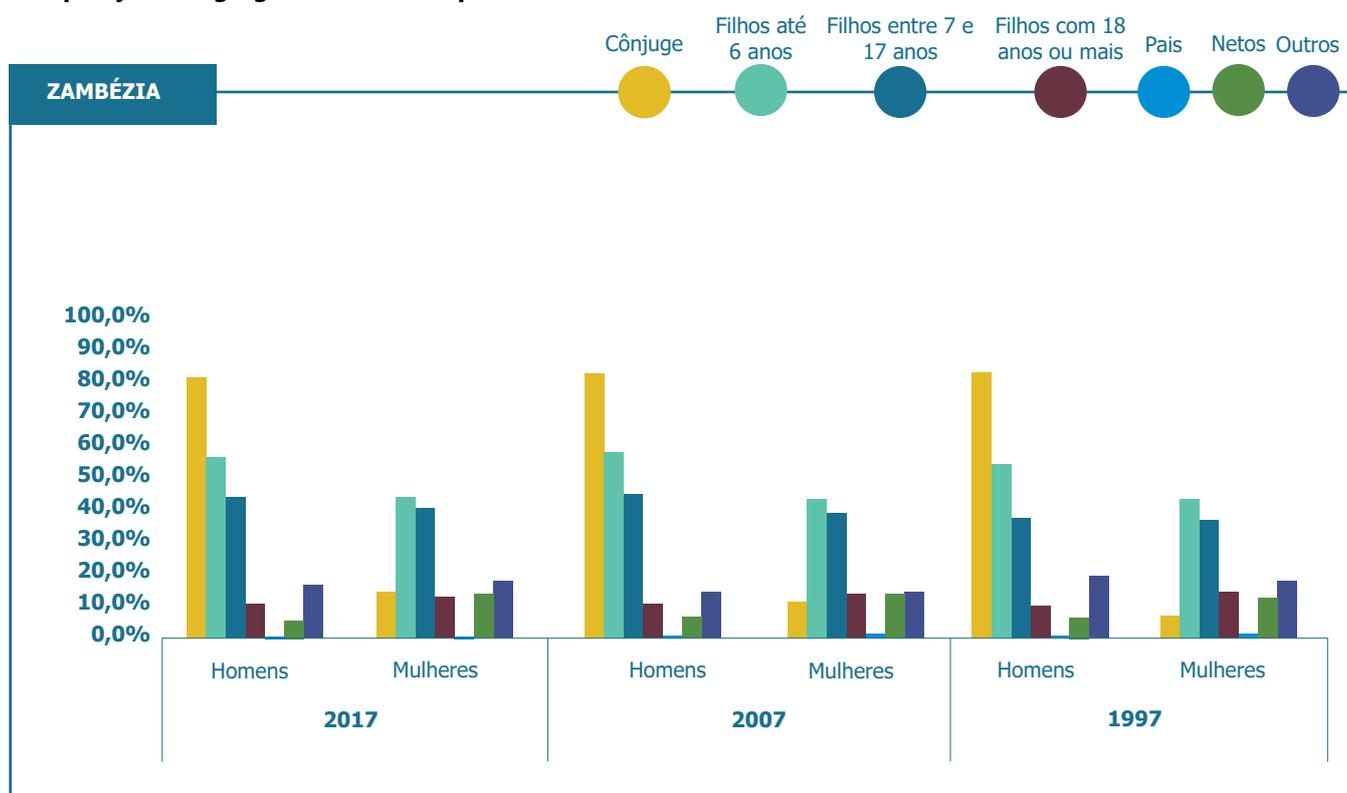
#### Composição do agregado familiar na província de Cabo Delgado



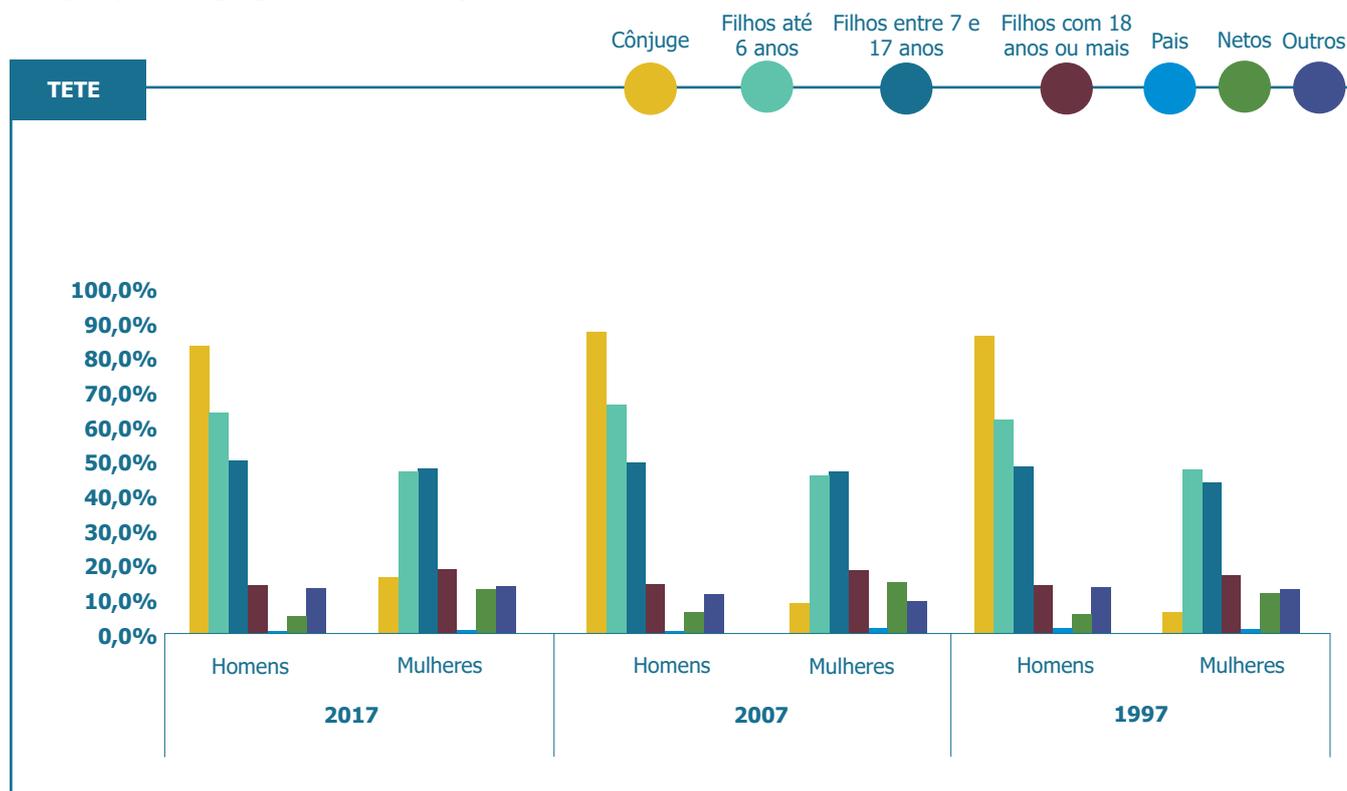
### Composição do agregado familiar na provincia de Nampula



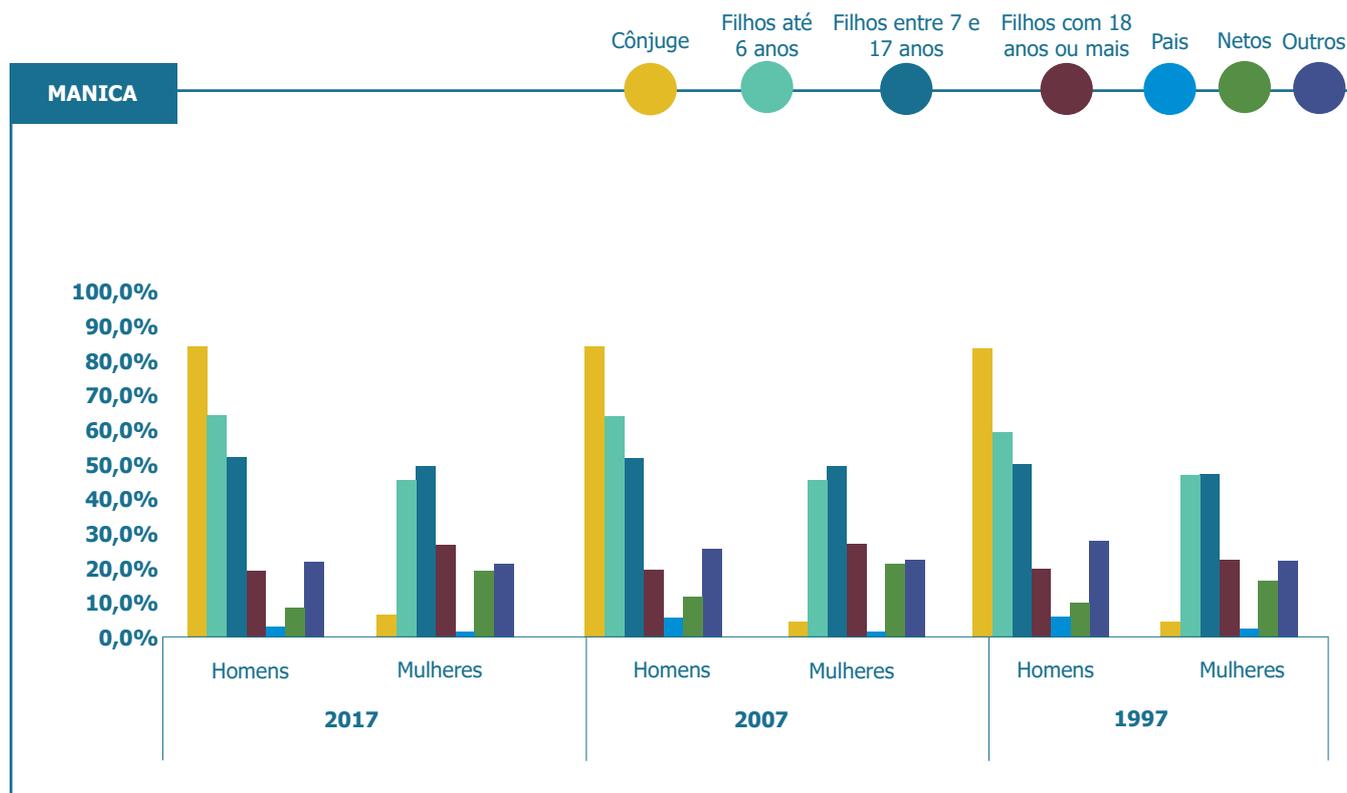
### Composição do agregado familiar na provincia de Zambézia



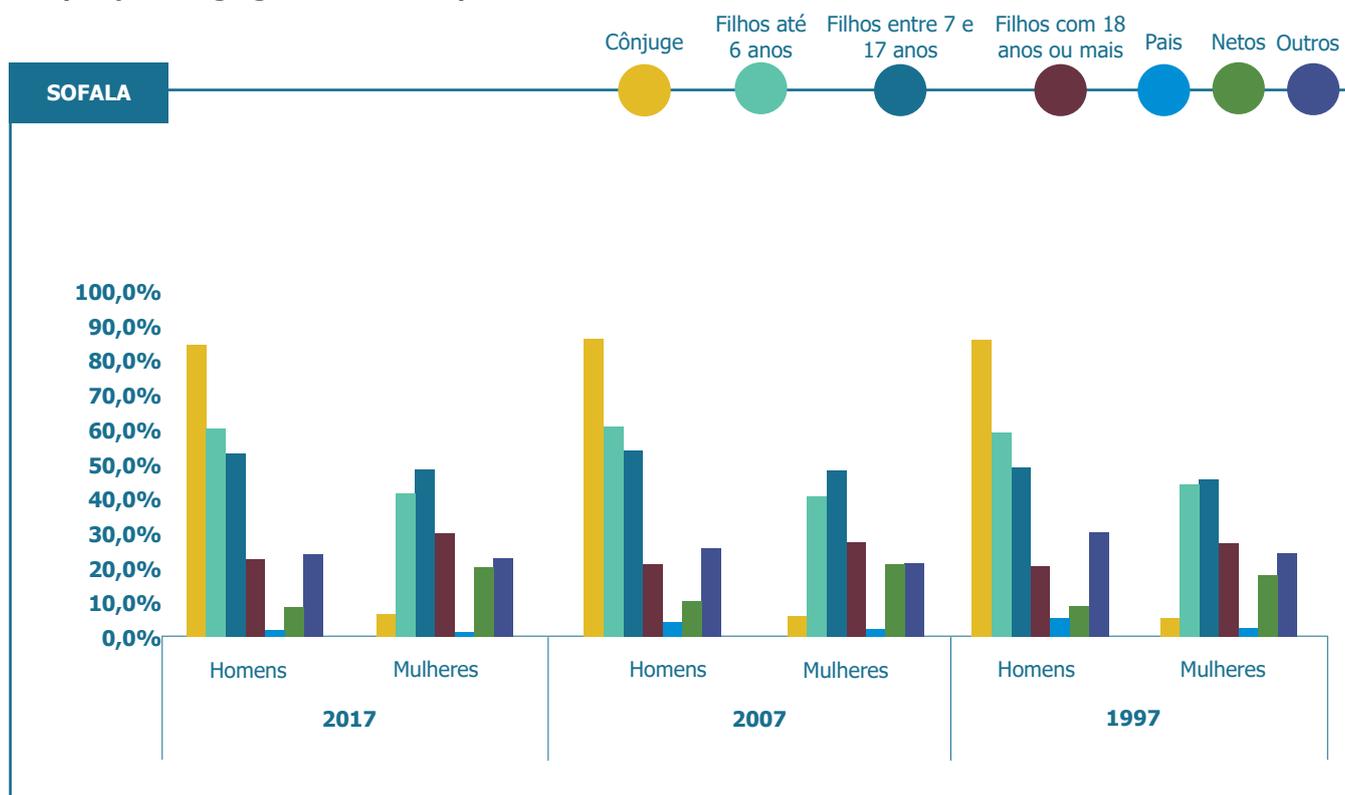
### Composição do agregado familiar na provincia de Tete



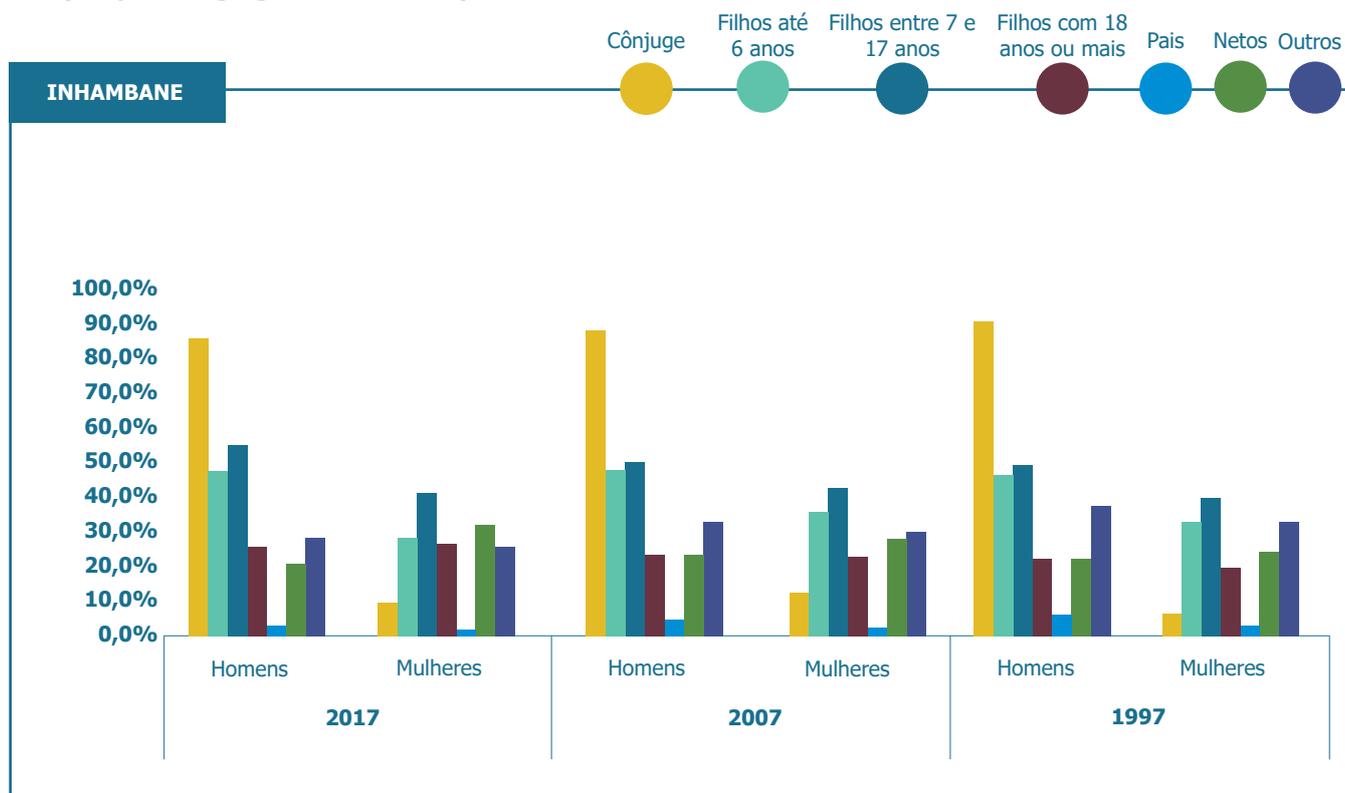
### Composição do agregado familiar na provincia de Manica



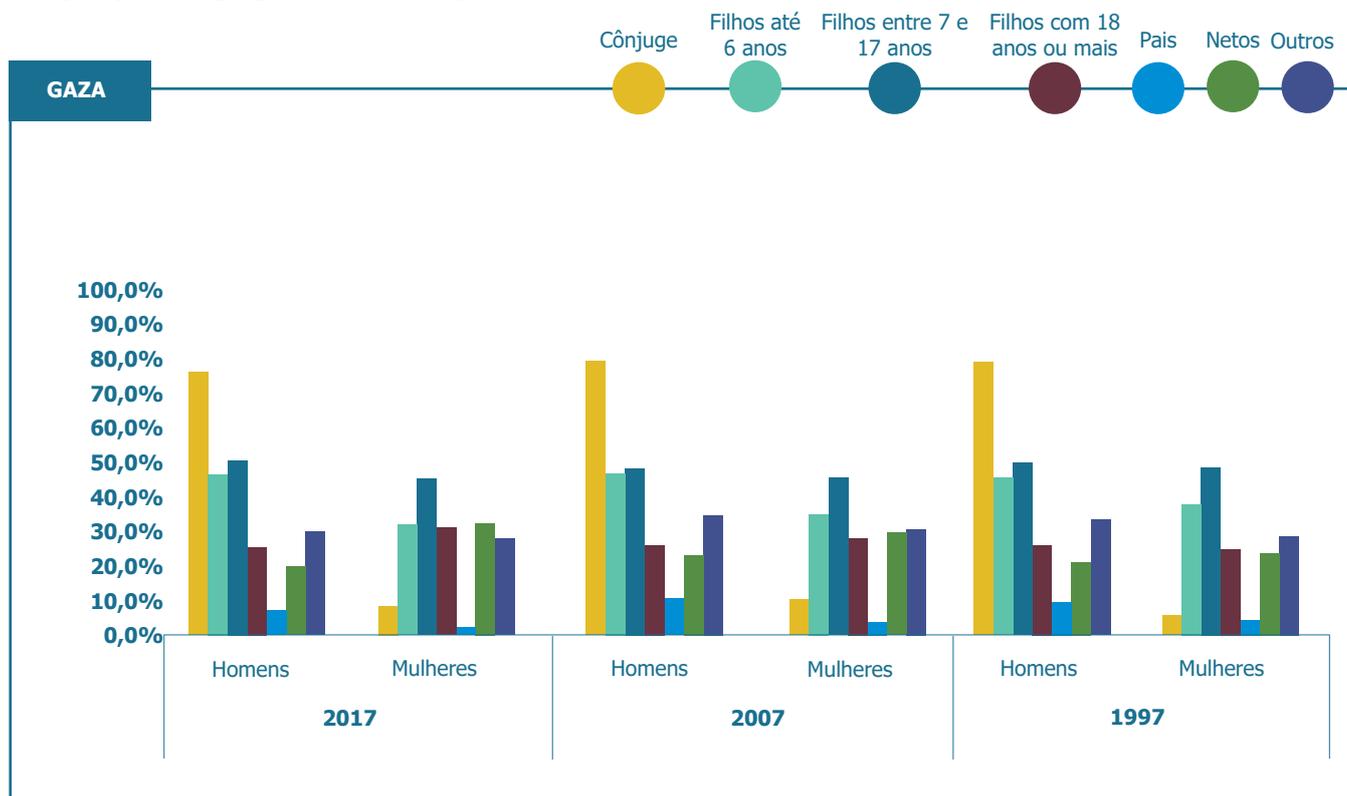
### Composição do agregado familiar na provincia de Sofala



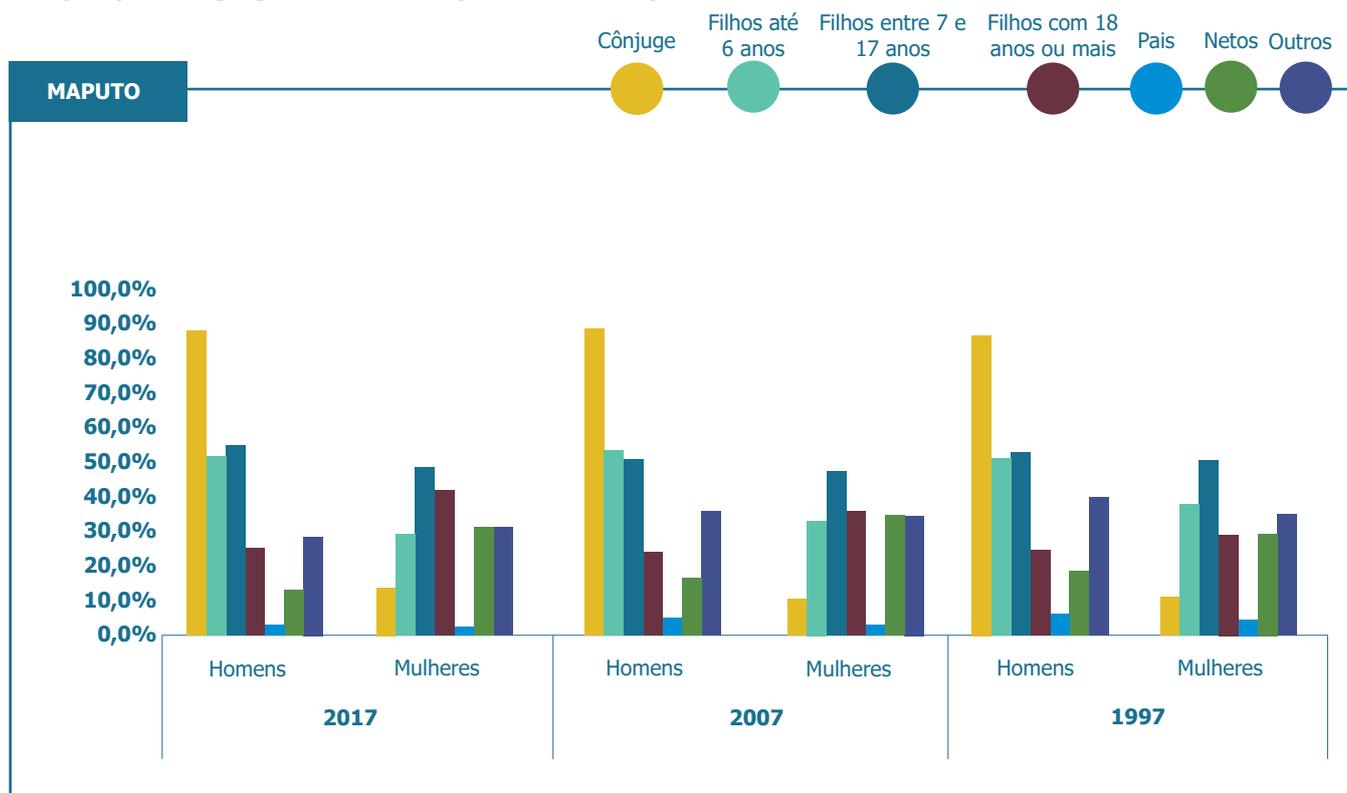
### Composição do agregado familiar na provincia de Inhambane



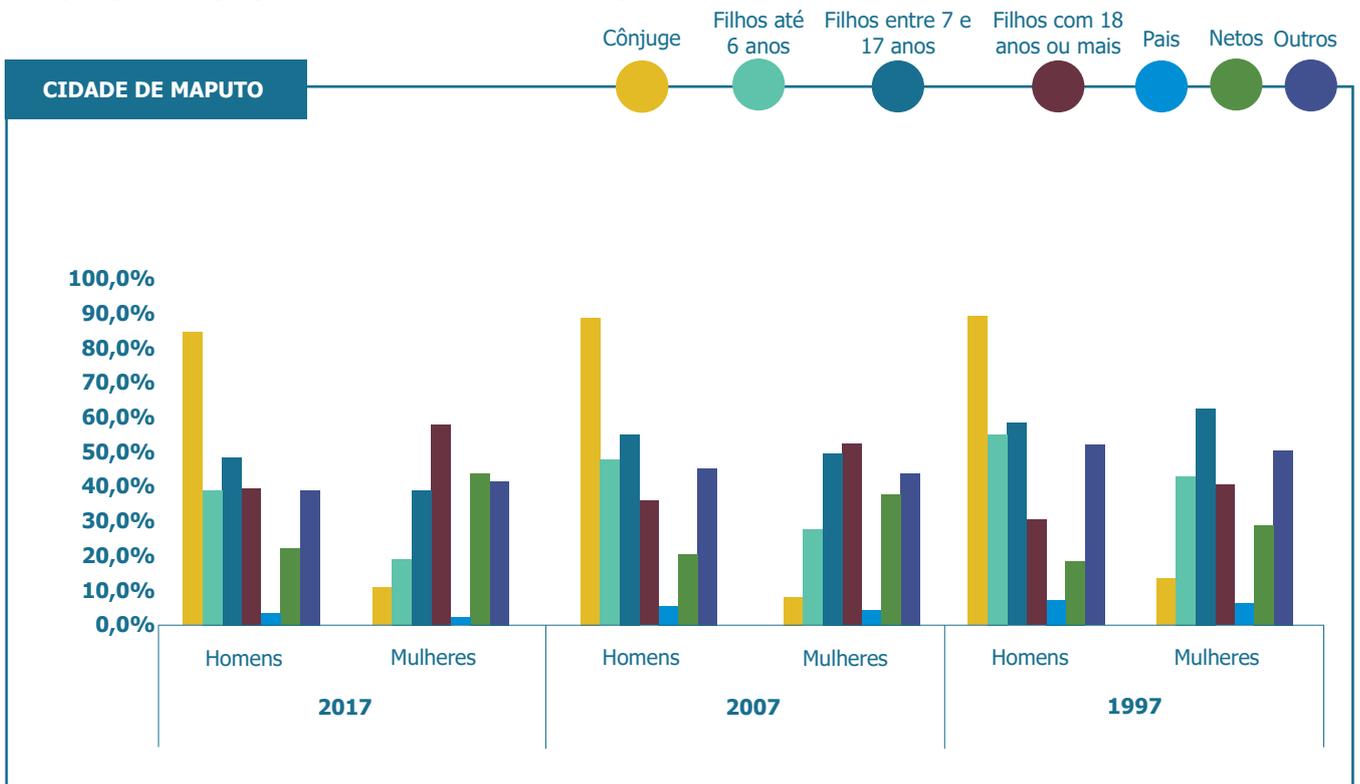
### Composição do agregado familiar na província de Gaza



### Composição do agregado familiar na província de Maputo



## Composição do agregado familiar na Cidade de Maputo







---

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493  
Email: [info@ine.gov.mz](mailto:info@ine.gov.mz)  
Web: [www.ine@gov.mz](http://www.ine@gov.mz) Maputo - Moçambique

